



**FACULDADE DE DIREITO**  
**Universidade de Lisboa**

MESTRADO EM DIREITO CONSTITUCIONAL

ALVARO NASCIMENTO CUNHA

**A IMPLEMENTAÇÃO DE CORREDORES ECOLÓGICOS NA MATA ATLÂNTICA  
BRASILEIRA COMO LIMITE AO DIREITO DE PROPRIEDADE NA ERA  
ECOLÓGICA**

LISBOA

2016

ALVARO NASCIMENTO CUNHA

**A IMPLEMENTAÇÃO DE CORREDORES ECOLÓGICOS NA MATA ATLÂNTICA  
BRASILEIRA COMO LIMITE AO DIREITO DE PROPRIEDADE NA ERA  
ECOLÓGICA**

Dissertação apresentada a Faculdade de Direito da  
Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, como  
exigência parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Professora Doutora Carla Amado Gomes

LISBOA

2016

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus.....

Aos meus pais

## RESUMO

Este trabalho analisa o instituto da propriedade privada, direito quase ilimitado, inclusive, assegurado pela Constituição Federal de 1988, conforme o artigo 5º, inciso XXII e a necessidade de implantação de corredores ecológicos na Mata Atlântica Brasileira como limite ao direito de propriedade na era ecológica. A saber, a proposta é refletir esta implantação não apenas tendo por referência a perspectiva ou dimensão da função social da propriedade imposta pelo Ordenamento Jurídico Brasileiro. Mais que isso, a ideia trazida pelo estudo possui por matriz a necessidade do despertar social para a adoção de comportamentos incisivos e voltados à conservação e restauração do ambiente do citado bioma. Esse rompimento de paradigma cobra reflexão acerca do que o ambiente deve representar para o homem e o que o homem deve fazer pelo e para o ambiente. Registre-se que esse fazer apresenta-se como urgente, exatamente, em razão do alto grau de deterioração da Mata Atlântica e por que o homem é o único ser dotado de razão e capacidade para refletir, planejar e executar ações de defesa e restauração do ambiente, inegavelmente, atingido ou vitimizado pela sua busca permanente de conforto e riqueza. É fato que a legislação brasileira até “tenta” de algum modo orientar as medidas de salvaguarda do ambiente. Especialmente quando chancela a figura das áreas de conservação permanente e reservas legais, por exemplo. Todavia, tais instrumentos tornam-se inócuos senão otimizados, daí a importância da implementação dos corredores ecológicos na Mata Atlântica Brasileira na concepção de obrigatoriedade, inclusive, para as propriedades que já implementaram reservas legais antes do atual Código Florestal Lei 12.651 de 25 de maio de 2012, em conformidade com o inciso III do artigo 14 da Lei ora mencionada. Entretanto, o formato dos propostos corredores ecológicos deve possuir por desenho aquele que contemple e assegure a maior e melhor preservação e conservação de todos ou da maioria dos bens naturais, quais sejam, flora, fauna, ecossistemas e todos os demais biomas, a fazer com que a mentalidade de preservação do ambiente extrapole os limites da propriedade.

**Palavras-chaves:** Propriedade. Limitação. Implementação. Corredores Ecológicos.

## ABSTRACT

This paper analyzes the institute of private property, almost unlimited right even guaranteed by the Federal Constitution of 1988, according to Article 5, paragraph XXII and the need for implementation of ecological corridors in the Brazilian Atlantic Forest as a limit on property rights in the era ecological. Namely, the proposal is to reflect this implementation not only with reference to the perspective or dimension of the social function of property imposed by the Brazilian legal system. More than that, the idea has brought the study of matrix the need for social awakening to the adoption of behaviors incisors and focused on conservation and restoration of the biome cited the environment. This paradigm breaking charges reflection on what the environment should represent to man and what man must do by and for the environment. Register that make presents itself as urgent, exactly, because the auto degree of deterioration of the Atlantic Forest and that man is the only being endowed with reason and ability to reflect, plan and execute defense actions and restore environment undeniably reached or victimized by their constant search for comfort and wealth. It is a fact that Brazilian legislation "tries" somehow guide the environmental safeguards. Especially when the seal of Figure permanent storage areas and legal reserves, for example. However, these instruments become innocuous if not optimized, hence the importance of the implementation of ecological corridors in the Brazilian Atlantic Forest in designing requirement, even for properties that have implemented legal reserves before the current Forest Code Law 12,651 of May 25, 2012 in accordance with section III of Article 14 of the Law herein mentioned. Meanwhile, the proposed ecological corridors format must have a design that covering and ensure more and better preservation and conservation of all or most of natural resources, namely, flora, fauna, ecosystems and all other biomes, to make the mentality of preservation of the environment go beyond the boundaries of the property.

**Keywords:** Property. Limitation. Implementation. Ecological corridors.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>O SURGIMENTO DO DIREITO E A GARANTIA DA PROPRIEDADE</b>	<b>14</b>
2.1	Síntese da modificação do direito de propriedade	14
2.2	Grécia Antiga	16
2.3	Roma Antiga	18
2.4	Idade Média	22
2.5	Portugal antes da Revolução Francesa	25
2.6	A Revolução feita na França	26
2.7	Propriedade	29
2.8	Novas Ideias – A Função Social	32
2.9	A propriedade e a Idade Moderna	34
2.10	A era dos direitos e de preferência sem deveres	37
2.11	A era dos direitos após a segunda grande guerra mundial	40
2.12	A imoderação de direitos	46
<b>3</b>	<b>O DIREITO DE PROPRIEDADE NA PERSPECTIVA DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO</b>	<b>48</b>
3.1	A liberdade e a vida	48
3.2	O direito de propriedade no Brasil nos séculos XX e XXI	64
3.3	O Estado socioambiental de direito	70
3.4	A propriedade de hoje e sua função ecológica	71
3.5	A Reserva Legal e a legislação vigente	73
3.6	A competência concorrente para legislar sobre meio ambiente	76
3.7	A competência comum para fiscalizar	83
3.8	A Legislação Federal	84
3.9	A legislação ambiental do Estado de Minas Gerais	86
3.10	A legislação ambiental do Estado da Bahia	90
3.11	A legislação ambiental do Estado do Paraná	91
3.12	A tutela da mata atlântica a luz da Lei 11.428/2006	94
3.13	A exceção da utilidade pública	95
3.14	A exceção da prática preservacionista	96
3.15	A exceção da pesquisa científica	96
3.16	O estudo de impacto ambiental	96

3.17 As novas empresas .....	97
3.18 Equilíbrio e desequilíbrio ambientais .....	98
3.19 Áreas urbanas e regiões metropolitanas.....	100
3.20 A viabilidade de autorização para supressão de vegetação.....	100
3.21 Crimes contra o bioma da mata atlântica .....	102
3.22 Competência legislativa .....	103
3.23 Princípios jurídicos do bioma mata atlântica .....	103
3.24 Vegetação primária e vegetação secundária.....	104
<b>4 OS CORREDORES ECOLOGICOS ENQUANTO INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DO AMBIENTE E DE GARANTIA DA VIDA.....</b>	<b>107</b>
4.1 Mata atlântica desde a chegada dos portugueses até os dias atuais .....	107
4.2 Ambienti: uno ou frazionato? .....	110
4.3 O direito de propriedade e seu efeito boomerang .....	111
4.4 O pensamento verde .....	112
4.5 A Europa após a segunda guerra mundial .....	114
4.6 O conceito de dever fundamental .....	116
4.7 As estruturas do dever fundamental de proteção ao ambiente .....	117
4.8 Obrigações de facere .....	117
4.9 Obrigações de non facere.....	119
4.10 Obrigação de pati.....	119
4.11 Ainda sobre o conceito de deveres fundamentais .....	119
4.12 Direitos ou Deveres ou Direitos e Deveres.....	121
4.13 Ambiente e agricultura de alta escala .....	126
4.14 O direito ao ambiente sadio e o dever solidário de protegê-lo .....	127
4.15 Os deveres ambientais .....	131
4.16 A função social da propriedade – resposta ao comunismo.....	133
4.17 Dignidade versus Ecologia .....	138
4.18 Dignidade, dano e ressarcimento .....	141
4.19 O novo compromisso político jurídico e socioambiental.....	144
4.20 Diversidade biológica.....	147
4.21 Sistema nacional de unidades de conservação.....	147
4.22 Desmatamento e desflorestamento .....	150
4.23 Desenvolvimento sustentável.....	153
4.24 A limitação como instrumento de proteção e recuperação ambiental ....	156

4.25 Os limites internos e os limites externos do direito de propriedade .....	158
4.26 A ingerência do Estado na propriedade particular .....	159
4.27 A ponderação de direito .....	159
4.28 A liberdade e o Direito .....	165
4.29 Espécies de restrições e alcance das restrições .....	173
4.30 Exemplo prático .....	175
5 CORREDORES ECOLÓGICOS .....	180
5.1 Ambiente .....	180
5.2 Mata Atlântica .....	182
5.3 Fragmentação .....	185
5.4 Consequências e efeitos da fragmentação florestal .....	191
5.5 A fragmentação da flora e da fauna .....	193
5.6 Fragmentos florestais e conectividade .....	195
5.7 União de fragmentos como instrumento de construção dos corredores ecológicos .....	201
5.8 Implementação de corredores ecológicos na Mata Atlântica Brasileira ..	202
5.9 Corredores ecológicos, ecologia de paisagem, mecanismos de conservação ambiental e a união de fragmentos naturais .....	209
5.10 Conservação do sistema e suas estratégias .....	210
5.11 A legislação brasileira e a tutela dos corredores ecológicos .....	212
5.12 Parâmetros para a implantação dos corredores ecológicos .....	219
6 CONCLUSÃO .....	221
REFERÊNCIAS .....	225



## 1 INTRODUÇÃO

A proposta trazida por meio do tema objeto deste estudo, qual seja, a implantação de corredores ecológicos na Mata Atlântica Brasileira como limite ao direito de propriedade na era ecológica, nasceu da inquietação resultante do cenário crescente e permanente de devastação quase incontrolável do mencionado bioma e de todos os outros bens naturais colocados à disposição de cada cidadão e de todas as formas de vida existentes no planeta.

No caso do Estado Brasileiro, nosso Ordenamento Pátrio possui instrumentos legais para coibir a violação e destruição ambiental e, sobretudo, para proteger e assegurar a cada cidadão o meio ambiente saudável. A despeito desta questão podemos mencionar Código Florestal Brasileiro Lei 12.651/2012 e a Constituição Federal de 1988, vide artigo 225, onde podemos observar:

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações<sup>1</sup>.

Por certo estes dispositivos encontram-se essencialmente conectados e em harmonia com o pensamento e com o compromisso mundial de proteger, preservar e recuperar os recursos naturais e a qualidade do ambiente. Entretanto, tais instrumentos encontram-se divorciados da cultura de destruição do ambiente e de todos os bens naturais difusos, tanto por razões econômicas quanto até mesmo por fundamentos estéticos ou de ordem meramente individual.

Sobre o tema acima disposto Machado (2009), nos ensina:

O direito ao meio ambiente é de cada pessoa, mas não só dela, sendo ao mesmo tempo 'transindividual'. Por isso, o direito ao meio ambiente entra na categoria de *interesse difuso*, não se esgotando numa só pessoa, mas se espraiando para uma coletividade indeterminada<sup>2</sup>.

Assim, tendo por base o entendimento acima colacionado deve prevalecer a compreensão de que o meio ambiente e todos os bens naturais não podem pertencer exclusivamente a uma ou a um grupo de pessoas. Impõe-se a aceitação que os define como bens de interesse de um grupo, da coletividade. Ou seja, o ambiente e todos os

---

<sup>1</sup> BRASIL, 1988.

<sup>2</sup> MACHADO, 2009.

bens naturais são aquilo que não se pode individualizar de quem é o interesse, pois o interesse é coletivo, estão ligados pelo mesmo fato, ou por objeto indivisível. Eles são representados pelos direitos transindividuais que nada mais são do que frutos da evolução da sociedade, que exigiu do legislador proteção a bens de natureza coletiva. O Código de Defesa do Consumidor trouxe grande avanço ao classificar esses direitos em difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos.

A citada realidade serviu de base para condução do estudo e, sobretudo, para apresentação dos corredores ecológicos como instrumentos efetivos de recuperação, preservação e conservação dos recursos naturais, especialmente, da Mata Atlântica Brasileira. Ressalte-se, contudo, que a implantação dos mesmos impõe a utilização de desenhos que permitam a integração de todas as áreas de proteção, preservação ou outras nomenclaturas definidas em lei ou propostas pela sociedade de maneira contínua e para além das fronteiras ou limites das propriedades privadas. Ou seja, a proposta versa sobre a inarredável necessidade de que a sociedade e os governos assumam o seu papel de adotar condutas e comportamentos não apenas voltados a proteção formal do ambiente. Mais que isso, impõe-se e espera de todos e de cada um esforço e desprendimento em favor do ambiente, da existência e da preservação da dignidade da pessoa humana.

De modo sábio e perfeitamente sincrônico com a evolução do ser humano e com o conjunto de necessidades postas e impostas pela sociedade brasileira, dentre as quais podemos mencionar a necessidade do surgimento de uma nova cultura de preservação, recuperação e conservação do ambiente, Gonçalves (2009), no ensina que:

Nessa consonância, o conceito de propriedade, embora não *aberto*, há de ser necessariamente dinâmico. Deve-se reconhecer, nesse passo, que a garantia constitucional da propriedade está submetida a um intenso processo de *relativização*, sendo interpretada, fundamentalmente, de acordo com parâmetros fixados pela legislação ordinária<sup>3</sup>.

É fato que o direito de propriedade não pode nem deve ser entendido como sendo direito supremo. Ele encontra-se protegido tanto na Constituição Federal de 1988 como em outros dispositivos legais. Entretanto, ele pode ser objeto de limitação ou relatividade sempre que o interesse coletivo, difuso ou metaindividual diante dele

---

<sup>3</sup> GONÇALVES, 2009.

se apresentar. Vez que esses são superiores a ele e podem servir de justificativa para o seu sacrifício em benefício do tecido social e de outros bens sem os quais a existência humana esteja ameaçada.

Neste passo, importa registrar que o direito de ou a propriedade já não pode mais ser entendido ou explicado apenas sob a dimensão formal. A sociedade moderna e os problemas, sobretudo, ambientais construídos pelo homem cobra e impõe uma reflexão acerca do direito a propriedade a luz da sua essência material e substancial. Pensar e agir na perspectiva material ou substancial já não pode mais ser apenas uma opção ou alternativa. Refletir sobre os limites do direito de propriedade e a necessidade de implantação dos corredores ecológicos, apresenta-se como a solução e a única opção a ser adotada pelo homem não apenas em favor do ambiente e dos recursos naturais. Mas, especialmente, em razão e defesa das gerações presentes e futuras e por que não dizer da sagrada existência humana.

A essência da pesquisa objetiva superar e dinamizar a ideia de função social da propriedade, de modo a evoluir para uma realidade contemplada e valorizada pela prática e defesa da função socioambiental da propriedade. Efetivamente, a proposta construída pelo estudo não contempla a intenção de produzir a negativa de direitos já assegurados. De igual modo, também não ostenta a pretensão de impor uma nova teoria aversa ao direito patrimonial ou mesmo contestar os direitos fundamentais do homem.

Ao contrário, a proposta de implantação de corredores ecológicos na Mata Atlântica Brasileira como limite ao direito de propriedade na era ecológica navega na direção da construção de condutas e práticas que guardem relação com a conservação, preservação, recuperação e valorização daqueles imóveis cujos proprietários compreendam a importância da manutenção e restauração do ambiente degradado e de todos os bens naturais nele contidos.

Aliás, a partir da adoção de tais comportamentos esses proprietários estarão a sofrer limitação ao direito de propriedade apenas na sua dimensão meramente formal. Já que o que se deseja por meio da implantação dos corredores ecológicos na Mata Atlântica Brasileira é possibilitar que corredores naturais ultrapassem os limites meramente privados e possibilitem a recuperação da flora, da fauna, dos ecossistemas, das fontes hídricas e pelo menos do bioma no qual se encontre localizados.

Com efeito, se hoje a comunidade internacional impõe regras para comprar produtos devidamente certificados e produzidos sem trabalho escravo ou infantil e sem desmatamento. Dentre em breve, essa mesma comunidade adotará por requisito a obrigação de que esses produtores possuam em suas propriedades não apenas reservar ou áreas de preservação, mais que isso, será cobrada a existência destes corredores como instrumentos efetivos de recuperação, preservação e conservação da vida e de dos bens naturais que são propriedade de todos.

Vejamos com especial atenção que o discurso e a narrativa da sustentabilidade e do compromisso com a preservação dos bens e dos recursos naturais já foi a essência da Conferência de Estocolmo em 1972. Desde aquele evento já era valorizada a propriedade na sua dimensão ecológica, material e substancial. Desde aquela Conferência, o homem foi convidado a olhar para o ambiente como sendo uma estrutura limitada e finita. E assim sendo um bem metaindividual que precisa ser defendido, preservado e restaurado por todos e por cada um.

Silva (2007), entende que:

A qualidade do meio ambiente se transformara num bem, num patrimônio, num valor mesmo, cuja *preservação, recuperação e revitalização* se tornaram num imperativo do Poder Público, para assegurar a saúde, o bem-estar do homem e as condições de seu desenvolvimento. Em verdade, para assegurar o direito fundamental à vida. (...) Compreendeu que ele é um valor preponderante, que há de estar acima de quaisquer considerações, como as da iniciativa privada. Também estes são garantidos no texto constitucional, mas, a toda evidência, não podem primar sobre o direito fundamental à vida, que está em jogo quando se discute a tutela da qualidade do meio ambiente, que é instrumento no sentido de que, através dessa tutela, o que se protege é um valor maior: *a qualidade da vida humana*<sup>4</sup>.

A partir do entendimento consubstanciado por Silva (2007), é possível defender a ideia de que o ambiente deve ser entendido como um bem ou como um conjunto de bens sem os quais a vida e a existência do homem sofre graves alterações e pode ser inclusive comprometida ou inviabilizada. Para ele, impõe-se ao Estado como legítimo representante do interesse público o dever de adotar posições e demarcar quais devem ser os caminhos a ser seguidos para que a os bens mais elementares sejam defendidos, mantidos e preservados.

A partir desse posicionamento do Poder Público, que em regra nasce das necessidades trazidas pela sociedade, todos os esforços devem ser adotados não apenas para fazer com que leis sejam cumpridas. Mas que isso, espera-se que todos

---

<sup>4</sup> SILVA, 2007.

os cidadãos elejam pautas e construam agendas que guardem relação com a defesa dos bens naturais e do meio ambiente como sendo as estruturas sem as quais impossível seria pensar em dignidade e existência ou continuidade da espécie humana.

É fato que a adoção de condutas, comportamentos e práticas de preservação do ambiente passa pelo acesso a um novo modelo de educação. Um modelo que considere e eleja o ambiente como bem transindividual. Nesse cenário impõe-se ao homem o dever de ver sua propriedade como instrumento imprescindível de garantia da dignidade da pessoa e da humanidade. Ou seja, de cada um e de todos o que se espera é a quebra do paradigma imposto ao longo dos séculos. E que guarda estreita relação com o uso inconsequente e deliberado dos bens e recursos naturais como se ele pudesse ter sua propriedade garantida a cada um individualmente.

O novo modelo ou paradigma a ser seguido possui por essência a certeza de que o todo se completa com suas partes e que essas jamais poderão ser contempladas ou dissociadas dele. Assim, a implantação dos corredores ecológicos na Mata Atlântica Brasileira seria uma parte de um conjunto de ações que têm por núcleo a reparação, preservação e reconstrução desse importante bioma e, por consequente de todas as outras formas de vida nele existentes.

É urgente a superação da colisão hostil praticada por pelo menos parte da sociedade que entende e defende que o direito de propriedade enquanto direito fundamental não deve assumir uma feição humana, ambiental e solidária. Por lado também é premente a superação de outros comportamentos radicais que acreditam que a ideologia ambiental deve possuir por matriz a defesa e a construção de um sistema totalmente livre e isento de qualquer espécie ou modalidade de poluição. É oportuno que o homem, enquanto único ser dotado de linguagem, por tanto de capacidade comunicativa e interacionista navegue e persiga a construção de cenários e realidades dialogantes por meio dos quais possam ser redimensionados projetos, esforços e práticas tidos por indispensáveis ao ser humano, à vida, ao ambiente e a propriedade.

Designadamente, conforme entende Sarlet (2007), a existência a vida, a dignidade humana, os bens e recurso naturais precisam ser efetivamente protegidos pelo núcleo dos direitos fundamentais de terceira geração que são por essência excelência:

[...] os direitos fundamentais de terceira dimensão, também denominados de direitos de fraternidade ou de solidariedade, trazem como nota distintiva o fato de se desprenderem, em princípio, da figura do homem-indivíduo como seu titular, destinando-se à proteção de grupos humanos (família, homem, nação), e caracterizando-se, conseqüentemente, como direitos de titularidade coletiva ou difusa<sup>5</sup>.

Conforme defende Moraes (2007) parafraseando Pérez Luño, os direitos fundamentais de terceira dimensão “[...] tais direitos podem ser considerados uma resposta ao fenômeno de ‘poluição das liberdades’, que caracteriza o processo de erosão e degradação sofrido pelos direitos e liberdades fundamentais, principalmente em face do uso de novas tecnologias”. Em uma primeira avaliação, Moraes (2007), resume os citados direitos da seguinte forma: “a primeira geração seria a dos direitos de liberdade, a segunda, dos direitos de igualdade, a terceira, seriam os direitos fraternidade ou solidariedade”.

---

<sup>5</sup> SARLET, 2007.

## 2 O SURGIMENTO DO DIREITO E A GARANTIA DA PROPRIEDADE

### 2. 1 Síntese da modificação do direito de propriedade

Norberto Bobbio (1992), mencionado por Fernanda de Salles Cavedon (2003), coloca que as teorias sobre a origem da Propriedade dividem-se em dois grupos, que seriam:

Aquelas que afirmam que a propriedade é um direito natural, ou seja, um direito que nasce no estado de natureza, antes e independentemente do surgimento do Estado, e aquelas que negam o direito de propriedade como direito natural e, portanto sustentam que o direito de propriedade nasce somente como consequência da constituição do estado civil<sup>6</sup>.

Nossos antepassados peludos caminhavam a esmo pelas florestas. Permaneciam nos bosques, nas árvores, pelo menos parte do tempo quando na fase inferior do estado selvagem e alimentavam-se de frutos, raízes, ervas e de carne crua de outros animais. Eram criaturas musculosas, menores dos que os homens atuais. Andavam nus e não conheciam o fogo. Até a invenção das primeiras ferramentas moravam em cavernas. Quando aprendeu a arremessar pedras e objetos pontudos contra outros animais, seja para defender-se ou caçar, passou ocupar lugar de destaque dentre os outros animais<sup>7</sup>.

A fase média da condição selvagem iniciou-se com a ingestão de carne de peixes, crustáceos e outros animais aquáticos e com a utilização do fogo, produzido com o friccionar de pedaços de madeira. A descoberta do fogo, há cerca de 50 mil anos ou talvez mais, implica em acontecimento em nada menos engenhoso que a descoberta da eletricidade no século XVIII depois de Cristo. Há 50 mil anos atrás o homem já aprendera a viver em cavernas para escapar de outros predadores e para abrigar-se do frio. Surge assim a primeira noção de uma consciência social<sup>8</sup>.

O estágio superior, com a invenção de armas, como o arco e a flecha, caracteriza-se com a prática da caça, com a adoção do sedentarismo ao estabelecerem-se as populações humanas em aldeias. Inicia-se a fabricação de utensílios de madeira, tecidos elaborados manualmente e a utilização de instrumentos

---

<sup>6</sup> CAVEDON, 2003.

<sup>7</sup> MORGAN, 1983, p. 15-17

<sup>8</sup> Ibid., p.16.

de pedra, como facas e machados. A agricultura passa a ser fundamental, mesmo que em baixa escala, para a sedentarização dos grupos humanos<sup>9</sup>.

O estado de barbárie, o qual na sua fase inferior salientou-se pela introdução da cerâmica, sucede o estado selvagem. Na fase média definiu-se pela domesticação e criação de animais e o cultivo de plantas.

A fase superior da barbárie evidencia-se pela fundição do minério de ferro para manufaturar instrumentos para a agricultura, como arado de ferro puxado por animais e assim permitir trabalhar a terra em grande escala. Torna-se dessa maneira viável a agricultura e o aumento dos meios de existência.

Derrubam-se as matas para lavrar a terra e criar animais, o que seria impraticável sem pá e machado de ferro. A população humana passa a crescer em demasia o que faz com que pequenas áreas sejam densamente povoadas.

Para Engels e Morgan a etapa seguinte da humanidade é marcada pela escrita alfabética e sua aplicação para registros literários. Na barbárie os homens agregavam-se em grupos sociais, as gens, caracterizadas por uma mesma ancestralidade, portanto, os membros desses grupos seriam consanguíneos entre si. Esses grupos estariam reunidos em torno de instituições religiosas e sociais, a formar uma comunidade particular. Nas gens, cada um seria proprietário dos instrumentos que usasse e fabricasse, mas a utilização seria necessariamente compartilhada.

Segundo Engels a propriedade, nesse período da barbárie, é fruto do trabalho pessoal. Entretanto, o desenvolvimento de todos os ramos da produção, como criação de gado, agricultura e ofícios manuais domésticos, possibilitou força de trabalho do homem capaz de produzir mais do que poderia ser consumido. O excedente passa a ser objeto da mercancia.

O aumento da produção possibilita o acréscimo da soma diária de trabalho de cada integrante da gens, da comunidade doméstica ou da família apartada. Em razão disso torna-se mais conveniente adquirir mais força de trabalho. Necessidade sanada pelos escravos, conquistados em batalhas. Tem-se dessa forma a primeira divisão social do trabalho. Segundo Engels, nesse período, na fase média da barbárie, passa a propriedade comum dos rebanhos das gens ou da tribo a ser patrimônio dos diferentes chefes de família.

---

<sup>9</sup> MORGAN, 1983, p. 24.



Como já dito o excesso passa a ser comercializado, ou por escambo, primeiramente; depois, através do dinheiro. Ao lado da riqueza em mercadoria e escravos e da riqueza em dinheiro, surgem os haveres em terras. A posse de parcelas do solo, concedidas primitivamente pelas gens ou pela tribo aos homens, avigora-se a tal ponto que a terra já podia ser transmitida hereditariamente.

A propriedade livre e plena do solo implicava, não somente a posse absoluta dessa mesma terra, como a faculdade de aliená-la, a qual não existia quando o solo pertencia às gens. O terreno tornou-se objeto de mercancia, a possibilitar sua venda ou penhora. Desde a introdução da propriedade privada da terra criou-se a hipoteca.

## 2.2 Grécia Antiga

Aristóteles, na obra *Política*, não define propriedade. Para esse filósofo, quanto ao aspecto econômico, fundamenta-se a propriedade ao possibilitar a execução das atividades atinentes ao dono da casa<sup>10</sup>.

Mas a definição é concedida na obra *Retórica*, aliás, conceito semelhante ao que hoje entendemos desse instituto. Propriedade implica na viabilidade de dispor ou alienar, sendo esta doação ou venda, não propriamente pelo indivíduo, mas pelo chefe de família, enquanto senhor da casa, e cidadão<sup>11</sup>.

No cerne da concepção econômica da propriedade, também possibilita-se ver em Aristóteles a tutela de um significativo grau de ingerência do poder político na propriedade privada, algo a assemelhar-se ao totalitarismo moderno.

Na Grécia antiga a propriedade privada do solo estava estabelecida, mas, de forma curiosa<sup>12</sup>, em algumas cidades, os cidadãos eram obrigados a ter em comum as suas colheitas, ainda que a propriedade fosse individual e privada<sup>13</sup>.

Também se faz menção aos arranjos feitos por Aristóteles na obra *Política*, quanto à propriedade e a sua utilização: propriedade privada e uso partilhado, como mencionado no parágrafo acima; propriedade comum e uso privado e propriedade e usos comuns.

---

<sup>10</sup> BRITO, 2007, p. 77.

<sup>11</sup> Ibid., p. 78.

<sup>12</sup> Ibid., p. 64.

<sup>13</sup> ROCHA, 1983, p. 91.

Para esse pensador a propriedade é circunstância vital da existência da *polis*, embora não seja sua parte integrante, a encontrar-se ainda dependente da política. E por isso a cidade não pode profanar a vida privada do cidadão, sob pena de corromper as bases de sua existência<sup>14</sup>.

O aparecimento da propriedade privada na Grécia antiga acarretou a hierarquização entre os guerreiros. A primeira divisão entre esses beligerantes está no fato de ter ou não terras. Entre aqueles que as possuem a cisão surge em razão do tamanho da terra. Dessa maneira os proprietários são pequenos, médios ou grandes.

Nesse período (século II antes de Cristo) a monarquia na Grécia perdurou por pouco tempo, porque muitos guerreiros acabaram por concentrar em suas mãos quantidades de terra maiores do que outros, a deslocar o poder dos reis para grupos restritos de poderosas famílias de combatentes, os quais originaram a aristocracia na sociedade grega. Os gregos não possuíam definição precisa de propriedade, mas colocavam em prática o princípio da propriedade plena, inviolável e indisponível<sup>15</sup>.

De forma inversa duas cidades gregas colocaram em prática essa propriedade plena: Atenas e Esparta. A organização social modificou-se com o incremento da agricultura, pecuária e expansão da propriedade.

Em Esparta revela-se Licurgo, no meio da desigualdade social ocasionada pela miséria de muitos e riqueza de poucos. Uma fórmula cruel que persegue a humanidade desde os seus primórdios. E que nunca cessará. Qualquer alteração nessa balança é apenas uma trégua, nunca a paz definitiva.

Licurgo consegue essa trégua ao reorganizar a sociedade com novas instituições, como redistribuição equânime das terras capturadas na Lacônia e na Messenia, em forma de lotes para famílias espartanas. Não obstante esses terrenos fossem transmissíveis por heranças, não eram propriedades privadas, mas estatais.

Em Atenas aplicava-se a concentração fundiária, a qual favorecia os eupátridas, membros da nobreza, em prejuízo de pequenos proprietários. Estes eram desapossados de suas terras, escravizados ou compelidos a trabalhar em terras alheias<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> BRITO, 2007, p. 91.

<sup>15</sup> ROCHA, 1983, p. 21.

<sup>16</sup> Ibid., p. 21-23.

Terra é poder. Terra é riqueza. Se o intento é controlar as forças da comunidade, do povoado, da cidade, do estado e assim, por meio da terra, angariar recursos para conseguir mais prestígio e mais poder, o ambiente passa a ser uma presa fácil. Grandes florestas devem ser derrubadas para obter a terra nua, cultivável em grande escala para suprir as necessidades básicas do homem, mas também ou principalmente para gerar riqueza e controle. Destruir o ambiente é consequência dessa banalização de poder e fortuna. Em Roma essa equação não muda, como não se altera na história do homem e em todos os cantos ocupados por ele.

## 2.3 Roma Antiga

A definição de Propriedade no direito Romano, não parou no tempo, se modificou ao acompanhar a evolução política, social e cultural, que refletiu sobre as normas jurídicas dando - lhes um sentido mais social. Cretella Junior (1973), aponta que a Propriedade romana passa por uma evolução que vai da Propriedade caracterizada pela noção individualista até uma concepção marcada pelo caráter social. Destaca que o direito de Propriedade

[...] sofreu inúmeras transformações no longo do período em que vigorou o Direito romano, a partir da antiga concepção, poder ilimitado e soberano, profundamente individualista, até a concepção justinianéia, arejada por um novo e altruísta sentido social<sup>17</sup>.

De antemão é importante deixar claro não existir na Roma antiga a ideia de *ius* como direito sobre uma coisa, mas a representar a própria coisa, não obstante desprovida de base material. Trata-se de instituição pensada por juristas relacionadas com instituições jurídicas objetivas já demarcadas. Assim como *proprietas* não implicaria no direito subjetivo de propriedade, mas uma qualidade intangível da coisa<sup>18</sup>.

A jurisprudência romana de antanho, na realidade, não produziu qualquer abstração de direito subjetivo, como poder ou aptidão, por entender ser desimportante a sustentação de qualquer aspecto subjetivo.

---

<sup>17</sup> CRETELLA JUNIOR, 1973.

<sup>18</sup> BRITO, 2007, p. 33.

Também não se encontra na Roma anterior à República conceitos de *dominium* e *proprietas*. Mas os romanos assimilaram a essência individualista da propriedade na sua linguagem jurídica, no sentido de possuir a coisa a particularidade abstrata de ser de alguém, de ser objeto de assenhoreamento<sup>19</sup>.

Para o romano as coisas eram antes de tudo objetos de pertença. O cidadão é o proprietário de sua terra, dos escravos, dos semoventes, e a princípio do usufruto, da servidão de passagem. É antes a ideia de ser proprietário das partes, da coisa, do que propriamente do todo ou mesmo titular de uma relação jurídica com o bem assenhoreado<sup>20</sup>.

Extraí-se a concepção de que o âmago da propriedade no direito romano encontra suas raízes na figura da supremacia do chefe de família, com nítido caráter político, uma maneira de expressar a soberania de uma pessoa sobre uma coisa. Era ele o titular de todas as realidades jurídicas referentes à propriedade. Aqui está o protótipo do individualismo possessivo<sup>21</sup>.

O mundo ocidental sofrerá nos séculos seguintes as consequências desse modelo, pois a propriedade romana estabeleceu arquétipo de uma formulação do conceito de propriedade, até porque a fundação da propriedade é a casa, unidade econômica primária e grupo proprietário, submetida à autoridade doméstica do chefe da família, a qual é a sustentação da cidadania<sup>22</sup>.

O direito de propriedade na Roma da antiguidade também estava ligada à religião, o que também ocorria na Grécia. Adorava-se o deus-lar, o qual assenhoreava-se do solo e de lá não poderia mais sair<sup>23</sup>. A propriedade particular, bem como a família e a religião doméstica integravam a organização institucional da sociedade, a qual não podia ser modificada nem por decisão do povo, nem dos dirigentes<sup>24</sup>.

O direito de propriedade, em toda a evolução do direito privado ocidental, teve seu núcleo, do ponto de vista jurídico, no poder soberano, logo, exclusivo e ilimitado sobre determinada coisa. Inatingível a quase todo encargo, público ou privado, porque

---

<sup>19</sup> BRITO, 2007, p. 33-39.

<sup>20</sup> Ibid., p. 41.

<sup>21</sup> Ibid., p. 44-52.

<sup>22</sup> Ibid., p. 49-53.

<sup>23</sup> ROCHA, 1993, p. 21.

<sup>24</sup> COMPARATO, 2011, p. 93.

alicerçado em uma origem sagrada pela sua vinculação com o *deus-lar*<sup>25</sup>, bem como no poder de chefe de família, como já dito.

O *ager*, a terra cultivável, existia em Roma desde o seu tempo republicano, cujo significado segundo a jurisprudência clássica do Direito Romano é o terreno sem casa ou construções. O terreno com construções denominava-se *fundus*. Esse conceito abarcava tanto uma área simples e demarcada quanto todo um território.

O *ager* podia ser diferenciado ou catalogado em *agerdesertus*, que eram os terrenos públicos ou privados abandonados ou não cultivados pelo proprietário ou concessionário; o *agerprivatus*, a propriedade privada propriamente dita e o *agerpublicus*. O *agerpublicus* eram os terrenos cultiváveis pertencentes ao Estado, fruto das pilhagens de guerra. Não estavam sujeito ao regime da propriedade privada. Com o tempo eram apropriados pelo povo. Mas havia lei que previa o quanto de terra podia ter no *agerpublicus*. Em razão da costumeira concentração de terra, dois tribunos da plebe se opuseram: Caio e Tibério, e consolidaram novos limites para apropriação de terras do Estado<sup>26</sup>.

No período de Justiniano agregaram-se diversos conceitos de propriedade. Dessa unificação definiu-se propriedade como *no proprietas est jus utendiet abutendi*. Essa definição é citada por autores da Idade Média. É o poder conferido ao seu titular de usar, gozar, fruir e dispor do bem como melhor lhe parecesse<sup>27</sup>.

A propriedade no Direito Romano, dessa maneira, era em princípio atribuída ao cidadão constituído pelo *pater familias*, o qual agregava em sua pessoa todas as garantias do Direito Privado Romano. Esse homem, ou melhor, cidadão, é o dono da sua terra, dos seus escravos, dos seus animais, da sua servidão de passagem e do seu usufruto. Essa é a ideia de propriedade para a civilização romana<sup>28</sup>.

Segundo, Caulanges (2007):

Há três coisas que desde os tempos mais antigos se encontram conexas e firmemente estabelecidas nas sociedades grega e italiana: a religião doméstica, a família e o direito de propriedade; três coisas que mostram manifesta relação entre si em sua origem e que parece terem sido inseparáveis. A ideia de propriedade privada estava implícita na própria religião. Cada família tinha seu lar e os seus antepassados. Esses deuses podiam ser adorados pela família e só ela protegiam; eram sua propriedade<sup>29</sup>.

<sup>25</sup> COMPARATO, 2011, p. 93.

<sup>26</sup> KUBITSCHKE, 1923, p. 780-793.

<sup>27</sup> PAGANI, 2009, p. 30.

<sup>28</sup> BRITO, 2007, p. 41

<sup>29</sup> CAULANGES, 2007.

Esse cidadão exercia o direito de propriedade sobre a coisa em sua totalidade e seus poderes eram tão extensos sobre ela que somente era possível indicá-los negativamente, ou seja, o que não era permitido fazer. O domínio no Direito Romano possuía poderes consubstanciados na frase *dominium est jus utendi, fruendi...O jus abutendi* é o direito da livre disposição da coisa, sob qualquer forma com que o proprietário deseje demitir de si a propriedade<sup>30</sup>.

Não se pode olvidar ter esse conjunto de normas e princípios jurídicos fixados pela civilização romana edificado o mais grandioso e perfeito sistema jurídico da idade antiga a sobreviver em um sem-número de concepções, instituições e princípios vigentes no mundo contemporâneo. O direito romano influiu de forma duradoura sobre a ordem jurídica do ocidente e constituiu um dos principais elementos da civilização moderna.

O domínio no direito quiritário não esbarrava em limitações impostas pela ordem jurídica, sendo que as poucas contenções ao seu exercício absoluto derivavam das relações de vizinhança e do interesse público, situações excepcionais e raras. Dessa forma o direito de propriedade era isento de restrições de ordem pública que não fossem alicerçadas essencialmente em motivos políticos e militares<sup>31</sup>.

A propriedade territorial em todos os períodos históricos de Roma era configurada como uma unidade jurídico política, por isso as leis agrárias, as quais surgiam principalmente em razão das iniciativas dos tribunos da plebe. Abrangiam disposições em relação à distribuição do *agerpublicus* a mirar principalmente o aspecto político, de assentar as conquistas de guerra por meio da fixação da população rural pela colonização dessas áreas<sup>32</sup>.

Essas leis tinham por escopo garantir a propriedade pública conquistada com guerras e colonizadas por particulares. Não obstante, os territórios agregados à Roma dos césares não podiam ser objeto de apropriação privada em razão de imposição jurídica, a fazer com que essas concessões para a colonização fossem efetivadas pelo regime típico da posse agrária, mediante pagamento de um tributo anual ao estado romano.

Esses territórios, assenhoreados e transmitidos aos particulares, como posse e conservados nesse estado, porque os bens públicos romanos eram imprescritíveis,

---

<sup>30</sup> DAIBERT, 1979, p. 153.

<sup>31</sup> STEFANINI, 1978, p. 8.

<sup>32</sup> Ibid., p. 10.

podiam ser alienados ou passados pelos seus possuidores sem se sujeitar a qualquer sanção por parte do Estado, o qual por sua vez podia, a qualquer momento e segundo suas conveniências, retomar e redistribuir essas áreas, discricionariamente.

Essa forma de distribuição do solo para fins agrícolas, segundo alguns autores, no dizer de Stefanini, teria servido de estímulo para a lei de Dom Fernando I, de 1375, a qual instituiu o regime de sesmarias em Portugal. Entretanto, esse autor julga existir de fato semelhança na forma do método dessa distribuição aquele adotado pelo estado romano, embora as bases jurídicas fossem distintas<sup>33</sup>.

Se essa colonização era mais relevante da maneira político-estratégica, o suprimento de alimentos dos centros consumidores romanos era efetivado pelos grandes latifúndios escravagistas, os quais originaram o regime feudal de produção e agregação social, a formar potentes forças políticas por serem desenvolvidas regiões agrícolas<sup>34</sup>.

## 2.4 Idade Média

A Igreja Católica Apostólica Romana influenciou sobremaneira na concepção de propriedade na Idade Média. Admitia-se a propriedade como legítima, embora de maneira contrária do entabulado pelo jurisconsulto romano, que a tinha como direito absoluto. Era, portanto um direito relativo, assegurado por leis e balizado pela moral, ou seja, o exercício desse direito individual da propriedade encontra limites no interesse social.

Como alicerce jurídico na época medieval está o Direito Romano, a manter-se dessa forma a regra do *iusutendi, fruendiet abutendi* que foi uma das escoras mais relevantes do *ius privatum* de Roma.

É possível vislumbrar nessa passagem da história a relativização do direito de propriedade. A liberdade natural não implica da supremacia de direitos, mas sim a limitação desses em razão de interesses sociais ou coletivos. Segundo Bittar (2002), ao examinar o pensamento de John Locke aponta alguns limites dados pelas leis da natureza, tais como: "não destruir a si mesmo, não maltratar qualquer pessoa, não roubar ou espoliar os bens de que os outros se servem", e sustenta ser o objetivo do

---

<sup>33</sup> STEFANINI, 1978, p. 12.

<sup>34</sup> Ibid., p. 16.

homem a busca de sua conservação, a utilizar a sua liberdade da melhor maneira possível, isto é, nessa teoria a lei da razão é a lei da natureza.

Para Locke (1994):

O "estado de Natureza" é regido por um direito natural que se impõe a todos, e com respeito à razão, que é este direito, toda a humanidade aprende que, sendo todos iguais e independentes, ninguém deve lesar o outro em sua vida, sua saúde, sua liberdade ou seus bens; [...] <sup>35</sup>.

Não obstante, nem sempre o homem age em consonância à razão. Violando a lei da natureza, não há um poder maior, no estado de natureza, para reparar com imparcialidade e comedimento tal transgressão, ficando sem justas garantias a vida, a liberdade e a propriedade.

Ainda segundo Locke (1994):

[...] ainda que no estado de natureza ele tenha tantos direitos, o gozo deles é muito precário e constantemente exposto às invasões de outros. Todos são tão reis quanto ele, todos são iguais, mas a maior parte não respeita estritamente, nem a igualdade nem a justiça, o que torna o gozo da propriedade que ele possui neste estado muito perigoso e muito inseguro. Isso faz com que ele deseje abandonar esta condição, que embora livre esta repleta de medos e perigos contínuos; e não é sem razão que ele solicita e deseja se unir em sociedade com os outros, que já estão reunidos ou que planejam se unir, visando a salvaguarda mútua de duas vidas, liberdades e bens [...] <sup>36</sup>.

Não obstante o refreamento de ordem moral, o proprietário medieval abusava da relação de servilismo e praticava de forma despótica o direito sobre a coisa, em especial no que tange aos bens de raiz, os imóveis reservados para a exploração agropastoril. Ou seja, depois de surgida a propriedade imóvel, esta permaneceu por muito tempo nas mãos dos senhores feudais e da nobreza e os vassalos que nela laboravam recebiam diminuta parte da produção e o resto ficava com o proprietário.

O pensamento cristão não conseguiu permutar de forma eloquente com as idealizações absolutistas de propriedade, herdadas dos romanos, pelas ideias morais existentes na doutrina social do evangelho, mas foi o germe de uma reflexão, a qual desabrocharia em seguida a Idade Média, de que o direito individual de propriedade estaria circunscrito ao interesse social.

---

<sup>35</sup> LOCKE, 1994.

<sup>36</sup> Ibid.



Não obstante, a pobreza evangélica do monge franciscano Guilherme de Ockham e a sua obra *Opus nonagintadierum* inovam a maneira de relacionar o pensamento jurídico com a ordem natural e o poder. Segundo esse pensamento, nada pertence aos franciscanos, nem individualmente, nem aos membros da Ordem. Tudo é de um agente doador ou é da Igreja<sup>37</sup>.

Esse teólogo escolástico inglês, de certa forma, amolda nos seus escritos o ensinamento do Redentor da humanidade e contraria a lógica do mundo. O homem não está acostumado a abrir mão do poder. E propriedade é poder.

Ockham entendeu muito bem a relação entre direito e poder político e em razão disso configurou a ideia de direito subjetivo, o qual servira para preencher o vazio ocasionado pelo extravio do direito natural. No embrião do poder político encontrava-se relacionado o nascedouro da propriedade<sup>38</sup>.

Santo Tomás, por sua vez, vê a propriedade e o poder político como integrantes de um único arcabouço organizado<sup>39</sup>. O pensamento da escolástica, seus conceitos de propriedade, de bem comum, de idade da inocência, de erro, chocam-se com uma sociedade individualista, centrada no poder político, na qual a ideia de ética, política e direito não se amoldam ao direito natural. O mundo moderno assume integralmente essa dicotomia. Em razão disso o ambiente continua a ser destruído sem qualquer reflexão. Há um abismo entre a concepção de poder (e propriedade) e a equidade natural.

Em razão desse abismo, forçoso concluir ter o Direito Romano exercido, por meio do movimento renascentista, o papel de Direito privado, em praticamente toda a parte continental da Europa de origem jurídica romanista, a atuar como um autêntico Direito Universal<sup>40</sup>.

Mesmo assim não se pode olvidar ter a Igreja Católica Apostólica Romana gerado valores caracterizadores da vivência europeia, e por consequência projetado-se no resto do mundo ocidental, fundamento de sua civilização<sup>41</sup>.

---

<sup>37</sup> BRITO, 2007, p. 95.

<sup>38</sup> Ibid., p. 100-105.

<sup>39</sup> Ibid., p. 126.

<sup>40</sup> OTERO, 2007, p. 144.

<sup>41</sup> Ibid., p. 61.

## 2.5 Portugal antes da Revolução Francesa

De 1.367 a 1.387 reinou em Portugal Dom Fernando I. O país estava em frágil situação financeira, solapado por três guerras contra Castela, lutas domésticas entre nobres proprietários e camponeses, revoltas populares e descontentamento da população em geral.

O direito de propriedade esteado no *Corpus Iuris Civilis*, a coletânea de direito civil romano da autoria do Imperador Justiniano, era irrestrito, absoluto e inderrogável, a ser defendido dessa forma por juristas, pelo clero, pelas instituições seculares.

Corporações de ofício já se destacavam nas cidades. Nos campos conflitos armados provocavam a destruição de lavouras. O que não era arrasado era abandonado e a população fugia para as cidades ou para outros reinos.

O resultado é a falta de alimentos e os conselheiros do reino atribuíam a responsabilidade por essa situação caótica aos proprietários de terra, os quais, por desídia, estariam a deixar de cultivar o solo.

Para contornar o problema, aos 26 de junho de 1375, editou Dom Fernando a Lei das Sesmarias, a forçar o cultivo das terras pelos proprietários, arrendatários e enfiteutas e tudo isso pelo bom comum. Não eram admitidos motivos para contrariar essa lei.

O desrespeito à determinação do rei implicaria no confisco das terras e posterior distribuição aos colonos que nelas quisessem laborar. Os encarregados por essas apreensões e partilhas eram os sesmeiros ou distribuidores. Não se tratava necessariamente de expropriação, mas de sequestro do bem e de fato uma imissão na posse do bem.

Dessa maneira a propriedade privada como dogma jurídico permaneceu intocada. Os lavradores contemplados com essas terras confiscadas deviam pagar aos seus proprietários rendas e pensões o que representava o legítimo reconhecimento da intangibilidade da situação dominial do proprietário que teve a terra sequestrada e partilhada.

Essa prática de distribuição de terras oriunda da Lei das Sesmarias, em que pese a equivalência dos nomes, não possui relação alguma com a repartição de terras no Brasil durante sua colonização por Portugal<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> STEFANINI, 1978, p. 20-22.

## 2.6 A Revolução feita na França

O dinheiro judeu está no controle do mundo há muito tempo. Sua influência está presente em quase todos os aspectos de nossa vida. E a chamada revolução francesa é mais uma das manifestações de poder desse povo, embora milenar, não muito conhecido.

No ano de 1784. Adam Weishaupt, educado a princípio por jesuítas e depois doutrinado por Mendelsohn, filósofo judeu, prescreve a Maximiliano Robespierre iniciar a revolução francesa. A ordem é dada por meio de um livro, escrito por Franz Xavervon Zwackh (*Eigini Original Shcriften*– Alguns Escritos Originais), um associado de Weishaupt. O entregador é detido no caminho pela polícia alemã e a obra confiscada. Após sua avaliação, as autoridades policiais recebem determinações do governo da Bavária para invadir as Lojas Maçônicas do Grande Oriente de Weishaupt na Bavária bem como as habitações de seus mais respeitados componentes. As autoridades da Bavária estão convictas ser a obra de Xaver uma advertência preocupante, uma ameaça perpetrada por pessoas muito influentes, dispostas a usar guerras e revoluções para conseguir seus intentos. Mas essas apreensões dos Bávaros limitaram-se às suas fronteiras. As demais autoridades europeias não deram crédito aos seus avisos<sup>43</sup>.

Sem resistências o dinheiro acumulado em bancos financia a revolução francesa, um sonho dos banqueiros judeus, os quais também monopolizavam as atividades mercantis em quase toda a Europa do século XVIII. Uma nova constituição é estabelecida na França e aprovaram-se leis a proibir a Igreja Católica Romana de cobrar dízimos, bem como remover suas isenções de taxaço (*permita-me emitir e controlar o dinheiro de uma nação e não me importa quem faz suas leis*, Mayer Amschel Rothschild)<sup>44</sup>.

A Revolução feita na França passa a usar critério não muito original para “igualar” os homens. Agora não são os títulos de nobreza a distingui-los, mas sim a propriedade. A propriedade privada é a nova coluna dessa nova sociedade<sup>45</sup>.

Em 1789, no artigo 17 da declaração dos direitos do homem e do cidadão o direito de propriedade passa a ser intrínseco à natureza humana. E o Código de

---

<sup>43</sup> ROBINSON, 1798, p. 18.

<sup>44</sup> Ibid., p. 103.

<sup>45</sup> TANAJURA, 2000, p. 20.

Napoleão eleva aos píncaros o direito de propriedade, inserindo-o no cerne do ordenamento jurídico. Esse código é o breviário da revolução francesa, sendo, no âmbito jurídico, a sua maior expressão. É o Código da Propriedade<sup>46</sup>.

DDHC/1789: Artigo 17º- Como a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado, a não ser quando a necessidade pública legalmente comprovada o exigir evidentemente e sob condição de justa e prévia indenização.

E o povo francês, antes da revolução, sofrera na carne a discriminação social. Agora, após a derrubada do trono, somente poderia desfrutar desse direito de propriedade quem realmente detivesse recursos para tanto. É o que denomina-se igualdade formal. A maioria da população não dispunha de meios e por isso as liberdades obtidas com a decapitação de milhares de cabeças não passavam de regalias daqueles que financiaram a mudança e a matança.

As cartas mudam de mãos. E com elas o poder. Uma elite de banqueiros e comerciantes, denominados pelos livros de burguesia, passa a deter o poder absoluto em França, a garantir o domínio político do país, necessário para fazer valer, na política do Estado, seus interesses.

É por esse motivo que a propriedade foi considerada como elemento essencial da sociedade, tão importante quanto à liberdade, fraternidade e a igualdade. Por óbvio não possuía a nova classe dominante o intuito de estabelecer igualdade econômica, pois seus privilégios acabariam.

Com a civilização burguesa a propriedade desprende-se do caráter religioso e passa a ter apenas sentido econômico<sup>47</sup>. Se antes a propriedade para a nobreza era um direito absoluto e exclusivo, cujo escopo era o privilégio exclusivo do seu senhor, para a burguesia a propriedade, após a Revolução Francesa, significava exatamente a mesma coisa.

Para Le Goff (1967), os burgueses exibiram desde o início os propósitos das estruturas do sistema capitalista/burguês. Essa forma de pensar foi demonstrada nos manuais destinados aos comerciantes medievais, a ter como exemplo escrito de um autor anônimo de Florença: “não frequentes os pobres, pois nada tens a esperar

---

<sup>46</sup> PEREIRA, 1997, p. 244.

<sup>47</sup> COMPARATO, 2011, p. 94.

deles”<sup>48</sup>. Segundo Darcy Ribeiro (1995), essa assertiva ainda está muito viva no mundo capitalista, tanto no Brasil como no mundo<sup>49</sup>.

A trilogia democrática *procedente* da Revolução Francesa, concretizada nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, também indigitados como valores da pessoa humana, encerra princípios relacionados com a tutela da pessoa humana e com origem muito anterior a 1789. A Revolução Francesa, como outras, destacou sobremaneira justificativas de cariz patrimonial, a realçar na sua manifestação mais as coisas do que o povo<sup>50</sup>.

A chamada liberdade, por exemplo, no período posterior à Revolução Francesa, conhecido como o Terror, nada mais era do que a forma definida da vontade individual a enfrentar a vontade universal. No pensamento de Hegel, deu-se muito poder às escolhas arbitrárias e opiniões, o que equivale a um conceito puramente negativo de liberdade<sup>51</sup>. Um exemplo disso é o choque princípio lógico, na proporção em que dois valores não se conciliam entre si: o secularismo, na qualidade de alicerce maior, legitimado aos píncaros pela Revolução Francesa, e a liberdade religiosa *per se*<sup>52</sup>.

O Código de Napoleão, por sua vez, inspirou códigos civis de outros países, como no Brasil, e por essa razão suas legislações foram originariamente de ideologia extremamente liberal, a colocar a propriedade privada e a autonomia da vontade com alicerce dos seus sistemas jurídicos.

Entretanto, não se pode deixar de fazer referência a um significativo contributo da revolução burguesa, ao ser legitimado de forma expressa pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 os deveres fundamentais tradicionais, a saber, *o dever de obediência com expressão na última parte do artigo 7º, o dever de pagar impostos constante do art. 13º e o dever de suportar a privação da propriedade em caso de expropriação por utilidade pública mencionada no 17º*. Outro dever fundamental clássico – o dever de defesa, estava subtendido no artigo 12 da Declaração de 1789<sup>53</sup>.

---

<sup>48</sup> LE GOFF, 1967.

<sup>49</sup> RIBEIRO, 1995.

<sup>50</sup> OTERO, 2007, p. 58.

<sup>51</sup> BRITO, 2007, p. 604.

<sup>52</sup> LIED, 2012, p. 66.

<sup>53</sup> NABAIS, 2002, p. 44-45.

DDHC/1789: Artigo 7º- Ninguém pode ser acusado, preso ou detido senão nos casos determinados pela Lei e de acordo com as formas por esta prescritas. Os que solicitam, expedem, executam ou mandam executar ordens arbitrárias devem ser castigados; mas qualquer cidadão convocado ou detido em virtude da Lei deve obedecer imediatamente, senão torna-se culpado de resistência.

DDHC/1789: artigo 12º- A garantia dos direitos do Homem e do Cidadão carece de uma força pública; esta força é, pois, instituída para vantagem de todos, e não para utilidade particular daqueles a quem é confiada.

DDHC/1789: artigo 13º- Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração é indispensável uma contribuição comum, que deve ser repartida entre os cidadãos de acordo com as suas possibilidades.

DDHC/1789: artigo 17º- Como a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado, a não ser quando a necessidade pública legalmente comprovada o exigir evidentemente e sob condição de justa e prévia indemnização.

É certo ser a propriedade a instituição em torno da qual foram realizadas as mais duras batalhas políticas entre aqueles que a consideravam essencial e benéfica e aqueles que veem nela a maior força a separar as classes, ou seja, injustiça social. E onde a dignidade humana não é respeitada, o ambiente também não é.

Com tanto poder para o proprietário, é óbvio ser o ambiente numa atmosfera dessa apenas um mísero detalhe. Hoje essa imagem do ambiente mudou, mas há resquícios fortíssimos do Código da Propriedade inseridos na mentalidade comum. No Brasil, na prática, a ideia de ambiente ainda não consegue sobrepor-se ou pelo menos igualar-se à noção de propriedade. O homem, em especial o proprietário agrário, em geral, ainda considera-se o senhor absoluto de seu território. A noção de ser o ambiente de todos ainda é um tabu.

## 2.7 Propriedade

Como um primeiro passo utilizo a definição provisória de propriedade de Tony Honoré, citado por Miguel Nogueira de Brito (2007): “Propriedade é o mais extenso direito imaginável sobre uma coisa, aceito por um sistema jurídico desenvolvido. Trata-se de um conceito liberal de propriedade”<sup>54</sup>.

O citado jurista inglês (autor de um verbete referente a uma das obras do jurista Domitius Ulpiano) elabora esse conceito a realçar um direito com peculiaridades comuns, a suplantam sistemas particulares, mantendo-se constantes

---

<sup>54</sup> HONORÉ apud BRITO, 2007, p. 50.

esses elementos de sistema para sistema jurídico, com o que não concorda Jeremy Waldron, que percebe nessa definição a ausência alteração de traços singulares do conceito de propriedade de um complexo jurídico para outro<sup>55</sup>.

No sentido expresso pelo conceito de Honoré, como destacado pelo Doutor Miguel Nogueira, propriedade implica no direito de possuir, direito de usar, direito de conduzir, direito ao rendimento pelo uso da coisa, direito ao capital (entendido este inclusive como o direito de destruir a coisa, integralmente ou parte dela), direito à segurança, direito de transmissão aos sucessores.

Quanto a este trabalho percebe-se estar essa definição de propriedade, em parte, distante dos anseios da Era Ecológica, pois chama a atenção o poder absoluto do proprietário sobre a coisa. Digo em parte porque no conceito de Anthony Maurice Honoré também está prevista a obrigação de não usar o objeto da propriedade de forma a causar malefícios a outros<sup>56</sup>.

O Código Civil brasileiro não define propriedade. O legislador quis no artigo 1228 tão somente indigitar seus principais pontos. Também prevê quais são os poderes do proprietário. Proprietário é aquele que usa, goza e dispõe da coisa e pode reavê-la de quem quer que a possua ou retenha de maneira injusta. Para Maria Helena Diniz propriedade é a *plenitude do direito sobre a coisa*<sup>57</sup>. Mas amplia seu conceito ao combiná-lo com os poderes conferidos ao proprietário: propriedade é o direito de usar, gozar e dispor de um bem, corpóreo ou incorpóreo, a possibilitar ainda reclamá-lo de quem ilegalmente a retenha<sup>58</sup>.

Frisa-se ter o legislador usado verbos bem precisos para expor os componentes da propriedade: Usar (*iusutendi*) é tirar proveito do bem da forma mais apropriada ao desejo. Gozar (*iusfruendi*) é usufruir economicamente do bem. Dispor (*ius abutendi*) é transmiti-la a outrem a qualquer título. Reaver (*iusvindictio*) é exigir a devolução do bem de quem o possua ou retenha de forma injusta.

Pontes de Miranda define propriedade em acepção ampla, como *todo o direito irradiado em virtude de ter incidido regra de direito das coisas* e, a alicerçar-se no Código Civil, este autor conceitua propriedade, em sentido estrito, como *todo direito sobre coisas corpóreas, e a propriedade literária, artística e industrial*<sup>59</sup>.

---

<sup>55</sup> BRITO, 2007, p. 11.

<sup>56</sup> Ibid, p. 11.

<sup>57</sup> DINIZ, 2004, p. 113.

<sup>58</sup> Ibid.

<sup>59</sup> MIRANDA, 1973, p. 9.

Em definição ainda mais ampla a propriedade é o domínio ou qualquer direito patrimonial e, em sentido muito restrito, seria apenas o domínio<sup>60</sup>. Esse autor conceitualiza o domínio como *o direito limitado, quanto ao conteúdo mas, dentro deste ilimitado, de poder sobre a coisa*<sup>61</sup>, sendo, por conseguinte, passível de limitações pela lei ou de limitações impostas por negócios jurídicos. As limitações da lei dizem respeito ao âmbito, ao conteúdo em abstrato, já as restrições não assestam o conteúdo abstrato do domínio. Os direitos pertencentes a outro, uma vez abolidos, devolvem completamente o direito de domínio<sup>62</sup>.

Poder-se-ia afirmar ser o direito de propriedade o poder jurídico legalmente conferido ao sujeito de direitos para usar, gozar e dispor de um bem, seja corpóreo ou não, e ainda reclamá-lo de quem injustamente o conserve, dentro das balizas fixadas pela lei. O âmbito do direito de propriedade é fornecido pelos balizamentos legais. A propriedade diferencia-se do domínio por se manter mesmo ausentes todos os poderes inerentes ao domínio.

Dessa forma, um imóvel gravado com usufruto mantém-se com seu proprietário, ainda que este não tenha o domínio da coisa, em razão de não poder usá-la ou fruir dela. Ou seja, a propriedade plena caracteriza-se com a reunião de todos os esses poderes em uma só pessoa. E se um desses poderes estiver com outro, o proprietário não deixa de sê-lo.

No direito de propriedade encontram-se alguns elementos: o domínio, o mesmo que dizer usar, fruir e dispor, mas a propriedade mantém-se se algum limite atingir um ou dois desses poderes, ou mesmo todos. Assim, um imóvel gravado com usufruto continua a pertencer ao seu proprietário, ainda que este não tenha o domínio da coisa, por não poder usar e fruir a mesma. Vê-se assim a grandiosidade desse direito, já não tão extenso, é certo, nos dias de hoje.

Durante cinco séculos a Mata Atlântica Brasileira, justamente por estar em regiões que primeiro sentiram o impacto da colonização e desbravamento, sofreu e ainda padece das consequências desse direito/poder. E no passado esse direito de propriedade era ainda mais vigoroso, pois a terra precisava ser explorada para ser

---

<sup>60</sup> Como o domínio é constituído pelo direito complexo do exercício dos poderes de gozar, reaver, fruir e dispor da coisa, é possível adicionar a essa definição a possibilidade de exercer o direito ao exercício dos direitos atinentes ao domínio, em sua completude ou parcialmente, que podem ser ofertado pelo proprietário, desde que por um tempo determinado

<sup>61</sup> MIRANDA, 1973, p. 29.

<sup>62</sup> A esta dinâmica dos poderes constituintes do domínio, denomina-se Princípio da Elasticidade da Propriedade



conquistada. O direito de propriedade para ser exercido não poderia ser detido pelas florestas. Aliás, essas eram fonte de renda, de riqueza, de poder.

E antes de confrontarem-se os direitos de propriedade e de um ambiente sadio, é preciso acompanhar a evolução da propriedade e tentar desvelar o motivo ou explicações de tanto poder em mãos muitas vezes de uma só pessoa.

## 2.8 Novas Ideias – A Função Social

Segundo Gomes (2012), em oposição ao teoria ou concepção individualista, que privilegiava o interesse do titular da propriedade, a tutela da propriedade, sob a perspectiva social, extrapola os limites do direito individual passa a tutelar também o interesse social, na medida em que se reconheça que “o exercício dos poderes do proprietário não deveria ser protegido tão somente satisfação do seu interesse”<sup>63</sup>.

Menos de cem anos depois da Revolução Francesa, Marx e Engels, no Manifesto Comunista de 1848, objetam a concepção de propriedade privada, em especial a agrária, e todos os demais bens de produção. Marx divulga o processo através do qual o trabalho humano, estimado tão somente na forma de extensão de tempo de elaboração, sem levar em conta a capacidade e os resultados, assume o valor de uma mercadoria similar a uma soma em dinheiro. O capitalismo para esse pensador é organizado para transfigurar trabalhos mortos em mercadoria. No final da produção estará inserido nessa mercadoria o valor do trabalho. A isso Marx denomina força de trabalho<sup>64</sup>.

Em razão dessas ideias surge com mais ênfase entre os positivistas do final do século XIX e início do século passado o ideal da função social da propriedade. León Duguit expõe em sua obra *Transformações gerais do direito privado desde o Código de Napoleão*, em 1912, a propriedade-função. Não nega o autor o direito de propriedade, assegurado pela ordem jurídica, embora não se deva perder a percepção da sua função social. Esta é a alma do corpo, a propriedade<sup>65</sup>.

Aqui, mesmo que inconscientemente, brota a idealização de salvaguardar o ambiente. Sem a função social a imagem de luta pelo ambiente torna-se abstrata ao

---

<sup>63</sup> GOMES, 2012.

<sup>64</sup> BRITO, 2007, p. 673-680.

<sup>65</sup> TANAJURA, 2000, p. 21.

extremo. De toda essa passagem pela história vislumbra-se o apego do homem à propriedade, o seu egoísmo destruidor, sem clemência, a sua avareza distanciadora.

A função social é justamente o anverso, o ato de solidariedade para com o próximo. É por limites à egolatria para o bem de todos. E esses limites, como forma de defender o ambiente, poderiam ser propostos até por particulares, no caso de omissão do Estado. Isso afrontaria as concepções das teorias monistas. Por estas os direitos fundamentais, especificamente o de propriedade, devem valer como direitos subjetivos contra entes privados que consubstanciem poderes sociais e indivíduos que detenham algum poder comparável à supremacia estatal<sup>66</sup>.

Para os negativistas a propriedade não é um direito natural, intrínseco à alma do homem. Proudhon constrói ideias jurídicas a agrupar o direito e uma filosofia nova. Embora não seja comunista, esse anarquista francês considerava a propriedade um roubo, o suicídio da sociedade, um mal a ser expulso da terra. Sua concepção radical chegava ao ponto de defender seu banimento do ordenamento jurídico. Defendia apenas a posse como um direito legítimo<sup>67</sup>.

Grócio, Hobbes e Montesquieu, estes como legalistas e aquele como pai da teoria da ocupação defendem a propriedade privada. O mesmo quanto a Maria Helena Diniz a qual redigi a teoria da natureza humana. Por esse pensamento a propriedade é essencial para a natureza humana. É instrumento para matar sua fome, relacionar-se com seus semelhantes. Chega a dizer ser condição de subsistência do homem e condição para sua liberdade<sup>68</sup>.

Essas correntes de pensamento, muitas vezes díspares, não divergem, entretanto, ao afirmar não ser mais absoluto o direito de propriedade. Está ele calcado em uma série de restrições a objetivar o interesse coletivo, o que inclui o direito a um ambiente sadio, protegido. Muito diferente da época de Roma, onde durante quase toda a sua existência preponderou o individualismo, época em que a propriedade estava protegida por um poder pleno, incondicional e intangível.

O socialismo acabou por sucumbir. Desde o seu início, e em qualquer parte do mundo, revelou ser um regime autoritário. Mas é possível encontrar pelo menos um mérito no comunismo, a concepção da função social da propriedade, que também poderia ser chamada de função solidária da propriedade.

---

<sup>66</sup> MAC CRORIE, 2005, p. 21.

<sup>67</sup> TANAJURA, 2000, p. 21.

<sup>68</sup> DINIZ, 2004, p. 107.

Países como a China e União Soviética, de grande expressão política, econômica e militar, organizaram-se de forma a limitar a esfera privada em prol de políticas sociais, com o escopo de atenuar as tensões civis. Com o aparente fracasso do modelo comunista, simbolizado pela queda do muro de Berlim, os países capitalistas reintroduziram com mais ênfase a política liberal, agora denominada neoliberal, a pregar a máxima restrição à interferência do Estado na sociedade e maior valorização e autonomia da esfera privada. E autonomia implica ameaça ao ambiente, pois o absolutismo do direito de propriedade, como já visto, não costuma andar de mãos dadas com restrições.

## 2.9 A propriedade e a Idade Moderna

Para elucidar o enfoque da propriedade na idade moderna recorre-se sobretudo a John Locke, teórico do direito natural moderno. O direito natural moderno consiste em encadear os princípios dos inúmeros modos do direito natural de acordo com Ockham. John Locke modificou de forma profunda a justificação da propriedade privada. O pensamento lockeano está inserido nos entraves políticos a envolver a sucessão ao trono da Inglaterra, conforme o retirado do contexto dos escritos *Two Treatises* (obra que influencia o pensamento socialista inglês do século XIX) e *Whigs*, grupo este a que estava Locke filiado. Também sofre esse pensador influência da conjuntura religiosa, o que causava certo desconforto nos meios acadêmicos dos séculos XVII e XVIII. Por último, como já dito acima, é o direito natural a grande matriz intelectual a fornecer luz no enunciado lockeano.

Para Locke há sentido incerto no termo propriedade, ora o objeto de um direito, ora o direito de propriedade em si mesmo. Abrangia o seu conceito de propriedade uma ideia única a conter realidades distintas<sup>69</sup>.

No conceito de Locke estão inseridos os direitos naturais de todos os homens à preservação da própria vida e a dos outros, bem como os meios imprescindíveis para a sua própria sobrevivência. Juntam-se a esses dois direitos um terceiro, a propriedade em comum a que remete as Escrituras<sup>70</sup>.

Locke fita a propriedade como apêndice da personalidade (o próprio estabelecimento da propriedade sobre os bens externos) e com os direitos de uma

---

<sup>69</sup> BRITO, 2007, p. 319-335.

<sup>70</sup> Ibid., p. 316

pessoa. É o direito de usar e consumir a coisa, direito de afastar os outros, de transmitir a coisa, não podendo ainda os bens serem destruídos de forma improvidente, de servirem os bens dispensáveis (pelo menos esses) para auxiliar os necessitados, devendo ainda atender as conveniências da família, não somente de uma pessoa<sup>71</sup>.

Sua visão de propriedade não permite concluir ser sua perspectiva capitalista, mas antes de tudo mercantilista, do trabalho produtivo; não de uma apropriação sem limites, e ainda o trabalho fecundo direcionado para uma riqueza nacional, não propriamente individual, com forte alicerce teológico<sup>72</sup>.

Trata-se de posicionamento simpático para o ambiente. Usar a coisa com responsabilidade, de forma a não trazer prejuízos para terceiros. Quanto a Kant, fixa-se apertada relação entre o Estado e a propriedade. Para alguns comentaristas de sua obra não há para esse pensador direito natural para os homens usarem as coisas para a sua preservação e sobrevivência<sup>73</sup>.

Para outros intérpretes Kant é um jusnaturalista moderno, por ter se valido de princípios metafísicos da razão, a divorciar-se de um jusnaturalismo colocado por pensadores aristotélicos-tomistas, desde a Grécia Antiga até a Idade Moderna<sup>74</sup>. Por conseguinte, o direito natural é uma lei da razão<sup>75</sup>. Essa discrepância de ser ou não Kant um jusnaturalista talvez ocorra em razão de um pensamento político tardio ou ainda contrassensos e incertezas de seu pensamento, segundo outros estudiosos<sup>76</sup>.

Immanuel Kant defende a propriedade privada ao afirmar: *age exteriormente de tal modo que o uso livre do teu arbítrio possa coexistir com a liberdade de cada um segundo uma lei universal*. Trata-se de um direito de liberdade impossível de ser obtido ou alienado, a consubstanciar-se na liberdade de cada um<sup>77</sup>.

A liberdade é um direito inerente ao homem, em razão tão somente de sua humanidade. Aliás, para Kant, é o único direito inato e originário<sup>78</sup>. É a razão de sua racionalidade, sem qualquer parâmetro biológico. As leis da liberdade são preceitos da atividade racional soberana, por meio da qual a ação se concretiza por livre opção

---

<sup>71</sup> Ibid., p. 441-442

<sup>72</sup> Ibid., p. 461-463.

<sup>73</sup> Ibid., p. 485.

<sup>74</sup> MELLO, 2010, p. 117.

<sup>75</sup> Ibid, p. 118.

<sup>76</sup> MELLO, 2010, p. 111.

<sup>77</sup> BRITO, 2007, p. 487.

<sup>78</sup> MELLO, 2010, p. 119.

do agente<sup>79</sup>. Por tal motivo, para Kant, é a liberdade o espectro jurídico-subjetivo da própria lei universal do direito. É um direito inato do homem de ter propriedade<sup>80</sup>, dentre eles o de um espaço de terra indispensável para a existência individual<sup>81</sup>, desde que haja a posse sensível da coisa<sup>82</sup>.

Ressalta-se no pensamento de Kant a importância dada à propriedade. Ninguém pode ser tolhido de conseguir e conservar propriedade. Ou seja, o Estado pode adotar medidas para tornar os direitos iguais em relação à propriedade, não para assegurar o bem estar e a felicidade dos cidadãos<sup>83</sup>.

Não deixa de ser uma linha de pensamento, se transportada para estes dias, preocupante para o ambiente. Essa apreensão somente avoluma com Georg Wilhelm Friedrich Hegel. Para esse filósofo alemão a propriedade é uma função da personalidade e a vedação de ter propriedade implica em violar os direitos da personalidade, tal como a privação do corpo. A *coisificação* da natureza e a liberdade da pessoa passam a ter intensa ligação.

A propriedade cada vez mais ocupa lugar preponderante no pensamento filosófico do homem moderno, quase sempre colocada como antípoda das vontades e opiniões arbitrárias, de não estar mais o processo econômico centrado em uma sociedade doméstica, mas sim na sociedade civil, a fundamentar as economias dos séculos XVIII e XIX.

Propriedade e economia andam agora de mãos dadas e a sociedade doméstica passa a caminhar ladeada pelo Estado e a sociedade civil. O direito natural não responde mais às indagações desses novos personagens. São as necessidades humanas as novas engrenagens a organizar o trabalho e as relações entre os indivíduos.

Na idade moderna o princípio individualista não é o único alicerce do edifício social e político<sup>84</sup>, não obstante é um dos que mais se destaca, em razão dos conceitos de liberdade e propriedade. E a forma mais precisa de articular o direito de propriedade é reputá-lo um direito geral e necessário, como imposição da liberdade

---

<sup>79</sup> BRITO, 2007, p. 116.

<sup>80</sup> Ibid., p. 488.

<sup>81</sup> MELLO, 2010, p. 21

<sup>82</sup> BRITO, 2007, p. 490.

<sup>83</sup> Ibid., p. 515.

<sup>84</sup> Ibid., p. 635.

do indivíduo, e, de maneira concomitante, como direito especial e contingente, pois impossível conceder esse direito a todos<sup>85</sup>.

Para Hannah Arendt a idade moderna foi uma investida de tirar da cena pública o homem politizado, que fala e atua. O que importa, segundo essa filósofa, é estar em evidência o tripé: trabalho (esforço, sofrimento, mas também libertação), obra (um produto perene, elaborado por expedientes humanos e por sua inteligência) e ação (o contato entre as existências dos envolvidos, *a vida vivida entre os homens*)<sup>86</sup>.

Arendt identifica no marxismo a compulsão atual pelo trabalho e a ausência de qualquer importância que possa ser dada aos limites do labor, ação e obra. E no pensamento de Locke e dos que o sucederam fica claro ser a propriedade um produto da obstinação pelo trabalho, da riqueza e até o cerne da criatura humana. O ser humano mergulha no utilitarismo, no exagero pela busca do prazer e em toda e qualquer repulsa ao sofrimento<sup>87</sup>.

E as indagações da modernidade e suas críticas somente proporcionam a projeção para o futuro da própria modernidade<sup>88</sup>, pela qual assenta-se mais e mais a preservação da elaboração de propriedade como domínio individual sobre a coisa, como manifestação das relações de produção, não como princípio de organização social.

## 2.10 A era dos direitos e de preferência sem deveres

Não é comum discorrer sobre deveres fundamentais nos livros e artigos de Direito Constitucional. Os ouvidos e olhos dos séculos XVI, XVII e principalmente XVIII para cá, acostumaram-se tão somente a termos como liberdade, direitos, direitos fundamentais, direitos humanos, direitos difusos e coletivos, garantias, direitos das minorias, proteção, autonomia individual, participação, valor do homem, centralidade do homem, direitos e garantias individuais, elementos estruturantes, *Bill of Rights*, Revolução Francesa e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, Magna Carta, Revolução Inglesa e a *Glorious Revolution*, Revolução Americana, a Declaração de Independência de 1776 *et cetera*.

---

<sup>85</sup> BRITO, 2007, p. 636.

<sup>86</sup> Ibid., p. 677-678.

<sup>87</sup> Ibid., p. 2007, p. 680.

<sup>88</sup> Ibid., p. 609.

Qualquer um disposto a aprofundar estudo sobre direitos e direitos fundamentais deparar-se-á com uma infinidade de títulos, autores, revistas, coleções, teses de pós-graduação, de mestrado, doutorado, pós-doutorado, artigos científicos ou não, sem mencionar um universo de leis e regulamentos.

Sem embargo, quem quiser conhecer mais de perto, familiarizar-se com os chamados deveres fundamentais deverá ter um pouco mais de paciência e espírito de garimpeiro, sem mencionar uma indisfarçável antipatia e até mesmo resistência da maioria dos operadores do Direito, até porque, segundo muitos, tal enfrentamento é desnecessário, pois onde há direitos implicitamente existem deveres e por isso não há necessidade de falar expressamente sobre eles. Fica a sensação de existir uma certa alergia à imagem do dever fundamental<sup>89</sup> ou talvez algum esquecimento da doutrina constitucional moderna<sup>90</sup>. Essa postura da doutrina de olvidamento chega a ser *chocante*, a ocorrer, *verbi gratia*, em Portugal, a qual não elabora *uma teoria geral minimamente correspondente e autônoma*, como ocorre nos direitos fundamentais<sup>91</sup>. Deste lado do Atlântico, nestas plagas, a realidade não é nada discrepante da ex-metrópole.

Há quem entenda, como já dito, existir em cada direito a noção implícita de dever. Essa correspondência é infalível? Nem sempre direitos, liberdades e garantias andam de mãos dadas com os seus correspondentes deveres, principalmente quando aqueles são exageradamente resguardados, como os direitos de expressão<sup>92</sup>. O tratamento desses deveres manifesta-se visivelmente minguado quando diluído no conteúdo a ter por objeto os direitos fundamentais<sup>93</sup>.

---

<sup>89</sup> GOMES, 2007, p. 135.

<sup>90</sup> NABAIS, 2007, p. 15.

<sup>91</sup> Ibid., p. 23-24.

<sup>92</sup> No dia 7 de janeiro de 2015 o mundo tomou ciência da matança rápida e cruel de doze pessoas que trabalhavam para o jornal francês Charlie Hebdo. E durante esses últimos anos esse mesmo jornal abusou do direito de expressão ao ofender de forma acintosa a religiosidade e valores pios de cristãos, judeus e muçulmanos, principalmente dos primeiros, tudo em nome do exercício ilimitado desse direito. Não havia deveres fundamentais. A mídia mundial, com raríssimas exceções, não questionou isso. Em fevereiro de 2013 ativistas **nuas** do Femme invadiram a Catedral de Notre Dame em Paris para gritar palavras de ordem pela renúncia do Papa Bento XVI e em comemoração ao projeto de lei francês que permitia a união civil entre homossexuais. Curiosamente foram todas elas absolvidas pela justiça francesa por esse inusitado episódio e dois vigias da Igreja foram processados por impedir que as militantes expressassem suas convicções. De igual maneira para as integrantes do Femme não havia deveres fundamentais, apenas direitos. São dois exemplos de como o desequilíbrio na partilha de direitos (tão ameaçador como a falta deles), desacompanhada dos correlatos deveres fundamentais, esmaga a alma e suga a capacidade de ter compaixão, respeito, tolerância para com o próximo, a preencher vazios existenciais com ódio e arrogância

<sup>93</sup> NABAIS, 2007, p. 27.

Também não é possível aceitar a tese de estarem dissolvidos *conteudisticamente* os direitos fundamentais nos deveres fundamentais, a criar uma unidade entre eles, o que provocaria uma *contradictio in adjectio*, deixando de ser uma concepção a ter como propósito a posição essencial ativa ou passiva da pessoa para passar a ter por mira um sentido de poder ou dos poderes públicos. Tal entendimento somente embaralha os conteúdos do poder político (autoridade) e dos direitos fundamentais (da liberdade), a invalidar o lugar superior ocupado pelo indivíduo enquanto pessoa no ordenamento jurídico máximo<sup>94</sup>.

Sempre que se falar de direitos fundamentais é preciso ter em conta a ideia precisa de estado de direito, concepção muito acima do radicalismo da teoria *liberal burguesa*. Tal prática possibilita, com mais nitidez, vislumbrar a *teoria liberal moderna* ou *liberal social* e assim retirar os deveres fundamentais do ostracismo e também permitir observar com clareza estarem os direitos fundamentais limitados não somente por razões de ordem subjetiva (as liberdades de outrem, o que já é esperado pela teoria clássica ou liberal burguesa dos direitos fundamentais), mas igualmente com fundamento de ordem objetiva, corporificados nas legítimas exigências *da moral, da ordem pública e do bem estar de uma sociedade democrática*. Essas imposições são os alicerces dos deveres fundamentais<sup>95</sup>.

Aliás, os direitos sociais não tinham como se inquietar com questões ambientais que ainda não eram percebidas, até porque a realidade humana transmitida pelo Estado Liberal, no qual o homem é visto com indiferença, não propiciava tal pensamento. Se o ser humano trata o próximo como mercadoria, para alcançar maior lucro e crescimento nos tempos da escravidão, teria maiores cuidados com a questão ambiental? A partir do avanço da qualidade de vida da população, o que possibilitou o aumento do tempo médio de vida do homem e assim ampliou o consumo, os resíduos, o consumo de energia, e, por consequência, o desmantelamento ambiental, é que tal fato adentrou na pauta de discussões nacionais e internacionais<sup>96</sup>.

---

<sup>94</sup> NABAIS, 2007, p. 32.

<sup>95</sup> Ibid., p. 30-31.

<sup>96</sup> RUSCHEL, 2007, p. 76.



## 2.11 A era dos direitos após a segunda grande guerra mundial

Impera no mundo a era dos direitos. E para dar mais ênfase a essa assertiva, revelou-se no ocidente, mais precisamente no pós-segunda guerra, os chamados direitos fundamentais, construções jurídicas resultantes de um lento processo, incorporado a elaborações filosóficas, religiosas e à dinâmica de significativas agitações sociais e políticas, não obstante, o que não deixa de ser curioso, inexistentes em países como França e na Comunidade Britânica de Nações<sup>97</sup>. Se os direitos fundamentais ganharam corpo após o dramático conflito mundial bélico dos anos quarenta do século passado, sempre com o escopo de acondicionar o poder do estado dentro de determinadas balizas, a assegurar a dominância da luta pelo direito, como forma de proporcionar às pessoas *um âmbito de liberdade e autonomia*, desconsiderou-se, de certa forma, as chamadas *situações jurídicas passivas* (ou obrigações dos particulares). Nesse aspecto destacam-se a Constituição Italiana de 1947, a Lei Fundamental da República Federal da Alemanha de 1949, e as Constituições Portuguesa de 1976 e a da Espanha de 1978<sup>98</sup>.

Reconhece-se hoje indiscutivelmente, como consequência dessa supracitada realidade, o direito fundamental a um ambiente ecologicamente equilibrado, a buscar processo dialético em ininterrupto avanço, pois também para o futuro lança-se cada vez mais intensamente a relação de causa e efeito atada à ação humana pela perspectiva ecológica<sup>99</sup>.

Mas há uma face oculta nesses direitos, no dizer de Casalta Nabais<sup>100</sup>. Segundo o conceituado doutrinador, a face encoberta são os encargos, deveres e dispêndios necessários para o direito fazer-se valer no mundo dos eventos.

Não é possível entender um direito sem antes estar cômico dos correlatos deveres. Direito e deveres deveriam ter a mesma medida. Não se constrói cidadania tão somente oferecendo direitos, mas, na mesma medida e tempo, apontando-se para os deveres. O supracitado professor associado de Coimbra diz isso com outras palavras: direitos e deveres formam o estatuto constitucional da pessoa, a preceder

---

<sup>97</sup> ALEXANDRINO, 2011, p. 11.

<sup>98</sup> NABAIS, 2007, p. 15-17.

<sup>99</sup> SARLET; FENSTERSEIFER, 2012, p. 34.

<sup>100</sup> NABAIS, 2002, p. 737

as organizações políticas e econômicas<sup>101</sup>. Um cidadão arvorado tão somente em seus direitos é uma meia pessoa, protótipo de intransigência e irresponsabilidade.

Há de se ter certa cautela com a defesa extremada do exercício de direitos. O seu mau uso pode ter consequências desastrosas para todos aqueles que de alguma forma submetem-se aos ditames da individualidade exacerbada. É a hipertrofia dos direitos e o decorrente definhamento dos deveres.

O homem integral explica-se pela soberania alicerçada na dignidade da pessoa humana, haja vista serem esses deveres expressão da soberania do estado, o qual está estabelecido na preeminência da pessoa humana<sup>102</sup>. A dignidade humana assenta-se no princípio da responsabilidade em um contexto de solidariedade e deveres fundamentais (tanto do Estado como do indivíduo) de proteção do ambiente. É a ética do compromisso, da obrigação de assumir uma nova dimensão moral, a qual se materializa no campo jurídico dos deveres constitucionais de proteção ambiental<sup>103</sup>.

A partir dessa ideia delinea-se um ser humano condoído com as existências humana e não humana ao seu redor. É o dever no sentido de solidariedade, o qual também atribui idêntica distribuição dos ônus sociais, exigíveis para a correta condução da comunidade estatal<sup>104</sup>. Esta aliança de deveres de colaboração estatal, munida da essência de cuidado, redução e paralisação dos riscos ambientais, começa a ser compreendido como um múnus internacional alicerçado em norma consuetudinárias<sup>105</sup>.

A edificação do constitucionalismo ecológico foi iniciada no Brasil com o Texto de 1988. Para tanto é imprescindível impor limites à autonomia da vontade e demais direitos fundamentais do ser humano, quando imprescindível para garantir a gozo de uma vida saudável e elevada para esta e futuras gerações<sup>106</sup>.

Na era ecológica essa assertiva torna-se mais evidente. De um lado o direito de propriedade; do outro o dever de preservar ou reparar o ambiente, para mantê-lo sadio e equilibrado. De uma ala o direito de explorar economicamente a terra; por outra o dever de contribuir para o bem-estar da atual geração e assegurar às futuras esse mesmo contentamento. Por uma banda o ambiente sendo cada vez mais

---

<sup>101</sup> NABAIS, 2002, p. 738.

<sup>102</sup> Ibid., p. 743.

<sup>103</sup> SARLET; FENSTERSEIFER, 2012, p. 35.

<sup>104</sup> Ibid., p. 140.

<sup>105</sup> GOMES, 2007, p. 51.

<sup>106</sup> SARLET; FENSTERSEIFER, 2012, p. 35.

ameaçado, devastado e ignorado; por outros institutos petrificados de Direito Civil, como a propriedade, cujos alicerces permanecem imutáveis e insensíveis diante das barbaridades cometidas contra as florestas, solo, água, ar e demais espécies vivas ou ainda contra os recursos naturais.

Direitos fundamentais e abordagem ecológica da Constituição Federal não podem estar desassociados. A relevância de um ambiente equilibrado, seguro e com características bem delineadas, conhecidas e protegidas, reflete-se no gozo, proteção e fomento dos direitos fundamentais liberais, sociais e por óbvio também dos ecológicos<sup>107</sup>. Além disso, o ambiente deteriorado impossibilita o desenvolvimento e cria contendas<sup>108</sup>, principalmente nos países subdesenvolvidos, a exigir atenção maior para essa realidade e por consequência fomentar tecnologias limpas<sup>109</sup>.

O desenvolvimento dos Estados é inquestionável. Não obstante é preciso crescer com responsabilidade. Essa é a postura de Estocolmo. Existe o dever de cada país assumir suas atribuições ecológicas. Há de certo o direito irrefutável de usar as riquezas naturais, mas, de forma concomitante, o dever de salvaguardar o patrimônio ambiental inserido no território de cada país. Além disso, cada Estado deve acudir reciprocamente para evitar a destruição do meio (ou reduzir os efeitos destrutivos do crescimento) e ainda combater a degradação ambiental de forma articulada. Sem isso, a destruição do ambiente é certa.

Nada obstante na Cimeira do Rio 92 ficou clara a não concordância em submeter a questão econômica aos anseios ecológicos. Os Estados, principalmente os mais ricos, deixaram escrito ter o direito de aproveitar seus recursos naturais de acordo com suas próprias políticas ambientais, o que no frígido dos ovos implica em desfigurar as finalidades concretas de salvaguarda das conveniências ecológicas<sup>110</sup>. O que foi edificado na Suécia passa a revestir-se de uma postura quimérica<sup>111</sup>. A riqueza resiste em submeter-se ao ambiente. Ou seja, os princípios que gerem o desenvolvimento ambiental e socialmente sustentável devem traçar e cingir as diretrizes públicas e privadas no seu trânsito pela esfera econômica<sup>112</sup>.

---

<sup>107</sup> SARLET; FENSTERSEIFER, 2012, p. 29.

<sup>108</sup> GOMES, 2007, p. 30.

<sup>109</sup> Ibid., p. 39

<sup>110</sup> Ibid., p. 39.

<sup>111</sup> Ibid., p. 30.

<sup>112</sup> SARLET; FENSTERSEIFER, 2012, p.111.

A conjuntura de fragilidade de homem, oriunda da destruição do ambiente, na perspectiva das florestas tropicais, já foi denunciada por Chico Mendes na década de 1980 e está muito longe de ser solucionada, principalmente em razão da expansão sem critérios das fronteiras agrícola e pecuária nas áreas florestais, a adicionar queimadas e desflorestamentos<sup>113</sup>. O direito ao ambiente, a contrariar os princípios do texto de Estocolmo, sujeita-se ao poder do desenvolvimento econômico a fazer com que o conceito de *desenvolvimento sustentado*, o qual nunca foi muito preciso, e distancie-se de sua concepção primitiva<sup>114</sup>.

Se são passíveis de reconhecimento ou não, dentre os direitos fundamentais de terceira geração destaca-se o direito de habitar em um ambiente não degradado pela ação destruidora dos semelhantes<sup>115</sup>.

A Constituição Federal de 1988 dispensou vários preceitos ao regime do direito de propriedade no artigo 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes<sup>116</sup>.

Essa garantia também está presente em outros dispositivos espalhados pelo texto, como no inciso XXII do mesmo artigo ao afirmar: *é garantido o direito de propriedade*. Não se trata o direito de propriedade de um direito fundamental supraestatal, a que todos os Estados devem observar, mas de instituição, a que as Constituições colocam a tarja de garantia institucional.

CF/1988: Artigo 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XXII - é garantido o direito de propriedade<sup>117</sup>.

Pelo inciso XXII propicia-se o direito de propriedade e no inciso posterior fica estabelecido que a propriedade atenderá a função social. A propriedade está

---

<sup>113</sup> SARLET; FENSTERSEIFER, 2012, p. 31.

<sup>114</sup> GOMES, 2007, p. 36.

<sup>115</sup> BOBBIO, 2004. p. 6.

<sup>116</sup> BRASIL, 1988.

<sup>117</sup> BRASIL, 1988.

vinculada ao social. E esse encadeamento resulta na contenção ao direito de propriedade<sup>118</sup>.

A concepção de propriedade acolhida na Constituição Federal de 1988 é fruto não somente de significativas modificações ocorridas nos últimos séculos, mas principalmente nas últimas décadas. Não se trata mais de um fator exclusivamente de sobrevivência e poder de deliberação na ordem social. O conceito de direito de propriedade arreda-se do seu cerne eminentemente civilista e passa a adotar especificações novas de direitos fundamentais, no sentido falado por Bobbio<sup>119</sup>. E um desses direitos fundamentais é o ambiente ecologicamente equilibrado, sadio.

O detentor de uma propriedade rural ou urbana, seja pequena, média, grande ou gigantesca (latifúndios) deve comprometer-se em não violar normas jusambientais, como forma de prevenção e de uma correta reparação por danos ambientais já ocasionados, bem como promover o equilíbrio ecológico.

A utilização do ambiente, quando associada a uma equivocada visão meramente de apropriação (direito subjetivo) e de função utilitarista deve ser repensada e com urgência. Concepções vetustas de direito de propriedade precisam ser reconsideradas de maneira racional, numa concepção de cooperação e de sentido social.

Deveras, pela leitura do parágrafo 1º do artigo 1.228 do Código Civil Brasileiro de 2002:

Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

§ 1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas<sup>120</sup>.

Constata-se depender o exercício da propriedade da execução de suas finalidades econômicas e sociais. Todavia, no Brasil, embora abundantes as leis de preservação ambiental, as matas, a destacar a Mata Atlântica, continua a ser calamitosamente degradada. Faltam dispositivos legais muito mais incisivos dos que os atuais juntamente com uma nova avaliação do direito de propriedade.

---

<sup>118</sup> MENDES; BRANCO, 2013, p. 321.

<sup>119</sup> Ibid., p. 323.

<sup>120</sup> BRASIL, 2002.

A exploração de recursos tem limites e a sobrevivência da espécie humana depende da compreensão desse refreamento<sup>121</sup>. Isso é um dever, um encargo para que todos tenham um bom ambiente. Ressalta-se assim o dever de conservação, muito distante da vã concepção de dispor de uma área (direito de possuir)<sup>122</sup>. É a partir dessa posição que deve ser averiguada a existência de novos princípios éticos a ter em conta uma óptica de calamidade imediata<sup>123</sup>.

Cabe ao legislador *redesenhar* um determinado instituto<sup>124</sup>, leis e até princípios, como forma legítima para assegurar a função socioambiental da propriedade e, concomitantemente, propiciar a criação de um *ethos* jurídico-político em conformidade com um indivíduo projetado para viver além das suas próprias singularidades. A proteção ambiental, por conseguinte, não se coaduna à invocação de proteção individualista, numa percepção subjetiva. Os instrumentos de proteção do ambiente não podem ser os utilizados para a salvaguarda dos direitos subjetivos<sup>125</sup>.

Porém, não basta repensar um instituto, princípios e leis. A proteção ao ambiente somente tornar-se-á concreta com a mudança de mentalidade. Para que a natureza e o progresso não sejam água e óleo, deverá haver uma revolução cultural para possibilitar o uso coerente dos recursos ambientais. O direito do ambiente não se pode valer tão somente de posturas já largamente conhecidas como direito à vida ou qualidade de vida, direito ao ambiente *etc.* O particular passa a ser advogado para desempenhar novos papéis em relação ao ambiente que o circunda. Cada um pode ser responsabilizado pelas agressões ao ambiente nesse encargo de preservação do ambiente. O direito ao ambiente está coligado ao dever de conservação, numa lógica de irmandade coletiva<sup>126</sup>, mesmo a transitar esse direito pela órbita econômica. É imprescindível transcender o entusiasmo do egocentrismo dos direitos fundamentais e instituir uma comunidade compromissada, constituída por indivíduos e entes políticos diante das questões ecológicas e ambientais<sup>127</sup>.

---

<sup>121</sup> GOMES, 2010, p. 67.

<sup>122</sup> Ibid., p. 24.

<sup>123</sup> MATA, 2016, p. 60

<sup>124</sup> MENDES; BRANCO, 2013, p. 334.

<sup>125</sup> CANOTILHO; LEITE, 2008, p. 150.

<sup>126</sup> GOMES, 2007, p. 46.

<sup>127</sup> SARLET; FENSTERSEIFER, 2012, p. 145.

## 2.12 A imoderação de direitos

Direitos são essenciais para o homem locomover-se de maneira mais segura na sociedade e perante o Estado. Não se nega ser isso verdadeiro. A individualidade da pessoa permanece assim melhor resguardada. Mas, de maneira concomitante, a defesa descomedida e apaixonada pelos direitos, divorciada de noções mínimas de solidariedade, pode vir acompanhada da tendência de transformar o homem em ilhas de soberba e ira. Não é exagero afirmar poderem os direitos, divorciados de seus sempre correspondentes e visíveis deveres, turvar a visão do conjunto, do todo.

Há a imprescindibilidade, a que deveria submeter-se o legislador constituinte, de se moderar o descomedido individualismo e o caráter exagerado do conceito de liberalismo de forma tão comum atribuído à concepção de estado de direito, a reforçar os componentes sociais e os deveres fundamentais, principalmente os de caráter econômico, social e cultural<sup>128</sup>, podendo ser acrescentado a esse rol exemplificativo a questão ecológica.

O que é fornecido e assegurado a um grupo, e ainda tido como correto, justo, perfeito e indiscutível, oponível a tudo e a todos, por conseguinte podendo ser defendido com unhas e dentes, leva à presunção de superioridade sobre os demais que ousam questioná-lo. Direitos em demasia proporcionam arbítrio.

O exercício dos direitos implica no correlato acatamento a eles, o que revela-se como dever<sup>129</sup>. Qualquer desequilíbrio nessa equação implicará numa ofensa às exigências de justiça e, por consequência, ao Estado Democrático de Direito.

A localização constitucional do indivíduo é definida, em abstrato e no seu todo, tanto pelos direitos como pelos deveres fundamentais, seja na ideia de que no estado democrático os direitos e os deveres apresentam-se como categorias indivisíveis, nos termos do consagrado preceito *não há direitos sem deveres nem deveres sem direitos*. Não é possível assegurar direitos a um indivíduo sem exigir dele o mínimo de cumprimento de seus deveres<sup>130</sup>. Um exemplo a ser dado dessa disparidade é o praticado no Brasil, onde a idade mínima para votar não coincide com a idade mínima penal ou com a idade mínima para prestar serviço militar.

---

<sup>128</sup> NABAIS, 2007, p. 59.

<sup>129</sup> MENEZES, 2013, p. 96.

<sup>130</sup> NABAIS, 2007, p. 59.

Uma sociedade liberal ao extremo, na qual os pesos e as medidas dos direitos e dos deveres não são os mesmos, acaba por transformar-se numa intimidação aos seus componentes e ao ambiente.

E o poder da civilização tecnológica é ameaça não somente para a dignidade, mas para a própria existência humana<sup>131</sup>. A ciência sem abordagem ética não permite analisar com precisão o atual momento tecnológico e seu alcance. Isso porque a ética corresponde-se diretamente com a ação humana, a modificar esta última. O entendimento ético, de igual maneira, deve ser revisado para melhor contextualizar a ação humana. Isso porque a tecnologia modificou de forma substancial o encadeamento de forças entre o Homem e a Natureza<sup>132</sup>. E descumprir os deveres fundamentais implica na frustração dos interesses públicos<sup>133</sup>.

É justamente esse modelo de desenvolvimento que deve ser revisto. A natureza não é um celeiro a ser diuturnamente espoliado pelo homem, esse ser glutão, a deixar seu rastro de lixo, arrasamento e fumaça, como forma de atender suas conveniências e devaneios<sup>134</sup>.

---

<sup>131</sup> SARLET; FENSTERSEIFER, 2012, p. 42.

<sup>132</sup> Ibid., p. 34.

<sup>133</sup> MENEZES, 2013, p. 97.

<sup>134</sup> MILARÉ, 2013, p. 228.



### 3 O DIREITO DE PROPRIEDADE NA PERSPECTIVA DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

#### 3.1 A liberdade e a vida

O que buscavam os pensadores do século XIX ao meditar o Estado Liberal? E os pensadores da Revolução Francesa, o que de fato pretendiam? De alguma forma o liberalismo atingiu as massas? Ocorreram transformações profundas na vida dos nacionais dos Estados Liberais?

Seguramente uma nova humanidade brotou nos períodos fecundos do ideal constitucionalista de limitação do poder. A maior contribuição do liberalismo, entretanto, é a consciência da liberdade. Noutras palavras é a expressão incondicional e máxima da vontade política de um povo, social e juridicamente estruturado<sup>135</sup>.

Torna-se mais evidente a edificação de arquétipos de ordem legal, cujas prescrições materiais e metodológicas sejam respeitadas pelos órgãos do poder quanto pelos indivíduos, sempre com visão de legitimidade e justiça<sup>136</sup>.

A democracia passa a ser uma consequência da origem e conteúdo dessa legalidade, em uma perspectiva formal, a incluir a concepção de governo da maioria e de acatamento aos direitos individuais<sup>137</sup>.

E uma das formas de expressar a liberdade é justamente o que denomina-se hoje direitos fundamentais, bem como a impossibilidade de elaborar-se norma contrária à Constituição Republicana de 1988, pois isso seria despojar a competência do poder constituinte. No regime de liberdades, a Constituição assume o posto mais alto em razão de sua gênese, por ser o produto do poder constituinte originário<sup>138</sup>.

Como principais funções da Carta Constitucional de 1988 relacionam-se a limitação jurídica e controle do poder; ordem e ordenação; sistematização e disposição do poder; legitimidade e legitimação da ordem jurídico-constitucional; segurança; proteção e afirmação da identidade política; reconhecimento e garantia da liberdade e dos direitos fundamentais; prescrição de programas, fins e tarefas estatais<sup>139</sup>.

---

<sup>135</sup> MORAES, 2013, p. 24.

<sup>136</sup> BARROSO, 2012, p. 63.

<sup>137</sup> Ibid., p. 63.

<sup>138</sup> MENDES; BRANCO, 2013, p. 48.

<sup>139</sup> SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2013, p. 84.

Além do disposto acima, a Constituição também executa o que denomina-se função dirigente, por meio de programas, objetivos e incumbências a enlevar os poderes constituídos e ainda a possuir normas impositivas de tarefas e projetos, como disposto no artigo 3º da Constituição Federal<sup>140</sup>. É certo possuir essa norma extensa margem de apreciação e concretização para especificar o que realmente significa o bem de todos em cada momento da história, mas para o constitucionalismo moderno, todas as normas constitucionais são executáveis por si mesmas, até onde possam sê-lo<sup>141</sup>.

Mesmo tratando-se de uma norma de baixa densidade, impossível não afirmar não se encaixar nessa hipótese a questão ambiental (inciso IV do mencionado artigo 3º - a busca pelo bem estar de todos). E ainda que possua ela um mínimo efeito, deverá estar o legislador infraconstitucional vinculado aos seus vetores<sup>142</sup>.

CF/1988: Artigo 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação<sup>143</sup>.

Os direitos fundamentais já passaram por diversas metamorfoses, tanto no que diz respeito à sua natureza, quanto à titularidade, execução e eficiência<sup>144</sup>. Nestes dias fala-se em gerações de direitos fundamentais, o que não deixa de ser impreciso, pois não há sucessão de direitos, mas complementariedade<sup>145</sup>. Numa primeira dimensão encontram-se os direitos fundamentais no âmbito do Estado Liberal, nascidos em razão do pensamento liberal-burguês do século XVIII, cujo caráter é o forte individualismo, identificado como direitos de defesa.

Por certo os direitos fundamentais são também reconhecidos como direitos humanos, direitos subjetivos públicos, direitos do homem, direitos individuais, liberdades fundamentais ou liberdades públicas. A própria Constituição da República de 1988 apresenta diversidade terminológica na abordagem dos direitos fundamentais, utilizando expressões como direitos humanos (artigo 4º, inciso II), direitos e garantias fundamentais (Título II e artigo 5º, parágrafo 1º), direitos e

<sup>140</sup> SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2013, p. 88.

<sup>141</sup> MENDES; BRANCO, 2013, p. 68-69.

<sup>142</sup> LENZA, 2012, p. 220.

<sup>143</sup> BRASIL, 1988.

<sup>144</sup> SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2013, p. 270.

<sup>145</sup> Ibid., p. 270.

liberdades constitucionais (artigo 5º, inciso LXXI) e direitos e garantias individuais (artigo 60, parágrafo 4º, inciso IV).

CF/1988: Artigo 4º: A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: II - prevalência dos direitos humanos.

CF/1988: Artigo 5º: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; § 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

CF/1988: Artigo 5º: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

CF/1988: Artigo 60: A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: I - a forma federativa de Estado; II - o voto direto, secreto, universal e periódico; III - a separação dos Poderes; IV - os direitos e garantias individuais<sup>146</sup>.

Efetivamente, os direitos fundamentais de primeira dimensão estão presentes em todas as Constituições das sociedades democráticas e são integrados pelos direitos civis e políticos, como exemplo citamos o direito à vida, à intimidade, à inviolabilidade de domicílio, à propriedade, a igualdade perante a lei etc.

Os direitos de primeira dimensão são os direitos de liberdade, pois são fruto do pensamento liberal burguês, de caráter fortemente individualista, aparecendo como uma esfera limitadora da atuação do Estado, isto é, demarcando uma zona de não-intervenção do Estado nas liberdades do indivíduo.

Para o doutrinador Lafer (2006):

[...] são, neste sentido, direitos humanos de primeira geração, que se baseiam numa clara demarcação entre Estado e nãoEstado, fundamentada no contratualismo de inspiração individualista. São vistos como direitos inerentes ao indivíduo [...]<sup>147</sup>.

A partir dos supra transcritos, pode se afirmar que são direitos que apresentam um caráter *destatus negativus*, eis que representam uma atividade

---

<sup>146</sup> BRASIL, 1988.

<sup>147</sup> LAFER, 2006.

negativa por parte da autoridade estatal, de não violação da esfera individual. É o afastamento do Estado das relações individuais e sociais.

A despeito do tema Bonavides (2006) defende:

Os direitos da primeira geração são os direitos da liberdade, os primeiros a constarem do instrumento normativo constitucional, a saber, os direitos civis e políticos, que em grande parte correspondem, por um prisma histórico, àquela fase inaugural do constitucionalismo do Ocidente.

[...]

Os direitos de primeira geração ou os direitos de liberdade têm por titular o indivíduo, são oponíveis ao Estado, traduzem-se como faculdades ou atributos da pessoa que ostentam na subjetividade que é seu traço mais característico; enfim, são direitos de resistência ou de oposição perante o Estado<sup>148</sup>.

No mesmo sentido Luiz Alberto David Araujo (2005) e Vidal Serrano Nunes Junior (2005), defendem:

Trata-se de direitos que representavam uma ideologia de afastamento do Estado das relações individuais e sociais. O Estado deveria ser apenas o guardião das liberdades, permanecendo longe de qualquer interferência no relacionamento social. São as chamadas 'liberdades públicas negativas' ou 'direitos negativos', pois exigem do Estado um comportamento de abstenção<sup>149</sup>.

José Afonso da Silva (1990) consubstancia:

[...] direitos fundamentais do homem-indivíduo, que são aqueles que reconhecem autonomia aos particulares, garantindo iniciativa e independência aos indivíduos diante dos demais membros da sociedade política e do próprio Estado; por isso são reconhecidos como direitos individuais, como é de tradição do Direito Constitucional brasileiro (art. 5º), e ainda por liberdades civis e liberdades-autonomia (França)[...]<sup>150</sup>.

Em razão do acima foi colacionado, nos direitos fundamentais de primeira dimensão são considerados e valorizados direitos de resistência ou oposição perante o Estado, sendo deste exigido um comportamento de abstenção, por isso também são chamados de direitos negativos. Seria um “agir ou não agir, fazer ou não fazer. Usar ou não usar. Ir, vir ou ficar”.

Por conseguinte, os direitos fundamentais de segunda dimensão nasceram como avanço do liberalismo político e econômico no início do século XX, após a Primeira Guerra Mundial, o mundo assistiu a deterioração do quadro social.

---

<sup>148</sup> BONAVIDES, 2006.

<sup>149</sup> ARAÚJO, 2005; NUNES JUNIOR, 2005.

<sup>150</sup> SILVA, 1990.

Em razão da degradação do próprio homem, da vida humana, há o advento de um modelo novo de Estado, o Estado Social de Direito.

[...] século marcado por convulsões bélicas, crises econômicas, mudança sociais e culturais e progresso técnico sem precedentes (mas não sem contradições), o século XX é, muito mais que o século anterior, a era das ideologias e das revoluções. [...] É, portanto, um século em que o Direito público sofre poderosíssimos embates e em que à fase liberal do Estado constitucional vai seguir-se uma fase social.

Ou seja, a segunda dimensão dos direitos fundamentais reclama do Estado uma ação que possa proporcionar condições mínimas de vida com dignidade, são os direitos sociais, econômicos e culturais. Sempre buscando diminuir as desigualdades sociais, notadamente proporcionando proteção aos mais fracos.

Registre-se que os direitos de segunda dimensão não negam, tampouco exclui os direitos de primeira dimensão, mas a estes se somam.

A primeira geração de direitos viu-se igualmente complementada historicamente pelo legado do socialismo, cabe dizer, pelas reivindicações dos desprivilegiados a um direito de participar do “bem-estar social”, entendido como os bens que os homens, através de um processo coletivo, vão acumulando no tempo. É por essa razão que os assim chamados direitos de segunda geração, previstos pelo welfare state, são direitos de crédito do indivíduo em relação à coletividade. Tais direitos – como o direito ao trabalho, à saúde, à educação – têm como sujeito passivo o Estado porque, na interação entre governantes e governados, foi a coletividade que assumiu a responsabilidade de atendê-los [...] Daí a complementaridade, na perspectiva ex parte populi, entre os direitos de primeira e segunda geração, pois estes últimos buscam assegurar as condições para o pleno exercício dos primeiros, eliminando ou atenuando os impedimentos ao pleno uso das capacidades humanas.

A evidência distintiva destes direitos é a sua dimensão positiva, uma vez que se cuida não mais de evitar a intervenção do Estado na esfera da liberdade individual, mas, sim, de propiciar o direito ao bem-estar social.

A partir da terceira década do século XX, os Estados antes liberais começaram o processo de consagração dos direitos sociais ou direitos de segunda geração, que traduzem, sem dúvida, uma franca evolução na proteção da dignidade humana. Destarte, o homem, liberto do jugo do Poder Público, reclama uma nova forma de proteção da sua dignidade, como seja, a satisfação das carências mínimas, imprescindíveis, o que outorgará sentido à sua vida.

Sendo assim, os direitos da referida segunda dimensão estão ligados intimamente a direitos prestacionais sociais do Estado perante o indivíduo, como assistência social, educação, saúde, cultura, trabalho, lazer, dentre outros.

A partir dos direitos da segunda dimensão, brotou um pensamento de que tão importante quanto preservar o indivíduo, segundo a definição clássica dos direitos de liberdade, era também despertar a conscientização de proteger a instituição, uma realidade social mais fecunda e aberta à participação e valorização da personalidade humana, que o tradicionalismo da solidão individualista, onde se externara o homem isolado, sem a qualidade de teores axiológicos existenciais, ao qual somente a parte social contempla. Nesse sentido, citamos os dizeres de Themistocles Brandão Cavalcanti (1964):

Assim, o direito ao trabalho, à subsistência, ao teto, constituem reivindicações admitidas por todas as correntes políticas, diante das exigências reiteradamente feitas pelas classes menos favorecidas no sentido de um maior nivelamento das condições econômicas, ou, pelo menos, uma disciplina pelo Estado das atividades privadas, a fim de evitar a supremacia demasiadamente absorvente dos interesses economicamente mais fortes<sup>151</sup>.

Já os direitos fundamentais de terceira dimensão surgem após a Segunda Guerra Mundial, ligada ao surgimento de entidades como a Organização das Nações Unidas (1945) e a Organização Internacional do Trabalho (1919), surge a proteção internacional dos direitos humanos, voltado para a essência do ser humano, ao destino da humanidade, pensando o ser humano como gênero e não adstrito ao indivíduo ou mesmo a uma coletividade determinada.

[...] a aparição dessa terceira dimensão dos direitos fundamentais evidencia uma tendência destinada a alargar a noção de sujeito de direitos e do conceito de dignidade humana, o que passa a reafirmar o caráter universal do indivíduo perante regimes políticos e ideologias que possam colocá-lo em risco, bem como perante toda uma gama de progressos tecnológicos que pautam hoje a qualidade de vida das pessoas, em termos de uso de informática, por exemplo, ou com ameaças concretas à cotidianidade da vida do ser em função de danos ao meio ambiente ou à vantagem das transnacionais e corporações que controlam a produção de bens de consumo, o que desdobra na proteção aos consumidores na atual sociedade de massas.

---

<sup>151</sup> CAVALCANTI, 1964.

Nasce a partir de então, portanto, um novo escopo jurídico que se vem somar aos direitos do homem com os historicamente versados direitos de liberdade e igualdade.

De acordo com o entendimento de Paulo Bonavides (2006):

Dotados de altíssimo teor de humanismo e universalidade, os direitos da terceira geração tendem a cristalizar-se neste fim de século enquanto direitos que não se destinam especificamente à proteção dos interesses de um indivíduo, de um grupo, ou de um determinado Estado. Têm primeiro por destinatário o gênero humano mesmo, num momento expressivo de sua afirmação como valor supremo em termos de existencialidade concreta. Os publicistas e juristas já o enumeram com familiaridade, assinalando-lhe o caráter fascinante de coroamento de uma evolução de trezentos anos na esteira da concretização dos direitos fundamentais. Emergiram eles da reflexão sobre temas referentes ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente, à comunicação e ao patrimônio comum da humanidade<sup>152</sup>.

No mesmo sentido Alexandre de Moraes (2006) defende a tese de que:

Por fim, modernamente, protege-se, constitucionalmente, como direitos de terceira geração os chamados direitos de solidariedade e fraternidade, que englobam o direito a um meio ambiente equilibrado, uma saudável qualidade de vida, ao progresso, a paz, a autodeterminação dos povos e a outros direitos [...] <sup>153</sup>.

Em conformidade com o tema até aqui discorrido, muito se fala em direito a paz, a autodeterminação dos povos, ao meio ambiente, à comunicação, dentre outros. Mas isso não significa que a vida humana, o ser humano não seja mais o titular de direitos, muito pelo contrário.

Indiscutivelmente, decorre da proteção do próprio ser humano que emanam tais direitos, típicos direitos transindividuais. O direito a vida passa a ser analisado como um direito suscetível de ser lesado coletivamente. Isto é, uma lesão pode ser dirigida a uma ou muitas pessoas.

Da proteção da vida em terceira dimensão emanam direitos como o direito ao meio ambiente e os direitos do consumidor, típicos direitos transindividuais, e, em geral, o conjunto daqueles interesses da sociedade que constituíam o núcleo de relações entre os indivíduos da espécie humana, todos ligados naturalmente pelo fato de existirem.

---

<sup>152</sup> BONAVIDES, 2006.

<sup>153</sup> MORAES, 2006.

Dito de outra forma, os direitos de terceira dimensão são os direitos coletivos em sentido amplo, também conhecidos como interesses transindividuais, gênero em que estão incluídos os direitos difusos, os coletivos em sentido estrito e os direitos individuais homogêneos.

No mesmo plano, mencionamos os ensinamentos de Luiz Alberto David Araujo (2005) e Vidal Serrano Nunes Júnior (2005):

A essência desses direitos se encontra em sentimentos como a solidariedade e a fraternidade, constituindo mais uma conquista da humanidade no sentido de ampliar os horizontes de proteção e emancipação dos cidadãos.  
[...]  
Enfoca-se o ser humano relacional, em conjunção com o próximo, sem fronteiras físicas ou econômicas<sup>154</sup>.

Conforme preleciona Manoel Gonçalves Ferreira Filho (2005), buscando uma melhor forma de ensinar, fez uma relação entre as três dimensões de direitos e garantias fundamentais e o lema da Revolução Francesa, onde os de primeira dimensão seriam os relativos à liberdade os de segunda, os relacionados à igualdade e os de terceira, à fraternidade<sup>155</sup>.

Com relação aos direitos fundamentais de quarta dimensão, os registros históricos das dimensões dos direitos fundamentais se verifica sempre em certas e determinadas épocas. Assim a revolução burguesa e as chamadas liberdades públicas, no final do século XVII, instruem os direitos de primeira dimensão.

Seguramente, a segunda dimensão de direitos fundamentais decorre dos processos revolucionários ocorridos no início do século XX, após a Primeira Guerra Mundial, são os direitos sociais. Por conseguinte, o direito de terceira dimensão, vestido da jaqueta da solidariedade e fraternidade humana, nasce sobre a repercussão forte e estremecedora dos resultados da Segunda Guerra Mundial. Pois bem, e os direitos fundamentais de quarta dimensão?

Para o doutrinador Paulo Bonavides (2006):

São direitos de quarta geração o direito à democracia, o direito à informação e o direito ao pluralismo. Deles depende a concretização da sociedade aberta para o futuro, em sua dimensão de máxima universalidade, para a qual parece o mundo inclinar-se no plano de todas as relações de convivência<sup>156</sup>.

<sup>154</sup> ARAUJO (2005); NUNES JÚNIOR (2005).

<sup>155</sup> FERREIRA FILHO, 2005.

<sup>156</sup> BONAVIDES, 2006.



A partir do posicionamento acima transcrito, percebe-se que os direitos fundamentais de quarta dimensão não vieram em substituição às demais dimensões, ao contrário, os direitos das três primeiras dimensões são os alicerces, a base de uma “pirâmide cujo ápice é o direito à democracia”, direitos estes que, juntos, possibilitarão a construção de uma “sociedade aberta para o futuro”.

Celso Ribeiro Bastos e André Ramos Tavares (2000), a respeito da quarta dimensão de direitos fundamentais, afirmam:

[...] trata-se de um rol de direitos que decorrem, em primeiro lugar, da superação de um mundo bipolar, dividido entre os que se alinhavam com o capitalismo e aqueles que se alinhavam com o comunismo [...] também o fenômeno da globalização e os avanços tecnológicos são responsáveis pela ascensão dessa nova categoria de direitos humanos<sup>157</sup>.

A saber, os direitos fundamentais de quarta dimensão não são, apenas e tão-somente, os direitos que versam sobre a globalização, a democracia e o direito ao pluralismo, mas também, isso para não dizer sempre, o direito a vida.

Considerando todos esses avanços biotecnológicos, Norberto Bobbio (1992) acredita:

[...] já apresentam novas exigências que só poderiam chamar-se de direitos de quarta geração, referentes aos efeitos cada vez mais traumáticos da pesquisa biológica, que permitirá manipulações do patrimônio genético de cada indivíduo<sup>158</sup>.

Registre-se que objetivando superar toda e qualquer dúvida:

O passo dos direitos fundamentais a essa nova dimensão de reconhecimento de direitos se deve a que, se já há algum tempo é perfeitamente possível observar a manipulação de animais e vegetais, hoje a manipulação é sobre o ser humano diretamente, colocando-se no mundo uma discussão inicial sobre as possibilidades de se dispor do patrimônio genético individual, evitando a manipulação sobre os genes e ao mesmo tempo, mantendo-se a garantia de gozar das contemporâneas técnicas de engenharia genética.

A segunda dimensão refere-se ao advento do Estado Social e aos direitos econômicos, sociais e culturais. A causa de seu surgimento gira em torno dos acentuados problemas sociais e econômicos<sup>159</sup>, em razão de não poderem a liberdade

<sup>157</sup> BASTOS; TAVARES, 2000.

<sup>158</sup> BOBBIO, 1992.

<sup>159</sup> SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2013, p. 273.

e igualdade fazerem-se escutar diante da exacerbada fúria do processo de industrialização. Os direitos ficam nos papéis e nas leis, mas no dia-a-dia muitos são deixados à margem do direito de participar do bem-estar social<sup>160</sup>.

A tônica hoje são os direitos de solidariedade ou de fraternidade, marcados pela titularidade transindividual, também chamados de direitos da terceira dimensão. Destinam-se esses direitos à proteção de grupos humanos<sup>161</sup>. Para outros, corrente, os direitos fundamentais de terceira geração direcionam-se para o gênero humano, em um momento marcante de declaração como bem absoluto de termos de existencialidade concreta<sup>162</sup>. São novas pretensões do ser humano em razão das arbitrariedades de uma onerosa e opressiva sociedade tecnológica.

O titular desses direitos não tem rosto. Tratam-se dos interesses difusos. Não são direitos, nem interesses individuais, nem públicos. Diferenciam-se dos direitos fundamentais por não estabelecerem situações jurídicas ativas de pessoas e por inexistir caráter fundamental e pessoal<sup>163</sup>.

Essa realidade transindividual ou metaindividual<sup>164</sup> exige novas técnicas de garantia e salvaguarda. E por ter característica nitidamente de reivindicação, os direitos fundamentais de terceira geração, a citar como exemplo o direito ao ambiente equilibrado, seguro e sadio, também é conhecido como direito de solidariedade ou de fraternidade.

Também se encontra nessa responsável solidariedade (aquilo que proporciona a ideia de unidade) humana, inseparável do Estado Social, o formato do dever fundamental<sup>165</sup>. A solidariedade nessa conjuntura passa da concepção de auxílio mútuo para a geração de riquezas à beneficência. Beneficência entende-se como complementação da ação pública, aliada à forma da comunidade reagir aos novos valores sociais. E da beneficência a ideia de solidariedade salta para a conscientização do ambiente, a fazer com que o Estado situe-se em um específico plano de organização e o indivíduo coloque-se de forma perspicaz no contexto da vivência comunitária. São contemporâneos discernimentos da realidade, numa atual lógica de ação coletiva<sup>166</sup>.

---

<sup>160</sup> LAFER, 1988, p. 127.

<sup>161</sup> SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2013, p. 274.

<sup>162</sup> Ibid., p. 274.

<sup>163</sup> ALEXANDRINO, 2011, p. 38.

<sup>164</sup> SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2013, p. 274.

<sup>165</sup> GOMES, 2007, p. 151.

<sup>166</sup> Ibid., p. 151-153.

Aqui está a ruptura de mentalidade com os séculos XVIII, XIX e XX. É a evolução. É o grande salto do ser humano em termos de direitos e deveres fundamentais. O itinerário e o delineamento dos direitos humanos e fundamentais exigem outra perspectiva de abordagem, pois inseridos em nova e autônoma dimensão. A mudança está na consciência de existirem limites aos direitos fundamentais, às garantias e às liberdades. Limites são normas que retiram a tutela ou influenciam as possibilidades de exercício de um direito fundamental<sup>167</sup>.

Na hipótese de restringir-se o direito de propriedade para salvaguardar o ambiente a intervenção deve ser restritiva, uma atuação mais enérgica sobre o bem protegido pelo direito fundamental, no caso o de propriedade, desde que amparada por norma legal<sup>168</sup>.

O que deve ser cogitado é a edificação de monumentos à liberdade, mas uma liberdade responsável, acompanhada de precisas limitações de poder. E, principalmente, não olvidar ser o estudo da pessoa humana o parâmetro das ocorrências dos fundamentos do fenômeno constitucional<sup>169</sup>. Essa edificação poderia ser compreendida em parte como o salto evolucionista do *individualismo dos direitos fundamentais*, compreendido na persistência da *densificação de um direito fundamental ao ambiente* para um *comunitarismo ambiental* ou de uma *comunidade com responsabilidade ambiental*, representado pela iniciativa e trabalho do nacional na salvaguarda do ambiente<sup>170</sup>.

O direito de propriedade deve ser exercido dentro do previsto na Constituição Federal e no Código Civil, sempre com o escopo de implementar a justiça, a segurança e a liberdade de maneira a permitir uma ponderação harmônica desses valores. Se o predomínio de um deles invalidar ou isolar os outros, permitir-se-á a declaração de inconstitucionalidade ou até de invalidade do texto<sup>171</sup>. Ademais a uso da propriedade deve estar em consonância com a defesa do ambiente, devendo por isso o homem usufruir dos bens naturais com a consciência de ser a natureza *habitat* de inúmeras espécies e, concomitantemente, manancial de alimento e riqueza. Essa lucidez deverá incutir a proibição de uso, integral ou parcial, de um específico bem

---

<sup>167</sup> ALEXANDRINO, 2011, p. 122.

<sup>168</sup> Ibid., p. 125.

<sup>169</sup> OTERO, 2007, p. 42.

<sup>170</sup> GOMES, 2007, p. 145.

<sup>171</sup> OTERO, 2007, p. 27.

ambiental sempre que o grau de agressão torne-se intolerável, a comprometer o prosseguimento de sua presença ou a viabilidade de sua reestruturação<sup>172</sup>.

Dessa forma não se pode exercer o direito de propriedade no Brasil com uma liberdade suprema, mas dentro desse parâmetro de harmonia entre a justiça e a segurança (daí a previsão da função social da propriedade rural, como previsto no artigo 186), com responsabilidade e solidariedade. Sem isso o ambiente fica por demais vulnerável aos julgamentos valorizadores da subjectividade e da personalidade intransigente de cada homem<sup>173</sup>. A responsabilidade ecológica está assentada na defesa de bens necessários para a sobrevivência humana, usados sem critérios pela busca humana de prosperidade<sup>174</sup>. É o compromisso de todos e de cada um ao ser pensado o ambiente<sup>175</sup>. É a busca de fato pela dignidade humana.

CF/1988: Artigo 186: A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores<sup>176</sup>.

Nem sempre o progresso da ciência ou a evolução da técnica encerram um amanhã melhor para as circunstâncias atuais do mundo. Sucessivas e fugazes novidades arrastam o ser humano para um tédio enfadonho e assim para a completa ausência de questionamento sobre o fim e sentido de tudo, a legitimar o estado de fato e precisaremos de mais destruição da natureza para aguentar o vazio. Opor-se a isso é buscar as profundezas da vida humana<sup>177</sup>. Sem essa solidariedade a natureza continuará a ser agredida mais e mais a cada dia.

Salienta-se ainda não ser a vontade popular o cerne do fenômeno constitucional, mas o valor do ser humano. É o personalismo constitucional. A dignidade consiste no fato do homem ser homem, não apenas um cidadão ou qualquer coisa que o valha<sup>178</sup>. Ou seja, o cidadão deve gozar do direito de participar do bem-estar social.

---

<sup>172</sup> GOMES, 2007, p. 177.

<sup>173</sup> OTERO, 2007, p. 31.

<sup>174</sup> GOMES, 2007, p. 145.

<sup>175</sup> Ibid., p. 154.

<sup>176</sup> BRASIL, 1988.

<sup>177</sup> FRANCISCUS, 2015, p. 72.

<sup>178</sup> OTERO, 2007, p. 36.

Não pensar assim é retirar do contexto da palavra homem a ideia de dignidade e colocar no seu lugar divagações ou imagens do tipo interesse público, bem comum, interesse do povo *etc*<sup>179</sup>. A nobreza humana, contudo, somente estará respaldada se existir cooperação, o imperativo moral da solidariedade entre as gerações. Se os recursos ambientais forem explorados de forma coerente, as gerações futuras também deles poderão tirar seus benefícios. É o princípio da solidariedade intergeracional<sup>180</sup>.

A idealização da solidariedade entre gerações está calcada na possibilidade das descendências futuras também desfrutarem idênticos recursos naturais com as mesmas conveniências e peculiaridades de hoje. Em um método de administração de bens comunitários não pode existir descomedimento do direito de consumir<sup>181</sup>; ao contrário, o escopo é transmitir esse acervo natural nas melhores condições existentes às gerações do futuro, numa ética ou missão de transmissão, sem reduzir-lhes as oportunidades<sup>182</sup>. Esse imperativo moral não diz respeito necessariamente ao campo global, mas ao âmbito de um país ou mesmo região, no caso a Mata Atlântica Brasileira.

O princípio da solidariedade está baseado na gestão racional dos bens naturais, pelo qual cada membro da comunidade deverá tutelar parte única e indefinível de um bem utilizado e a proteger as peculiaridades ambientais da comunidade em que vive, o que aplica-se ao planeta ou ao lugar em que se vive.

Para Bodan de Moraes (2009):

Antes de ser princípio jurídico, a solidariedade é também virtude ético-teológica. Muitos, aliás, a entendem apenas sob esse significado, afirmando que seu sentido principal teria permanecido vinculado às suas origens estoicas e cristãs, principalmente as do catolicismo primitivo, cujos seguidores, por serem “todos filhos do mesmo pai”, deviam considerar-se como irmãos. A noção de fraternidade seria a inspiração da solidariedade difundida na modernidade – época dos primeiros documentos de declaração de direitos – quando estavam na ordem do dia as ideias assistencialistas, postas em prática por meio da caridade e da filantropia.

Conforme o entendimento sintetizado de Rosso (1988):

O princípio da solidariedade não é tratado somente pelo art. 3º da Constituição. Ao longo dela, vislumbra-se um texto que, sem suprimir os

---

<sup>179</sup> OTERO, 2007, p. 34.

<sup>180</sup> GOMES, 2007, p. 155.

<sup>181</sup> *Ibid.*, p. 156.

<sup>182</sup> *Ibid.*, p. 157-161.

direitos individuais, envolve aquele vínculo jurídico em diversos dispositivos, estabelecendo-o a partir do preâmbulo além de estabelecê-lo como diretriz de diversos institutos constitucionalmente respaldados, tais como os Direitos Sociais, a Seguridade Social, a Ordem Econômica e Financeira, a saúde, entre outros<sup>183</sup>.

O que separa os homens é justamente a perda das noções de ajuda recíproca, seja para o presente ou futuro, e de legítimo domínio da terra, de como guardar o jardim do mundo, e de também possuir o próximo dignidade, distanciando-se as pessoas umas das outras em razão de uma desfigurada visão de meu e teu, do que sou e dos que os outros são. Por causa dessas incompreensões o homem vive em conflito com seus semelhantes e com a criação.

O ser humano não tem alcance dos efeitos perniciosos que traz consigo a ignorância de um destino comum, do qual não podem ser omitidos os que ainda virão. Por um dom gratuito recebe o homem o planeta com os seus bens. Gratuitamente deverá transmiti-los e sem espírito utilitarista de competência e rendimento para angariar vantagem individual. Cada indivíduo toma emprestada a vida e o que ela encerra e assim devolvê-la aos seus sucessores. Uma ecologia absoluta possui essa dimensão dilatada. *Já não se pode falar de desenvolvimento sustentável sem uma solidariedade intergeracional*<sup>184</sup>.

De alguma forma, São Francisco, ao despir-se diante de todos em uma praça de Assis, retorna ao estado de inocência original, como a querer reconstruir a lógica da relação do homem para com toda a natureza ao falar de *irmão lobo* ou *irmã andorinha*<sup>185</sup>. Por não ter mais o homem essa candura diante dos seus semelhantes e da criação, a destruição alcança patamares nunca antes vistos, no desprezo pelos mais fracos, nas práticas violentas e abusivas, nas investidas contra a natureza<sup>186</sup>.

A era ecológica defronta-se com a idade da ciência e tecnologia. O homem tende a apropriar-se do que o cerca. É como se o sujeito tivesse à frente a realidade grosseira completamente desimpedida para assenhoreamento. Sempre observou-se a ingerência do ser humano sobre a natureza. Antes, todavia, recebia o que o meio fornecia-lhe, respondia-lhe as possibilidades oferecidas pelas próprias coisas. Agora a mão humana arranca o máximo possível das coisas<sup>187</sup>.

---

<sup>183</sup> ROSSO, 1988.

<sup>184</sup> FRANCISCUS, 2015, p. 96.

<sup>185</sup> SILVA, 2002, 17.

<sup>186</sup> FRANCISCUS, 2015, p. 46.

<sup>187</sup> Ibid., p. 68.

O exercício humano das liberdades impõe limites e visão constitucional antropocêntrica e humanista. Trata-se da equação esperada para harmonizar o legítimo direito de propriedade e a conquista de um ambiente seguro e estabilizado. Para isso, deve ser repensado o sentido e o emprego da propriedade privada.

O que também balizará o sentido e o emprego da propriedade privada será o incentivo, por meio de programas, aos proprietários rurais, sejam pecuaristas, agricultores ou até empresas florestais, para preservarem os recursos naturais. Cada um deverá posicionar-se como respeitador do ambiente. A iniciativa privada tem potencial suficiente para ajudar as políticas públicas, ora para salvaguardar áreas preocupantes com significativa biodiversidade, a sedimentar alianças público-privadas para *proteção de ecossistemas* agredido, “através da proteção de zonas de amortecimento de unidades de conservação de proteção integral ou da formação de corredores ecológicos, ou promovendo o uso sustentável dos recursos naturais, especialmente água e solos”<sup>188</sup>.

É a propriedade privada o componente principiador da sociedade civil e por isso a magnanimidade inerente ao ser humano transforma-se em desinteligência, em hostilidade e impõe diferenças entre os homens.

Para obstar esse estado constante de beligerância criaram-se leis e estruturou-se a sociedade, a fazer com que cada indivíduo abrisse mão de sua liberdade natural, em conformidade com o contrato social, a ocasionar a lei a propriedade e as distinções<sup>189</sup>. Justamente pelo Direito estipulam-se novos estorvos ao pobre e outra robustez ao rico<sup>190</sup>.

Para Rousseau a origem da propriedade está no lavrar a terra. O labor dá ao colono o direito sobre o produto da terra trabalhada. E a sucessão dos anos, com as consequentes seguidas colheitas, engendra uma posse constante, que converte-se em propriedade.

Esse pensador suíço considera a propriedade uma mera entidade estandardizada pelos homens, sem a reputar primordial. Considera como primordial a vida e a liberdade de cada um como atributos precípuos da natureza, a julgar ainda

---

<sup>188</sup> MESQUITA, 2014, p. 10.

<sup>189</sup> OTERO, 2007, p. 198.

<sup>190</sup> Ibid., p. 199.

existir o direito de deles se privar, razão pela qual ninguém tem direito sobre a vida ou sobre a escravização de outrem<sup>191</sup>.

O que busca-se hoje pelo enfoque ecológico é a modernização do direito de propriedade, ou seja, redefini-lo sob a égide da sustentabilidade e solidariedade. Delineia-se assim, em níveis variáveis, um novo domínio sobre recursos naturais, ou pela modificação direta do domínio de recursos ambientais, como a água, ou pela redução de abusos deterioradores do direito de propriedade, com a ecologização da função social<sup>192</sup>. O escopo é proteger a vida.

Justamente no que tange ao bem vida cresce a preocupação por ambiente sadio e protegido. O mau uso do exercício do direito de propriedade, a ausência de postulados éticos da exploração da terra e de um entendimento integralmente individualista da liberdade, ofende a vida como um todo no planeta e a dignidade da pessoa humana, a pedra angular do sistema constitucional. Se há lesão à dignidade da pessoa humana, há ultraje à própria unidade dos valores predominantes do sistema de direitos fundamentais<sup>193</sup>.

Esses direitos mais diretamente ligados à dignidade da pessoa humana e ao valor da pessoa, sendo imprescindíveis ao seu enunciado como ser humano, manifestam um autêntico cabedal espiritual comum da humanidade. Implica um legado a ter como primazia o *ser* sobre o *ter* e a preponderância da liberdade sobre a propriedade<sup>194</sup>.

Vislumbra-se hoje, por conseguinte, uma sociedade exposta aos riscos da ciência e tecnologia, como afirmado acima. Nessa perspectiva de edificação do Estado Socioambiental de Direito, a colocar um novo modelo de procedimento, consubstancia-se o *dever* de defender e proteger o ambiente e assim dar o toque final no nível *dos projetos inacabados da modernidade*, pois tão somente os direitos liberais alcançaram um certo patamar de conquista<sup>195</sup>.

Na Constituição Federal de 1988 não impera a referência liberal de ser o Direito tão somente o mecanismo de disciplina do direito econômico e a salvaguardar algumas liberdades básicas e a produção econômica, em conformidade com os proveitos e os lucros das classes dominantes. Mudou-se o tratamento jurídico do

---

<sup>191</sup> OTERO, 2007, p. 199.

<sup>192</sup> CANOTILHO, 2008, p. 67.

<sup>193</sup> OTERO, 2007, p. 81.

<sup>194</sup> Ibid., p. 81.

<sup>195</sup> SARLET; FENSTERSEIFER, 2012, p. 47.



ambiente ao buscar-se o bem-estar e a justiça sociais “CF/1988: Art. 193 - A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais”<sup>196</sup>.

O ambiente é um ser autônomo no corpo da Constituição, a diferenciar-se dos anteriores textos constitucionais, a exigir instrumental específico para implementação, como a ação civil pública e a ação popular, o que impede de transformar a questão ambiental em um discurso vazio. A exposição constitucional do ambiente e as novidades constitucionais, mais cedo ou mais tarde, possibilitarão um novo arcabouço jurídico de orientação de pessoas e bens<sup>197</sup>.

A autonomia ambiental é um conjunto de direitos e obrigações, de índole relacional, a possibilitar uma ordem pública ambiental, surgida no Brasil com a Constituição Federal de 1988<sup>198</sup>. Celebra-se a vida no texto constitucional e a gestão responsável dos recursos ambientais. Ou seja, as normas ambientais somente começaram a esverdear neste país a partir de 1988.

Esse esverdeamento alça as normas ambientais de um interesse menor ao mais elevado ponto do ordenamento pátrio, o que possibilita, agora como direito fundamental, compensar os privilégios corriqueiros do direito de propriedade<sup>199</sup>.

### **3.2 O direito de propriedade no Brasil nos séculos XX e XXI**

Não é exagero afirmar estar o direito de propriedade assegurado em todas as legislações do mundo. Quem também acompanha essa legislação é a função social da propriedade.

No século XX, por influência da Constituição Mexicana, de 1917, e da Constituição de Weimar, de 1919, a propriedade imóvel passou a amoldar-se aos anseios do meio social e não somente ao do proprietário. Situação bem diferente da prevista no artigo 544 do Código Napoleônico de 1804<sup>200</sup>, cujos ideais beberam na fonte da Revolução Francesa.

---

<sup>196</sup> CANOTILHO, 2008, p. 84.

<sup>197</sup> Ibid., p. 85

<sup>198</sup> Ibid., p. 86.

<sup>199</sup> Ibid., p. 73.

<sup>200</sup> A propriedade é o direito de gozar e dispor das coisas do modo mais absoluto, desde que não se faça uso proibido pelas leis ou regulamentos

A experiência histórica da República de Weimar (1918-1933) caracterizou-se pelo enfraquecimento do sistema político que esvazia-se de sua legitimidade na medida que não consegue superar suas crises no que tange à modernização econômica, cultural e social. Justamente essa situação econômica-social estática do período de Weimar, caracterizada por diversas adversidades, não possibilitou a existência de um ambiente que possibilitasse a efetuação de engajamentos constitucionais sociais com desenvolvimento econômico. As dúvidas sobre a legitimidade política da Constituição foram intensificadas com a crise econômica<sup>201</sup>.

A propriedade no século XX atende a função social, que implica acatar as necessidades e o bem-estar da coletividade. Sem a função social e socioambiental o direito de propriedade é um mal.

No Brasil, a função social da propriedade idealizada pelas Constituições do México e Alemanha foi adotada na Constituição de 1934, que em seu artigo 113, parágrafo 17, assim deliberava: *é garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar*. A Constituição brasileira de 1946, com outras palavras, mas a conservar o sentido, prescreveu em seu artigo 147 que *o uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social*. Com a Constituição brasileira de 1967, a função social da propriedade foi prevista, sendo erigida ao princípio constitucional da ordem econômica, em conformidade com o artigo 157.

Artigo 157 – A ordem econômica tem por fim, realizar a justiça social, com base nos seguintes princípios:

I - ...

II - ...

III – função social da propriedade<sup>202</sup>

Ou seja, o discurso da função social da propriedade no ordenamento jurídico brasileiro não começou a ser proclamado na Constituição de 1988. Esta apenas repete nos artigos 5º, XXIII; 182, parágrafo 2º (capítulo referente à Política Urbana, ao vincular a função social da propriedade e exigências fundamentais de ordenação da cidade); 170, II, III (princípios gerais da atividade econômica) e 186 o que foi dito pelas outras, a propriedade atenderá a sua função social.

---

<sup>201</sup> BERCOVICI, 2003, p. 9.

<sup>202</sup> BRASIL, 1967.

CF/1988: Artigo 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

CF/1988: Artigo 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. § 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

CF/1988: Artigo 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: II - propriedade privada; III - função social da propriedade.

CF/1988: Artigo 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores<sup>203</sup>.

De qualquer forma a Constituição Federal de 1988 consagra expressamente o direito de propriedade como direito fundamental. Ao mesmo tempo ressalta dever a propriedade acolher a sua função social. Com outras palavras está dito estar o direito de propriedade no Brasil condicionado à sua função social. Isso é basilar para o entendimento de ser impreterível a implantação de corredores ecológicos nas propriedades privadas como forma de salvaguardar o ambiente.

O Código Civil prevê:

CC/2002: Artigo 1.228: O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha. §1º: O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com suas finalidades econômicas e sociais e de modo a que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como a evitar a poluição do ar e das águas<sup>204</sup>.

O Estado, o chamado Estado Social ou Estado de bem-estar, propõe intervir na atividade econômica com o propósito de promover a igualdade material e liberdade real aos indivíduos para assegurar vida com dignidade de pessoa humana; noutras palavras, Estado comprometido com a justiça social ao colocar à disposição os meios

---

<sup>203</sup> BRASIL, 1988.

<sup>204</sup> BRASIL, 2002.

materiais e implementar as condições fáticas que possibilitem o efetivo exercício das liberdades fundamentais<sup>205</sup>.

No Brasil, o Estado está *constitucionalmente* preocupado em elevar os princípios dignificadores da pessoa humana. E a função social manifesta-se na própria configuração estrutural do direito de propriedade. Passa a ser um qualificador na forma de aquisição, gozo e utilização dos bens. E o ambiente, por sua vez, está intimamente inserido no contexto de função social e, por consequência, na dimensão da dignidade da pessoa humana. Ou seja, o contexto ecológico – na era ecológica – tomou assento no conteúdo do princípio da dignidade da pessoa humana<sup>206</sup>.

A função social, como forma de salvaguardar a dignidade da pessoa humana, é freio, é dever, é obrigação impostos ao direito de propriedade para que benefícios sejam assegurados a todos, não somente ao proprietário da terra. Quem adquire terra, por menor que seja a área, assume a responsabilidade de assegurar o bem estar de toda a humanidade, mais, de todos os seres vivos.

Nesse contexto de freio, de frenagem de direitos e com o surgir do século XXI e ainda com novos desafios a transpor (as devastações das florestas, por exemplo), a propriedade particular não necessita mais somente cumprir com a função social, mas também com a função socioambiental, isto é, precisa atender ao mesmo tempo as conveniências e bem-estar da sociedade e proteger o ambiente.

Com esse escopo o inciso III do artigo 186 da Constituição Federal entabulou o novo estágio da propriedade, pois ao divulgar somente cumprir a propriedade rural sua função social ao manusear os recursos naturais disponíveis de forma adequada e resguardar o ambiente, está a prescrever na realidade o cumprimento do papel socioambiental por essa mesma propriedade. Consegue-se assim resguardar os interesses da coletividade e alcançar um ambiente saudável e equilibrado pelo aspecto ecológico<sup>207</sup>.

CF/1988: Artigo 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho<sup>208</sup>.

---

<sup>205</sup> SARLET, 2001, p. 15.

<sup>206</sup> SARLET; FENSTERSEIFER, 2012, p. 40.

<sup>207</sup> DINO NETO BELLO FILHO; DINO, 2011, p. 55.

<sup>208</sup> BRASIL, 1988.

E ressalta-se mais uma vez, a função social da propriedade rural, em conformidade com o previsto no inciso II do artigo 186 da Constituição Federal, acolhe, dentre outros requisitos, a conservação do ambiente. Conservação, defesa do ambiente é dever imposto ao proprietário rural de exercer sim o seu direito de propriedade, mas em conformidade com a qualidade ambiental.

CF/1988: Artigo 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente<sup>209</sup>.

Eros Grau enuncia ter como consequência basilar o princípio da função socioambiental fazer com que a propriedade seja explorada de forma a favorecer a coletividade e o ambiente. Não basta não exercer o direito de propriedade de maneira a não prejudicar terceiros ou a qualidade ambiental. Função socioambiental não se resume tão somente a impor barreiras ao direito de propriedade, mas sim legitimar a imposição ao proprietário para adotar medidas, positivas para que a sua propriedade adeque-se à preservação do ambiente<sup>210</sup>, exemplo, a implementação de corredores ecológicos para permitir a ligação de reservas florestais e assim contribuir para o aumento do fluxo da fauna e flora na região.

A atual Constituição 1988 inova ao qualificar ambientalmente o direito de propriedade. Se o ambiente está em crise deve-se ao exagero dos modelos anteriores de domínio, de mau uso do direito de propriedade<sup>211</sup>. As alternâncias e progresso do século XXI exigem o efetivo cumprimento da função socioambiental da propriedade. Mas é preciso ter a noção exata da dificuldade de colocar em prática o conteúdo dessa frase. No Brasil a modificação e a evolução do Direito pelo trabalho exegético levam muito tempo. E tempo é exatamente o que não existe em termos de ambiente, em razão do clima de catástrofe e irreversibilidade dos incontáveis crimes contra a natureza<sup>212</sup>.

Não se pode olvidar a marca da Revolução Francesa em praticamente todo o mundo civilizado, seja ou não capitalista: impossível negar avanços dessa revolução

---

<sup>209</sup> BRASIL, 1988.

<sup>210</sup> GRAU, 1997, p. 22.

<sup>211</sup> CANOTILHO, 2007, p. 71.

<sup>212</sup> Ibid., p. 71.

ao caminhar de todos os homens nas suas sociedades, uma nova forma de reivindicar direitos e de posicionar-se perante o grupo e o poder.

Não obstante, no frígir dos ovos foi também instrumento eficaz de proteção dos interesses de *castas* superiores. Estas, a princípio, não se submetem ao cumprimento de uma função socioambiental ou de qualquer outra. Seus interesses sempre estarão resguardados pelo próprio sistema que dominam.

Pois bem, feita essa observação, há nítida mudança de direção quanto aos proprietários de bens imóveis urbanos e rurais, não mais o *não fazer*, mas o *fazer* em razão da vontade legal, que nada mais é do que consumir o desejo da lei. A lei não é mais o *não fazer*, mas o *fazer*<sup>213</sup>.

A função socioambiental da propriedade é princípio do Direito Ambiental, ou melhor, é a própria configuração desse direito<sup>214</sup>. A sociedade deve estar organizada de maneira a não prejudicar o ambiente. A função socioambiental justamente busca impedir a ocorrência de prejuízos a terceiros ou à qualidade ambiental. É o que basicamente entende-se como *problemas de risco*, enfrentados pelos estudiosos da Teoria da Constituição<sup>215</sup>.

Essas ameaças giram em torno das atuais tecnologias, como os riscos da civilização planetária, as potencialidades da supremacia tecnológica como forma de dominar a natureza e a pessoa e também a maneira de defender-se de calamidades provocadas pela ciência<sup>216</sup>.

Existe hoje, diante desse quadro de risco, a ameaça à democracia política. O que mais intimida a humanidade nestes dias não é a probabilidade de uma guerra atômica, mas os resultados funestos do aquecimento global, engendrados pela emissão do gás estufa, o que ocasiona o encolhimento das calotas de gelo em ambos os hemisférios, a provocar também o aumento no nível do mar e a acidificação das águas dos oceanos, redução da biodiversidade e a destruição das florestas, bem como o aumento de áreas desertificadas, inclusive no Brasil, e alterações nas correntes do Golfo. E tudo isso devidamente ignorado pela opinião pública global e governos nacionais<sup>217</sup>.

---

<sup>213</sup> LEITE, 2000, p. 27.

<sup>214</sup> GRAU, 1997, p. 22.

<sup>215</sup> MIRRA, 2011, p. 50.

<sup>216</sup> CANOTILHO, 2002, p. 1354.

<sup>217</sup> FERRAJOLI, 2011, p. 68.

A voracidade do processo industrial, que não somente destrói a natureza, mas também explora as nações, é a principal causadora dos riscos da civilização moderna. O processo de globalização empurrou todos para uma travessia penosa. A Terra e a humanidade possuem o mesmo destino de terror ou de superação e engrandecimento, a depender da maneira de contenção dessa voracidade<sup>218</sup>.

### 3.3 O Estado socioambiental de direito

O Estado de Direito, antes concebido sob o modelo do Estado Social, o qual sobrepujara o Estado Liberal, posiciona-se nos dias de hoje como Estado Socioambiental. A diferença está no acréscimo da perspectiva ecológica, sem repudiar as aquisições dos outros paradigmas do Estado de Direito. A consequência dessa evolução é proporcionar o progresso humano com padrões sustentáveis, a incluir a óptica da noção de direitos fundamentais socioambientais<sup>219</sup>, por meio de um direito ambiental bem constitucionalizado<sup>220</sup>.

A partir dessa noção vislumbra-se o constitucionalismo socioecológico, o qual aproxima-se do constitucionalismo social, pelo qual condições mínimas de bem-estar procuram harmonizar-se com os infortúnios sociais. Tal amálgama tem por escopo o desenvolvimento sustentável, o qual está ancorado na noção de incremento social, econômico e ambiental. Acolhe-se dessa maneira o comando normativo do artigo 225 da Constituição Federal<sup>221</sup>. Esse comando passa a ser referência para os cidadãos, um catalisador de uma ética ecológica e uma maior possibilidade de conhecimento, principalmente pela Administração e Judiciário<sup>222</sup>.

Perder de vista esse ideal de desenvolvimento sustentável é por em risco a sobrevivência da espécie humana e de todo o ecossistema da Terra. É fomentar a personificação da *sociedade de risco*<sup>223</sup>. E um Estado que pretende proclamar-se Estado de Direito somente o é se for um Estado defensor do ambiente e executor do direito do ambiente, mas para isso esse Estado Ecológico deverá cumprir os deveres de juridicidade (com novas categorias dogmático-constitucionais) a que estão sujeitos

---

<sup>218</sup> BOFF, 2003, p. 6-11.

<sup>219</sup> SARLET; FENSTERSEIFER, 2012, p. 44-45.

<sup>220</sup> CANOTILHO; LEITE, 2007, p. 61.

<sup>221</sup> SARLET; FENSTERSEIFER, 2012, p. 45.

<sup>222</sup> CANOTILHO; LEITE, 2007, p. 77.

<sup>223</sup> SARLET; FENSTERSEIFER, 2012, p. 33.

os poderes públicos. Os Estados, por conseguinte, estão obrigados a assegurar a sobrevivência da espécie humana e a existência digna das futuras gerações<sup>224</sup>. Trata-se de um direito de terceira geração, sedimentado na fraternidade ou na solidariedade<sup>225</sup>.

E por ter assim optado o legislador constituinte, cognomina-se também de direito fundamental. Por conseguinte, poderá o particular ser reconhecido como sujeito de direitos nas relações ambientais e, outrossim, defender o seu direito fundamental ao ambiente e a um padrão de vida aceitável<sup>226</sup>. Por conseguinte, uma Constituição ecologizada não é o resultado de uma arrastada edificação do Direito Ambiental, mas sim o vértice de um robustecimento categórico e cultural de uma postura jurídica mundial<sup>227</sup>, onde não se vai do múltiplo para a unidade, mas vai-se da unidade para o múltiplo, por meio de uma compreensão sistêmica, a fixar tratamento jurídico das partes a partir do todo<sup>228</sup>.

### **3.4 A propriedade de hoje e sua função ecológica**

A Lei de número 6.938/1981, que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos, define ambiente como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite abrigar e reger a vida em todas as suas formas<sup>229</sup>.

A questão ambiental a cada ano que passa ganha mais corpo como um dos grandes desassossegos a atingir populações de muitos países e, por consequência, de seus governos. No Brasil, entretanto, não se apalpam resultados tangíveis quanto ao desmatamento das grandes florestas. A Floresta Amazônica e a Mata Atlântica que o digam.

Segundo Milaré, quando Pedro Álvares Cabral desembarcou no Brasil havia 1.300.000 quilômetros quadrados de Mata Atlântica espalhada pelo território brasileiro (15% do total). Hoje restam 7% da cobertura florestal primitiva. Não se trata de uma floresta com formação homogênea. Há variedade de biodiversidade nas planícies

---

<sup>224</sup> CANOTILHO; LEITE, 2007, p. 5-6

<sup>225</sup> Ibid., p. 103.

<sup>226</sup> SILVA, 2002, p. 103.

<sup>227</sup> CANOTILHO; LEITE, 2007, p. 64.

<sup>228</sup> Ibid., p. 66.

<sup>229</sup> BRASIL, 1981.



costeiras, Serra do Mar e Geral, nos vales dos rios oriundos dos planaltos.

Somente não foi mais degradada pela ação humana nesses pouco mais de 500 anos em razão de algumas áreas serem de difícil acesso, como as serranas.

A riqueza do Brasil começou pela Mata Atlântica, principalmente no que refere-se às culturas da cana-de-açúcar, café, exploração do ouro e, mais recentemente, no século XX, abertura de fronteiras agrícolas, sem mencionar a gigantesca, feroz e constante especulação imobiliária<sup>230</sup>.

Segundo dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis há na Mata Atlântica 1361 espécies da fauna, a compor 261 espécies de mamíferos, 620 de aves, 200 de répteis e 280 de anfíbios. Dessa soma, 567 espécies somente existem nesse bioma. Há também 20 mil espécies de plantas vasculares, das quais 8 mil são exclusiva da Mata Atlântica.

O patrimônio genético é composto por 55% de espécies arbóreas e 40% das espécies não arbóreas são restritas dessa região geográfica. E são endêmicos 70% das bromélias e orquídeas e 39% dos mamíferos. Mais de 15% dos primatas do Brasil moram na Mata Atlântica, sendo a maioria endêmica<sup>231</sup>.

Após 18 anos de tramitação, promulgou-se a Lei de número 11.428/ 2006, a qual dispõe sobre o uso e salvaguarda da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. O brasileiro, de forma preocupante, demora em demasia para reagir à destruição de suas florestas.

Para agravar essa realidade o modelo econômico-social resultante das revoluções industriais, ocorridas nos séculos XVIII e XIX, modificou sobremaneira a relação de consumo dos bens da natureza. Os recursos naturais passaram a ser consumidos pela sociedade humana numa escala nunca antes vista. O resultado são os resíduos tóxicos, insalubres para o homem e para o ecossistema.

Em um quadro de poluição do ambiente muitas plantas são afetadas, podendo até alcançar o ponto de aniquilamento. Cerca de 25% das plantas já catalogadas servem de matéria prima para remédios<sup>232</sup>. É até difícil imaginar o quanto pode estar a perder a indústria farmacêutica com o desaparecimento de plantas, resultante da destruição de seus ecossistemas.

---

<sup>230</sup> MILARÉ, 2013, p. 1288.

<sup>231</sup> Ibid., p. 1289.

<sup>232</sup> SIRVINSKAS, 2013, p. 516.

Além do mais os ecossistemas de todo o planeta estão direta ou indiretamente ligados entre si, constituindo-se o que os ecólogos chamam de biosfera. Por outro lado, um mesmo ecossistema pode abranger área geográfica pertencente a distintos países, pois as fronteiras políticas dos países muitas vezes desconhecem as fronteiras ecológicas e os ecossistemas desconhecem a geografia política humana. O Bioma Mata Atlântica, assim como a Floresta Amazônica, não se manteve circunscrito às fronteiras do Brasil, também alcança o Paraguai e a Argentina. E a região Norte do Brasil é a única desprovida dessa exuberante floresta.

### 3.5 A Reserva Legal e a legislação vigente

Pelo ângulo histórico é possível afirmar sempre ter existido preocupação estatal em proteger a cobertura vegetal de um desflorestamento excessivo. Em 1605 editou-se a primeira lei protecionista florestal brasileira, o *Regimento sobre o Pau-Brasil*, o qual continha penas severíssimas para aqueles que cortassem a madeira sem expressa licença real.

A partir daí observa-se preocupação constante com o desflorestamento, materializada no *Regimento da Relação e da Casa do Brasil*, de março de 1609, sendo esse o primeiro tribunal instalado na Cidade de Salvador e com jurisdição em toda a colônia.

Uma Provisão do Governador do Rio de Janeiro, editada em maio de 1743, proibiu o corte do mangue vermelho, um tipo de árvore, a qual deveria ser utilizada para a construção de edifícios. Em maio de 1773 uma carta régia de Dona Maria I ordena ao Vice-Rei do Brasil proteção para as madeiras das matas brasileiras<sup>233</sup>.

A Reserva Florestal Legal surgiu no ordenamento pátrio pela primeira vez no antigo Código Florestal de 1934, em seu artigo 23, que estabeleceu que parte da vegetação numa propriedade particular não poderia ser derrubada a menos que fosse para a transformação de florestas heterogêneas nativas em floresta homogêneas, destinadas à exploração industrial<sup>234</sup>.

Espelhava esse dispositivo legal a mentalidade vigente na sociedade do chamado Estado Novo, de que o progresso ocorreria pela utilização sem freios dos

---

<sup>233</sup> WAINER, 1993, p. 198-199.

<sup>234</sup> PEREIRA, 1954, p. 47

recursos naturais e serem as florestas nativas embaraço ao desenvolvimento e símbolo de atraso.

Em 1965 foi editada a Lei de número 4.771, a qual instituiu o Código Florestal, alterado de modo mais significativo em 1989 pela Lei de número 7.803/1989, e também pela Medida Provisória de número 2.166-67/ 2001. Ainda no ano de 2012 foi publicado o novo Código Florestal (Lei de número 12.651), já bastante modificado pela Lei de número 12.727/ 2012. Além disso, alguns Estados da Federação dispõem sobre a Reserva Florestal Legal em suas regiões através de leis florestais estaduais, editadas após a Constituição Federal de 1988, a qual atribuiu à União e Estados competência concorrente para legislar em matéria ambiental, entre outras.

### **3.6 A competência concorrente para legislar sobre meio ambiente**

A forma do Estado brasileiro, ou seja, o modo do exercício do poder político em função do território, é a de Estado composto denominado Estado federal ou Federação de Estados. Nesse feitiço o poder político reparte-se no espaço territorial, gerando várias organizações governamentais, distribuídas regionalmente no território nacional com personalidade jurídica de Direito Público interno e a exercer esse poder político de forma autônoma<sup>235</sup>, pelo menos na teoria.

Distingue-se o federalismo clássico do cooperativo, a afirmar-se estar este alicerçado em diversas formas de interdependência entre os agentes nos inúmeros âmbitos e nos diferentes planos de ação dos entes políticos, isto é, União e estados membros, na medida em que há coordenação e cooperação entre eles enquanto constituintes da federação<sup>236</sup>.

No federalismo clássico procurava-se desassociar as atividades das distintas esferas de governo, União e estados-membros, relegando-se a um segundo plano a necessidade de estabelecimento de políticas gerais comuns, que racionalizassem a máquina estatal<sup>237</sup>. O federalismo consubstancia-se na repartição de competências verticais: o governo federal, os governos estaduais e os governos municipais devem

---

<sup>235</sup> SILVA, 1990, p. 90.

<sup>236</sup> FARIAS, 1999, p. 304.

<sup>237</sup> Ibid., p. 304.

procurar coordenar as políticas visando a correta administração das diferentes, mas interdependentes, tarefas estatais<sup>238</sup>.

É pensamento da autonomia federativa a repartição de competências para o exercício da sua atividade normativa<sup>239</sup>, ou seja, as entidades integrantes da federação, os Estados, para serem realmente autônomos, devem criar normas em certas matérias de forma exclusiva e em outras com a União, *para que a unidade da federação não fique comprometida*<sup>240</sup>.

Esse compartilhamento constitucional de poderes é o cerne do estado federado. As contrariedades surgem na definição do que deve ser conferido à União e o que compete aos Estados e Municípios<sup>241</sup>.

O princípio geral a guiar a distribuição de competência entre as entidades integrantes do estado federal é o da preponderância do interesse, pelo qual à União concernem, de forma majoritária, matéria e questão de interesse geral, nacional, enquanto aos Estados tocam matéria e temática de interesse regional, e aos Municípios vinculam-se pontos de interesse local<sup>242</sup>. O intuito da Constituição Federal de 1988 foi restaurar o sistema federativo por meio de critérios de equilíbrio, decorrentes da experiência histórica. Optou-se por um sistema que aglutinou competências exclusivas, privativas e principiológicas, com atribuições comuns e concorrentes<sup>243</sup>.

A técnica constitucional da competência concorrente inspirou-se na Constituição alemã de Weimar de 1919, na qual esse tipo de repartição de competências estava previsto no artigo 10, a permanecer no método jurídico alemão até hoje. Na competência concorrente a mesma matéria é deixada ao alcance da União e dos estados-membros. É dito somente existir a competência dos Estados em determinadas hipóteses, antes ou na falta de manifestação da União, o que poderia ser chamado competência supletiva<sup>244</sup>.

Dessa maneira o instrumento constitucional do Brasil para possibilitar a interdependência entre os Estados e a União, e a autonomia daqueles, foi a divisão da competência legislativa em algumas matérias, pela instituição da competência

---

<sup>238</sup> FARIAS, 1999, p. 306.

<sup>239</sup> Ibid., p. 417.

<sup>240</sup> Ibid., p. 417.

<sup>241</sup> SILVA, 1990, p. 417.

<sup>242</sup> Ibid., p. 418.

<sup>243</sup> FARIAS, 1999, p. p. 456-457.

<sup>244</sup> FERREIRA FILHO, 2008, p. 43.

concorrente da União, Estados e Distrito Federal, através do artigo 24 da Constituição e seus incisos.

CF/1988: Artigo 24: Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; II - orçamento; III - juntas comerciais; IV - custas dos serviços forenses; V - produção e consumo; VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação; X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas; XI - procedimentos em matéria processual; XII - previdência social, proteção e defesa da saúde; XIII - assistência jurídica e Defensoria pública; XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência; XV - proteção à infância e à juventude; XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis. § 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. § 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados. § 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades. § 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário<sup>245</sup>.

Determina o parágrafo 1º do artigo 24 limitar-se a competência da União ao estabelecimento de normas gerais. O parágrafo 2º prevê não excluir a competência suplementar dos Estados a competência da União para legislar sobre normas gerais. Quanto ao parágrafo 3º previu o legislador poderem os Estados exercer a competência legislativa plena para atender suas peculiaridades. O parágrafo 4º suspende a eficácia da lei estadual a superveniência da lei federal sobre normas gerais, no que lhe for contrário.

Uma primeira leitura desses dispositivos constitucionais apresenta dispositivos constitucionais fundamentais para a correta interpretação da norma. Em primeiro lugar as concepções de normas gerais e suplementares. O entendimento do que seja norma geral é por demais subjetivo, a dificultar a interpretação mais acertada do que seja o artigo 24 da Constituição Federal de 1988. Mas sem esse certo entendimento o Poder Judiciário não tem como aplicar as leis<sup>246</sup>.

Em razão da competência concorrente a União está limitada a estabelecer princípios e regras fundamentais, as quais são as normas gerais, a resguardar o

<sup>245</sup> BRASIL, 1988.

<sup>246</sup> FARIAS, 1999, p. 310.

interesse nacional, sem especificar situações que por sua natureza são campos reservados aos estados-membros da federação, sob pena de inconstitucionalidade<sup>247</sup>.

Tudo o que extravasar o interesse nacional irá além das normais gerais, a ser assim considerada inconstitucional por usurpar a esfera legislativa dos Estados-membros. As normas gerais fixam princípios fundamentais. Não podem pormenorizar situações reservadas aos Estados-membros<sup>248</sup>. Estão contidas pela finalidade de coordenação e uniformização. Uma vez ultrapassados esses limites, as normas gerais tornam-se inconstitucionais<sup>249</sup>.

Não deixa de ser um posicionamento a fragilizar o ambiente, pois se o Estado for omissor, a União deve legislar sobre a matéria de competência primária estadual, sob pena de não cumprir seu dever constitucional de preservar o ambiente. Ou seja, se o Estado membro descuidar-se em não legislar sobre a matéria sujeita à competência concorrente, com a matéria ambiental, a União não poderia fazê-lo sob pena de inconstitucionalidade por ferir o princípio federativo. Como ninguém é obrigado a fazer nada ou deixar de fazer a não ser em virtude de lei, a lacuna legal estadual existente possibilitaria atos contrários à conservação ambiental na área da competência estadual.

Essa possibilidade da norma ambiental “adentrar” na esfera estadual ser inconstitucional, contraria o bem senso e, além disso, a Constituição deve ser interpretada de forma sistêmica em seu conjunto. Uma lacuna legislativa estadual pode prejudicar sobremaneira a preservação do ambiente e contrariar o artigo 225 da Constituição Federal de 1988<sup>250</sup>.

O legislador constituinte deveria ter incluído, ao menos por uma questão de isonomia mínima entre a União e os Estados e Distrito Federal, um parágrafo a prever essa hipótese de lacuna legal de lei estadual, mas tal iniciativa não ocorreu. Além disso, é extremamente subjetivo dizer quando um campo é reservado exclusivamente aos Estados em matéria ambiental, a considerar a natureza peculiar do ambiente, qual seja, a da interdependência entre os diversos ecossistemas e biomas em tal ordem que o desequilíbrio em um pode influenciar outro distante.

---

<sup>247</sup> FARIAS, 1999, p. 310.

<sup>248</sup> CAMBI, 1996, p. 249.

<sup>249</sup> LOBO, 1989, p. 98.

<sup>250</sup> MOREIRA NETO, 1988, p. 150-161

Por isso há sentido limitativo nas normas gerais, a impossibilitar a norma federal passar a divisa, à medida que inexistir e enquanto inexistir legislação do Estado membro própria, oportunidade em que normas federais aplicar-se-ão de forma subsidiária às relações concretas nelas previstas<sup>251</sup>. Com esse pensamento uma norma estadual pode suspender o emprego de uma norma federal.

Mas essa questão deve partir da utilidade preponderante na federação, pois enfatizou-se nos artigos 1º e 3º da Constituição Federal a solidariedade e a redução das desigualdades regionais. O escopo é modelar um federalismo cooperativo, a proporcionar maior relevância entre os entes da federação do que a separação e autonomia entre eles<sup>252</sup>.

CF/1988: Artigo 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

CF/1988: Artigo 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação<sup>253</sup>.

Dessa maneira a cooperação entre os entes federativos tem por alicerce a imprescindibilidade da convergência de alguns interesses. Por sua vez a matéria que extrapolar o interesse restrito de uma unidade federativa (do Estado em face da União e do Município em face do Estado) ou porque é comum (todos buscam a mesma vantagem) ou porque envolve tipologias, conceitos, os quais se particularizados em um meio autônomo criariam dificuldades ou até mesmo conflitos no âmbito nacional e internacional. Por isso são matérias de norma geral<sup>254</sup>.

O dano acarretado ao ambiente em um Estado da federação pode lesionar um outro Estado em virtude da alteração em rios que cortam mais de um ente federativo ou mesmo modificações microclimáticas, a gerar interesse supraestadual, ou seja, da União, como entidade representativa da federação. Encaixa-se na esfera

<sup>251</sup> MOREIRA NETO, 1988, p. 150-161.

<sup>252</sup> FERRAZ JÚNIOR, 1994, p. 19.

<sup>253</sup> BRASIL, 1988.

<sup>254</sup> FERRAZ JÚNIOR, 1994, p. 19.

de matéria comum a todos porque os entes federativos em sua totalidade angariam vantagens na federação e por conseguinte normas disciplinadoras do ambiente são gerais por sua própria natureza<sup>255</sup>.

Competência concorrente acarreta poder a União editar normas gerais e os Estados normas suplementares (parágrafo 2º do artigo 24 da Constituição Federal).

A palavra suplementar é *acrescentar alguma coisa a; fornecer um suplemento para; preencher a deficiência de, completar*. Suplemento, por sua vez, é *a parte que se junta a um todo para o ampliar ou aperfeiçoar; aquilo que serve para suprir qualquer falta*<sup>256</sup>.

O parágrafo 3º do artigo 24 diz poderem os Estados exercer a competência legislativa plena para atender suas peculiaridades, caso inexistir lei federal sobre normas gerais. O conceito de competência suplementar abarca a possibilidade dos Estados legislar em caso de lacuna geral de competência da União (parágrafo 3º do artigo 24), no contexto da competência concorrente em discussão e dentro do sentido da palavra suplementar acima apontado, de suprir ou equilibrar a deficiência, pois o hiato oriundo da norma geral federal autoriza os Estados corrigir a carência legal federal com a edição de normas legais estaduais<sup>257</sup>.

Essa acepção de inteirar da palavra suplementar, de ocupar uma brecha, identifica-se com o sentido da palavra supletivo, cujo significado é *que serve de suplemento, que completa*<sup>258</sup>. De maneira concomitante suplementar possui o significado de estender e aprimorar. Dessa maneira quando os Estados legislam para suprir suas singularidades estão a aumentar e aprimorar a legislação federal implica estar a lei federal a ser complementada pela estadual, pois aquela era falha no sentido de responder às particularidades dos estados. Dessa maneira a competência suplementar, em conformidade com o artigo 24 da Constituição Federal, compõe-se de competência complementar e supletiva<sup>259</sup>.

O que não pode ser perdido de vista é a abrangência do dano ambiental, pois, de uma forma ou de outra, podem repercutir em áreas muito afastadas e até em todo o território nacional<sup>260</sup>, e ainda pelo fato de ser complexo definir o que seja norma

<sup>255</sup> FERRAZ JÚNIOR, 1994, p. 19.

<sup>256</sup> MICHAELIS, 2002, p. 1997.

<sup>257</sup> FERRAZ JÚNIOR, 1994, p. 19.

<sup>258</sup> MICHAELIS, 2002, p. 1997.

<sup>259</sup> SILVA, 1990, p. 441.

<sup>260</sup> A destruição da vegetação de uma grande floresta de um Estado-membro, como a Mata Atlântica, por exemplo, pode modificar o clima, afetar os demais, ou pode ainda assorear um rio que passe por



geral, a limitar o campo para os Estados, o Distrito Federal e mesmo os Municípios legislarem. Quanto mais esmiuçadas forem as normas federais, maior as limitações dos demais entes. Mas isso somente se a União não exaurir a matéria, a impedir os Estados de complementarem a norma federal para atender suas peculiaridades.

Em razão disso determinou-se no parágrafo 1º do artigo 24 que *no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais*. Resguarda-se dessa forma o princípio constitucional do federalismo, a assegurar aos Estados a oportunidade de legislar sobre matéria prevista no artigo 24 juntamente com a União<sup>261</sup>.

CF/1988: Artigo 24: Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: § 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais<sup>262</sup>.

Nesse diapasão, mesmo a adotar a União política ambiental pouco expressiva no sentido de conservação do ambiente, os Estado poderão adotar política mais ortodoxa por meio de normas estaduais mais restritivas do que as federais, desde que, naturalmente, não disponham ao contrário, a efetivar assim o determinado no artigo 225 da Constituição Federal: ambiente ecologicamente equilibrado e a proteção da fauna, flora e ecossistemas<sup>263</sup>.

A competência concorrente para legislar implica poderem os Estados estipular leis de forma supletiva, ou seja, a preencher lacunas deixadas pela legislação federal em face de questões objeto da competência concorrente e complementarmente, a acrescentar novos elementos à legislação federal, de cunho genérico, desde que esses novos pontos não restrinjam a legislação federal, pois seriam inconstitucionais<sup>264</sup>.

Assim, os Estados-membros, em razão da competência supletiva, estão autorizados a legislar para preencher vazios ocasionalmente deixados pela legislação federal. Nessa hipótese a norma federal superveniente conterà a eficácia da norma

---

vários outros Estados, ou ainda poluir esse rio a afetar populações distantes, como ocorre com o Rio Tietê, um dos mais poluídos do país, a atravessar praticamente o Estado de São Paulo de um extremo ao outro.

<sup>261</sup> SILVA, 1990, p. 441.

<sup>262</sup> BRASIL, 1998.

<sup>263</sup> COELHO, 1992, p. 70.

<sup>264</sup> Ibid., p. 70.

estadual, mas não a revogará naquilo que esta preceituar em contrário, haja vista a União não possuir competência constitucional para revogar normas estaduais<sup>265</sup>.

Portanto, os Estados e o Distrito Federal possuem competência concorrente para legislar, juntamente com a União, sobre matéria ambiental, em conformidade com o previsto nos incisos VI, VII e VIII do artigo 24.

CF/1988: Artigo 24: Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico<sup>266</sup>.

Com essa concepção, os Estados-membros podem legislar para regular o instituto da Reserva Legal e sua proteção e aprimoramento, como implantação de corredores ecológicos para interligar essas reservas. Também poderão disciplinar as responsabilidades resultantes do não atendimento da obrigação de instituir a Reserva Legal e suas intercomunicações (corredores ecológicos). E aí essas normas estaduais poderiam ser menos restritivas do que as federais? Os Estados podem legislar em matéria ambiental, como no caso da Reserva Florestal Legal (e também a implantação de Corredores Ecológicos), desde que para adicionar normas mais rígidas<sup>267</sup>.

Sendo assim, na eventualidade de uma norma estadual adentrar na esfera de competência legislativa federal, a contrariar o previsto de modo distinto de uma norma federal, essa norma estadual será considerada inconstitucional no seu aspecto material<sup>268</sup>. Por conseguinte, se a inconstitucionalidade de tal norma for declarada em um caso concreto (controle de constitucionalidade incidental), terá vigência tão somente entre as partes, com efeitos *ex nunc* e *extunc*, ou seja, fulmina essa norma para as partes desde o seu nascimento.

Não obstante, a norma declarada assim inconstitucional permanecerá válida até que uma resolução do Senado retire-lhe a executoriedade. Nessa hipótese a resolução do Senado não anula ou revoga a lei, apenas retira-lhe a eficácia, a produzir efeitos *ex nunc* para todos<sup>269</sup>.

---

<sup>265</sup> SILVA, 1990, p. 445.

<sup>266</sup> BRASIL, 1998.

<sup>267</sup> COELHO, 1992, p. 70

<sup>268</sup> FERREIRA FILHO, 1996, p. 48.

<sup>269</sup> SILVA, 1990, p. 54.

Assim, uma ação direta de inconstitucionalidade, cuja sentença declare a inconstitucionalidade dessa norma, terá efeitos *erga omnes*, pois a sentença fará coisa julgada material e por isso vinculará as autoridades executoras da lei, que não poderão aplicá-la sob pena de retirar a eficácia da coisa julgada<sup>270</sup>. Não deixa de ser temerário a decretação de inconstitucionalidade de norma da União quando está a intrometer-se na competência dos Estados, até por não ser simples em matéria ambiental apontar com precisão o que é uma regra geral e quando esta deixa de ser geral para imiscuir-se na competência do Estado-membro.

O perigo na adoção dessa prática é o número de ações a procurar declaração de inconstitucionalidade de leis federais em matéria ambiental, propostas pelos Estados em face da União, onde os maiores perdedores serão a coletividade e o ambiente. O ideal e mais ajustado à preservação do ambiente é presumir-se ser a norma federal uma norma geral, a caber ao Estado particularizar mais a norma federal para preenche-la, isto é, agir de forma suplementar para harmonizar a lei com a realidade local e principalmente salvaguardar o ambiente.

Ressalta-se estarem os Municípios excluídos da redação do artigo 24 da Constituição Federal, o qual refere-se à competência concorrente em razão do artigo 30 da Constituição Federal, o qual em seu inciso I prevê a possibilidade do Município legislar em matéria ambiental e, por conseguinte, sobre Reserva Florestal e Corredores Ecológicos, desde que essas normas sejam mais restritas do que as federais e estaduais. Mas, na hipótese de inexistência de normas gerais da União ou Estados, o Município não pode exercer competência plena com função de preencher essa lacuna em razão dos Municípios terem sido omitidos da competência concorrente, embora possam suplementar a legislação federal e estadual no que couber, desde que exista norma geral da União a possibilitar a competência legislativa<sup>271</sup>.

CF/1988: Artigo 24: Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; II - orçamento; III - juntas comerciais; IV - custas dos serviços forenses; V - produção e consumo; VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; IX -

---

<sup>270</sup> SILVA, 1990, p. 54.

<sup>271</sup> FERRAZ JÚNIOR, 1994, p. 20

educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015). X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas; XI - procedimentos em matéria processual; XII - previdência social, proteção e defesa da saúde; XIII - assistência jurídica e Defensoria pública; XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência; XV - proteção à infância e à juventude; XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis. § 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. § 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados. § 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades. § 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

CF/1988: Art. 30. Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local; II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei; IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual; V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial; VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população; VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano; IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual<sup>272</sup>.

### 3.7 A competência comum para fiscalizar

Os incisos VI e VII do artigo 23 da Constituição Federal determinam ser da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente (inciso VI) e as *florestas, fauna e a flora* (inciso VII). Embora haja redundância na redação do texto, pois florestas fazem parte da flora, deixa patente esse dispositivo constitucional poderem esses entes exercer o Poder de Polícia, inerente à Administração, com o escopo de supervisionar o respeito à legislação federal, estadual ou municipal vigentes, as quais deliberem sobre o ambiente ou flora de modo mais preciso, como implantação de Reserva Florestal Legal<sup>273</sup> e Corredores Ecológicos.

CF/1988: Artigo 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: VI - proteger o meio ambiente e combater a

<sup>272</sup> BRASIL, 1998.

<sup>273</sup> MACHADO, 1992, p. 189.

poluição em qualquer de suas formas; VII - preservar as florestas, a fauna e a flora<sup>274</sup>.

Em razão do disposto no artigo 23 da Constituição Federal, a União, os Estados, Distrito Federal e Municípios, independentemente de celebração de convênios, possuem competência para executar a legislação ambiental, mesmo não sendo o ente federativo o seu autor<sup>275</sup>.

No âmbito da União, a competência para o exercício do Poder de Polícia nas questões ambientais é exercido pelo IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis, por força do artigo 19 da Lei de número 7.803/1989. No contexto dos Estados e Distrito Federal esse poder é exercido por órgãos do estado vinculados às secretarias estaduais do meio ambiente (como o NATURATINS, no Estado do Tocantins) e ainda pelas Polícias Militar e Florestal.

Nos Municípios o policiamento será exercido pelos órgãos definidos pelas leis municipais. Se houver justaposições divergentes, o Poder Judiciário poderá decidir<sup>276</sup>.

A probabilidade de divergências entre as normas federais e estaduais diminuiria se o legislador constituinte tivesse definido melhor e mais objetivamente, no âmbito da competência concorrente, o limite da alçada da União e dos Estados para legislarem concorrentemente.

### **3.8 A Legislação Federal**

A Reserva Florestal Legal foi criada com o Código Florestal de 1934, o qual, em seu artigo 23, estatuiu, com o escopo de proteger recursos florestais, a proibição de derrubar mais de  $\frac{3}{4}$  da floresta da propriedade. Não obstante, esse mesmo dispositivo autorizava a derribada de 100% da floresta desde que fosse para a conversão da floresta primitiva ou heterogênea em homogênea e assim possibilitar a exploração industrial. Por conseguinte, o cálculo de  $\frac{1}{4}$  tinha por parâmetro tão somente a área da propriedade ocupada por florestas; não a área total do imóvel rural.

---

<sup>274</sup> BRASIL, 1998.

<sup>275</sup> BECKER, 1995, p. 141.

<sup>276</sup> MACHADO, 1992, p. 189.

Os Corredores Ecológicos, que poderiam ser usados para ligar as reservas florestais legais das propriedades existentes nas áreas abrangidas pela Mata Atlântica, foram previstos na Lei de número 9.985/ 2000:

Lei 9.985/2000: Artigo 1º-Esta Lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Lei 9.985/200: Artigo 2º: Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: ... XIX - corredores ecológicos: porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais<sup>277</sup>.

O Corredor Ecológico é uma das posições da Lei de número 9.985/2000, a possibilitar reflorestamento e desenvolvimento da biodiversidade. Por meio do Código Florestal e dessa lei pretende-se recuperar áreas desflorestadas e salvaguardar o existente.

A Reserva Florestal Legal foi redimensionada pelo novo Código Florestal Lei 12.651/2012 em seus artigos 12 e seguintes:

Lei 12.651/2012: Artigo 12: Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, observados os seguintes percentuais mínimos em relação à área do imóvel, excetuados os casos previstos no art. 68 desta Lei (Redação dada pela Lei nº 12.727, de 2012); I – localização na Amazônia Legal: 80% (oitenta por cento), no imóvel situado em área de florestas; 35% (trinta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado; 20% (vinte por cento), no imóvel situado em área de campos gerais; II – localizado nas demais regiões do País: 20% (vinte por cento)<sup>278</sup>.

Na Mata Atlântica Brasileira apenas 20% do imóvel rural deve corresponder à área de Reserva Legal.

Quanto aos Corredores Ecológicos, prevê-se as ligações das Reservas Legais entre si por meio deles, ou estes com Áreas de Preservação Permanente, com Unidade de Conservação ou com outra área legalmente protegida (inciso III do artigo 14 da lei).

---

<sup>277</sup> BRASIL, 2000.

<sup>278</sup> BRASIL, 2012.

Lei 12.651/2012: Artigo 14: A localização da área de Reserva Legal no imóvel rural deverá levar em consideração os seguintes estudos e critérios: III - a formação de corredores ecológicos com outra Reserva Legal, com Área de Preservação Permanente, com Unidade de Conservação ou com outra área legalmente protegida<sup>279</sup>.

Comparando-se com o Código Florestal passado Lei número 4.711/1965, alterada posteriormente pela Lei de número 6.535/1978 e pela Lei de número 7.803/1989 a Reserva Legal não está mais relacionada tão somente com a formação vegetal nativa do tipo florestal. Foi incluída outra fisionomia vegetal como campos rupestres, que não é arbóreo. O cerrado, ainda na vigência da Lei de número 4.711/1965, somente passou a ser protegido a partir de 1989, com a entrada em vigor da Lei de número 7.803, a qual incluiu o parágrafo 3º do artigo 16.

Lei 7.803/1989: Artigo 16 passa a vigorar acrescido de dois parágrafos, numerados como § 2º e 3º, na forma seguinte: § 3º Aplica-se às áreas de cerrado a reserva legal de 20% (vinte por cento) para todos os efeitos legais<sup>280</sup>.

Hoje em dia, com o Código Florestal de 2012, não há mais discussão sobre florestas de domínio privado. Até 2012 havia controvérsias sobre florestas em áreas públicas não estarem salvaguardadas pela Lei de número 4.711, de 1965. O Estado, depositário de enormes áreas no país inteiro, o qual compele o cidadão a preservar o ambiente, não impunha a si mesmo esse encargo. O novo Código Florestal superou essa questão no seu artigo 12.

Lei 4711/1965: Artigo 12: Nas florestas plantadas, não consideradas de preservação permanente, é livre a extração de lenha e demais produtos florestais ou a fabricação de carvão. Nas demais florestas dependerá de norma estabelecida em ato do Poder Federal ou Estadual, em obediência a prescrições ditadas pela técnica e às peculiaridades locais<sup>281</sup>.

### **3.9 A legislação ambiental do Estado de Minas Gerais**

A Lei de número 20.922/2013, dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado de Minas Gerais. Alguns Estados brasileiros, dentre eles alguns dos que ainda possuem resquícios da Mata Atlântica em seu território, têm

---

<sup>279</sup> BRASIL, 2012.

<sup>280</sup> BRASIL, 1989.

<sup>281</sup> BRASIL, 1965.

editado Leis Florestais com dispositivos referentes à Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente. Aos 27 de dezembro de 1991 Minas Gerais editou sua primeira lei florestal.

A citada Lei dispõe:

Lei 20.922/2013: Artigo 2º: Para os efeitos desta Lei, entende-se por: ...; X – sistema agroflorestal o sistema de uso e ocupação do solo em que plantas lenhosas perenes são manejadas em associação com plantas herbáceas, arbustivas, arbóreas, culturas agrícolas e forrageiras em uma mesma unidade de manejo, de acordo com arranjo espacial e temporal, com alta diversidade de espécies e interações entre esses componentes; XI – produção de base agroecológica aquela que busca desenvolver a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, e sua regulamentação. (...); XIV – corredores ecológicos as porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando as Unidades de Conservação ou outras áreas de vegetação nativa, que possibilitam entre si o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam, para sua sobrevivência, áreas com extensão maior do que os remanescentes individuais; (...) <sup>282</sup>.

O legislador mineiro demonstrou agradável sensibilidade para com a função socioambiental da propriedade rural. Propriedade e ambiente nessa lei estão de mãos dadas. O conceito tradicional de propriedade produtiva foi ampliado para englobar funções ecológicas. Fala-se, inclusive em ecoturismo (letra c do item III do artigo 3º e inciso IX do artigo 5), o que neste país há poucos anos atrás, apesar do potencial expressivo, era impensável.

Lei 20.922/2013: Artigo 3º Para os fins desta Lei, consideram-se: III - atividade eventual ou de baixo impacto ambiental: a) a abertura de pequenas vias de acesso de pessoas e animais, suas pontes e pontilhões; b) a implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a regularização do uso dos recursos hídricos ou da intervenção nos recursos hídricos; c) a implantação de trilhas para o desenvolvimento do ecoturismo; d) a construção de rampa de lançamento de barcos e pequeno ancoradouro; e) a construção de moradia de agricultores familiares, remanescentes de comunidades quilombolas e outras populações extrativistas e tradicionais em áreas rurais; f) a construção e manutenção de cercas, aceiros e bacias de acumulação de águas pluviais; g) a pesquisa científica relativa a recursos ambientais, respeitados outros requisitos previstos na legislação aplicável; h) a coleta de produtos não madeireiros, como sementes, castanhas, serapilheira e frutos, desde que de espécies não ameaçadas e imunes ao corte, para fins de subsistência, produção de mudas e recuperação de áreas degradadas, respeitada a legislação específica de acesso a recursos genéticos, bem como os tratados internacionais de proteção da biodiversidade de que o Brasil é

---

<sup>282</sup> BRASIL, 2013.



signatário; i) o plantio de espécies nativas produtoras de frutos, sementes, castanhas e outros produtos vegetais, desde que não implique supressão da vegetação existente nem prejudique a função ambiental da área; j) a exploração agroflorestal e o manejo sustentável, comunitário e familiar, incluindo a extração de produtos florestais não madeireiros, desde que não descaracterizem a cobertura vegetal nativa existente nem prejudiquem a função ambiental da área; k) a abertura de picada para fins de reconhecimento e levantamentos técnicos e científicos; l) a realização de atividade de desassoreamento e manutenção em barramentos, desde que comprovada a regularização do uso dos recursos hídricos ou da intervenção nos recursos hídricos; m) outra ação ou atividade similar reconhecida como eventual e de baixo impacto ambiental em ato do Conselho Nacional do Meio Ambiente ou do Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam.

Lei 20.922/2013: Artigo 5º As políticas florestal e de proteção à biodiversidade têm por objetivos: I - promover a proteção e a conservação das florestas e demais formas de vegetação nativa; II - garantir a integridade da fauna, em especial a migratória, e das espécies vegetais e animais endêmicas, raras ou ameaçadas de extinção, assegurando a manutenção e a conservação dos ecossistemas a que pertencem; III - disciplinar o uso alternativo do solo e controlar a exploração, a utilização, o transporte e o consumo de produtos e subprodutos da flora nativa; IV - controlar a origem, o transporte e o consumo de carvão vegetal e de outros subprodutos florestais especificados em regulamento, com finalidade energética; V - prevenir alterações das características e dos atributos dos ecossistemas nativos; VI - promover a recuperação de áreas degradadas; VII - proteger a flora e a fauna silvestre; VIII - desenvolver ações com a finalidade de suprir a demanda de produtos da flora susceptíveis de exploração e uso; IX - estimular programas de educação ambiental e de turismo ecológico; X - promover a estruturação das cadeias produtivas relacionadas ao extrativismo, ao manejo florestal e à sociobiodiversidade; XI - desenvolver estratégias que efetivem a conservação da biodiversidade, entre elas, o pagamento de serviços ambientais e o fomento à utilização de sistemas agroflorestais, à redução do uso de agrotóxicos e à ampliação das áreas legalmente protegidas por meio de Unidades de Conservação; XII - promover a utilização de sistemas de produção e proteção florestal e demais formas de vegetação que possibilitem a conservação da biodiversidade e a inclusão social; XIII - estimular o desenvolvimento de pesquisa que potencialize a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável; XIV - reconhecer a importância da função estratégica da atividade agropecuária e do papel das florestas e demais formas de vegetação nativa e da fauna na sustentabilidade, no crescimento econômico, na melhoria da qualidade de vida da população brasileira e na presença do País nos mercados nacional e internacional de alimentos e bioenergia; XV - promover a conexão entre remanescentes de vegetação e a recuperação de áreas degradadas, visando à formação de corredores ecológicos; XVI - promover a conservação dos ecossistemas aquáticos<sup>283</sup>.

Quanto ao Corredor Ecológico sua função e importância foram cirurgicamente descritas. Trata-se de ferramenta indispensável para a recuperação da Mata Atlântica no terceiro estado mais industrializado do país. A Lei Estadual reforçou vários artigos do atual Código Florestal, já era de se esperar. A grande polêmica, entretanto, diz respeito às hipóteses de derrubada da vegetação nativa nas Áreas de Preservação Permanente. O artigo 12, *caput*, possibilita a intervenção em APP poderá ser permitida

---

<sup>283</sup> BRASIL, 2013.

desde que atenda ao interesse social ou atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental, desde que motivados em procedimento administrativo próprio. Os correspondentes na Lei Federal a esse dispositivo legal são os artigos 8º, *caput*, e 9º. O artigo 13 da Lei Estadual possibilita o acesso de pessoas e animais às APPs para obtenção de água e prática de atos de baixo impacto ambiental.

A questão a saber o que é baixo impacto ambiental em um Estado em que quase toda a Mata Atlântica já foi abatida, sem mencionar outros tipos de floresta ou campos ou cerrado. Há até a possibilidade dessa *permissibilidade* travestir-se de *abolitio criminis*. Crimes ambientais perpetrados no passado poderiam agora ser tachados de práticas de *baixo impacto ambiental*.

O artigo 3º da Lei Estadual discorre sobre as possibilidades de intervenção ou supressão das APPs (utilidade pública, atividades de segurança nacional e proteção sanitária, atividades e obras de defesa civil *etc*). As hipóteses da Lei Estadual são as mesmas do novo Código Florestal, coincidentemente também previstas no seu artigo 3º.

Baixo Impacto Ambiental é aceitável nas hipóteses de livre acesso de pessoas e animais para obtenção de água, desde que não haja desnecessária derrubada de mata; ou ainda a imprescindível travessia de um ribeirão, por exemplo, por pessoas e animais com a construção de pontes ou ainda implantação de trilhas para o ecoturismo. O que causa espécie é considerar Baixo Impacto Ambiental a exploração agroflorestal praticada por índios e quilombolas, useiros e vezeiros em destruir o ambiente para obter dinheiro com venda de madeira (artigo 3º, II, *b*, da Lei Estadual).

É certo que o equilíbrio ecológico está inserido no complexo e dinâmico processo de interação entre o homem (atividade antrópica) e o ambiente, quando aquele precisa utilizar os recursos naturais para a sua sobrevivência e conforto. Não se nega isso. O ambiente não é um desvario edílico ou um sonho bucólico, no qual o ser humano não é bem vindo. Mas a insistência das autoridades em seguir condutas ditas politicamente corretas de há muito tempo acarreta prejuízos para o ambiente ou prejuízo incalculável para a produção de riqueza (Raposa Serra do Sol em Roraima é um exemplo desses equívocos).

### 3.10 A legislação ambiental do Estado da Bahia

O Brasil começa na Bahia. O que os portugueses primeiro viram ao longe em suas caravelas antes de desembarcar na costa da Bahia, no último ano do século XV, foi a Mata Atlântica. As gestões das florestas na Bahia estão previstas no Decreto de número 15.180/2014. Busca-se não somente conservar as matas nativas, mas ressaltando-se a exploração das matas nativas e plantadas.

Lei 15.180/2014: Artigo 2º: As florestas e as demais formas de vegetação existentes no território baiano são bens de interesse comum a todos os habitantes, exercendo-se o direito de propriedade com as limitações estabelecidas pela legislação<sup>284</sup>.

Este artigo é o cerne desta tese de mestrado. Tudo o que está escrito gira em torno dessa norma, acima transcrita. O direito de propriedade não pode ser negado, mas não é absoluto quando a questão ambiental é levantada. E a mata é interesse de todo habitante, não somente da Bahia ou do Brasil, mas do planeta. O Decreto 15.180/2014, chama a atenção pela universalidade, pela concepção do risco e do todo. Essa conclusão de igual maneira está prevista no artigo 4º do Decreto:

Lei 15.180/2014: Artigo 4º: As florestas e demais formas de vegetação nativas existentes no Estado da Bahia são consideradas indispensáveis ao processo de desenvolvimento equilibrado e à sadia qualidade de vida de seus habitantes e não poderão ter suas áreas reduzidas<sup>285</sup>.

Sem um ambiente sadio o ser humano não vive bem. Proteger o ambiente é proteger-se e amparar todas as demais pessoas deste tempo e do futuro. Na Bahia a cultura do cacau, além de muito antiga, é fonte de sobrevivência para centenas de famílias. E o Decreto 15.180, de 2014 não descuidou disso. A gestão das matas inclui o manejo de árvores de sombra no clássico sistema da Cabruca de cultivo do cacau<sup>286</sup>. A própria elaboração do Decreto contou com a participação direta dos plantadores de cacau do sul da Bahia, mais precisamente de Ilhéus<sup>287</sup>. Esse escopo está previsto no artigo 7º do Decreto.

---

<sup>284</sup> BRASIL, 2014.

<sup>285</sup> Ibid.

<sup>286</sup> Cabruca ou cacau cabruca significa fazer buracos na mata para plantar o cacau.

<sup>287</sup> É o sistema agrossilvicultural com densidade arbórea entre 20 (vinte) a 39 (trinta e nove) indivíduos de espécies nativas por hectare, que se fundamenta no cultivo em associação com árvores de espécies

Mas nas áreas de Mata Atlântica não se permite a retirada da vegetação nativa para introduzir qualquer sistema agrossilvicultural, a incluir a cabruca (parágrafo 1º do artigo 16), a não ser na hipótese de áreas transformadas em razão de outros usos (parágrafo 2º do artigo 16).

Lei 15.180/2014: Artigo 16: O cultivo tradicional de cacau (*Theobromacacao*), em sistema agrossilvicultural cacau cabruca tem como objetivo manter e recuperar os remanescentes de cabruças existentes e implantados anteriormente à edição da Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, ressalvadas as hipóteses previstas neste Decreto, e fortalecer os processos econômicos ligados a esse agrossistema. § 1º - No bioma Mata Atlântica, não será admitida a supressão de vegetação nativa para implantação de novos sistemas agrossilviculturais, inclusive a cabruca. § 2º - Será admitida a implantação de novos sistemas agrossilviculturais, inclusive a cabruca, em áreas já convertidas em outros usos, inclusive nas hipóteses de propriedades e posses rurais que integram o mapa original do bioma Mata Atlântica<sup>288</sup>.

O decreto baiano procura regulamentar a centenária necessidade do agricultor local, principalmente o produtor de cacau, e o seu relacionamento com o ambiente, com o escopo de gerar ganhos e preservar o meio. Há uma simbiose entre homem, meio e a cultura do cacau (agrossilvicultura). A mata é o espaço agrícola do produtor desse fruto.

Também no Código Florestal da Bahia está prevista a implantação de Corredores Ecológicos. O Poder Público deverá angariar esforços para enriquecer as propriedades com plantio de cacau com densidade arbórea inferior a 20 indivíduos de espécies nativas por hectare, devendo ainda recompor o terreno com cabruças esquecidas, justamente para *implantação de corredores ecológicos na Mata Atlântica* (artigo 22 do Decreto número 15.180, de 2014)<sup>289</sup>.

### 3.11 A legislação ambiental do Estado do Paraná

Um dos Estados mais ricos do País possui lei florestal sancionada há vinte anos. Trata-se da Lei de número 11.054/1995.

Lei 11.054/1995: Artigo 5º: As florestas e demais formas de vegetação nativa existentes no território paranaense ficam classificadas, para efeito das

---

nativas ou exóticas de forma descontínua e aleatória no bioma Mata Atlântica (artigo 15 do Decreto 15.180, de 2 de junho de 2014).

<sup>288</sup> BRASIL, 1988.

<sup>289</sup> BRASIL, 2014.

disposições desta Lei, em: preservação permanente; reserva legal; produtivas; unidades de conservação.

Na época esse dispositivo era um avanço comparado com o Código Eleitoral então em vigor, pois além das florestas abrangia as *demaís formas de vegetação nativa*, como objeto de proteção.

Lei 11.054/1995: Artigo 7º: As florestas e demais formas nativas de vegetação consideradas reserva legal devem representar, em uma ou várias parcelas, um mínimo de 20% da propriedade rural visando a manutenção de tecido florestal a nível de propriedade e ficando seu uso permitido somente através de técnicas de manejo que garantam a sua perpetuidade<sup>290</sup>.

Esse artigo insere a oportunidade da área ser parcelada, ou seja, pulverizada e dividida. Do ponto de vista ambiental esse dispositivo é um retrocesso. É mais desejável permanecer a vegetação o mais concentrada possível, porque algumas espécies animais necessitam de área maior para viver, como ocorre comumente com mamíferos. Daí ser urgente a reformulação dessa lei, para introduzir os Corredores Ecológicos no pouco que resta das matas do Paraná.

Ademais o isolamento de espécies vegetais em pequenas frações reduz a diversidade genética com o consequente aumento de doenças genéticas, decorrentes do cruzamento continuado entre plantas com patrimônio genético similar.

Ora bem, o artigo possibilita o uso sustentável dos recursos naturais da Reserva Legal, pois manejo é conceituado nessa lei paranaense como *técnica de gerenciar os processos ecológicos, visando atingir os objetivos de conservação da natureza e de preservação colimados* (artigo 10, inciso IV). A conservação é conceituada nessa lei como *utilização sustentável dos recursos naturais, objetivando produção contínua e rendimento ótimo, condicionados à manutenção permanente da diversidade biológica* (artigo 10, inciso II).

Lei 11.054/1995: Artigo 10: Para os fins previstos nesta lei entende-se por: II - conservação da natureza a utilização sustentável dos recursos naturais, objetivando produção contínua e rendimento ótimo, condicionados a manutenção permanente da diversidade biológica; IV - manejo a técnica de gerenciar os processos ecológicos, visando atingir os objetivos de conservação da natureza e de preservação colimados<sup>291</sup>.

---

<sup>290</sup> BRASIL, 1995.

<sup>291</sup> Ibid.

Dúvida, contudo, existe quanto ao exato sentido do termo *uso*. Não é impossível alguém incluir nele o significado de derrubada de árvores. Mas isso ofenderia o disposto no artigo 22, I, do Código Florestal:

Lei 12.651/2012: Artigo 22: O manejo florestal sustentável da vegetação da Reserva Legal com propósito comercial depende de autorização do órgão competente e deverá atender as seguintes diretrizes e orientações: I – não descaracterizar a cobertura vegetal e não prejudicar a conservação da vegetação nativa da área<sup>292</sup>.

A lei paranaense é antiga. Já merecia ser substituída por norma mais nova, mais claramente direcionada à proteção do ambiente diante dos novos posicionamentos de manejo sustentável, como ocorreu com a lei florestal baiana. O Decreto número 387/1999 regulamentou parte da Lei Florestal do Paraná, instaurando o SISLEG – Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente do Estado do Paraná. Diz esse diploma em relação à Reserva Legal:

DC/387/1999: Artigo 1º: Fica instituído o Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente, integrado ao Programa de Conservação da Biodiversidade (Rede da Biodiversidade), Sistema Estadual de Reposição Florestal Obrigatória (SERFLOR), Programa Estadual de Desenvolvimento Florestal (PRODEFOR) e Programa Florestas Municipais<sup>293</sup>.

O legislador deixa claro dever estar o SISLEG integrado ao Programa de Conservação da Biodiversidade.

DC/387/1999: Artigo 2º: É propósito do Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente levar o Estado do Paraná a ter um índice de no mínimo 20% de cobertura florestal, através da conjugação de esforços do Poder Público e da Iniciativa Privada<sup>294</sup>.

Conclui-se tratar-se a expressão *cobertura florestal* como revestimento por qualquer tipo de planta de porte arbóreo seja nativa, seja exógena, seja de importância ecológica, seja de importância econômica. Mas se o SISLEG está inserido no Programa de Conservação da Biodiversidade, como indicado no artigo 1º desse

---

<sup>292</sup> BRASIL, 2012.

<sup>293</sup> BRASIL, 1999.

<sup>294</sup> Ibid.

Decreto, o bom seria a substituição de espécies exóticas por nativas nas áreas de Reserva Legal fosse obrigatória ou, pelo menos, encorajada pelo Governo do Paraná, visto que a biodiversidade brasileira envolve diversidade das espécies nativas, não de exógenas.

DC/387/1999: Artigo 1º: Fica instituído o Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente, integrado ao Programa de Conservação da Biodiversidade (Rede da Biodiversidade), Sistema Estadual de Reposição Florestal Obrigatória (SERFLOR), Programa Estadual de Desenvolvimento Florestal (PRODEFLO) e Programa Florestas Municipais<sup>295</sup>.

Este artigo pode constituir-se em uma ameaça à conservação da biodiversidade e recuperação de ecossistemas, a ferir o inciso I do parágrafo 1º do artigo 225 da Constituição Federal, pois recompor a Reserva Legal com plantas exógenas, segundo especialistas, não conserva nem recupera a biodiversidade.

CF/1988: Artigo 225: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas<sup>296</sup>.

### **3.12 A tutela da mata atlântica a luz da Lei 11.428/2006**

Os artigos 20 e 21 da Lei de número 11.428/2006, permitem a supressão da vegetação primária para a realização de obras, estudos científicos, projetos e atividades de utilidade pública, embora não tenha ficado muito preciso o significado de “projetos e atividades”.

As mesmas situações excepcionais ocorrem quando da derrubada de vegetação secundária, mesmo em estágio avançado de regeneração do bioma.

Lei 11.428/ 2006: Artigo 20: O corte e a supressão da vegetação primária do Bioma Mata Atlântica somente serão autorizados em caráter excepcional, quando necessários à realização de obras, projetos ou atividades de utilidade pública, pesquisas científicas e práticas preservacionistas. Parágrafo único. O corte e a supressão de vegetação, no caso de utilidade pública,

---

<sup>295</sup> BRASIL, 1999.

<sup>296</sup> BRASIL, 1988.

obedecerão ao disposto no art. 14 desta Lei, além da realização de Estudo Prévio de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA.

Lei 11.428/2006: Artigo 21: O corte, a supressão e a exploração da vegetação secundária em estágio avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica somente serão autorizados: I - em caráter excepcional, quando necessários à execução de obras, atividades ou projetos de utilidade pública, pesquisa científica e práticas preservacionistas; III - nos casos previstos no inciso I do art. 30 desta Lei<sup>297</sup>.

### 3.13 A exceção da utilidade pública

Segundo o artigo 3º, VII, dizem respeito à atividade pública atividades concernentes à segurança nacional e proteção sanitária, e ainda obras de infraestrutura para o serviço de transporte, saneamento e energia, conforme o disposto pelo poder público federal ou dos estados. Saliento, entretanto, não caber aos estados a defesa de seus esses interesses. Ao estado cabe tão somente declarar o que seja interesse próprio.

O Estudo de Impacto Ambiental deverá esclarecer se determinada obra realmente é primordial para determinado local da Mata Atlântica onde exista vegetação primária ou vegetação secundária, em adiantado estado de regeneração, exibindo opções que não agridam a vegetação.

Mas há imprecisão na lei quanto à definição do que seja proteção sanitária e segurança nacional. Isso deverá ser aclarado nos artigos 20 e 21 da Lei de número 11.428, de 2006, pelo Estudo Prévio de Impacto Ambiental. Em suma segurança nacional implica em defesa do território, da população e de tudo o que for relevante para o país contra todo tipo de ameaça e hostilidade. Como exemplo citam-se manobras militares, construção de unidades do exército, marinha, aeronáutica e desalojamento de grupos terroristas ou infratores.

Lei 11.428/ 2006: Artigo 20: O corte e a supressão da vegetação primária do Bioma Mata Atlântica somente serão autorizados em caráter excepcional, quando necessários à realização de obras, projetos ou atividades de utilidade pública, pesquisas científicas e práticas preservacionistas. Parágrafo único. O corte e a supressão de vegetação, no caso de utilidade pública, obedecerão ao disposto no art. 14 desta Lei, além da realização de Estudo Prévio de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA.

Lei 11.428/2006: Artigo 21: O corte, a supressão e a exploração da vegetação secundária em estágio avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica somente serão autorizados: I - em caráter excepcional, quando necessários à execução de obras, atividades ou projetos de utilidade pública,

---

<sup>297</sup> BRASIL, 2006.



pesquisa científica e práticas preservacionistas; III - nos casos previstos no inciso I do art. 30 desta Lei<sup>298</sup>.

### 3.14 A exceção da prática preservacionista

A prática preservacionista é a segunda ressalva para aquiescência aos requerimentos de corte e supressão da vegetação primária e secundária. A Lei 11.428/2006, elaborou o termo *preservacionista* e define o que seja prática preservacionista. Trata-se de *atividade técnica e cientificamente fundamentada, imprescindível à proteção da integridade nativa, tal como controle de fogo, de erosão, de espécies exóticas e de espécies invasoras* (inciso IV do artigo 3º).

Lei 11.428/2006: Art. 3º Consideram-se para os efeitos desta Lei: IV - prática preservacionista: atividade técnica e cientificamente fundamentada, imprescindível à proteção da integridade da vegetação nativa, tal como controle de fogo, erosão, espécies exóticas e invasoras<sup>299</sup>.

Nem toda operação que tenha por escopo proteger o bioma Mata Atlântica ganha a nomenclatura de *prática preservacionista*. Para tanto, é primordial evidenciar ter a atividade alicerce científico e técnico para resguardar a vegetação.

### 3.15 A exceção da pesquisa científica

O artigo 19 da Lei de número 11.428 não define o que seja pesquisa científica. Isso será feito pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente, prescrevendo o modo de eventualmente cortar a vegetação primária ou secundária nas etapas média e avançada de reestruturação.

### 3.16 O estudo de impacto ambiental

O Estudo Prévio de Impacto Ambiental será exigido sempre que uma construção ou ação colocar em risco o ambiente de forma significativa. É o que está disposto no artigo 15 da Lei de número 11.428, de 2006. O órgão responsável exigirá a execução desse estudo prévio, sempre seguido de publicidade para garantir a

---

<sup>298</sup> BRASIL, 2006.

<sup>299</sup> Ibid.

participação pública. Dessa forma aplica-se o disposto no inciso IV do artigo 225 da Constituição Federal.

Lei 11.428/2006: Artigo 15: Na hipótese de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, o órgão competente exigirá a elaboração de Estudo Prévio de Impacto Ambiental, ao qual se dará publicidade, assegurada a participação pública.

CF/1988: Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade<sup>300</sup>.

O Estudo de Impacto Ambiental é fundamental para os requerimentos de corte e supressão das vegetações primária e secundária artigo 20, parágrafo único, e artigo 22, ambos da Lei de número 11.428/2006. A probabilidade de *significativa degradação do meio ambiente* já é conjecturada pela lei e por isso não cabe ao gestor ambiental questionar existir ou não a possibilidade de dano ao ambiente.

Lei 11.428/2006: Artigo 20: O corte e a supressão da vegetação primária do Bioma Mata Atlântica somente serão autorizados em caráter excepcional, quando necessários à realização de obras, projetos ou atividades de utilidade pública, pesquisas científicas e práticas preservacionistas. Parágrafo único. O corte e a supressão de vegetação, no caso de utilidade pública, obedecerão ao disposto no art. 14 desta Lei, além da realização de Estudo Prévio de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA.

Lei 11.428/2006: Artigo 22: O corte e a supressão previstos no inciso I do art. 21 desta Lei no caso de utilidade pública serão realizados na forma do art. 14 desta Lei, além da realização de Estudo Prévio de Impacto Ambiental, bem como na forma do art. 19 desta Lei para os casos de práticas preservacionistas e pesquisas científicas<sup>301</sup>.

### 3.17 As novas empresas

Novos empreendimentos devem ser preferencialmente instalados em áreas já degradadas, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Lei de número 11.428/2006. Trata-se de política ambiental do Bioma Mata Atlântica. Não se trata de uma escolha única, mas de opção. Áreas degradadas ou alteradas serão escolhidas para sediar empreendimento novo. Não deixa de ser critério sensato, razoável para ser seguido.

---

<sup>300</sup> BRASIL, 2006.

<sup>301</sup> Ibid.

Lei 11.428/2006: Artigo 12: Os novos empreendimentos que impliquem o corte ou a supressão de vegetação do Bioma Mata Atlântica deverão ser implantados preferencialmente em áreas já substancialmente alteradas ou degradadas<sup>302</sup>.

E também não se pode olvidar ser a autorização de corte uma exceção à regra, nunca um ato reiterado, mas sim fortemente suscitado pela utilidade pública (artigo 3º, VII, a) e interesse social (artigo 3º, VIII, a).

Lei 11.428/2006: Artigo 3º: Consideram-se para os efeitos desta Lei: VII - utilidade pública: a) atividades de segurança nacional e proteção sanitária; b) as obras essenciais de infraestrutura de interesse nacional destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia, declaradas pelo poder público federal ou dos Estados; VIII - interesse social: a) as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, tais como: prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão, erradicação de invasoras e proteção de plantios com espécies nativas, conforme resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA; b) as atividades de manejo agroflorestal sustentável praticadas na pequena propriedade ou posse rural familiar que não descaracterizem a cobertura vegetal e não prejudiquem a função ambiental da área; c) demais obras, planos, atividades ou projetos definidos em resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente<sup>303</sup>.

### 3.18 Equilíbrio e desequilíbrio ambientais

Para o artigo 17 da Lei de número 11.428/2006, deve-se destinar área para cada desmatamento e de semelhante metragem, com características ecológicas semelhantes (mas sempre nos limites do Bioma Mata Atlântica e de preferência na mesma bacia hidrográfica<sup>304</sup>.

Lei 11.428/2006: Artigo 17: O corte ou a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, autorizados por esta Lei, ficam condicionados à compensação ambiental, na forma da destinação de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica, e, nos casos previstos nos arts. 30 e 31, ambos desta Lei, em áreas localizadas no mesmo Município ou região metropolitana. § 1º Verificada pelo órgão ambiental a impossibilidade da compensação ambiental prevista no caput deste artigo, será exigida a reposição florestal, com espécies nativas, em área equivalente à desmatada, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica. § 2º A compensação ambiental a que se refere este artigo não se aplica aos casos previstos no inciso III do art. 23 desta Lei ou de corte ou supressão ilegais<sup>305</sup>.

<sup>302</sup> BRASIL, 2006.

<sup>303</sup> Ibid.

<sup>304</sup> MACHADO, 2014, p. 934.

<sup>305</sup> Ibid.

Se a compensação visar área desmatada em perímetro urbano, deverá ela ser efetuada no mesmo município ou na mesma região metropolitana. Não se tolera a compensação ambiental se o corte e supressão da mata forem ilegais (parágrafo 2º do artigo 17). Talvez isso se aplique mais na fase administrativa, pois, na judicial, de certo, o juiz procurará a reparação do dano da forma mais aproximada da compensação, que no frígir dos ovos é a reposição da floresta.

Lei 11.428/2006: Artigo 17: O corte ou a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, autorizados por esta Lei, ficam condicionados à compensação ambiental, na forma da destinação de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica, e, nos casos previstos nos arts. 30 e 31, ambos desta Lei, em áreas localizadas no mesmo Município ou região metropolitana. § 2º A compensação ambiental a que se refere este artigo não se aplica aos casos previstos no inciso III do art. 23 desta Lei ou de corte ou supressão ilegais<sup>306</sup>.

Os danos ambientais podem até ser irreversíveis, mas nunca irremediáveis. Uma composição pecuniária sempre poderá ser fixada pelo juiz<sup>307</sup>. Na hipótese de autorização fornecida para o pequeno produtor rural ou populações ditas tradicionais (índios e quilombolas), não se utiliza a compensação ambiental nas hipóteses de corte e supressão de vegetação secundária na fase média de regeneração (artigo 17, parágrafo 2º, combinada com o artigo 23, III, ambos da Lei de número 11.428, de 2006).

Lei 11.428/2006: Artigo 17: O corte ou a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, autorizados por esta Lei, ficam condicionados à compensação ambiental, na forma da destinação de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica, e, nos casos previstos nos arts. 30 e 31, ambos desta Lei, em áreas localizadas no mesmo Município ou região metropolitana. § 2º A compensação ambiental a que se refere este artigo não se aplica aos casos previstos no inciso III do art. 23 desta Lei ou de corte ou supressão ilegais.

Lei 11.428/2006: Artigo 23: O corte, a supressão e a exploração da vegetação secundária em estágio médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica somente serão autorizados: III - quando necessários ao pequeno produtor rural e populações tradicionais para o exercício de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais imprescindíveis à sua subsistência e de sua família, ressalvadas as áreas de preservação permanente e, quando

---

<sup>306</sup> BRASIL, 2006.

<sup>307</sup> MACHADO, 2014, p. 934.

for o caso, após averbação da reserva legal, nos termos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965<sup>308</sup>.

Se não for possível efetuar a compensação ambiental, será ordenada a reposição florestal, em área proporcional à desflorestada.

### 3.19 Áreas urbanas e regiões metropolitanas

Nas hipóteses de loteamento e edificação está proibida a supressão da vegetação primária do Bioma Mata Atlântica nas regiões metropolitanas e áreas urbanas. Não há qualquer exceção para essa proibição.

De igual maneira está proibida a supressão de *vegetação secundária em estágio avançado de regeneração* desse citado bioma. A lei não se utiliza da palavra corte, que possui significado restrito no texto da lei, de forma a poder ser franqueado o corte, mas não a supressão da vegetação.

### 3.20 A viabilidade de autorização para supressão de vegetação

Os artigos 30 e 31 da Lei 11.428, de 2006, diferem quanto às proibições de supressão da vegetação, no que tange à etapa de regeneração da vegetação secundária e no que refere-se à data do assentimento do perímetro urbano.

Lei 11.428/2006: Artigo 30: É vedada a supressão de vegetação primária do Bioma Mata Atlântica, para fins de loteamento ou edificação, nas regiões metropolitanas e áreas urbanas consideradas como tal em lei específica, aplicando-se à supressão da vegetação secundária em estágio avançado de regeneração as seguintes restrições: I - nos perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração dependerá de prévia autorização do órgão estadual competente e somente será admitida, para fins de loteamento ou edificação, no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa em estágio avançado de regeneração em no mínimo 50% (cinquenta por cento) da área total coberta por esta vegetação, ressalvado o disposto nos arts. 11, 12 e 17 desta Lei e atendido o disposto no Plano Diretor do Município e demais normas urbanísticas e ambientais aplicáveis; II - nos perímetros urbanos aprovados após a data de início de vigência desta Lei, é vedada a supressão de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica para fins de loteamento ou edificação.

Lei 11.428/2006: Artigo 31: Nas regiões metropolitanas e áreas urbanas, assim consideradas em lei, o parcelamento do solo para fins de loteamento ou qualquer edificação em área de vegetação secundária, em estágio médio

---

<sup>308</sup> BRASIL, 2006.

de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, devem obedecer ao disposto no Plano Diretor do Município e demais normas aplicáveis, e dependerão de prévia autorização do órgão estadual competente, ressalvado o disposto nos arts. 11, 12 e 17 desta Lei. § 1º Nos perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração somente será admitida, para fins de loteamento ou edificação, no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa em estágio médio de regeneração em no mínimo 30% (trinta por cento) da área total coberta por esta vegetação. § 2º Nos perímetros urbanos delimitados após a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração fica condicionada à manutenção de vegetação em estágio médio de regeneração em no mínimo 50% (cinquenta por cento) da área total coberta por esta vegetação<sup>309</sup>.

As normas de autorização para supressão ou corte, além de observar as da Lei 11.428/2006, também deverão ater-se ao cumprimento do Plano Diretor do Município. Os requerimentos de licença para loteamento ou construção em vegetação secundária, no estágio avançado de recuperação nos limites urbanos admitidos até a data do início da vigência da Lei de número 11.428/2006, somente poderão ser conferidos para a supressão de até 50% da vegetação nativa (inciso I do artigo 30), devendo ser preservada a metade restante.

Lei 11.428/2006: Art. 30. É vedada a supressão de vegetação primária do Bioma Mata Atlântica, para fins de loteamento ou edificação, nas regiões metropolitanas e áreas urbanas consideradas como tal em lei específica, aplicando-se à supressão da vegetação secundária em estágio avançado de regeneração as seguintes restrições: I - nos perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração dependerá de prévia autorização do órgão estadual competente e somente será admitida, para fins de loteamento ou edificação, no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa em estágio avançado de regeneração em no mínimo 50% (cinquenta por cento) da área total coberta por esta vegetação, ressalvado o disposto nos arts. 11, 12 e 17 desta Lei e atendido o disposto no Plano Diretor do Município e demais normas urbanísticas e ambientais aplicáveis<sup>310</sup>.

Na hipótese de loteamento ou construção, na fase média de regeneração, há duas hipóteses distintas a serem observadas, em conformidade com a data de aprovação dos perímetros urbanos: se a aprovação deu-se até a data do começo da vigência da Lei de número 11.428/2006, deve ser garantida a preservação de no mínimo 30% da vegetação nativa. Se a aprovação deu-se após o início da vigência deve ser assegurada a preservação de um mínimo de 50% da vegetação.

---

<sup>309</sup> BRASIL, 2006.

<sup>310</sup> Ibid.

### 3.21 Crimes contra o bioma da mata atlântica

Por meio do artigo 43 da Lei de número 11.428/2006, inseriu-se o artigo 38-A na Lei 9.605, de 1998. Esse artigo emprega os verbos destruir e danificar, como infringência das normas de preservação, ou seja, sem a autorização legal dos organismos administrativos com competência para gerir o Bioma Mata Atlântica. A lei pune com pena de detenção de um a três ou multa ou até ambas as penas cumulativamente. Visa-se impedir a eliminação da vegetação nativa (destruição), bem como o corte de numerosas árvores ou sua derrubada com tratores e correntes. A lei visa coibir o uso de agrotóxicos na vegetação primária ou secundária em estágios avançado e médio de recuperação.

Lei 11.428/2006: Art. 43. A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 38-A: “Art. 38-A. Destruir ou danificar vegetação primária ou secundária, em estágio avançado ou médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção: Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente. Parágrafo único. Se o crime for culposo, a pena será reduzida à metade<sup>311</sup>.”

A lei distingue destruição e danificação, em razão da intensidade do dano, mas ambas as condutas estão abrangidas no artigo 38-A.

O delito somente se consuma se ocorrer a destruição ou a danificação da vegetação primária ou secundária, no período avançado ou médio de regeneração do bioma. O Ministério Público, para elaborar a denúncia, deverá calcar-se em laudo pericial, o qual indicará quais espécies ou indivíduos foram atingidos e de que gênero de vegetação fazem parte. Curiosamente, não é crime a destruição ou a danificação da vegetação secundária, no período inicial de regeneração.

A Lei de número 11.428/2006, é uma tentativa de frear o desmatamento na Mata Atlântica, que já presenciou 92% de sua exuberância ser destruída. A lei possibilita a conciliação entre crescimento e preservação ao garantir áreas 30% ou 50% cobertas por vegetação. Sempre será necessário harmonizar o crescimento com o ambiente. Não é possível excluir aquele, mas também não se pode olvidar a criação.

---

<sup>311</sup> BRASIL, 2006.

### 3.22 Competência legislativa

A Mata Atlântica é patrimônio nacional, como estipulado pela Lei Federal de número 11.428/ 2006, e em conformidade com o parágrafo 4º do artigo 225 da Constituição Federal. Assim o uso desse ambiente dar-se-á *dentro das condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais*. Por tratar-se de competência concorrente, os estados e o distrito federal podem legislar sobre florestas, preservação da natureza e ambiente por intermédio de normas suplementares (inciso VI do artigo 24 da Constituição Federal de 1988)<sup>312</sup>.

### 3.23 Princípios jurídicos do bioma mata atlântica

O princípio geral para toda e qualquer legislação sobre proteção ambiental é o do desenvolvimento sustentável. A partir daí ramificam-se diversos sub-princípios: salvaguarda da biodiversidade, saúde humana, valores paisagísticos, estéticos e turísticos, regime hídrico *etcetera* <sup>313</sup>. Quanto à Lei de número 11.428/2006 apresentam-se os seguintes princípios: função socioambiental da propriedade e o respeito ao direito de propriedade, equidade intergeracional, precaução, prevenção, o do usuário-pagador, gestão democrática, transparência de atos e informações.

O que nunca poderá ser desconsiderado quanto à Mata Atlântica é a biodiversidade, fauna, flora, regime hídrico do bioma, estímulo à pesquisa científica, fomento de tecnologias de manejo sustentável, estímulo de uma consciência pública sobre a urgência da recuperação e manutenção dos ecossistemas, iniciativas públicas e privadas que visem o equilíbrio ecológico do bioma e disciplina na ocupação rural e urbana, que não deixa de ser o próprio espírito do desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento sustentável, por sua vez, não implica em crescimento econômico, tão somente uma condição considerável, mas não suficiente. No dizer de Celso Furtado, dar-se-á o desenvolvimento sustentável se não houver confusão com crescimento econômico, *no mais das vezes resultado de mera modernização das elites. O desenvolvimento depende da cultura, na medida em que ele implica a invenção de um projeto*<sup>314</sup>.

---

<sup>312</sup> BRASIL, 1988.

<sup>313</sup> MACHADO, 2014, p. 927.

<sup>314</sup> VEIGA, 2008, p. 929.



### 3.24 Vegetação primária e vegetação secundária

Encontra-se no artigo 2º do parágrafo único do artigo 2º da Lei de número 11.428/2006, limitação ainda mais restritiva de sua ocorrência: apenas os remanescentes de vegetação natural na fase primária e nas fases secundárias inicial, médio e adiantado de regeneração terão o seu uso e conservação pela supracitada lei. Cabe ao órgão CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente a missão de indigitar essas vegetações, a ter como balizas os critérios utilizados no parágrafo 2º do artigo da lei.

Lei 11.428/2006: Artigo 2º: Para os efeitos desta Lei, consideram-se integrantes do Bioma Mata Atlântica as seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados, com as respectivas delimitações estabelecidas em mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, conforme regulamento: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; e Floresta Estacional Decidual, bem como os manguezais, as vegetações de restingas, campos de altitude, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste. Parágrafo único. Somente os remanescentes de vegetação nativa no estágio primário e nos estágios secundário inicial, médio e avançado de regeneração na área de abrangência definida no caput deste artigo terão seu uso e conservação regulados por esta Lei<sup>315</sup>.

Nunca é demais definir vegetação natural ou ainda, como mais empregado, vegetação nativa. É a composta de vegetação inerente à área geográfica onde atualmente ocorre<sup>316</sup>. Interage ela com o ambiente por milhares de anos e sujeita-se a processo de seleção natural a gerar espécies geneticamente robustas e ambientadas ao local<sup>317</sup>. Volta e meia as espécies nativas são integradas às espécies endêmicas e que seriam inatas em um determinado território<sup>318</sup>. A espécie exótica é a que foi introduzida em um espaço da qual não é originária (plantações da árvore Teca no Mato Grosso e na Amazônia). Não enfrentou o processo de seleção natural no ambiente introduzido e por tal motivo não pode ser considerada sucessora da vegetação nativa<sup>319</sup>.

---

<sup>315</sup> BRASIL, 2006.

<sup>316</sup> MACHADO, 2014, p. 929.

<sup>317</sup> GAIO, 2014.

<sup>318</sup> MACHADO, 2014, p. 929.

<sup>319</sup> GAIO, 2014.

Vegetação primária é aquela de máxima expressão local, acentuada diversidade biológica, com pouquíssima influência das ações antrópicas, portanto, sem maiores alterações nas suas espécies, a ponto de não alterar de forma significativa os aspectos originais de espécies e estruturas. E vegetação secundária é a decorrente de processos naturais de sucessão, após supressão parcial ou total da vegetação primária, tanto em razão de ações antrópicas como naturais, *podendo ocorrer árvores remanescentes de vegetação primária*. Recebe também o nome de vegetação em regeneração<sup>320</sup>.

No ano de 2007 a Resolução CONAMA de número 388, de 23 de fevereiro, harmonizou as resoluções precedentes que especificam as vegetações primária e secundária nos momentos inicial, médio e avançado de regeneração para os fins do colocado no parágrafo 1º do artigo 4º da Lei de número 11.428/2006.

Lei 11.428/2006: Artigo 4º A definição de vegetação primária e de vegetação secundária nos estágios avançado, médio e inicial de regeneração do Bioma Mata Atlântica, nas hipóteses de vegetação nativa localizada, será de iniciativa do Conselho Nacional do Meio Ambiente. § 1º O Conselho Nacional do Meio Ambiente terá prazo de 180 (cento e oitenta) dias para estabelecer o que dispõe o caput deste artigo, sendo que qualquer intervenção na vegetação primária ou secundária nos estágios avançado e médio de regeneração somente poderá ocorrer após atendido o disposto neste artigo<sup>321</sup>.

A classificação primária e secundária, em qualquer fase de regeneração do bioma Mata Atlântica, não perderá essa identificação nas hipóteses de desmatamento, incêndio ou qualquer outro tipo de ingerência não autorizada ou não licenciada artigo 5º da Lei de número 11.428/2006. Para a resolução CONAMA de número 10, de 1993, a classificação vegetação primária é aquela que não sofreu deterioração.

O artigo 11 da Lei de número 11.428, de 2006, concerne aos posseiros e proprietários. É proibido o corte nas vegetações primária e secundária (embora haja omissão na lei faz-se a interpretação extensiva) nas situações de regeneração avançada e média e estarem a fauna e flora ameaçadas de extinção, pondo em perigo a ação humana a sobrevivência dessas espécies.

Também haverá proibição quando proprietário e posseiros não cumprirem as obrigações preservacionistas, nos termos da Lei de número 12.651/2012. De igual

---

<sup>320</sup> GAIO, 2014.

<sup>321</sup> BRASIL, 2006.

maneira é proibido suprir a vegetação quando agasalhar indivíduos da fauna silvestre e flora ameaçados de extinção; quando a vegetação é ciliar, a proteger cursos d'água; quando a vegetação formar corredores entre remanescentes de vegetação primária ou secundária em etapa adiantada de recuperação; quando a vegetação resguardar as cercanias das unidades de conservação e quando a vegetação estiver dotada de extraordinário valor paisagístico, que será reconhecida como tal pelos órgãos executivos do SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente.

## **4 OS CORREDORES ECOLÓGICOS ENQUANTO INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DO AMBIENTE E DE GARANTIA DA VIDA**

### **4.1 Mata atlântica desde a chegada dos portugueses até os dias atuais**

Seduzido desde o início do século XV com o mercantilismo mediterrâneo, Portugal somente colocou-se à frente da colonização do Brasil quando a baixa do preço das especiarias sobressaltou sua hegemonia comercial no plano internacional.

Dessa forma, por ter de conseguir uma alternativa no mercado europeu, iniciou projeto de ocupação do Brasil, alicerçado no domínio da terra, definido a partir do Estado Metropolitano. A concentração de terras, associada à prática da monocultura de exportação, possibilitou atender além dos interesses mercantis, as necessidades da fidalguia e dos que recebiam concessões de terra na forma de sesmarias. Aí começa o aniquilamento da Mata Atlântica em larguíssima escala, do Nordeste ao Sul do Brasil.

A imposição da cultura canavieira, extremamente nociva para o solo, principalmente em razão das queimadas para replantio e a escassez de projetos de agricultura consorciada, fizeram com que os portugueses ocupassem vastas regiões com um mesmo produto, a desgastar a terra e a promover áreas de desertificação no seu entorno. Percebe-se ser antiga a prática do fogo para fins agrícolas. Atualmente o Poder Público disciplina a prática das queimadas por meio da regra de proibição geral e a estipular regras para a sua autorização. Os incêndios para fins agrícolas são disciplinados pela Lei de número 12.651/2012<sup>322</sup>.

No Brasil a questão agrária ainda é considerada com a mais significativa, do ponto de vista de proteção dos recursos ambientais, pois se revela pelo assenhoreamento de amplas áreas, sendo de dificultosa fiscalização. A despeito do aumento da produção nacional pela ampliação da fronteira agrícola, se não forem adotadas medidas de proteção das matas e águas, a produtividade nacional de alimentos, com absoluta certeza, apresentará índices decrescentes, em razão da fadiga do solo utilizado.

O extrativismo português, seguido de formas inadequadas do uso do solo e de produção ocasionaram acentuados danos aos ecossistemas brasileiros. A

---

<sup>322</sup> MILARÉ, 2013, p. 542.

ocupação do campo, a favorecer a monocultura e grandes propriedades, provocou desmatamento na Mata Atlântica e perda de fertilidade e estabilidade dos solos.

As florestas nativas e formações sucessoras podem ser exploradas, mediante consentimento ofertado por órgão do SISNAMA, desde que aprovado pelo PMFS - Plano de Manejo Florestal Sustentável. Quanto às licenças, ressalvam-se as hipóteses previstas nos artigos 21, 23 e 24 da Lei de número 12.651/ 2012 novo Código Florestal.

Lei 12.651/2012: Artigo 21: É livre a coleta de produtos florestais não madeireiros, tais como frutos, cipós, folhas e sementes, devendo-se observar: I - os períodos de coleta e volumes fixados em regulamentos específicos, quando houver; II - a época de maturação dos frutos e sementes; III - técnicas que não coloquem em risco a sobrevivência de indivíduos e da espécie coletada no caso de coleta de flores, folhas, cascas, óleos, resinas, cipós, bulbos, bambus e raízes.

Lei 12.651/2012: Art. 22. O manejo florestal sustentável da vegetação da Reserva Legal com propósito comercial depende de autorização do órgão competente e deverá atender as seguintes diretrizes e orientações: I - não descaracterizar a cobertura vegetal e não prejudicar a conservação da vegetação nativa da área; II - assegurar a manutenção da diversidade das espécies; III - conduzir o manejo de espécies exóticas com a adoção de medidas que favoreçam a regeneração de espécies nativas.

Lei 12.651/2012: Art. 23. O manejo sustentável para exploração florestal eventual sem propósito comercial, para consumo no próprio imóvel, independe de autorização dos órgãos competentes, devendo apenas ser declarados previamente ao órgão ambiental a motivação da exploração e o volume explorado, limitada a exploração anual a 20 (vinte) metros cúbicos<sup>323</sup>.

Afora o Código Florestal devem ser observadas as normas pertinentes aos biomas, como a da Mata Atlântica Lei de número 11.428/2006. Sem o necessário controle e vigilância, estima-se estar o país a perder, por ano, significativa quantidade de terras férteis e parte dela vai depositar-se, por erosão como sedimento nos corpos d'água. Em poucas décadas, os terrenos de cultivo intensivo poderão ser gravemente atingidos.

A expansão agrícola inquieta a já reduzida reserva de áreas naturais do país, como a Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal etc. Diretamente ligada ao aniquilamento das florestas e o encolhimento da biodiversidade, a ampliação da fronteira agrícola integra, ao processo produtivo, solos mais pobres e ambientalmente fracos, considerados marginais.

É imprescindível definir com precisão cirúrgica os objetivos e as competências institucionais para a política agrícola, no que concerne às práticas agroindústrias,

---

<sup>323</sup> BRASIL, 2012.

agropecuárias e análise das etapas de projetos nessas áreas. O escopo é proteger o ambiente e assegurar o seu uso racional, bem como incentivar a recuperação dos recursos naturais. Esses pontos estão previstos na Lei de número 8.171/1991(a destacar os artigos 2º, 3º, IV, e 12, IV)<sup>324</sup>.

A Mata Atlântica somente poderá ser parcialmente recuperada se cessarem as causas de aniquilamento dos solos, como ocorreu principalmente nos anos sessenta do século XX com a expansão horizontal da agricultura e pecuária<sup>325</sup>. Nessa época o fator terra era farto e barato, o que fazia ser mais prático pelo ângulo econômico abandonar as glebas com a diminuição da produtividade, transferindo o capital para outras áreas, do que emprega-lo em terras deterioradas. Essa realidade modificou-se no final da década seguinte com a reconquista das altas taxas de crescimento econômico nos últimos governos militares e a adoção de políticas agressivas tomada do mercado externo.

O resultado foi o redirecionamento da política agrícola, a ter por meta não somente a expansão da fronteira agrícola, como também o aumento da produtividade da terra. Isto foi alcançado por meio da capitalização da produção rural, via política de investimentos subsidiados pelo Estado<sup>326</sup>.

Todo esse crescimento da economia atingiu em cheio as Florestas Amazônica, Cerrado e Mata Atlântica. Gigantescas áreas florestais nativas foram eliminadas. Expandiu-se no lugar das matas monoculturas, com a introdução de poucos cultivares de cada espécie e o uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes, a acarretar a perda de diversidade genética, elevação das taxas de erosão e perda de nutrientes naturais do solo pela ação da água da chuva, compactação do solo e o crescimento da quantidade de nutrientes nas massas d'água, a criar algas, com consequente desequilíbrio dos ecossistemas<sup>327</sup>.

Na década de oitenta, o setor agropecuário sofreu novas alterações. As crises externa e fiscal levaram o governo a reduzir sua ligação com a agricultura, a diminuir subsídios dos sistemas de crédito rural e de preços mínimos. Nesse período foi também reduzida boa parte dos programas de estímulo à ocupação de terras nas áreas de fronteira<sup>328</sup>.

---

<sup>324</sup> SIRVINSKAS, 2013, p. 552.

<sup>325</sup> Ibid., p. 447.

<sup>326</sup> ALVES; PASTORES, 1975, p. 7.

<sup>327</sup> MUGGIATI, 1996, p. 8.

<sup>328</sup> Ibid., p. 8

Com uma economia globalizada é de se presumir a entrada cada vez maior de capital estrangeiro para ocupação e exploração de recursos naturais nacionais. Desde os anos noventa madeireiras asiáticas iniciaram a exploração de madeira na Amazônia, as mesmas que arruinaram florestas tropicais na Malásia<sup>329</sup>. Esse mesmo capital estrangeiro proporciona a adoção de técnicas mais avançadas de agricultura, por consequência, maior uso de agrotóxicos e fertilizantes para incrementar a produtividade e o rendimento do capital investido no Brasil, bem como a ampliação das fronteiras agrícolas nas regiões mais remotas e ainda relativamente preservadas do país, como a Região Amazônica e no Mato Grosso do Sul, onde há resquícios da Mata Atlântica.

Um exemplo recente desse contexto é o da lavoura de cacau. Os ajustes macroeconômicos internos, implantados em razão das reformas institucionais dos anos noventa e da liberalização do mercado, suscitou sucessivas quedas no preço do cacau, uma cultura que preserva bastante a Mata Atlântica, onde é plantado, pois essa vegetação fornece a sombra imprescindível aos pés de cacau. Isto tem provocado, nesses últimos anos, a substituição dessas lavouras por pastagens com consequente derrubadas das árvores da floresta natural<sup>330</sup>.

#### 4.2 Ambienti: uno ou frazionato?

O método usado para definir algo como bem jurídico concerne com as exposições e classificações dos princípios elaborados por juristas que servem como fonte do direito positivo. Na Itália, apenas como exemplo, não há uma concepção unânime de ambiente enquanto bem jurídico tutelado, pois pode ser concebido como paisagem, bem sanitário ou ordenamento do território, todavia, *sem preocupação com a inserção de qualquer disposição “correspondente” no plano dos direitos individuais*<sup>331</sup>. Daí a relevância de limitar a cultura sobre o significado do ambiente, a indagar o *locus* de onde provém a eleição dos bens jurídicos merecedores da tutela do ordenamento jurídico e poder estatal. Defende-se essa concepção em razão dos escritos do

---

<sup>329</sup> MUGGIATI, 1996, p. 8.

<sup>330</sup> MAY, 2011, p. 57.

<sup>331</sup> GOMES, 2007, p. 69.

professor romano Massimo Severo Giannini, isso por faltar no texto original da Constituição Italiana a supramencionada menção específica sobre o ambiente<sup>332</sup>.

Esse pensamento identifica o ambiente como bem coletivo a reclamar o exercício de deveres de solidariedade por parte dos integrantes da comunidade, ou seja, a subjetividade do direito do ambiente, o que em tese não permitiria a limitação da legitimidade processual ao Ministério Público. Todavia, como bem observado por Carla Amado Gomes, a proteção do ambiente nos atuais dias, se inserida na esfera de direitos pessoais de cada membro da sociedade, em nada é favorecida. O indicado, o que também vale para o Brasil, é a autonomização de outras colocações jurídicas e as implementações de meios de proteção peculiares, a destacar o interesse difuso e o incremento de sua proteção pela ação popular. É a forma objetiva de olhar o ambiente, algo acima das sensibilidades e de posições panfletárias, mas desde que existentes posições constitucionais bem definidas.

A defesa do ambiente é, em um primeiro momento, tarefa de caráter público, pois ao Estado e às entidades públicas incumbe assegurar o mínimo de condições de existência ao homem, embora possa ou também deva existir legitimação da intervenção dos envolvidos na salvaguarda de bens ambientais, tanto para proteger como para punir ou exigir a correção, mais especificamente a compensação dos danos<sup>333</sup>.

É importante realçar até entrelaçarem-se as definições de ambiente e ecologia, como um binômio de importância medular. Em relação ao ambiente busca-se o seu entendimento diante da amplitude dos problemas ambientais atualmente existentes na sua relação com o ser humano. Quanto à ecologia trata-se da possibilidade de organizar e pensar uma visão globalizante, desses mesmos problemas ambientais, mas agora sob a ótica científica<sup>334</sup>.

#### **4.3 O direito de propriedade e seu efeito boomerang**

A aproveitar o posicionamento do Doutor Casalta Nabais ao colocar direitos com efeito boomerang<sup>335</sup>, digo amoldar-se o Direito de Propriedade a essa concepção. Segundo o doutrinador português os direitos boomerang são, por um lado, direitos e,

---

<sup>332</sup> GOMES, 2007, p. 70.

<sup>333</sup> Ibid., p. 111.

<sup>334</sup> RAMOS, 1996, p. 76.

<sup>335</sup> NABAIS, 2007, p. 53.



por outro lado, deveres impostos ao correspondente possuidor. São direitos que regressam para o titular na forma de dever. É o dever do proprietário de terras de integrar-se com a fauna, com a flora, águas. Não existem direitos dos animais, da fauna ou flora ou ainda de rios e mares, esses *companheiros da aventura humana*. Esses *domínios* criam deveres para com a humanidade, ou, como afirma o mencionado doutrinador, conjunto de deveres indiretos para atender as exigências a um equilibrado e ajustado ambiente indispensável para a vida humana (*digna de ser vivida*), *integrada esta tanto pela geração actual como pelas gerações futuras*. Não obstante não concorde Casalta Nabais com os chamados direitos de gerações futuras, por não ser possível identificar seus titulares, sustenta existir de tal maneira associação desses deveres aos correlatos direitos que sustenta a autonomização destes como direitos de solidariedade, ou ainda direitos circulares ou direitos poligonais, cujo cerne é demarcado pelo interesse comum, em especial no que extrapola o estrago aos bens individuais, a possuir dessa maneira a sua dimensão objetiva peso maior do que é atinente aos direitos fundamentais em geral<sup>336</sup>.

#### 4.4 O pensamento verde

A década de 60 do século XX foi o período de contestação e do amanhecer da realidade ecológica. *Descobre-se* não serem os recursos naturais ilimitados e estar o ambiente sucessivamente exposto a desastres ecológicos, a por em risco a vida no planeta<sup>337</sup>.

Não obstante, o primeiro grande enfrentamento global da questão ambiental deu-se com a declaração de Estocolmo de 1972, palco no qual a preservação da natureza, a destacar a fauna e flora, foi colocada no mesmo patamar dos direitos fundamentais à liberdade e igualdade, bem como conjunturas de vida adequadas. E mais, o ser humano passa a ter a obrigação de salvaguardar e ajudar o ambiente em proveito das gerações atuais e futuras<sup>338</sup>.

A questão ecológica nos anos setenta está em formação, mesmo sitiada entre a quimera e os sobressaltos<sup>339</sup>, posiciona-se como fruto de uma modificação de

---

<sup>336</sup> NABAIS, 2007, p. 52.

<sup>337</sup> GOMES, 2007, p. 25.

<sup>338</sup> Ibid., 29.

<sup>339</sup> GOMES, 2007, p. 28.

entendimento. A partir desse remodelamento de raciocínio, nas décadas seguintes, buscar-se-ão tratados, declarações para entender e monitorar o ambiente, muitas vezes à custa de normas de *soft law*, mesmo diante de impalpáveis concepções do desenvolvimento sustentável ou de imprecisas noções de qualidade de vida ou das incontáveis variações geográficas do planeta<sup>340</sup>. É o nascedouro de um direito comunitário e de obrigações estatais, múnus que estende-se a cada ser humano do planeta, algo a ser cobrado com mais intensidade a cada dia.

Esse direito comunitário, entretanto, está inserido em uma outra realidade, numa mundialização de mercados, a fazer com que fosse criada a partir dos anos setenta, após as duas crises do petróleo, uma disputa de produtores em uma dimensão planetária, o aperfeiçoamento de cada um em função dos proveitos relacionados, a liberalização das trocas e a ausência dos Estados<sup>341</sup>. Existe um gritante antagonismo entre esses interesses. A luta por um ambiente equilibrado confronta-se com uma realidade nem sempre defensora de uma ética mundial que busque as soluções para os impasses de nosso tempo.

A natureza foi sujeitada a um método de cálculo, prognóstico e dominação. Foi afrontada pela concupiscência científica e tecnológica do homem, a ameaçar sua estabilidade. O homem intervém no ambiente com uma impetuosidade tal que arranca dele tudo o que necessita para suas realizações, a criar ao redor de si um cenário dramático<sup>342</sup>. Quando se fala em homem, está a ser dito, na realidade, o homem e o exercício de seus incontáveis e quase ilimitados direitos, a destacar o de propriedade.

Atenta-se para o fato de não ter este escrito propósito contrário aos meios capitalistas de progresso. Ao contrário, é preciso explorar o meio para extrair riqueza para o ser humano. A natureza é instrumento para o bem-estar e a riqueza humana. Isso é fundamental entender. O que não se quer é o abuso, que acarreta destruição desnecessária. O modelo a ser seguido, na área rural, para o desenvolvimento regional poderia ser o que já existe na Itália desde o último do quarto do passado, a industrialização difusa<sup>343</sup>.

Nesse contexto italiano, perfeitamente adaptável ao Brasil, o conceito de desenvolvimento sustentável alicerça-se no espaço geográfico, nas comunidades

---

<sup>340</sup> GOMES, 2007, p. 40.

<sup>341</sup> MATA, 2016, p. 10-11.

<sup>342</sup> Ibid., p. 59-60.

<sup>343</sup> FLORES, 2007, p. 58.

locais e nas empresas, a produzir processo específico e diferenciado de progresso. É uma construção social de mercados, com estruturas informais e seguidas por todos nas relações da comunidade. Normalmente nesse sistema há a presença de um centro urbano industrial em uma relação dinâmica com zonas rurais, a formar vínculos de cooperação para o surgimento de sistemas produtivos locais e novas frentes de mercado.

Criam-se estratégias a envolver produtores rurais e consumidores, a girar em torno de valores culturais, como culinária, vestuário, festas, estilos de decoração, saberes populares, literatura regional *et cetera*. Nasce assim nova fórmula de diálogo entre produtores e localidade de consumidores.

E nessa perspectiva de interação econômica, social e cultural, cujo escopo é o desenvolvimento local, há o elemento ecológico, alimentado com o próprio conhecimento local por meio de informações para o melhor manejo local de recursos naturais, em combinação com os conhecimentos técnicos<sup>344</sup>.

A implementação de corredores ecológicos nessa perspectiva de industrialização difusa na Mata Atlântica ampliaria as possibilidades de conservação de árvores típicas de cada região dessa extensa floresta e dentro de um contexto de desenvolvimento sustentável.

#### **4.5 A Europa após a segunda guerra mundial**

A Europa após a segunda grande guerra mundial passa a ser nascedouro de constituições complexas. A história das guerras deixou traumas profundos na civilização europeia. Todos os poderes constituídos deveriam agora seguir normas de direitos fundamentais, a atentar para sua importância jurídica. E ao legislador impunha-se copiosa missão de conformar a sociedade a uma ingerência restritiva dos próprios direitos fundamentais a que também estava sujeito o legislador. O escopo era garantir permanentemente a liberdade individual nas diversas instâncias e nos órgãos do estado.

Não seria compatível com esse ideal qualquer embaraço provocado por detalhadas antecipações constitucionais a oprimir a Lei Fundamental de *garantias*,

---

<sup>344</sup> FLORES, 2007, p. 58.

*tipificações, exceções e condicionamentos* mais condizentes com a legislação civil, administrativa ou penal<sup>345</sup>.

A realidade europeia de final de guerra não se harmonizava com a experiência norte-americana de inexistência no seu texto constitucional arrolamento extenso de direitos fundamentais, pois, embora com gritantes e até chocantes contradições (existentes até hoje em dia), os Estados Unidos da América de há tempos são considerados pela intelectualidade mundial como os grandes paladinos da liberdade. Com toda essa tradição (ou empáfia) relacionar extensamente direitos e garantias individuais passa a ser algo desnecessário.

Não obstante fórmulas gerais de liberdades e garantias não se harmonizavam com o temor da civilização europeia de regredir para a realidade totalitária dos regimes nazista e comunista, este a imperar por décadas principalmente na China e União Soviética.

O comunismo e o nazismo não se alicerçavam em alguma concepção utilitarista, mas sim na exteriorização natural da evolução das raças e das classes. Esses dois regimes despóticos criaram figuras próprias para os termos *liberty*, *equality*, *fraternity*, substituindo-os por seus antípodas. A liberdade foi substituída pelo poder e restrição. No comunismo e no nazismo o poder precede a liberdade. A liberdade – e mesmo assim o mínimo tolerável - somente existirá se o governo for forte e bem organizado. A igualdade é permutada pela desigualdade natural, tanto física como intelectual dos seres humanos ou ainda pela sua capacidade de trabalho. A fraternidade foi trocada pela inimizade. Basta ver a quantidade de campos de concentração nesses dois países durante a segunda guerra e após, na guerra fria, para reunir e neutralizar os inimigos do estado. Esses opositores devem ser tratados com inflexibilidade e ódio.

Quanto ao humanismo, seja substituído pela força e intransigência<sup>346</sup>. Esses ideais do século XIX, moldados por ultraconservadores como Sir James Fitzjames Stephen, adequam-se como uma luva na Alemanha de Hitler e na União Soviética de Stalin. São sombras de um estado forte que atemorizavam os liberais europeus do pós-guerra.

---

<sup>345</sup> NOVAIS, 2003, p. 22.

<sup>346</sup> POSNER, 2009, p. 277.

Com características próprias e bem distintas da América e sem perder de vista o terror dos movimentos totalitários, as Constituições na Europa consubstanciaram-se em normas jurídicas, a permitir atar os poderes constituídos aos direitos fundamentais e às *correspondentes normas constitucionais de garantia enquanto Direito diretamente aplicável*<sup>347</sup>.

Mas essa vinculação esta cercada de desconfiança, ou, melhor dizendo, de total descrédito nos poderes políticos, até mesmo o legislativo. Nesse clima de suspeita ou de trauma de guerra não se aceitam direitos fundamentais conforme leis, mas apenas leis em conformidade com direitos fundamentais<sup>348</sup>.

E perante esse quadro de veneração dos direitos fundamentais pelas entidades públicas falar em deveres fundamentais ou em limitação de direitos fundamentais é o mesmo que afrontar o legislador ou administrador, os quais consubstanciaram os direitos fundamentais na Europa do pós segunda guerra mundial. Entretanto como falar de limites aos direitos fundamentais - e aqui cabe destacar o direito de propriedade - em um mundo algumas vezes surdo e cego aos deveres fundamentais, no momento em que o ambiente continua a ser tão agredido?

#### **4.6 O conceito de dever fundamental**

A concepção de dever fundamental emerge das esferas religiosa e ética. Somente adentra no campo jurídico na Idade Moderna. Ressalta-se não existir uma mescla entre deveres morais e jurídicos, como bem formulado por Kant e também colocado por Kelsen. A ordem jurídica não se confunde com qualquer implicação moral. O pensamento estóico também contribui para o deslocamento da ideia de dever dos âmbitos moral e religioso para o direito, a impressionar o jusnaturalismo racionalista e o humanismo jurídico. Com a ordem de suportar e abster-se o homem não é tão somente titular de direitos, inseparáveis de sua dignidade, mas igualmente de deveres, imprescindíveis para o bom desempenho da comunidade estruturada em estado<sup>349</sup>.

---

<sup>347</sup> NOVAIS, 2003, p. 23.

<sup>348</sup> Ibid., p. 24.

<sup>349</sup> MENEZES, 2003, p. 90-91.

E qual é o conceito de dever fundamental? São deveres jurídicos do homem, os quais, por especificarem a posição fundamental do indivíduo, têm peculiar significado para a comunidade e podem por esta ser impostos<sup>350</sup>.

No caso específico deste trabalho o posicionamento fundamental do indivíduo diz respeito ao fato de ser proprietário de terras rurais na área abrangida pela Mata Atlântica.

#### **4.7 As estruturas do dever fundamental de proteção ao ambiente**

O dever fundamental de proteção ao ambiente apresenta-se em mais de um formato, a assumir função do elemento natural passível de proteção e sua abrangência será mais ou menos ampla em razão do nível de ataque ao meio ou da agressão a ser ainda perpetrada ou a importância política conferida a esse bem ou a adoção de práticas desencorajadoras de ações ambientalmente prejudiciais<sup>351</sup>.

#### **4.8 Obrigações de facere**

É o extremo da deverosidade ambiental. Trata-se de prescrição de condutas categóricas, normalmente desacompanhadas de sanções administrativas. Dirigem-se mais à construção de uma mentalidade ambiental. Um exemplo é a separação do lixo em compartimentos destinados à reciclagem. Como exceção a essa mencionada ausência de penalidades apresentam-se os deveres de facere para a redução da poluição, em razão dos sérios danos provocados ao ambiente pelas indústrias, pecuária, agricultura etc. Para essas atividades e similares ampliam-se os deveres de proteção para quem as explora e para quem polícia, seja com a imposição de penalidades mais incisivas, seja com deveres formas de informação, notificação, esclarecimento etc<sup>352</sup>, daí o caráter pluriforme do dever fundamental de proteção, a variar de acordo com as circunstâncias<sup>353</sup> e peculiaridades do destinatário. Acentuam-se as obrigações positivas e negativas de defender o ambiente quanto mais lesiva for a atividade explorada. Busca-se assim a repartição igualitária no encargo de

---

<sup>350</sup> NABAIS, 2007, p. 64.

<sup>351</sup> GOMES, 2007, p. 187.

<sup>352</sup> Ibid., p. 191.

<sup>353</sup> Ibid., p. 193.

salvaguardar o meio. É o princípio da igualdade, pelo qual procede-se igual com o que é igual e desigual com o que é díspar<sup>354</sup>.

Se há deveres, há direitos. O arquétipo de sociedade contemporânea é o desenvolvimento sustentável, o qual de maneira simplista resume-se no imperativo de desenvolvimento econômico e social a encaminhar-se lado a lado com o resguardo dos valores ambientais. Para impor deveres, todavia, há de se valer da ponderação de valores com a concepção de ser a natureza útil para o homem. Assim, admite-se a limitação dos direitos se ocorrer situação insustentável de risco à natureza. Quanto à Mata Atlântica, de há muito tempo essa situação de perigo já foi extrapolada, pois 93% desse patrimônio natural foram desintegrados nos últimos quinhentos anos. Está patente, nesse caso, revelar-se acertado estabelecer conteúdo concreto do dever fundamental de proteger a Mata Atlântica. É uma ação adequada. Não obstante sejam consideráveis os números da destruição desse acervo, toda e qualquer ação limitadora de direitos não pode ser descomedida nem na punição, nem na estipulação de condutas consistentes para a defesa dos 7% restantes de mata. O que foi dito neste parágrafo representa o princípio da proporcionalidade quanto ao dever fundamental de defender o ambiente, o que será melhor esmiuçado mais adiante<sup>355</sup>.

Ou seja, sempre haverá necessidade do legislador calcular a importância dos bens naturais juntamente com as garantias legais e constitucionais para estipular direitos e deveres. Já foi dito por Carla constituírem-se os deveres fundamentais no avesso da liberdade de que vale-se a pessoa no Estado de Direito, a assinalar a responsabilidade social que o onera. E se a lei cria, altera e extingue direitos, de igual maneira a elaboração, alteração e aniquilação de deveres caberão ao Legislativo. Por sua vez, se a lei gera deveres, estará vedada a ingerência de outra fonte de direito para o mesmo mister. É o que Gomes Canotilho, citado por Carla, denomina dimensão negativa da reserva da lei. Quanto ao seu aspecto positivo, a lei deve ela própria estipular o específico regime jurídico<sup>356</sup>.

---

<sup>354</sup> GOMES, 2007, p. 196-197.

<sup>355</sup> Ibid., p. 197-199

<sup>356</sup> Ibid., p. 200-201.

#### 4.9 Obrigações de non facere

Busca-se obter a *deverosidade ambiental* mínima tolerável, impossibilitando-se a prática de deterioração vultosa em um bem natural de uso coletivo. Essa degeneração consiste em provocar dano significativo ao ambiente, saído do campo passivo de comportamento de não causar estrago, a desrespeitar norma. Rompe-se assim o dever negativo imposto ao indivíduo, a passividade a que estava obrigado e deveria acatar, a ação vedada que não poderia ser perpetrada. É o lado negativo do *múnus*<sup>357</sup>. Um exemplo é o artigo 38 da Lei de número 12.651, de 25 de maio de 2012, o novo Código Florestal, o qual, a salientar algumas exceções, veda o uso de fogo na vegetação.

#### 4.10 Obrigação de pati

Há semelhança desses deveres com o de non facere. Nas duas imposições o sujeito não pode agir. Todavia, nas obrigações de pati há o ônus de tolerar a ação de outrem no seu campo jurídico, a qual ordinariamente permitiria objeção, além da inércia a que originalmente foi-lhe prescrita<sup>358</sup>. É o caso de manter reserva legal na propriedade rural.

#### 4.11 Ainda sobre o conceito de deveres fundamentais

A destrinchar o conceito acima pode-se dizer o seguinte sobre deveres fundamentais: tratam-se de posições jurídicas passivas porque revelam a submissão do indivíduo face ao estado. Mais precisamente, é o lado passivo da relação jurídica fundamental entre os indivíduos e o estado ou a sociedade. É o outro lado da moeda no que tange aos direitos fundamentais. Mas esse posicionamento passivo não implica em torpor, fixidez, mas ao contrário, significa comportamento ativo ou omissivo do titular e, por conseguinte, podem ser instrumento de desrespeito<sup>359</sup>.

Deveres fundamentais são em posições jurídicas subjetivas conferidas ao indivíduo pela Constituição. Não se trata de deveres reflexos dos poderes ou

---

<sup>357</sup> GOMES, 2007, p. 188

<sup>358</sup> Ibid., p. 189.

<sup>359</sup> NABAIS, 2002, p. 65.



competências constitucionais, mas aqueles que investem nos indivíduos em posições subjectivas<sup>360</sup>.

Deveres fundamentais são posições jurídicas individuais, embora pessoas jurídicas públicas ou privadas também possam arcar com deveres fundamentais. Mas por trás das pessoas coletivas estão sempre pessoas individuais com sua dignidade, da qual a realização passa pela existência e pela atividade da comunidade estadual e pela submissão aos deveres<sup>361</sup>.

Deveres fundamentais estabelecem posições universais e perenes. Deveres implicam em sacrifícios e estes são para todos. Não pode haver diferenciação. A universalização, todavia, não se confunde com deveres que não impostos a todos, *verbi gratia*, serviço militar apenas para pessoas do sexo masculino e que já tenham atingido determinada idade. Como perpetuidade entendem-se os deveres fundamentais como não podendo ser abdicados, tanto pelo legislador ordinário, como pelo legislador da revisão constitucional<sup>362</sup>.

Deveres fundamentais são concebidos como posições primordiais, ou seja, valiosíssimos para a *existência, subsistência e funcionamento da comunidade organizada*, podendo assim efetuar outros valores comuns com significativa consciência jurídica geral da comunidade<sup>363</sup>.

E no que implicam esses deveres fundamentais? Importa em um ser humano destituído do espírito de ilha. O homem dos deveres fundamentais não vive isolado, não é referência de si mesmo. É um indivíduo livre e responsável. A liberdade deve ser repartida, isto é, *uma ordem de liberdade limitada pela responsabilidade*<sup>364</sup>. Limitar a liberdade é respeitar os limites do próximo, não subjugar o direito de quem quer que seja, independentemente de minorias ou majorias, ou ainda, *um sistema que confere primazia, mas não exclusividade, aos direitos face aos deveres fundamentais*<sup>365</sup>.

Deveres não se confundem com obrigações. Estas referem-se a uma relação jurídica em rigorosa conformidade com um direito subjetivo e outro sujeito, parte na mesma relação. Os deveres, por seu turno, impõe-se numa direção ampla, sem a possibilidade de identificação de um outro sujeito, possuidor de um direito subjetivo<sup>366</sup>.

---

<sup>360</sup> NABAIS, 2002, p. 67-69.

<sup>361</sup> Ibid., p. 69.

<sup>362</sup> Ibid., p. 71-72.

<sup>363</sup> Ibid., p. 72-73..

<sup>364</sup> Ibid., p. 31.

<sup>365</sup> Ibid., p. 31.

<sup>366</sup> MENEZES, 2013, p. 93.

O dever nessa direção extensiva deverá, entretanto, estar calcado em justificações. Imposições legítimas aos livres implica em fundamentar, em alicerçar o dever da autoridade estatal em obrigar o indivíduo a fazer algo. Sem esse amparo no direito o poder coercitivo será ilegítimo. Deve existir uma razão jurídica para conduzir-se de acordo com que é preceituado<sup>367</sup>.

#### **4.12 Direitos ou Deveres ou Direitos e Deveres**

Alterar a forma de enfrentar a degradação ambiental é mais do que apenas cobrar providências do Estado, mas incutir na mentalidade de cada o dever de executar trabalhos de tutela e de melhoria da qualidade dos bens ambientais para proveito de todos os membros da coletividade<sup>368</sup>. Implica essa alteração de entendimento num longo e lento caminhar (nem sempre a frente...), rumo ao uso mais inteligente dos recursos naturais, insubstituíveis e cruciais para a sobrevivência desta e de vindouras gerações<sup>369</sup>. Não se pode olvidar poder o ambiente impressionar a nossa maneira de enxergar a vida, sentir e realizar. O ambiente expressa a nossa identidade. E o ambiente degradado não possibilita aprimorar uma identidade incorporada e satisfeita<sup>370</sup>.

Assim, no Brasil e no mundo, o que deve ser repensado é a posição dos Deveres Fundamentais na esfera dos Direitos Fundamentais. Missão a ser encabeçada pelos Estados. O escopo é estender a responsabilidade do indivíduo em particular e em grupo e colocar em relevo os princípios e direitos fundamentais nas relações privadas, a destacar os princípios, valores e obrigações de solidariedade<sup>371</sup>.

No atual Direito Internacional o Princípio da Solidariedade é lembrado no domínio de vários organismos internacionais e motiva o uso de um novo conceito singular de pacto entre os Estados, alicerçado em uma integração solidária para a salvaguarda de valores compartilhados<sup>372</sup>, dentre eles o ambiental.

Solidariedade, entretanto, não é tão somente um valor moral, mas um preceito componente da justiça, assim como a igualdade e a liberdade. Dessa forma o Estado

---

<sup>367</sup> MACDONALD, 2013, p. 14.

<sup>368</sup> GOMES, 2007, p. 47.

<sup>369</sup> Ibid., p. 50-51.

<sup>370</sup> FRANCISCUS, 2015, p. 90.

<sup>371</sup> SARLET, FENSTERSEIFER, 2012, p. 139.

<sup>372</sup> MENEZES, 2013, p. 210.

fomenta a igualdade entre os nacionais, a atentar para os mais desfavorecidos e dessa forma melhor compor essa paridade, a estimular a irmandade entre todos e postura incisiva em áreas a exigir obrigações coletivas. É a cidadania conscienciosa, respeitadora, a amparar as consequências de se levar a vida em comum. Quanto maior o conforto propiciado pelo Estado maior a necessidade de se firmar laços de adesão entre os homens para conquistar fins comuns, *a solidariedade de destino, a solidariedade em termos sociais*<sup>373</sup>. A solidariedade torna o homem livre e sensato, a constituir o alicerce de uma ordem constitucional *com uma ordem simultânea e necessariamente de liberdade e de responsabilidade, ou seja, uma ordem de liberdade limitada pela responsabilidade*. Deve haver, necessariamente, primazia dos direitos face aos deveres, mas nunca exclusividade. É um complexo em que os direitos fundamentais instituem a substância da liberdade e os deveres fundamentais o seu disciplinador<sup>374</sup>.

O dever de proteção do ambiente revela diversificadas formas de atuação, a também tornar dissemelhantes os níveis de comprometimento pessoal. E o mais inferior nível de *deverosidade ambiental*, o de não causar dano, é oriundo do princípio da solidariedade, em razão de cada indivíduo valer-se de parcela indivisa de um bem coletivo e por isso usá-lo de forma coerente. E cada particularidade do dever fundamental de proteção do ambiente, nos seus vários estágios de intensidade, estará necessariamente ligado às atividades do destinatário, seja o motorista de um automóvel ao escolher o combustível menos poluente ou o industrial a adotar cautelas para sua fábrica degradar com menos intensidade o ar e a água<sup>375</sup>.

É plenamente possível concordar com Carla Amado Gomes de não possuir o direito ao ambiente sentido jurídico típico, exatamente por não ter como indigitar-lhe conteúdo jurídico específico. Independente disso a convicção de que devem existir deveres de proteção ambiental como contraposto ao exercício de direitos, como o de dirigir automóveis, de propriedade *etc*<sup>376</sup>. Não obstante, a era dos direitos, fruto da visão liberal do pós-guerra, tem ojeriza pelos deveres fundamentais. O temor de novos regimes totalitários – os quais nunca deixaram e deixarão de existir – aliado a textos constitucionais protetores de direitos e liberdades fundamentais cavaram profundas

---

<sup>373</sup> GOMES, 2007, p. 139-140.

<sup>374</sup> NABAIS, 2007, p. 31.

<sup>375</sup> GOMES, 2007, p. 185-186.

<sup>376</sup> *Ibid.*, p. 186.

trincheiras contra qualquer possibilidade do retorno de um passado com deveres divorciados de direitos.

No século XX coroa-se o liberalismo extremado. A Itália e a Alemanha, após a segunda guerra, transformam-se em exemplos de liberalismo sem deveres, um liberalismo máximo, no qual está ausente a responsabilidade coletiva dos indivíduos<sup>377</sup>. Entrementes, não se pode imaginar uma comunidade internacional de Direito em que aos cidadãos sejam atestadas supremas liberdades e ínfimas obrigações. O sentimento absoluto de humanidade de cada pessoa somente é cognoscível por meio da composição de seres moralmente responsáveis<sup>378</sup>. Um antropocentrismo corrompido por inesgotáveis exigências gera um estilo de vida viciado. Um ser humano assoberbado de direitos, a dar importância demasiada aos seus interesses, muitas vezes efêmeros, faz com que tudo o mais se torne relativo<sup>379</sup>, a incluir os direitos alheios e os bens ambientais. Sem mencionar serem deveras enfadonhos os palavrórios *politicamente corretos* para enaltecer incontáveis direitos e minimizar deveres, isso quando estes não são deliberadamente desconsiderados.

O Estado Liberal alicerça-se nessa mentalidade numa abstenção estadual, pois o Estado e sociedade não estariam mais apartados e a sociedade desenvolver-se-ia melhor e os indivíduos estariam mais seguros quanto menos se intrometessem os poderes públicos, a permitir a atuação da *mão invisível*. Nos direitos fundamentais de primeira geração constata-se um núcleo tão somente negativo, o dever de abstinência das entidades públicas, a ser inclusive tido como direitos de natureza incondicional<sup>380</sup>.

No Brasil a degustação de uma realidade sem deveres surge nos anos oitenta. O fim da Revolução Militar de 31 de março de 1964, depois de 21 anos, proporciona a criação de um texto constitucional extremamente liberal em 1988, mas ao mesmo tempo avançado, pois formula deveres de proteção estatais no plano ambiental, a sustentar ainda a responsabilidade dos particulares<sup>381</sup>.

Para Portugal a década de setenta marca o surgimento de um regime constitucional robusto, assim como na Espanha e Grécia<sup>382</sup>. Em todos esses textos,

---

<sup>377</sup> NABAIS, 2002, p. 742.

<sup>378</sup> GOMES, 2007, p. 48.

<sup>379</sup> FRANCISCUS, 2015, p. 76.

<sup>380</sup> SILVA, 2002, p. 86.

<sup>381</sup> SARLET, FENSTERSEIFER, 2012, p. 132.

<sup>382</sup> Ibid., p. 740.

bem como na maioria dos países do mundo ocidental, os direitos fundamentais são o grande motivador para as novas realidades políticas e sociais. Um exemplo é a queda do comunismo na Europa, a dar novo enfoque na construção do Estado constitucional de direito ou Estado Constitucional Democrático na chamada Cortina de Ferro. Para os alemães o termo dever é um tabu. A locução dever fundamental sequer é citada na Lei Fundamental de Bonn. Não se pode afirmar, todavia, existir deliberada abstenção da Lei Fundamental pelos deveres fundamentais, mas tão somente uma certa prudência por parte do legislador, até porque resultam as normas constitucionais relativas aos deveres fundamentais na legitimação para o poder público, por meio do estado social (artigos 20º, I, e 28º, I, da Lei Fundamental), intervir em certas esferas da autonomia das pessoas<sup>383</sup>.

A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e o Tratado de Maastricht omitem qualquer menção aos deveres dos cidadãos europeus. Na França sublinhou-se nos textos constitucionais de 1946 e 1958 a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão como norte para os direitos e liberdades fundamentais. Nessa declaração não foram aceitas sugestões de constar em seu texto deveres fundamentais<sup>384</sup>.

E a ausência sistemática dos deveres fundamentais não se relaciona apenas com textos constitucionais, mas com outros aspectos da vida, como a própria concepção de estado, de política, de sociedade. É o que Casalta Nabais denomina *discurso quantitativo dos direitos fundamentais*<sup>385</sup>. Direitos fundamentais formam assim uma carapaça intransponível contra qualquer alusão a obrigações que possam de alguma forma limitar a realidade jurídica das pessoas na presença dos poderes públicos reconhecidos na constituição<sup>386</sup>. E essa pouca atenção, desmemoramento ou ostracismo reflete-se nos textos constitucionais da generalidade dos países, os quais não dedicam aos deveres fundamentais uma abordagem minimamente semelhante ao outorgado aos direitos fundamentais<sup>387</sup>.

Carla Amado Gomes diz estar a agravar-se a destruição do meio natural no Brasil em razão, no seu predomínio, da cobiça e desleixo humanos<sup>388</sup>. Clama-se

---

<sup>383</sup> NABAIS, 2007, p. 19.

<sup>384</sup> SARLET, FENSTERSEIFER, 2012, p. 740-741.

<sup>385</sup> NABAIS, 2002, p. 741.

<sup>386</sup> ALEXANDRINO, 2011, p. 23.

<sup>387</sup> NABAIS, 2007, p. 22-23.

<sup>388</sup> GOMES, 2010, p. 34.

dessa forma pela responsabilidade comunitária dos indivíduos. É o dever de solidariedade social e aqui com maior realce na era ecológica, no confronto do meio ambiente com o direito de propriedade. Assim desvela-se o dever fundamental de proteger o ambiente, dever jurídico constitucional autônomo.

Embora implícito, é este o dever a obrigar as pessoas físicas e jurídicas a contribuírem com os seus esforços para cuidar das particularidades dos bens ambientais, em um raciocínio de cooperação nesta geração e nas futuras<sup>389</sup>. Carla Amado Gomes chama a atenção assim para uma *comunidade com responsabilidade ambiental*<sup>390</sup>. De fato a responsabilidade pelo ambiente não pode ficar apenas nas costas do Estado e de entidades.

Todos, na realidade, tem a incumbência de zelar pelo ambiente. Mas significativa faixa da população deste país ainda é insensível aos riscos a que está exposto o ambiente como um todo. As grandes empresas também não sofrem maiores desassossegos se as matas, rios, oceanos, solos, fauna e flora estão a ser poluídos e dizimados, principalmente em razão de uma legislação boa, mas mal utilizada. Quase nunca se pode contar com uma ética empresarial.

Antes a natureza não fazia parte de um compromisso humano, em razão disso a ética não estava concatenada com o ambiente. Entretanto, hoje há uma imprescindibilidade fundamental de acercar a moralidade da inteligência, para que brote o compromisso, a obrigação<sup>391</sup>. Somente a aplicação mais rígida dessa mesma legislação, combinada com medidas eficazes de preservação e recuperação ambiental, a estipular com firmeza o que cada um deve fazer em face do ambiente, é que dará fim a esse *fado tropical*<sup>392</sup>.

Não obstante, deixa-se claro não implicar a concepção de deveres fundamentais simplesmente em fincar barreiras a direitos, nem valer-se de contenções legislativas. Deveres fundamentais alicerçam-se numa escala de valores sociais esculpidos pela Constituição e na inserção do indivíduo em um Estado Social de Direito<sup>393</sup>. É impor ao nacional, na sua generalidade, e em diversas gradações,

---

<sup>389</sup> GOMES, 2010, p. 45.

<sup>390</sup> GOMES, 2010, p. 46.

<sup>391</sup> MATA, 2016, p. 61.

<sup>392</sup> GOMES, 2010, p. 47.

<sup>393</sup> GOMES, 2007, p. 137.

condutas positivas ou negativas. A agir assim o Estado estará a contribuir para a integração social<sup>394</sup>.

No fim busca-se o equilíbrio. É do Direito a procura perene da harmonia entre interesses contrários. Não seria diferente entre no domínio ambiental. Tratam-se de escalas a que colocam-se os embates a que o Direito deve fazer frente<sup>395</sup>.

Afinal de contas, atrás das intimidações à sustentabilidade da vida na Terra há a barganha temerária de valores que nutriu o pedantismo, o imediatismo, o materialismo, a falta de ética, *o analfabetismo ambiental, a ignorância e a cegueira espiritual*, da qual afloraram as pessoas encaminhadas por um padrão de evolução a ter como divindades o mercado, o lucro, o consumo exagerado e como fonte de nutrição dessa metodologia, a total ausência de compreensão<sup>396</sup>.

Nessa perspectiva o nacional é convocado a agir com responsabilidade, a inserir-se numa dimensão de deveres para com o próximo e o ambiente, além de demonstrar participação madura no projeto político do país, a abandonar concepções infantis de que o Estado é o servidor e patrocinador de todo e qualquer devaneio individualista. Essa ideia não possui nada de novo. A Constituição de Weimar proporcionou os mais implacáveis debates em razão das novidades introduzidas, a submeter o individualismo a serviço da coletividade e a salvaguardar os direitos individuais na proporção que acolhem seu dever social<sup>397</sup>.

#### **4.13 Ambiente e agricultura de alta escala**

A agricultura é atividade agrária perpetrada há mais de 9 mil anos. A partir do momento em que o ser humano passou a cultivar a terra, a derrubar florestas para dar espaço aos cultivos, passou a alterar o ambiente ao seu redor. Muito da destruição da Mata Atlântica teve por causa a agricultura e pastagem para gado.

O crescimento populacional também exige maior demanda por produtos agrícolas. Seria impossível para o Brasil crescer sem destruir suas florestas. A questão está na destruição além do necessário e da inércia na recuperação daquilo que é possível.

---

<sup>394</sup> GOMES, 2007, p. 138.

<sup>395</sup> SILVA, 2002, p. 29.

<sup>396</sup> MATA, 2016, p. 61.

<sup>397</sup> BERCOVICI, 2003, p. 13.

E como a população brasileira e mundial ainda crescem, é natural a expansão das fronteiras agrícolas no Brasil e o aumento da produtividade da terra, mais recentemente pelo uso de máquinas agrícolas, fertilizantes e agrotóxicos. Todavia, técnicas agrícolas modernas poluem o ambiente. Agrotóxicos são substâncias químicas venenosas, utilizada contra organismos, ervas daninhas, fungos e insetos que deterioram as plantações. São geralmente espalhados sobre as lavouras, o que faz com que parte dessas substâncias sejam levadas para áreas de borda da floresta, a destruir plantas e animais silvestres, a causar inclusive riscos para as pessoas que vivem próximas desses locais.

Agrotóxicos do tipo pesticida, usados contra insetos, são os mais perigosos, pois permanecem no ambiente por muito tempo. São levados do solo pelas águas e terminam por acumular-se nos rios e mares onde envenenam peixes e outras formas de vida. A Resolução CONAMA 334, de 3 de abril de 2003, com seus onze artigos e dois anexos, estipulou os critérios para o licenciamento ambiental de locais escolhidos para o recebimento das embalagens de pesticidas<sup>398</sup>.

#### 4.14 O direito ao ambiente sadio e o dever solidário de protegê-lo

CF/1988: Artigo 5º: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos da lei.

CF/1988: Artigo 170: a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: [...] II – propriedade privada<sup>399</sup>.

O artigo 225 da Constituição Federal de 1988 também considerou fundamental o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado ao prever terem todos *direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações*<sup>400</sup>.

A atual constituição arvorou assim o direito ao ambiente à importância de direito fundamental do homem ao assinalar o equilíbrio ecológico com bem crucial à

<sup>398</sup> MILARÉ, 2013, p. 541.

<sup>399</sup> BRASIL, 1998.

<sup>400</sup> Ibid.



sadia qualidade de vida. Trata-se de uma nova maneira de pensar a vida, pois visualiza manter condições ambientais sadias.

Feitas essas considerações evidencia-se ter o instituto de propriedade sofrido firmes modificações em favor do interesse social e público pertinente à proteção ambiental. Mas essas mudanças ainda precisam enraizar-se na consciência da população, a exigir tal pretensão ainda mais tempo.

Isso não quer dizer não terem importância alguma as mudanças trazidas pela Constituição Federal, a nova realidade que deve permear leis, regulamentos, normas, ideias, condutas, educação, iniciativas. A possibilidade de mudança de mentalidade iniciou-se. E o principal salto nessa alteração, nessa nova postura e a fusão do conceito de direito de propriedade com a sua função social.

A concepção de propriedade contemporânea assimila em seu cerne e abrangência, além do usual direito de uso, gozo e disposição dos bens por parte de seus titulares, com as crescentes limitações, a imprescindibilidade do atendimento de sua função social, cujo espírito é inerente ao preceito compulsório de uso racional da propriedade e dos recursos ambientais que são-lhes integrantes.

A pessoa física e jurídica, esta de direito privado ou público, como proprietários e membros da coletividade, obrigam-se a deveres crescentes, os quais transcendem direitos de vizinhança, no contexto do direito privado, a abarcar o bem estar geral, no domínio do direito público<sup>401</sup>. O cerne do dever fundamental de proteção ao ambiente na realidade é o princípio da solidariedade, uma das pilstras do Estado Social de Direito<sup>402</sup>.

Solidariedade, como critério da injunção de deveres, é fazer com que a população, legitimamente empenhada para exercer a tutela ambiental, condoa-se, impressione-se com a destruição crescente e rápida do ambiente. Isso é obtido não somente pela educação, mas também por meio de informes tecnicamente bem explicados<sup>403</sup>.

Aliás, solidariedade, e por que não dizer direito fraterno, é o novo norte do direito. Exige alterações de arquétipos, estreitamente unidos à evolução de um novo

---

<sup>401</sup> CUSTÓDIO, 1998, p. 94.

<sup>402</sup> GOMES, 2007, p. 217.

<sup>403</sup> Ibid., p. 218.

conceito de Soberania do Estado, ligado ainda a um conceito democrático plural e adaptável, em uma conjuntura cosmopolita e globalizante<sup>404</sup>.

A função social é outro significativo gancho a permitir maior meditação na questão ambiental, não obstante hoje seja necessário ultrapassar seu alcance. A devastação das florestas, a poluição do ar, da água, do solo, são realidades que não podem passar ao largo de uma revisão do uso mais racional e fraterno da propriedade. Essas lucubrações, entretanto, são novas no Brasil. Função social não estaria muito longe da concepção de cidadania cosmopolita, se for estendido o seu significado.

Ainda não é habitual neste país perceber a cidadania cosmopolita como uma nova forma de ver e construir o mundo, de conceber uma nova subjetividade ou intersubjetividade. Esta implica em ser ético, o mesmo que dizer ter receptividade à alteridade do outro, o desvelar o outro, a transformar-se em um canal de criação de novos paradigmas de existência e, por consequência, de novo tipo de sociedade<sup>405</sup>.

A Constituição Federal de 1988 é a que inaugura o uso da locução *meio ambiente*, embora redundante. Aliás, juntamente com outras constituições, como a de Portugal, de forma explícita, incorporou o legislador no texto constitucional a proteção do ambiente. A Constituição de 1988 é de fato e de direito uma verdadeira Constituição Ambiental, na expressão de Figueiredo Dias<sup>406</sup>.

Mas na história das constituições brasileiras, e até antes da Conferência de Estocolmo, é no o artigo 172 da Emenda Constitucional de número 1, de 17 de outubro 1969, que pela primeira vez lê-se o vocábulo ecológico. O Poder Público buscou inserir *sistema de avaliação prévia relacionada à ecologia* a ter como princípio o uso racional da terra, a impossibilitar o recebimento de benefícios de programas de fomento para aqueles que estivessem a destruir o solo. Curiosamente, esse texto não foi transcrito para a Constituição de 1988<sup>407</sup>.

O artigo 225 da Constituição Federal de 1988, com nítido núcleo antropocêntrico<sup>408</sup>, não omitiu ninguém ao direito de ter ambiente sadio

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-

---

<sup>404</sup> MAIA, 2010, p. 7.

<sup>405</sup> Ibid., p. 52.

<sup>406</sup> DIAS, 2002, p. 56.

<sup>407</sup> MACHADO, 2014, p. 147.

<sup>408</sup> Ibid., p. 150.

se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações<sup>409</sup>.

A redação do *caput* começa com o termo *todos*. É direito individual, mas ao mesmo tempo de todos, transcende a ideia de indivíduo, de meu. É o que denomina-se *transindividual*. É direito difuso, alarga-se sobre uma população indefinível. Coloca-se numa dimensão subjetiva e coletiva, um direito oponível *erga omnes*<sup>410</sup>. O legislador constitucional brasileiro utilizou esse termo *todos* já empregado na Constituição de Portugal<sup>411</sup>.

E se é um direito de *todos* é do Estado a incumbência de assegurar as liberdades e garantias das defesas das pessoas diante dos poderes, que os circundam, para salvaguardar os bens naturais (os quais são bens de uso coletivo), a conservá-los e protege-los, a fazer ainda com que cada pessoa não seja hoje lesionada, na aspiração de alcançar os *indispensáveis meios de garantia* de seus direitos<sup>412</sup>.

A atualíssima Encíclica *Laudato Si*, do Santo Padre Francisco, a tratar da questão ecológica, foi escrita para cada pessoa do planeta. Um diálogo da Santa Igreja para com todos sobre a casa comum. A Terra é comparada a uma irmã, com quem compartilhamos a existência, ora a uma mãe, que nos recebe em seus braços. Esta terra agora está a ser agredida e depredada e ouvem-se as lamentações dos desvalidos do mundo – escreve o Papa Francisco. E as florestas são o jardim dessa nossa casa.

É necessária uma *conversão ecológica*, prossegue o Papa, uma *mudança de rumo*, para que o homem adote o compromisso de bem zelar pela casa comum. Chega-se a afirmar nessa Encíclica justamente o cerne deste escrito, o uso da propriedade privada não sujeita ao destino universal dos bens. O Santo Padre, definitivamente, não adotou a cultura do descartável do uso e deita fora. E continua a

---

<sup>409</sup> BRASIL, 1988.

<sup>410</sup> MACHADO, 2014, p. 48.

<sup>411</sup> Art. 66º 1 e 2- Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender; Incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo e apoio a iniciativas populares: a) prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão, b) ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento socioeconômico e paisagens biologicamente equilibradas; c) criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da Natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica

<sup>412</sup> MIRANDA, 1994, p. 353-365.

dizer ser imprescindível uma *revolução cultural corajosa*<sup>413</sup>. A ousadia deve iniciar-se nas leis.

A atual Constituição Federal de certa forma evidenciou arrojo ao não permitir seja o valor ambiental, que basicamente implica no *ambiente ecologicamente equilibrado e a supremacia do interesses público na salvaguarda do ambiente*<sup>414</sup>, preterido pelos princípios da propriedade privada e da livre exploração econômica. Para tanto é indispensável harmonizar os princípios, sem que haja renúncia de um ou de outro.

As considerações feitas acima por sua Santidade o Papa Francisco permitem concluir estarem envolvidos nessa discussão sobre o ambiente a economia e o estado. O objetivo é encontrar opções para melhorar o ambiente. Trata-se de um debate sobre a edificação de um estado ambiental o qual procura a harmonização da produção industrial ou agrícola menos destrutiva e um Estado norteado para a tutela ambiental para a promoção de um ambiente saudável para as gerações atuais e vindouras<sup>415</sup>.

Falar de ponderações de princípios é imperioso entender a estrutura do dever fundamental de proteção ao ambiente e a evolução da ideia de propriedade.

Mas antes, de forma sucinta, não é demais lembrar a conceituação de dever fundamental como a antítese da autonomia de que se vale o indivíduo no Estado de Direito, a destacar sua responsabilidade social que o onera<sup>416</sup>. Outrossim, a reflexão exercida sobre ideias, conceitos, posturas já consagradas pelos séculos auxilia não somente no entendimento dos riscos a que está sujeito o ambiente, mas, principalmente, na possibilidade de optar por novas, saudáveis e seguras escolhas.

#### 4.15 Os deveres ambientais

Vivemos na época da governabilidade afirmativa, o que implica traçar deveres negativos (*non facere*, privação) e positivos (*facere*). Não é inusual ambas as figuras

---

<sup>413</sup> Para o Santo Padre essa modificação cultural corajosa deve preservar o valor e a tutela de cada vida humana, porque a tutela da natureza *não é compatível com a justificação do aborto*, e *cada mau trato a uma criatura é contrário à dignidade humana*. A Encíclica assinala que deve-se imprimir esforço para formação de uma ecologia integral, para entender ser o ambiente dom de Deus, uma herança para todos, a ser gerida e não arrasada

<sup>414</sup> CUSTÓDIO, 1998, p. 94.

<sup>415</sup> OLIVEIRA, 2012, p. 21.

<sup>416</sup> GOMES, 2007, p. 200.

encontrarem-se juntas, quando exige-se a não degradação do ambiente (obrigação negativa) e a obrigação de reparar o dano, caso tenha-se provocado o estrago (obrigação positiva).

O artigo 225 da Constituição Federal, mais precisamente no seu *caput*, apresenta obrigação explícita, genérica e positiva de defesa, ao impor ao Poder Público e a todos a obrigação de preservar o ambiente.

Antes de 1988, a Lei de número 6.938/1981, no seu artigo 2º, já estabelecia a competência da União e das demais entidades da federação para, de forma sistematizada e concordante, racionalizar o uso do solo, subsolo, água e ar, e ainda vigiar a exploração dos recursos ambientais, restauração de áreas destruídas, identificação e responsabilização de agentes poluidores e ainda fomentar a educação ambiental.

No Brasil a ação civil pública, criada por meio da Lei de número 7.347/1985, tem por escopo resguardar os interesses coletivos, a reconhecer ainda a intervenção processual por entidades de defesa do ambiente, além do Ministério Público, união, empresas e fundações públicas. Neste país o ambiente está revestido de interesse comunitário e público<sup>417</sup>.

Essa obrigação tem um objeto bem determinado: os recursos naturais e, mais especificamente, os renováveis, passíveis de transmissão às gerações futuras, para garantir, de forma indireta, a continuidade do homem, como já ressaltado<sup>418</sup>.

Não obstante a proteção do ambiente esteja prevista na Constituição e em leis federais, o Estado é apontado como grande responsável pela devastação do ambiente e muitas vezes omisso na sua missão de zelar por esse patrimônio. O Poder Público não tem interesse na sorte do ambiente<sup>419</sup>. Quem conhece um pouco o Brasil, sabe não estar essa frase revestida de exagero.

Essa degradação *institucionalizada*, esteja o Estado só ou acompanhado, pode ser direta (construção de portos, aeroportos, estradas *etc* – estado degradador agente) ou indireta (*verbi gratia*, quando legitima programas particulares e assim assume o papel de degradador conivente), ou ainda, omisso, quando não vigia e não aplica sanções ambientais (estado degradador omisso), como dito acima.

---

<sup>417</sup> GOMES, 2010, p. 35-37

<sup>418</sup> Ibid., p. 25.

<sup>419</sup> CANOTILHO, 2008, p. 115.

Nessa realidade o parágrafo 1º do artigo 225 da Constituição Federal de 1988 pretende retirar do Estado o seu contumaz torpor, a reclamar ação positiva pró-ambiente, sem mencionar o *caput* desse artigo, a recair sobre todo e qualquer degradador

#### 4.16 A função social da propriedade – resposta ao comunismo

Deve-se destacar primeiramente não existir ideia de propriedade com perfil social, como pensamento autônomo, mas uma visão social a limitar a propriedade. Trata-se do uso comum dos bens<sup>420</sup>.

A concepção de função social da propriedade surgiu, primeiramente, na Igreja Católica Apostólica Romana por meio das encíclicas dos Papas do século XIX, as quais beberam dos ensinamentos dos doutores da Igreja, como Santo Tomás de Aquino. Esse teólogo e filósofo medieval escreve na Suma Teológica serem os bens da terra de todos os homens e isso por uma dádiva de Deus. Mas essa apreensão de cada um não é para ser ato de egoísmo, de avareza, de aprisionamento. É para ser gesto de solidariedade. Deus destinou a terra a todos os homens. Por ora, podem ser apreendidos de forma individual, mas o uso desses bens deve visar o bem comum e dessa forma fazer valer<sup>421</sup> a justiça de Deus. A liberdade do homem tem limites, pois se assim não for não poderá ser contida por lei alguma<sup>422</sup>.

Aliás, o conceito de dever, historicamente, também surgiu sob a autoridade religiosa e ética, e isso até a Idade Moderna, quando a concepção de dever migrará para o campo do direito, a cooperar com o humanismo jurídico e o jusnaturalismo racionalista que a atuação estoica introduzirá o conteúdo dos deveres no direito, a iniciar a essência do justo e harmonizar-se com o cumprimento dos deveres por parte do indivíduo. O ditame *suporta e abstem-te* (Epicteto), consagrado ao individualismo, a descumprir a norma da Idade Média dominada pela Lei Divina e converter o indivíduo de beneficiário desse mandamento transcendental em sujeito do novo método determinado ao homem, a fazer com que este seja não somente titular de

---

<sup>420</sup> BRITO, 2007, p. 9.

<sup>421</sup> NABAIS, 2012, p. 41-42.

<sup>422</sup> DENZINGER; HUNERMANN, 2007, p. 692.

direitos fundamentais, pertinentes à sua dignidade, mas também de deveres, imprescindíveis para o funcionamento da sociedade<sup>423</sup>.

Toda liberdade deve ser tolerada, mas com barreiras, para que não se corrompam em despotismo e insolência<sup>424</sup>. O ambiente é vítima dessa intolerância e o próprio ser humano, como exemplificado nos episódios a envolver os lamentáveis episódios do jornal francês Charlie Hebdo e o grupo ativista feminista Femme.

A liberdade desmedida é opressora ou sufocante a ponto de manter a sociedade e o ambiente sob pressão de violência injusta. Direitos não podem causar danos a quem quer que seja. Isso é um dever, um dever central, como também o *de não impossibilitar os outros de se conservarem, vestirem, enriquecerem e estarem ao serviço de seus semelhantes, o de não furtar e o de não faltar à palavra dada*. Em um primeiro momento da modernidade esses deveres farão parte do direito natural elaborado pelo racionalismo, sendo apontados como aspectos passivos ou limites imanentes dos direitos, dos chamados direitos naturais. Dessa forma os deveres jurídicos identificam-se com os deveres do homem enquanto tal<sup>425</sup>. Para Santo Tomás de Aquino o direito de propriedade é direito natural. A criação foi feita para o homem e por isso o direito de apossar-se dos bens, daí o direito de propriedade, o qual está regrado pelo momento histórico de cada povo.

Aliás, a Idade Média é a autêntica idade da luz. O pensamento cristão medieval estende-se a partir do estatuto da pessoa humana. O mesmo Santo Tomás de Aquino funde o conhecimento teológico, filosófico, científico, jurídico e humanístico na insuperável e já citada obra *Suma Teológica*<sup>426</sup>. E diz significar o termo pessoa a ideia de relação, a concordar com Aristóteles sobre a natureza social do homem<sup>427</sup>.

Leão XIII escreve a *Rerum Novarum* no ano de 1891. O tema é a utilização universal dos bens materiais. *Das Coisas Novas* chama a atenção para o infortúnio e miséria dos menos favorecidos e alerta para as armadilhas do comunismo, que não somente não colocaria termo aos conflitos de classes, mas, justamente violentaria os legítimos direitos dos operários, perverteria as atividades do Estado e provocaria a corrupção e ruína do edifício social<sup>428</sup>.

---

<sup>423</sup> NABAIS, 2012, p. 41.

<sup>424</sup> DENZINGER; HUNERMANN, 2007, p. 692.

<sup>425</sup> NABAIS, 2012, p. 42.

<sup>426</sup> AQUINO, 2015, p. 14.

<sup>427</sup> OTERO, 2007, p. 106

<sup>428</sup> DENZINGER; HUNERMANN, 2007, p. 695.

E continua o Santo Padre: possuir coisas da forma privada e pessoal é proporcionado ao homem pelo direito natural. E o Estado não deve intervir, pois o homem é predecessor do Estado. A terra dá com fartura o imprescindível para a conservação e aprimoramento da vida. Mas isso somente é possível com cultura e labor humanos. Em razão da tenacidade de sua mente e força do corpo o homem aproveita e consagra a si mesmo uma porção dessa natureza por ele cultivada e na qual ofertou com um certo sinal da sua pessoa. Ninguém de forma lícita poderá violar transgredir esse direito. E esse direito de propriedade deve ser concedido ao homem enquanto chefe de família. Tanto maior será esse direito quanto maior for a responsabilidade da pessoa na sociedade doméstica. Assim a propriedade privada é direito natural para o homem<sup>429</sup>.

Mas essa encíclica, quanto ao uso das coisas exteriores, considera os bens como comuns<sup>430</sup>. Os bens ambientais (rios, lagos, florestas, reservas ambientais *etc*), por conseguinte, pertencem a toda espécie humana, não apenas a alguns. A natureza é de todos. A floresta ou reserva ambiental, por exemplo, em qualquer parte do mundo em que esteja situada, é de todos nós. Mas que todos? O direito ao ambiente ecologicamente equilibrado não diz respeito tão somente aos brasileiros e estrangeiros residentes no país. Mas essa visão seria pequena demais para um ambiente tão ameaçado e violentado. O “todos” não merece uma visão tão restritiva.

O melhor sentido é aquele que deixa enredar-se por um contexto universal, holístico. Qualquer pessoa no mundo, consciente disso ou não, tem direito ao ambiente sadio e protegido. E isso não ultraja a soberania de um país, haja vista tratar-se da visão holística do ambiente, alicerçada, principalmente, pelos inúmeros tratados internacionais<sup>431</sup>. Cada um possui o direito fundamental, vital, primário de preservar os bens de maneira solidária para o bem de todos. A isso justamente denomina-se *ambiente ecologicamente equilibrado*, a que faz referência o artigo 225 da Constituição Federal.

Equilíbrio Ecológico é ideia reconhecida pela norma jurídica constitucional, fundamentada na abstração de que todos os organismos vivos estão de alguma maneira conectados no ambiente natural<sup>432</sup>. Estabilidade ecológica, por sua vez,

---

<sup>429</sup> DENZINGER; HUNERMANN, 2007, p. 696.

<sup>430</sup> Ibid., p. 696.

<sup>431</sup> CANOTILHO, 2008, p. 105.

<sup>432</sup> Ibid., p. 105.



implica na fusão de homem e natureza para o correto uso dos bens naturais, *de um posicionamento da pessoa em um plano paralelo ao ecossistema natural*<sup>433</sup>.

A totalidade dos direitos deveria subordinar-se a essa regra. A propriedade deve ser idealizada como o direito de gerenciar os bens criados para a felicidade e não pode arrogar-se a prerrogativa de guardar uma única pessoa o domínio absoluto e infindável sobre a coisa. É nesta infeliz perspectiva de absolutismo que são encontrados os maiores desmandos contra o ambiente.

Há um princípio de solidariedade entre as gerações a obrigar às do presente inserir como determinação de ação e de ponderação os benefícios das gerações vindouras. Evidencia-se essa solidariedade ecológica no campo das alterações irreversíveis, quanto ao fim dos recursos e riscos duradouros<sup>434</sup>.

São João XXIII também evidencia a função social como o direito exercitado para assegurar a cada um o aperfeiçoamento da vida moral e espiritual, em conformidade com a encíclica *Mater et Magistra*. A destinação dos bens para atender os anseios do bem comum sobrepõe-se sobre os proveitos e conchegos da vida privada. Esse é um dos principais aspectos da encíclica. A propriedade privada abarca uma função social e exercer esse direito deve implicar na utilidade para os outros, não somente para o seu titular<sup>435</sup>.

O que os Papas dizem, a incluir São João Paulo II<sup>436</sup>, é ser a propriedade forma de administrar o bem possuído. Em primeiro lugar esse bem atenderá as expectativas de quem possui. É natural. Satisfazem-se dessa maneira as próprias carências. Em segundo lugar, as insuficiências dos demais. Esse ideal adota contornos mais palpáveis quando preserva-se o ambiente de forma responsável e solidária. Os bens estão penhorados às deficiências de todos nós.

Há uma hipoteca social a gravar o direito de propriedade. Exploração do direito de propriedade está relacionado ao liberalismo. E liberalismo corresponde-se às externalidades mentais e pecuniárias e assim raras transações não agravam a situação de alguém em algum lugar<sup>437</sup>. Numa escala planetária pode-se avaliar com mais precisão o quanto o ambiente é prejudicado pela má exploração da propriedade

---

<sup>433</sup> GOMES, 2007, p. 174.

<sup>434</sup> CANOTILHO, 2008, p. 8.

<sup>435</sup> DENZINGER; HUNERMANN, 2007, p. 876.

<sup>436</sup> São João Paulo II, Conferência ministrada em Puebla (discurso inaugural) aos 28 de janeiro de 1979

<sup>437</sup> POSNER, 2009, p. 25.

rural. Ser proprietário rural é ser responsável com a saúde e o bem estar de todos os habitantes do planeta.

Tais pensamentos expressos em encíclicas analisam o mal que existe no homem. A crítica à propriedade é maneira de sondar o mal que não tem rosto. Direitos, como o de propriedade, também encobrem a maldade humana, principalmente quando são praticamente ilimitados, como os que costumam imperar nesta era de liberalismo.

O ambiente e o ser humano devem ser protegidos dentro dos princípios da solidariedade humana e fraternidade, pois a descomedida busca pelo progresso e riqueza destroem a natureza e a humanidade. Falta humanidade ao ser humano moderno.

Somos seres capazes de amar e matar por ódio, de preservar e destruir a natureza, muitas vezes acobertados pelo próprio modo da sociedade humana organizar-se, a qual torna os homens e toda a criação como algo supérfluo. A história da humanidade nunca foi diferente do que hoje testemunhamos.

Não se destrói o ambiente por gostar, mas por ser imprescindível às necessidades criadas por uma sociedade desumanizada. É a matança da criação por mentes insensíveis, frias, indiferentes ao mal que fazem. É a mediocridade chocante do homem em toda a sua jornada, e mais do que nunca repleto de direitos e arredo aos seus deveres como ser humano.

É imperioso buscar na solidariedade e fraternidade humanas os delineamentos de proteção social, firma-se o reconhecimento de que o alicerce jurídico-constitucional ideal para a proteção não é a segurança constitucional da propriedade, mas sim a dignidade da pessoa humana e uma presença justa nos recursos do corpo social<sup>438</sup>. Proteger a população também implica em tutelar o ambiente e vice-versa. O homem não está separado do meio. Vive ou precisaria viver em harmonia com a natureza.

O mal que destrói o próprio ambiente é extremo. Mas o bem, o amor ou a atenção à natureza e, principalmente, aos homens, esse sim, são radicais e profundos. A solidariedade é a saída desse impasse. Solidariedade implica em ouvir o outro, em dar importância no escutar, somente assim será edificada uma cultura dialogal<sup>439</sup>.

---

<sup>438</sup> BRITO, 2007, p. 928.

<sup>439</sup> MAIA, 2010, p. 53.

A atenção para com a natureza é ao mesmo tempo atentar para os limites impostos pelos deveres. Em 1948 indigita a Declaração dos Direitos do Homem para os deveres e compromissos da pessoa no exercício de seus direitos humanos. O artigo 29 desse manifesto declara:

Art. 29 - todo homem tem deveres com a comunidade na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível, e ainda no exercício de seus direitos e liberdades, todo homem estará sujeito às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática<sup>440</sup>.

Impor limites aos direitos e fixar seus correspondentes deveres é pacificar a sociedade e a única maneira de realmente conferir dignidade à pessoa humana<sup>441</sup>. No Estado Social é possível vislumbrar, por conseguinte, os deveres sociais, como expresso na Constituição Portuguesa em deveres econômicos, sociais e culturais, os quais estão ligados aos direitos sociais. Estes, como é cediço, implicam em obrigações do estado para com os indivíduos, em prestações dos poderes públicos, entendimento esse consagrado pela primeira vez na Constituição de Weimar. Esses deveres refletem o engajamento do indivíduo na sociedade<sup>442</sup>.

Como um breve resumo, o ingresso do princípio da função social e ambiental da propriedade tem como escopo possibilitar o exercício do direito de propriedade para favorecer a sociedade e o ambiente, não sendo suficiente não ser operada a causar prejuízo de terceiros ou da qualidade ambiental. Conclui-se autorizar a função social a imposição ao proprietário de comportamentos positivos, no exercício de seu direito, para que a sua propriedade conforme-se à preservação ambiental<sup>443</sup>.

#### **4.17 Dignidade versus Ecologia**

Cada fase da jornada humana constrói seu conceito de dignidade. Qualquer mudança significativa na vida social, cultural, política ou econômica tentará talhar novos sentidos e abrangência para o termo honradez ou dignidade.

---

<sup>440</sup> ONU, 1948.

<sup>441</sup> MAIA, 2010, p. 53.

<sup>442</sup> NABAIS, 2012, p. 51-52

<sup>443</sup> MOURÃO, 2004, p. 89.

Direitos, deveres e bem-estar das pessoas, não obstante, somente serão assegurados se, além das previsões constitucionais, forem alicerçadas por lei e instituições regionais e globais<sup>444</sup>.

A questão ambiental assume posição de destaque e permanente no âmago do princípio da dignidade da pessoa. E cada existência humana possui intransponível valor intrínseco, a estipular o máximo respeito ao seu *statu quo* de sujeito nas relações sociais e intersubjetivas.

O ser humano não é um simples meio para a realização de qualquer vontade alheia, mas um fim em si mesmo, ou seja, um sujeito. Por mais que os valores ecológicos sejam ressaltados nas relações sociais destes tempos a exigir uma nova concepção ética sobre a vida, a vida humana nunca poderá ser coisificada ou colocada em segundo plano, sequer nivelada ao mesmo plano do resto da criação. A dignidade é sim atributo exclusivo da pessoa humana, por mais que isso seja considerado como *excessivo antropocentrismo*<sup>445</sup>. Somente o ser humano não é coisa.

O ambiente ecologicamente equilibrado, nessa conformidade, é uma das condições para a dignidade da pessoa humana, direito esse irrenunciável e inalienável, pois é qualidade inerente da pessoa humana, a classificar o ser humano como tal e dele não pode ser separado<sup>446</sup>.

Hoje apresenta-se de forma consolidada a *dimensão ecológica-inclusiva da dignidade humana*, a abarcar a concepção de *bem-estar ambiental e um bem-estar social*. Com esse conceito busca-se alargar o alcance dos adjetivos *digna* e *saudável* para alcançar compreensão mais ampla, o próprio desenvolvimento da personalidade humana<sup>447</sup>. Percebe-se ser o ser humano o centro das preocupações. A sociedade na era ecológica não pode destituir o primado do homem sobre a natureza que o cerca, sob o argumento de realizar a democracia na biosfera, como querem fazer com a ideologia do gênero, pela qual cai a distinção entre homem e mulher. Na democracia ecológica retira-se a distinção entre mundo humano, mundo animal e mundo vegetal, abate-se o discernimento entre formas de vida orgânica e formas inorgânicas de existência. É a desconstrução da natureza humana e das suas leis. Na ecologia

---

<sup>444</sup> MAIA, 2010, p. 56.

<sup>445</sup> SARLET; FENSTERSEIFER, 2012, p. 65.

<sup>446</sup> SARLET, 2007, p. 366.

<sup>447</sup> SARLET; FENSTERSEIFER, 2012, p. 40.

antropocêntrica os problemas ambientais possuem raízes éticas a exigir a busca de soluções não somente técnicas, mas também a modificação do ser humano. Sem essa procura estarão sendo enfrentados tão somente os sinais dos transtornos ecológicos. A era ecológica propõe passar do consumo para a renúncia, da ganância para a magnanimidade, do esbanjamento para a divisão. Não é apenas renunciar, mas aprender a doar<sup>448</sup>.

Tal postura não deixa de estar na lei máxima deste país. Numa sociedade marcada pela tecnologia e conhecimento torna-se premente buscar uma sadia qualidade de vida, como quer o artigo 225 da Constituição Federal, o qual, inclusive, trata a Floresta Amazônica brasileira, o Pantanal Mato-Grossense, a Serra do Mar, a Zona Costeira e a Mata Atlântica como patrimônio nacional, devendo sua utilização garantir a preservação do ambiente e dos recursos naturais, em conformidade com o parágrafo 4º.

Personalidade, nessa concepção ecológica, não é um direito, mas um valor, uma grandeza, situada no pilar de conjunturas da vida humana, a exigir a sua eterna e mutável proteção<sup>449</sup>. Proteger o ambiente é salvaguardar a personalidade do homem.

E o anteparo dessa nova grandeza está no Direito Constitucional. Se antes valorou-se em demasia, e com acerto, os valores sociais e liberais, hoje o anteparo desloca-se para o ambiente. O Direito Constitucional, ou melhor, a Teoria Constitucional Ecológica propicia o amparo de um Direito Constitucional Ambiental<sup>450</sup>.

Esse Direito Constitucional Ambiental acarreta um primeiro grande benefício, fixar um dever constitucional genérico de não destruir, o alicerce do regime de explorabilidade limitada e condicionada, o que implica na permutação da utilização total e incondicionada do uso da terra e dos recursos naturais<sup>451</sup>. Tem-se assim os deveres relacionados aos direitos ecológicos, como os deveres de salvaguarda e preservação do ambiente. Associar esses deveres aos condizentes direitos é de tal modo significativo que é possível falar direito de solidariedade, direitos poligonais ou direitos circulares, cujo cerne identifica-se.

---

<sup>448</sup> FRANCISCUS, 2015, p. 13.

<sup>449</sup> MORAES, 2003, p. 121.

<sup>450</sup> CANOTILHO, 1983, p. 5.

<sup>451</sup> CANOTILHO, 2008, p. 69.

Não se pode perder algo de vista, para que as frases acima não caiam na vala comum dos discursos ecológicos: as alterações climáticas atingem de forma devastadora e catastrófica as nações pobres, como as da África e zonas litorâneas. Essas mudanças são causadas na maior parte pelos países ricos. Furacões, ciclones tropicais, desabamentos, secas, castigam os que vivem da agricultura com menos de um dólar por dia. Essas catástrofes *naturais* ocasionam desertificações, inundações, a diminuir a capacidade hídrica e alimentar. Todos esses malefícios tendem a agravar-se dia a dia se nada for feito para remediar as afrontas ao ambiente<sup>452</sup>.

Propõe-se ainda, incluída na sistemática do Direito Constitucional Ambiental, a promoção de um constitucionalismo de direito privado, ou seja, um sistema constitucional de regras, de limites, de amarras e de controles supraordenado aos poderes econômicos privados, além de sê-lo concomitantemente aos poderes políticos, com o escopo de disciplinar o uso da propriedade privada e exploração dos recursos naturais<sup>453</sup>.

Concomitantemente é preciso não permitir a imobilidade da legislação de proteção ambiental. Deve o legislador rever essas normas sempre que houver diminuição ou o desaparecimento dos limites ou encargos das políticas de salvaguarda ambiental<sup>454</sup>. E essas regras poderão ser diferentes em razão das específicas condições ambientais regionais<sup>455</sup>.

#### 4.18 Dignidade, dano e ressarcimento

Preceitua Ingo Wolfgang Sarlet ao conceituar a dignidade da pessoa humana:

[...] temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que asseguram a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos. [...] <sup>456</sup>.

---

<sup>452</sup> FERRAJOLI, 2011, p. 70.

<sup>453</sup> Ibid., p. 71.

<sup>454</sup> CANOTILHO, 2008, p. 40.

<sup>455</sup> Ibid., p. 53.

<sup>456</sup> SARLET, 2007.

Para Rizzatto (2009): [...] “A dignidade humana é intangível. Respeitá-la, e protegê-la é obrigação de todo o poder público [...]”.

Sendo assim, tal princípio também deve ser observado pelo Estado, exercendo sua soberania e buscando fins sociais em prol do bem comum. “[...] a dignidade da pessoa humana não é uma criação do legislador constituinte, que apenas reconhece a sua existência e sua eminência, pois ela, como a própria pessoa humana, é um conceito a priori. Porém, ao colocá-la como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, transformou-a “num valor supremo da ordem jurídica”, ou seja, “não é apenas um princípio da ordem jurídica, mas o é também da ordem política, social, econômica e cultural”, que atrai o conteúdo de todos os direitos fundamentais [...]”.

A dignidade da pessoa humana, segundo Barroso (2010), é uma unanimidade no mundo ocidental, a cativar o espírito humano. Encontra-se presente nas Constituições, em documentos internacionais, decisões judiciais e em inúmeras leis. Entretanto, por ser demasiadamente comentada, reivindicada (como se cada um pudesse criar sua própria concepção de dignidade humana) e utilizada sobremaneira no meio judicial, intrinca o seu uso e a interpretação jurídica<sup>457</sup>.

A Constituição Federal de 1988 trouxe diversas novidades para a sociedade, dentre elas o princípio da Dignidade da Pessoa Humana, com uma consequente construção jurídica a observar todos os ramos do direito, devidamente relacionados com as pessoas domiciliadas no Brasil. O significado jurídico dessa relação foi bem delineado por Ingo Sarlet:

Dignidade da pessoa humana é a particularidade intrínseca e emblemática existente em cada ser humano que o faz merecedor da mesma reverência e deferência por parte do Estado e do corpo social, a conceder-lhe múltiplos direitos e deveres fundamentais, possibilitando à pessoa posicionar-se em face de qualquer ato aviltante e impiedoso, assegurando-lhe também condições existenciais mínimas para uma vida saudável, facilitando-lhe sua participação dinâmica e corresponsável no futuro de sua existência e em face dos demais seres da criação<sup>458</sup>.

No caso do desmatamento da Mata Atlântica dever-se-ia inserir o maior número possível de prejudicados, diretos e indiretos no procedimento de restauração do dano, a possibilitar interpretação constitucional mais de acordo com o Estado

---

<sup>457</sup> BARROSO, 2010.

<sup>458</sup> SARLET, 2007.

Democrático de Direito Ambiental e a Sociedade contemporânea. Essa maior participação implicaria em maior eco para os estragos ambientais no Bioma Mata Atlântica, a obter a justiça em maior totalidade.

Mais uma vez chama-se a atenção para a visão cosmopolita de solidariedade. Entra em ação quando as pessoas agem pensando não apenas nos interesses individuais ou de grupo, mas, principalmente, pelos que estão a ser atingidos pela ação do grupo. Solidariedade é transpor os perímetros do grupo e dos países, a alcançar todos os seres humanos, a incluir os que sequer nasceram. Dessa nova visão surgem pelo menos três valores: a paz, o desenvolvimento de todos os povos e o respeito ao ambiente<sup>459</sup>.

Para recompor os estragos vale-se o ordenamento jurídico do instituto da Responsabilidade Civil. Álvaro Villaça Azevedo define-a como situação de ressarcir o dano moral ou patrimonial, resultante de descumprimento culposo, de obrigação legal ou contratual, ou outorgada por lei, oriundo do risco para os direitos de outrem<sup>460</sup>. O dever de indenizar, no caso de desmatamento da Mata Atlântica, dá-se pelo dever genérico imposto a todos de pela legislação. Busca-se resposta de forma mais adequada para a sociedade. Por tratar-se de crime ambiental perpetrado contra uma das últimas grandes florestas tropicais do mundo deve ser observado o perigo de uma maneira mais ampla e adequada para a sociedade.

A adotar-se a Dignidade Humana como orientador da recomposição dos danos experimentados por todos possibilita-se resposta mais adequada ao clamor daqueles que olham com preocupação para a causa do ambiente, desprendendo-se em parte do nosso antigo sistema de Responsabilidade Civil, ainda divorciado jurídica e socialmente da Era Ecológica.

E o dano ecológico pode ocorrer sem necessariamente resultar em dano individual, a ressaltar poder o dano ecológico sensibilizar diretamente um estado dever (bem jurídico ambiental), sem a mediação de outros elementos ambientais.

Viver em uma área devastada implica em constatar a lesão individual, suportada como consequência de um dano ao ambiente. E se o particular requer a reparação do ambiente abalado, os interesses econômicos da pessoa e os proveitos ecológicos da coletividade compatibilizam-se e, por tal motivo, não se pode retirar do conceito de dano ambiental o que afeta ao direito de propriedade.

---

<sup>459</sup> MAIA, 2010, p. 54.

<sup>460</sup> AZEVEDO, 2008, p. 244.



É possível hoje em dia diferenciar variada tutela para o dano ambiental, a incluir ressarcimento das perdas de ordem privada, suportados pelas pessoas em seus bens e em sua integridade física (dano reflexo), como o prejuízo de caráter público, padecido pela coletividade, em razão da própria degradação do ambiente (dano autônomo), no caso o desflorestamento.

Dessas duas categorias de dano, despontam desigualdades cruciais no regime jurídico, pois, ao mesmo tempo em que no dano ambiental autônomo tutela-se a capacidade funcional ecológica e a capacidade de utilização dos recursos naturais, a visar a qualidade de vida e ao bem-estar coletividade, no dano ambiental reflexo, os bens e interesses são resguardados, a mirar tão somente o interesse individual privado. Neste último caso os prejuízos são ressarcidos independentemente de proteção jurídico ambiental<sup>461</sup>.

Não se pode negar estarem ligadas ambas as tutelas. As normas jusambientais, além de protegerem o interesse público no resguardo do macrobem ambiental, defende, mesmo indiretamente, os proveitos individuais e vice-versa.

Para recompor o ambiente de forma precisa e completa, devem ser harmonizadas ambas as maneiras de proteção. Dessa maneira, o desflorestamento deverá ser corrigido por meio da restauração natural das áreas atingidas, mas quando não for possível compensar por esse modo todos os estragos padecidos pelos vários envolvidos, justificar-se-á o pagamento de indenização pecuniária aos lesados<sup>462</sup>.

#### **4.19 O novo compromisso político jurídico e socioambiental**

Salvaguardar o que resta das principais florestas brasileiras requer novas condutas políticas e jurídicas, em conformidade com a nova postura do Estado e da sociedade no domínio do Estado Socioambiental de Direito. O marco desse pacto, como já exposto, é o princípio da solidariedade. Sociedade (pessoas físicas e jurídicas) e Estado, solidariamente, assumem a responsabilidade pelos deveres de tutela do ambiente para esta e futuras gerações. É o novo contorno da dogmática dos direitos fundamentais<sup>463</sup>.

---

<sup>461</sup> SILVA, 2008, p. 114-115.

<sup>462</sup> Ibid., p. 115.

<sup>463</sup> SILVA, 2002, p. 176-177.

Para que esse espírito de solidariedade responsável de fato enraíze e aflore em todos os níveis – material, procedimental e processual - é imprescindível fomentar o respeito transtemporal, transfronteiriço e abnegado por uma realidade coletiva, sempre ao alcance da participação pública para a elaboração de decisões ambientalmente conduzidas, preferencialmente adotadas no âmbito de associações de defesa do ambiente, por reunirem amplo leque de pessoas das mais variadas formações e estágios de consciência ambiental, o que implica em maior troca de vivência e ideias. É a solidariedade o grande freio à ação individual prescrito por razões sociais e a imposição de cooperar para o bem comum<sup>464</sup>.

Prevê a Constituição Federal do Brasil, no seu artigo 5º, serem todos iguais na presença da lei, sem qualquer desigualdade, assegurando-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil *a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos da lei*. No seu inciso XXII, o artigo 5º, refere estar *garantido o direito de propriedade*.

O direito à propriedade privada manifesta-se também no Título VII, da ordem econômica e financeira, cujo artigo 170 prevê:

Art. 170 - A ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) II – propriedade privada<sup>465</sup>.

De igual maneira, em face ao ambiente ecologicamente equilibrado, a Constituição Federal de 1988 tornou esse direito fundamental, assegurando-o a todos. Reza o artigo 225:

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações<sup>466</sup>.

O que está dito nos parágrafos anteriores deve estar inserido no escopo de conciliar os direitos liberais, direitos sociais e direitos ecológicos, em um mesmo delineamento político não somente para o corpo social, mas também a englobar a

<sup>464</sup> SARLET, FENSTERSEIFER, 2012, p. 46.

<sup>465</sup> BRASIL, 1998.

<sup>466</sup> Ibid.

evolução existencial do ser humano. O Estado de Direito atual, mais do que nunca, assume o papel de defensor dos direitos fundamentais de todas as dimensões<sup>467</sup>.

De forma mais específica, a atual concepção de propriedade, além do corriqueiro direito de uso, gozo e disposição dos bens pelos seus titulares, compreende a salvaguarda da função social, cuja concepção é inerente à ideia de uso racional da propriedade e dos recursos ambientais.

O proprietário, seja pessoa física ou jurídica (esta de direito público ou privado), como componente da comunidade, vincula-se a deveres cada vez mais presentes, a suplantando os limites do direito de vizinhança, a abarcar agora o campo dos direitos da coletividade, para o bem-estar geral. Esses deveres também estão na Constituição. A constitucionalização do ambiente acarreta diversos benefícios em razão do embate real provocado no trato do ser humano com a natureza<sup>468</sup>.

O reconhecimento constitucional de proteção do ambiente contribui para a elaboração de dispositivos claros e de sentido preciso, a viabilizar até a política nacional do ambiente <sup>469</sup>. Ao serem cotejados os princípios do ambiente ecologicamente equilibrado e da supremacia do interesse público na salvaguarda ambiental e os princípios da propriedade privada e da livre utilização dos seus recursos, há de se ter em conta a ponderação de princípios, o que é certo, mas sem perder de vista a necessidade de alterar enérgica e urgentemente o Código Civil brasileiro, para que tudo o que foi escrito acima não continue a ser tão somente pueril teoria a ser repetida em escolas, universidades, livros, revistas especializadas, trabalhos de pós-graduação *et cetera*.

E quem sabe o direito brasileiro um dia não evolua ao mesmo patamar de alguns países quando de ataques a bens ambientais naturais, em que um estrangeiro pode, no seu país, insurgir-se contra uma fonte poluente localizada em outra pátria, mesmo sem padecer de qualquer lesão pessoal, em razão da característica transfronteiriça da poluição<sup>470</sup>.

---

<sup>467</sup> SARLET, FENSTERSEIFER, 2012, p. 47.

<sup>468</sup> CANOTILHO, 2008, p. 69.

<sup>469</sup> Ibid., p. 68.

<sup>470</sup> GOMES, 2007, p. 183.

## 4.20 Diversidade biológica

Com o escopo de discutir instrumentos para efetivar no mundo a preservação ambiental e a biodiversidade, a UNEP, órgão ambiental da ONU, promoveu no Rio de Janeiro, em junho de 1992, a Cúpula da Terra (ECO – 92), oportunidade em que 153 países, a incluir o Brasil e a Comunidade Europeia assinaram a Agenda 21 e a Convenção sobre a Diversidade Biológica. O único país a não assinar esse compromisso foram os Estados Unidos da América<sup>471</sup>.

Ressalta-se ter a Cúpula da Terra, no Preâmbulo da Convenção sobre a Diversidade Biológica, reconhecido a soberania dos países sobre seus recursos naturais. No Brasil a Convenção sobre a Diversidade Biológica foi incorporada no ordenamento jurídico interno pelo Decreto 2, de 1994, promulgado aos 7 de abril de 1994<sup>472</sup>.

A Agenda 21 tem como tema central o desenvolvimento sustentável, associando, todavia, a questão social com a ambiental, como ressalta seu preâmbulo:

A humanidade se encontra em um momento de definição histórica. Defrontamo-nos com a perpetuação da pobreza, da fome, das doenças e do analfabetismo, e com a deterioração contínua dos ecossistemas de que depende nosso bem-estar. Não obstante, caso se integre nas preocupações relativas ao meio ambiente e ao desenvolvimento, e a elas se dedique mais atenção, será possível satisfazer às necessidades básicas, elevar o nível da vida de todos, obter ecossistemas melhor protegidos e gerenciados para construir um futuro mais próspero e seguro. São metas que nação alguma pode atingir sozinha; juntos, porém, podemos em uma associação mundial em prol do desenvolvimento sustentável<sup>473</sup>.

O artigo 2º da Convenção sobre a Diversidade Biológica conceitua ecossistemas com sendo “*um complexo dinâmico de plantas, animais e microorganismos e seu ambiente físico, interagindo com uma unidade funcional*”<sup>474</sup>.

## 4.21 Sistema nacional de unidades de conservação

O SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação elucida e normatiza as unidades de conservação nas classes uso sustentável e proteção

---

<sup>471</sup> COUGHLIN, 2008, p. 1-2.

<sup>472</sup> PRODASEN, 2016.

<sup>473</sup> ONU, 1992.

<sup>474</sup> WAINER, 1993, p. 198-199

integral. A principal meta das unidades de proteção integral é a conservação da biodiversidade a abarcam os Parques Nacionais, os Monumentos Naturais e Refúgios da Vida Silvestre, as Reservas Biológicas e as Estações Ecológicas. Encaixam-se no grupo de Unidade de Conservação de Uso Sustentável as Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Florestas Nacionais, Áreas de Proteção Ambiental, Reservas Extrativistas, Reservas de Fauna, Reservas Particulares do Patrimônio Natural e Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Para esta categoria são permitidas diversas maneiras de exploração dos recursos naturais, com a salvaguarda da proteção da biodiversidade com um objetivo secundário, o que pode comprometer os interesses da conservação<sup>475</sup>.

O germe dos Corredores Ecológicos está presente no Brasil, por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Toda a sociedade tem a obrigação de proteger o ambiente para a presente e futuras gerações. A sociedade e o Poder Público devem utilizar a propriedade de forma a não danificar o ambiente. E ao Poder Público, em razão do seu poder de polícia, cabe a maior responsabilidade por esse zelo.

A Constituição Federal 1988, no seu inciso III do parágrafo 1º do artigo 225 garante o direito de todos ao ambiente:

Art. 225 - Definir, em todas as unidades da federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem a sua proteção<sup>476</sup>.

O direito ao ambiente sadio e preservado é fundamental. Trata-se de direito fundamental de terceira geração. Mas uma pergunta pode ser feita: por qual motivo alterar o Código Civil de 2012 para possibilitar a implantação de corredores ecológicos se já há previsão constitucional? Por um único motivo:

A ignorância dos proprietários rurais no Brasil sobre as questões ecológicas, e que ainda tratam da propriedade rural como bem absoluto, contribuem não somente para destruir a fauna e flora em grandes proporções, mas inibem a adoção de novas técnicas de proteção do ambiente e a utilização racional dos recursos naturais.

---

<sup>475</sup> CAMPOS, 2013, p. 7.

<sup>476</sup> BRASIL, 1988.

A noção de direito de propriedade que há séculos está incrustada na mentalidade do sitiante, chacareiro, pequenos e grandes proprietários de terra ainda cega a noção de ambiente preservado, de direito fundamental de terceira geração. O brasileiro ainda necessita de leis para bem posicionar-se perante os demais. Sem leis explícitas e cogentes o ambiente neste país estará cada vez mais fragilizado e ameaçado. É o sistema positivista a imperar no entendimento dos proprietários de terra e da população em geral.

Existe a chamada Lei da Política Nacional do Meio Ambiente a criar, com uma de suas ferramentas, espaços territoriais salvaguardados pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal para preservar e recuperar o ambiente. É isso que está a ser regulado pela Lei de número 9.985/2000, a denominada Lei do Sistema Nacional de Conservação, a qual conferiu atribuição ao Poder Público para conceber unidades de conservação no território nacional.

Em conformidade com inciso I do artigo 2º da Lei de número 9.985/2000, Unidade de Conservação é

o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção<sup>477</sup>.

Para cada tipo de Unidade de Conservação há limitações específicas para o proprietário rural quanto ao uso e gozo da propriedade privada. Unidade de Proteção Integral: Não há possibilidade alguma de consumir, coletar ou causar dano ou destruição dos recursos naturais, nem modificar o ecossistema. Fazem parte desse grupo a Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre; Unidades de Uso Sustentável: Valem-se racionalmente dos recursos naturais. Possibilita-se a coleta e o uso, comercial ou não dos recursos naturais, mas de forma organizada e regulamentada. Esse conjunto é constituído das APA – Área de Proteção Ambiental; ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico; FLONA – Floresta Nacional; RESEX – Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável; RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural.

---

<sup>477</sup> BRASIL, 2000.

Esse rol pode ser ampliado, desde que essas expansões sejam prescritas por lei federal, estadual ou municipal.

O Corredor Ecológico, previsto no inciso XIX do artigo 2º da Lei de número 9.985/2000 (*Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: ... XIX- corredores ecológicos:*

porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais<sup>478</sup>.

É um desses espaços ambientais aptos a servir de contrapeso a diversos processos destrutivos do ambiente. Por essa lei o Corredor Ecológico é porção de ecossistema natural ou seminatural, a unir Unidades de Conservação a permitir entre elas a fluidez de genes e o movimento da biota, a propiciar a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a permanência de populações que demandam para a sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.

#### **4.22 Desmatamento e desflorestamento**

Desmatar é remover a cobertura vegetal nativa *por corte, capina, queimada ou ação de produtos químicos*<sup>479</sup>. Como já foi dito a remoção de árvores dos mais diversos portes provoca série de efeitos sobre o solo, circulação dos ventos, populações de animais silvestres a ter por habitat essa cobertura vegetal nativa, a mudança da temperatura do solo, o assoreamento dos rios, a erosão da terra e a degradação da qualidade da água, com a consequente perda para as gerações futuras da biodiversidade animal e vegetal e seus possíveis usos.

Desde a descoberta do Brasil no final do século XV, a cobertura vegetal nativa vem sendo desmatada numa cadência pronunciada. O próprio nome do país deriva de uma árvore nativa de cuja madeira extraíam-se pigmentos para a tintura de tecidos.

---

<sup>478</sup> KRIEGER, 2008, p. 89.

<sup>479</sup> FRANCISCUS, 2015, p. 71.

Assim, devastaram-se as florestas deste país, principalmente a Mata Atlântica, ao longo dos séculos XVI e XVII para a exploração do pau-brasil e outras madeiras nobres, como o cedro e mogno. Essa matéria prima era comercializada por Portugal com a Inglaterra, França, Espanha, nações italianas em quantidades apreciáveis.

No século XVIII a devastação da Mata Atlântica era de tal ordem que foi necessário adentrar no território para extrair as madeiras necessárias para o comércio, tendo por isso subido de forma vertiginosa o custo da madeira<sup>480</sup>, ou seja, a Mata Atlântica há pouco mais de 200 anos já estava gravemente deteriorada na extensa faixa litorânea do país.

Apesar da ausência de um levantamento sistemático com os dados existentes, pode-se notar por trabalhos especializados de quantificação e análise desse processo de devastação da vegetação nativa brasileira, já terem sido destruídos quase todo o Cerrado e a Mata Atlântica e na maioria dos estados brasileiros a vegetação remanescente desses dois exemplos já está por demais reduzida.

A perene ação do ser humano (antrópica) predatória, em razão do uso abusivo da propriedade privada, tem provocado, por exemplo, na região Nordeste, o aumento das áreas de desertificação, a atingir 100.000 quilômetros quadrados e o pior, sem condições de reverter esse quadro. Para se ter uma ideia melhor de tamanho, a área de Portugal é de 92.212 quilômetros quadrados, segundo o site [www.público.pt](http://www.público.pt). E a desertificação já atingiu o extremo sul do que um dia foi a Mata Atlântica, o Estado do Rio Grande do Sul. E desde o final do século passado sinais de desertificação já começam a ser percebidos até na própria floresta amazônica<sup>481</sup>.

Como já dito acima, a despeito da total ausência de estudo sério e global para o país dos sucessivos desmatamentos das florestas, é sabido ainda possuir o Brasil em 1958, 69% da sua área total com cobertura vegetal nativa e quatorze anos depois essa porcentagem já havia reduzida para 61,8%. E não foram somente a Mata Atlântica e a Amazônia as grandes vítimas, mas simplesmente todas as formações vegetais brasileiras, como cerrados, caatingas e campos<sup>482</sup>.

---

<sup>480</sup> IOKOI, 1992, p. 13.

<sup>481</sup> NOBRE; MASSAMBANI, LIU, 1992, p. 3160.

<sup>482</sup> BACHA, 2009, p. 115.



Na unidade federativa mais rica do Brasil, o Estado de São Paulo, a expansão agrícola reduziu a cobertura florestal de 81% 9 (ou 20.450.000 hectares), no início do século XIX, para 13,4% no ano de 1992 (ou 3.330.774 hectares), a serem considerados todos os tipos fitofisionômicos encontráveis no Estado, como mata (Mata Atlântica, principalmente, e ainda Mata de Araucária), capoeira, cerrado, cerradão, campo cerrado, campos altos, vegetação de várzea, mangues, restinga e outras formações não catalogadas<sup>483</sup>. Até o ano de 1992, há vinte anos atrás, 86,6% da cobertura vegetal nativa já havia sido destruída<sup>484</sup>.

No Estado de Minas Gerais a cobertura florestal foi pouco modificada até o início da segunda década do século XX. A partir dessa época a atividade agrária, assinalada pela cultura do café, da produção de alimentos e da pecuária, assim como o aumento da atividade siderúrgica em Belo Horizonte e Vale do Aço, acarreta acelerado desmatamento para o terceiro maior estado da federação. Entre 1912 e 1961, a cobertura florestal passou de 47,45% da área do estado para 9,87%. Essa área diminuiu ainda mais e em 1985 a cobertura florestal era de tão somente 2,3% da área total do estado<sup>485</sup>.

Quanto ao Paraná, o quinto estado da federação com maior produto interno bruto, até a segunda década do século XX possuía 84,72% de sua área coberta por florestas nativas. Entre 1912 e 1980, praticou-se em larga escala o deflorestamento em razão da agro-pecuária, a incluir a extração da madeira, principalmente a do pinheiro do Paraná (*Araucária angustifolia* SP) e introdução da infra-estrutura econômica, como estradas e hidroelétricas, assim como pela implantação da infra-estrutura urbana<sup>486</sup>.

A significativa expansão da cultura do café no Estado do Paraná, nas décadas de 40, 50 e primeira metade da de 60, ocasionou grande aumento no ritmo de desmatamento. Entre 1955 e 1965 foi de 2,84% da taxa média geométrica anual de desmatamento, e entre 1955 e 1965 foi de 2,85%. A dificuldade trazida pela queda do preço do café no mundo inteiro, entre 1965 e 1970, motivou o aumento da destruição das florestas em 4,60%.

---

<sup>483</sup> KRONKA, 1993, p. 10.

<sup>484</sup> Ibid., p. 21.

<sup>485</sup> BACHA, 1999, p. 5-7.

<sup>486</sup> Ibid., p. 5-7.

Na década de 70 essa taxa foi reduzida para 1,09%, em razão das práticas agropecuárias, com destaque para a soja, a qual alastrava-se nas áreas ocupadas anteriormente por outras culturas, com destaque para o café. Entre 1980 e 1985 essa taxa anual subiu para 10,06%, a diminuir desde então, a chegar a 0,87% entre 1990 e 1995<sup>487</sup>.

A maior preocupação, contudo, diz respeito ao desmatamento da Floresta Amazônica, em razão da dimensão em que este está a ocorrer e pela atual escassez de cobertura florestal nativa nas demais regiões do país, embora mesmo nestas regiões já debilitadas, ainda ocorra elevadas taxas de desmatamento das florestas remanescentes.

A Amazônia Legal é constituída por todos os estados da região norte, mais parte da área do Maranhão e do Mato Grosso. A alteração nessa região era pequena em 1975, mas cresceu na segunda metade da década de setenta, a tornar-se ainda mais elevada na década de oitenta<sup>488</sup>.

O desmatamento diminuiu um pouco na primeira metade da década de noventa, mas com o início das atividades das empresas madeireiras multinacionais, bem como o aumento da área de pastos a destruição da floresta voltou a tomar proporções alarmantes.

Hoje quem mais destrói a Amazônia são grupos estrangeiros, a buscarem a extração da madeira ou criação de gado em proporções gigantescas<sup>489</sup>. O maior erro, contudo, seria internacionalizá-la, pois a pilhagem mundial seria sem precedentes, principalmente pelo fato do subsolo dessa região guardar riquezas minerais incommensuráveis. Segundo o INPA e ainda estudo do Smithsonian Tropical Research Institute o desmatamento na região foi projetado em 42% no ano de 2011.

#### **4.23 Desenvolvimento sustentável**

O desenvolvimento sustentável é uma resposta para o atual modelo agrário brasileiro nas regiões limítrofes às grandes florestas e reservas, como Amazônica, Mata Atlântica e Pantanal.

---

<sup>487</sup> BACHA, 1999, p. 5-7.

<sup>488</sup> Ibid., p. 115.

<sup>489</sup> MAHAR, 1989, p. 24.

Há quase trinta anos atrás, em 1987, a CMMAD - Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento<sup>490</sup> argumentou em seu Relatório Brutland a adoção de um *desenvolvimento sustentável*, quer dizer, sem destruição do ambiente. Esse posicionamento foi revisto e ratificado pela ECO – 92, ocasião em que 153 países nações e a Comunidade Européia assinaram a Agenda 21 e a Convenção sobre a Diversidade Biológica. Segundo o Relatório Brutland a agricultura sustentável é o conjunto de práticas agrícolas harmonizado com a máxima preservação ambiental possível, a qual está alicerçada em um modelo de desenvolvimento sustentável. O grande óbice para essa ideia é a redução da produtividade, calcanhar de Aquiles na lógica do lucro do capital privado<sup>491</sup>.

Entretanto, quanto ao interesse social, as vantagens saltam aos olhos, principalmente se levarmos em consideração o custo econômico pela destruição ambiental e o dano à saúde pública (uso de pesticidas, por exemplo), os quais não são assumidos pela empresa agrária, mas pela sociedade como um todo.

Ressalto já ter apontado a FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, há pouco mais de 30 anos atrás, em 1984, como um fim, um princípio superior da política agrária, relacionada inclusive com o Direito Agrário, a *conservación, desarrollo y aprovechamiento racional de los recursos naturales y protección del medio ambiente rural, necesarios para la conservación de la vida y para la producción agrícola, manteniendo el adecuado equilibrio ecológico*<sup>492</sup>.

Explica-se este princípio pelo fato da natureza ser um todo harmônico em permanente evolução, onde existe vida animal e vegetal, resultado de uma ação combinada de distintos recursos como o solo, a água, a luz, o clima, a flora e a fauna, sendo todos esses elementos necessários como fonte de produção ou de sustento para a vida, seja ela humana, vegetal ou animal.

De longa data a Europa já percebeu a relevância do problema ambiental. O artigo 37 da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, publicada aos 7 de dezembro de 2000, sustenta deverem todas as políticas da União Europeia incorporar significativo nível de salvaguarda do ambiente e aperfeiçoamento da sua qualidade, a proporcionar concomitantemente desenvolvimento sustentável “*Artigo 37. Todas as políticas da União devem integrar um elevado nível de protecção do ambiente e a*

---

<sup>490</sup> MAY, 2011, p. 57.

<sup>491</sup> COUGHLIN, 2008, p. 1-2.

<sup>492</sup> FAO, 1976, p. 23.

*melhoria da sua qualidade, e assegurá-los de acordo com o princípio do desenvolvimento sustentável*<sup>493</sup>. Não há medida semelhante no Mercosul. A América do Sul ainda estamos a engatinhar em comparação com o Velho Mundo.

Por esse motivo a FAO considera vital não somente conservar os recursos naturais como ao mesmo tempo zelar por seu desenvolvimento e aproveitamento racional, pelo fato deles serem necessários para a manutenção da vida e para a produção agrícola.

Os resultados observados nos dias de hoje, ao não serem levados em consideração esse princípio de política agrícola mencionado acima são: poluição da água, erosão, destruição irracional das florestas, exploração intensiva e irracional de determinadas espécies animais, falta de controle sobre pragas na agricultura, dentre outros.

Aponta ainda essa entidade poder transformar-se esse princípio superior de política agrária em diversos tipos de normas, algumas aptas a aplicar sanções a atos contrárias a ela, outras destinadas a obrigar o Estado ou os particulares a executar determinadas ações para manter os recursos naturais ou proteger o ambiente, outras ainda destinadas a estabelecer requisitos técnicos para a fabricação, importação e utilização de alguns insumos agrícolas para impedir a produção de efeitos daninhos à vida animal ou vegetal ou mesmo modificadores do equilíbrio ecológico<sup>494</sup>.

O que muito dificulta a recuperação de áreas pertencentes à Mata Atlântica e que poderiam ser parcialmente reflorestadas por meio dos corredores ecológicos. A princípio cabe ao Estado zelar por todos. Por isso limites deveriam ser impostos à atividade agrária, a ter em vista a preservação ambiental mínima, apta a satisfazer as necessidades ambientais mínimas a satisfazer os interesses sociais, a delimitar, por consequência, o interesse privado de auferir lucros crescentes com a atividade agrária. Poder-se-ia denominar essa postura como Cultura Ecológica.

Cultura Ecológica não é tão somente ofertar respostas prontas – e muitas vezes apenas parciais – para questões referentes à destruição ambiental, poluição e esgotamento dos recursos naturais. A dimensão buscada é muito diferente de tudo o que nos cerca. Anseia-se por uma realidade e políticas novas, uma moderna educação, uma espiritualidade renovada a enfrentar uma lógica tecnocrática<sup>495</sup>.

---

<sup>493</sup> GOMES, 2012, p. 61.

<sup>494</sup> FAO, 1976, p. 23.

<sup>495</sup> FRANCISCUS, 2015, p. 71.

Reservas legais por si só não resguardam os ecossistemas. A ligação das reservas legais por meio de corredores ecológicos contribuiria de maneira eficiente para o incremento da biodiversidade, pois evitaria, principalmente, o isolamento de animais nesses oásis de proteção de fauna e flora. O Corredor Ecológico, por conseguinte, é uma limitação ao direito de propriedade.

É atribuição do Estado, em suma, conciliar na medida do possível, o interesse particular e o interesse da sociedade como um todo. O interesse econômico do progresso das ações agrárias e a relevância das práticas preservacionistas do ambiente precisam ser revistos. Isso somente se procede por meio de normas administrativas e leis.

#### **4.24 A limitação como instrumento de proteção e recuperação ambiental**

A essência deste trabalho é realçar a necessidade de limitar o poder de propriedade. O ser humano possui diversos direitos fundamentais e o legislador constituinte foi pródigo em relacioná-los. Dizem respeito aos valores concernentes à dignidade da pessoa humana e à limitação do poder. São positivados no direito interno, normalmente por normas constitucionais<sup>496</sup>.

O direito de propriedade não pode ser visto apenas na dimensão individual-liberal (primeira dimensão). Isso não é aceitável diante do grau de destruição das matas alcançado nos dias de hoje. Mas essa mentalidade de posse e destruição da natureza persiste na maioria dos proprietários rurais brasileiros. Nessa perspectiva a propriedade possui apenas sentido tradicional, de natureza privada, como prevista no Código Civil.

O que interessa neste trabalho é ressaltar é destacar, em primeiro lugar, a segunda dimensão, de concepção social, associar o conceito de propriedade com o de função social, em conformidade com o inciso XXIII do artigo 5º da Constituição Federal, e encaminhar essa fusão de dimensões com uma terceira, a função ambiental ou função ecológica da propriedade. A reserva florestal de uma propriedade rural não se limita ao perímetro do imóvel, pertence à toda humanidade. O caminho aqui não é do todo para a unidade; e o oposto. É da unidade para o todo, *da unidade para o múltiplo*<sup>497</sup>.

<sup>496</sup> MARMELSTEIN, 2008, p. 27.

<sup>497</sup> MIRANDA, 1973, p. 313.

O direito de propriedade, nessa dinâmica de desmatamento, colide com o exercício de outros direitos fundamentais (como exemplo o direito a um ambiente saudável). No entanto, a limitação do direito de propriedade não pode ser efetuada em qualquer situação e sob qualquer justificação. Impõe-se a efetiva ponderação dos interesses colocados. Coloca-se dessa maneira a forma normativa dos princípios, em especial, o princípio da proporcionalidade. Em razão da constatação da divergência de direitos fundamentais, doutrina e jurisprudência têm se firmado no sentido de dar solução a esses impasses através do princípio da proporcionalidade, o qual busca a ponderação das garantias constitucionais, dos interesses e bens jurídicos em que se apresentam, de forma a possibilitar o máximo de atenção a todos os direitos implicados<sup>498</sup>.

O homem não está desagregado do ambiente. *Não se separa o homem e seu ambiente como compartimentos estanques*<sup>499</sup>. É tão somente isso que busca-se neste trabalho: a amplificação da ideia, da mentalidade, sobre reserva florestal na propriedade rural. Pouco utilidade será extraída se permanecerem essas áreas de proteção isoladas umas das outras. Quando muito estar-se-ia a guardar espécimes vegetais e animais em pequenos nichos verdes, sabe-se lá por quanto tempo. Não seria exagero afirmar ser esse o papel de um zoológico ao manter animais nas jaulas.

A ideia é juntar as reservas de um bioma por meio de corredores ecológicos. Por aí a vida animal e vegetal fluem de forma mais dinâmica, com mais oportunidades de sucesso de sobrevivência. Há expansão da biodiversidade, da vida. Não se trata mais de tão somente preservar, mais de aumentar o fluxo da existência. De possibilitar aos animais e plantas reproduzirem-se em maior número e em maiores espaços.

Mas para isso é preciso limitar o direito de propriedade. Para que a vida flua é imprescindível elevar aos píncaros o direito de propriedade a uma nova dimensão, a terceira, como acima indicado. Propriedade e ambiente não estão divorciados. É a soma que perfaz a unidade ideal. Discursar sobre preservação do ambiente e concomitante pensar na propriedade como está ela descrita no Código Civil é um contrassenso.

---

<sup>498</sup> BURMANN, 2011, p. 69.

<sup>499</sup> MACHADO, 2014, p. 6.

#### 4.25 Os limites internos e os limites externos do direito de propriedade

Os limites internos do Direito de Propriedade são os de caráter geral e abstrato, instituídos pelas condutas de vizinhança e as obrigações de natureza coletiva. Nestas está a concepção de preservação ambiental, pois quando põe-se em prática a preservação ambiental está-se a atender a função social do imóvel rural<sup>500</sup>.

E esse atendimento da função social não tem porque ser indenizável. Implantar um corredor ecológico não significa ser ressarcido pelo dinheiro público. É ônus de quem detém a propriedade imóvel rural. Poder-se-ia pensar em indenização na hipótese remota de perda total da essência da propriedade, a implicar numa desapropriação indireta, o que não é o caso. Corredores Ecológicos não exaurem o direito de propriedade, apenas o reduz em prol do bem estar de todos.

Desde a antemã dos tempos os nossos ancestrais ao contemplarem os céus noturnos viam as mesmíssimas estrelas que hoje são admiradas. Essas mesmas estrelas poderão ser admiradas nos próximos séculos e milênios.

Há séculos nossos ancestrais singravam os mares que hoje em dia são atravessados por nós. É certo estarem eles mais sujos, mas são as mesmas águas. Agora, as florestas outrora enxergadas por nossos ancestrais, já não são mais as mesmas de hoje. Foram dizimadas, reduzidas a frações bem insignificantes se comparadas com um passado não muito distante.

O risco é não existirem mais matas nos próximos 50 anos. Para evitar isso não basta apenas mudar a forma de pensar, pois o tempo urge, mas a maneira de elaborar leis. Os direitos fundamentais de terceira geração necessitam ser exercitados imediatamente.

Os limites externos implicam nas intervenções estatais na propriedade particular capazes de diminuir as prerrogativas do direito de propriedade, a ter como exemplo as restrições administrativas ou obras públicas. E essas limitações impostas pelo Poder Público não implicam necessariamente em indenização. Hoje é consensual na jurisprudência não ser indenizável a intenção de preservar o ambiente, finalidade essa consubstanciada em uma ingerência real e imperativa de uma tangível limitação<sup>501</sup>.

---

<sup>500</sup> MACHADO, 2014, p. 6.

<sup>501</sup> AZEVEDO, 1999, p. 86.

#### 4.26 A ingerência do Estado na propriedade particular

Se os direitos de domínio particular ou se o usufruto dos bens dos particulares sujeitam-se ao interesse público, diz-se ter ocorrido ato da Administração Pública ou intervenção do Estado. O objetivo é proteger os interesses da comunidade para atender a necessidade e utilidade públicas<sup>502</sup>.

As limitações administrativas podem ser positivas, negativas ou permissivas ao proprietário<sup>503</sup>. Ou seja, as obrigações podem impor a adesão a um proceder, como exemplo, limpeza de um terreno.

Para atender o escopo deste escrito adiciono o dever de implantar Corredor Ecológico se assim for determinado pelo Poder Público como forma de recuperar área localizada na Mata Atlântica. Obrigações negativas são aquelas que vedam uma determinada conduta (proibição de desmatamento). As permissivas implicam na obrigação do proprietário tolerar determinado ato da Administração Pública<sup>504</sup>.

Para a limitação administrativa serem legítimas, devem estar previstas em lei e não podem eliminar a utilização da propriedade de acordo com a sua finalidade intrínseca, além de serem gerais e gratuitas. Em geral não autorizam indenização<sup>505</sup>.

Os Corredores Ecológicos podem, em termos, ser comparados às servidões, a impossibilitar tão somente o exercício de parte da propriedade, longe de constituir-se uma desapropriação indireta.

#### 4.27 A ponderação de direito

Ponderar direitos é limitar direitos. Mas para delimitar é imperativo definir o âmbito de proteção e assim estabelecer com exatidão os abalizamentos ou limitações a esses direitos. A esfera de proteção de um direito fundamental implica, por conseguinte, verificar os diversos pressupostos fáticos e jurídicos mirados pela norma jurídica e assim salvaguardar aquele fração da realidade objeto de tutela especial<sup>506</sup>.

Na hipótese do direito de propriedade o âmbito de proteção é especificamente normativo. O legislador não somente estipulará as restrições ao direito, mas dirá qual

---

<sup>502</sup> MEIRELLES, 2010, p. 101.

<sup>503</sup> CARVALHO FILHO, 2014, p. 412.

<sup>504</sup> Ibid., p. 412.

<sup>505</sup> DI PIETRO, 2004, p. 127.

<sup>506</sup> MENDES; BRANCO, 2013, p. 192.



a abrangência e o feitiço desses direitos fundamentais (*o que é realmente protegido?*). Para cada direito há um procedimento específico de delimitação. Não há regra geral a abarcar todos. Muitas vezes o âmbito de proteção é delineado quando relacionado com a restrição a esse direito<sup>507</sup>.

A sociedade moderna exige equacionamento de conflito de normas de Direito Constitucional, principalmente porque seus componentes quase nunca harmonizam sua avidez com tolerância, com sacrifício. O homem hodierno com seus intermináveis anseios depara-se com outros valores, preferências (o chamado pluralismo), a causar-lhe choque e contrariedade.

Por sua vez, conflitos geram sentimento de fragilidade e insegurança, a criar figuras de egoísmo coletivo. No momento em que pessoas passam a ser referência para elas mesmas e distanciam-se de seus semelhantes na própria consciência a ânsia para adquirir coisas cresce de forma vertiginosa<sup>508</sup>.

Os verbos mais conjugados nessa realidade são comprar, reter e consumir. E se esse é o tipo de ser humano a predominar nos nossos dias, *não existe sequer um verdadeiro bem comum*<sup>509</sup>.

Por tal motivo o ambiente começou a ser mais destruído a partir da Revolução Industrial, sem que esse processo fosse desde então de alguma forma satisfatoriamente contido, tanto no Brasil como no mundo, principalmente a partir da Revolução Industrial, pois normas são acatadas se não contrariarem as conveniências próprias. Isso é universal.

A vida em sociedade, inserida nesse emaranhado de avidez crônica, torna-se extremamente complexa. E preceitos utilizados para apaziguar divergências infraconstitucionais não se aplicam no terreno de uma Constituição<sup>510</sup>. Neste escrito as ponderações giram em torno da colisão entre direitos fundamentais, no caso o Direito de Propriedade e o Direito a um ambiente sadio.

O Direito de Propriedade encaixa-se nos chamados direitos de primeira geração (direitos civis e políticos), a encerrar as liberdades clássicas, negativas ou formais. Evidencia o princípio da liberdade. Surgem esses direitos nas Revoluções Francesa e Americana no final do século XVIII e dominaram até o século XIX. Foi uma

---

<sup>507</sup> MENDES; BRANCO, 2013, p. 193.

<sup>508</sup> FRANCISCUS, 2015, p. 120.

<sup>509</sup> Ibid., p. 120.

<sup>510</sup> BARROSO, 2012, p. 352.

resposta ao Absolutismo, como já visto. Dessa forma os direitos fundamentais de primeira geração são os direitos e garantias individuais e políticos tradicionais, emergidos a partir da *Magna Charta*<sup>511</sup>.

No início do século XX irrompe nova classe de direitos nos princípios asseguradores da liberdade das nações e das normas de coexistência internacional. Integram esses direitos os denominados sociais, os pertinentes ao seguro social, trabalho, socorro à doença e velhice *etc*<sup>512</sup>.

Como direitos de terceira geração, igualmente já comentado, também denominados direitos de fraternidade ou solidariedade, destaca-se o direito ao ambiente equilibrado, bem como direito ao progresso, à paz, a uma salutar qualidade de vida, sendo que entre as pessoas que os contemplam não há precisão quanto aos laços jurídicos ou fáticos que estariam a interliga-las<sup>513</sup>.

No caso deste escrito a ponderação deve ser feita entre os direitos clássicos e os modernos direitos de terceira geração, entre aqueles que possibilitam com facilidade a identificação de seus titulares e o *das grandes formações sociais*<sup>514</sup>, entre um direito debatido há muitos séculos e outro que não completou cem anos.

A forma de realização dos direitos fundamentais assemelha-se aos princípios, a salientar não existir hierarquia entre estes. E o que possibilita um princípio ou direito fundamental sobrepor-se sobre outro resulta do estudo do caso concreto<sup>515</sup>. Mas ressalta-se não ser soberano, incondicional nenhum direito fundamental<sup>516</sup>. Essa afirmação ganha corpo ao afirmar-se ser sempre o progresso do Brasil causa de tensão na diminuta área remanescente da Mata Atlântica.

E essa angústia acirra-se pelo fato de estar inserido na discussão o interesse público ou coletivo, bem como por inexistir metodologia própria para solucionar contendas, como ocorre nos casos corriqueiros (infraconstitucionais). Também inexistente método lógico para elaboração de norma concreta apta para resolver questões entre o direito de propriedade e a defesa do ambiente. Para alcançar respostas nesses choques de direitos fundamentais é necessário fazer ponderações para obter resultado efetivo<sup>517</sup>.

---

<sup>511</sup> MORAES, 2013, p. 29.

<sup>512</sup> *Ibid.*, p. 29.

<sup>513</sup> *Ibid.*, p. 29.

<sup>514</sup> *Ibid.*, p. 30.

<sup>515</sup> *Ibid.*, p. 353.

<sup>516</sup> BARROSO, 2012, p. 356.

<sup>517</sup> BARROSO, 2012, 356.

Frisa-se, entretanto, existir a possibilidade de limitar o direito de propriedade dentro do corpo da Constituição Federal por estar prevista a função social da propriedade, ou melhor, função socioambiental, embora não exista procedimento constitucionalmente regulado de limitação desse direito.

Não se trata o direito de propriedade de direito fundamental sem reserva de restrição, mas sobre ele incide posições subjetivas jusfundamentalmente amparadas por normas constitucionais conhecidas por garantias, liberdades e direitos<sup>518</sup>, sem perder de vista de igual maneira poder ser de alguma forma limitado ou restringido o Direito ao Ambiente sadio e equilibrado e ainda, não perder de vista a relevância da autonomia e dignidade da pessoa humana, grandezas sempre presentes nas relações entre o Estado e os cidadãos<sup>519</sup> e ainda dentre de um contexto de uma Constituição social, como é a de 1988.

Esse é o compromisso assumido pelo texto constitucional, a também validar e orientar as técnicas de ponderação dos direitos fundamentais. Também não é possível olvidar a presença em todas as normas de direito fundamental do dever imposto ao Estado e aos entes públicos de fazer, de não fazer ou de suportar, a permitir assim angariarem os particulares prerrogativas juridicamente amparadas<sup>520</sup>.

Sem ainda resvalar em qualquer ponderação de direitos, até aqui é possível discernir estar o Estado obrigado a afastar-se de toda e qualquer ingerência restritiva no campo da liberdade assegurada aos particulares pelos direitos fundamentais.

Se uma significativa fração da sociedade reivindica esses direitos, a possibilitar equilíbrio e segurança sociais, diz-se haver um instituto, que a princípio não estaria sob a graça do legislador ordinário, e assim dar-se-ia a esses direitos fundamentais defesa insuspeita. Dentro desse núcleo de salvaguarda, nesse âmbito objetivo, a pessoa estaria a usufruir integralmente dos direitos fundamentais<sup>521</sup>. Insere-se nesse contexto o direito de propriedade, mas sem ainda alimentar qualquer preocupação com a função social dos direitos fundamentais.

Fala-se, portanto, em uma conjuntura tão somente individual, pura, atrelada apenas à liberdade concreta, uma liberdade real<sup>522</sup>, que deve ser defendida e respeitada pelo Estado. Esse posicionamento é uma conquista da humanidade a partir

---

<sup>518</sup> NOVAIS, 2003, p. 49.

<sup>519</sup> Ibid., p. 51.

<sup>520</sup> Ibid., p. 54.

<sup>521</sup> Ibid., p. 62.

<sup>522</sup> NOVAIS, 2003, p. 61.

do pós segunda grande guerra mundial. Na era ecológica há de dar-se ao direito de propriedade contorno de um importante instrumento para o bem comum. À liberdade pode-se conceder diversos valores nos direitos fundamentais de terceira geração, sem perder de vista à dignidade da pessoa humana. Mas também não se pode olvidar ser o direito de propriedade um dos princípios fundamentais da liberdade humana.

Justamente a ponderação desses dois direitos fundamentais (propriedade e ambiente) realça o reconhecimento e a proteção da dignidade da pessoa humana em um contexto de solidariedade. Aqui está a ser engrandecido o objeto de salvaguarda dos direitos fundamentais. Trata-se de elucidar de forma socioecológica os corriqueiros direitos de liberdade.

No direito de propriedade, na visão liberal, não se busca apenas liberdade em face do Estado, mas liberdade por meio do Estado. Ponderação, nessa realidade, exige reflexão apurada e um salto. Como já dito no introito deste trabalho, não se nega o direito de propriedade. Sua abordagem nos dias de hoje, com tanta agressão ao ambiente, precisa ser desvinculada da concepção de uma titularidade individual, para que Estado não somente defenda o interesse individual, mas o observe dentre de um contexto de comunhão e participação.

Há necessariamente o deslocamento da visão individual para a ordem jurídica da comunidade. Não é exagero dizer estar o ambiente sob a ótica da ordem jurídica da comunidade global.

É imperativo criar outro diálogo em razão das novas disposições históricas. Aguarda-se uma nova resenha que supere concepções ultrapassadas e *falsas dialéticas dos últimos séculos*<sup>523</sup>. O direito de propriedade, inserido no pensamento ecológico, deve ser repensado, não somente visto pela lente da liberdade e autodeterminação individual, mas principalmente pela comunhão universal, pois tudo está relacionado<sup>524</sup>.

Esse direito de propriedade com escopo ecológico também se serve em uma instância do chamado Direito Fraternal, como expressão de solidariedade/responsabilidade. A transformação paradigma do Direito Fraternal, por sua vez, está calcada nas convicções de democracia, pacifismo, inclusão social, cosmopolitismo global, pacifismo jurídico<sup>525</sup>.

---

<sup>523</sup> FRANCISCUS, 2015, p. 76.

<sup>524</sup> Ibid., p. 76.

<sup>525</sup> FERREIRA, 2008, p. 110.

À vista disso, essas convicções são ideários plenamente realizáveis. Não se trata de utopia. O dever fundamental de proteger o ambiente numa propriedade rural – também é possível concluir - é forma de romper com tudo aquilo que o direito ou a ecologia apostaram sem sucesso durante décadas.

Cabe agora ao Estado a obrigação de, tanto por meio do legislador ordinário, ou na lacuna deste, assegurar os bens e as ações protegidas de direitos fundamentais contra ações agressões do próprio Estado e de particulares<sup>526</sup>. No caso de agressões ao ambiente, que podem inclusive implicar na falta de adoção de medidas eficientes de preservação e manutenção da biodiversidade, há de se buscar medidas cujas consequências serão sim restritivas, a refletir nos círculos da autonomia privada dos proprietários de áreas rurais.

A avaliação dessas contenções faz-se necessariamente por meio de conjectura, estudo e juízos do legislador<sup>527</sup>, num contexto com três personagens (se a questão for ambiental), pessoa (o proprietário), o Estado e a comunidade global. Ou seja, o Estado posiciona-se no cerne, ladeado pelo direito individual, o de propriedade, e o direito difuso a um ambiental sadio e equilibrado, pois cada um tem direito ao ambiente assim protegido.

É insensato e improdutivo pensar o direito subjetivo de propriedade, na era ecológica, como uma verdadeira ação popular a ser manuseada para salvaguardar as defesas dos proveitos concedidos, a não deixar inclusive de criar situação de ameaça à viabilidade da proteção da propriedade<sup>528</sup>.

Busca-se o equilíbrio ou os vínculos corretos entre o proprietário e o mundo que o cerca, ou ainda qual o verdadeiro sentido e propósito do ser humano sobre a realidade<sup>529</sup> e como o Estado deve posicionar-se ao recorrer às normas constitucionais de direitos fundamentais para alicerçar a judicialidade de uma pretensão subjetiva ou para apreciar e esclarecer em harmonia com as normas de Direito ordinário<sup>530</sup>.

Ponderação passa então a adentrar em uma nova controvérsia, gerada em torno das técnicas de constatação da grandeza de outros bens constitucionais, os

---

<sup>526</sup> NOVAIS, 2003, p. 90.

<sup>527</sup> Ibid., p. 90.

<sup>528</sup> Ibid., p. 97.

<sup>529</sup> FRANCISCUS, 2015, p. 78.

<sup>530</sup> NOVAIS, 2003, p. 98.

quais podem adentrar em rota de colisão<sup>531</sup>. Escapa-se assim da órbita puramente do direito subjetivo (direito de propriedade numa concepção pura de liberdade) para a abordagem dos direitos fundamentais como valores concretos da ordem constitucional<sup>532</sup>.

O recurso para solucionar a colisão deve levar em conta as mutações de vários aspectos (natureza e relevância subjetiva dos direitos, importância tangível dos direitos e dos interesses em choque, qualidade dos intervenientes *etc*), de acordo com um princípio de uniformidade e assentimento a possibilitar uma proporcional repartição dos custos do conflito<sup>533</sup>.

E ponderação resulta em restrição de direito, no caso limitação ao direito fundamental de propriedade em razão da imposição de proteger o ambiente, não necessariamente pelo mau uso da propriedade, mas como forma de otimizar recursos de salvaguarda do ambiente.

Essas disposições de contenção de direitos implicam em refrear, na realidade, decisões constitucionais jurídico-objetivas, a atuar na generalidade da ordem jurídica e a nortear assim a jurisprudência, a legislação e a administração<sup>534</sup>. A restrição será firmada pelo legislador ordinário, o qual dirá o que deve ser salvaguardado pela garantia constitucional da propriedade<sup>535</sup>, caso contrário seria quase que impossível limitar o direito de propriedade para proteger o ambiente.

#### **4.28 A liberdade e o Direito**

Essa limitação fundamenta-se na liberdade e sua integração com o Direito. Liberdade está a serviço dos valores e consciências modernos. No que tange ao ambiente há uma concepção mundial de proteção ao ambiente como um todo. Há sensibilidade maior sobre os riscos a que está submetido o ambiente e as consequências imprevisíveis a que sujeita-se toda a humanidade.

A intervenção do Estado alicerça-se assim nessa nova concepção de liberdade. O homem não está isolado em uma ilha, a ter o seu direito de propriedade como um Sexta-feira, o qual somente com ele pudesse dialogar. O indivíduo da era

---

<sup>531</sup> NOVAIS, 2003, p. 66.

<sup>532</sup> *Ibid.*, p. 66.

<sup>533</sup> ALEXANDRINO, 2011, p. 126-127.

<sup>534</sup> NOVAIS, 2003, p. 75.

<sup>535</sup> *Ibid.*, p. 166.

ecológica direciona-se pela solidariedade e apresenta-se contido por um sistema de normas condicionadoras e projetadas justamente para inserir o ser humano no terreno ambiental, sem possibilitar a ele posicionar-se como um ser absoluto, mas integrado na comunidade em que vive<sup>536</sup>. Viver assim é sanar a ruptura com o próximo e com toda a criação<sup>537</sup>. É também a ideia medular da presença de ordem de valores constitucional em que a liberdade do indivíduo e o direito ao livre desenvolvimento da personalidade conquistam lugar de destaque<sup>538</sup>. Nesse sentido liberdade passa a ser identificada com o Direito, pois este pode realizá-la para possibilitar integração estatal e efetivação de valores<sup>539</sup>.

O que é passa a ser restringido – no caso o direito de propriedade para a implantação de corredores ecológicos – é ao mesmo tempo ampliação da liberdade geral<sup>540</sup>. O ambiente deve ser protegido, podendo isso implicar em restrição ao direito de propriedade. Todos têm direito ao ambiente sadio e equilibrado. Esse anseio por si só protege a liberdade geral de ação contra o uso irresponsável da propriedade ou mesmo omissões quanto à questão ambiental.

Os direitos fundamentais não se coadunam com a concepção de que numa propriedade rural cada um faz o que quiser, em razão do exercício de um ilimitado direito fundamental, o que somente acarretaria total dormência dos poderes públicos, com descomedimentos da vida na sociedade *e o risco de sacrificar à liberdade geral de acção todos os restantes bens ou valores dignos de protecção*<sup>541</sup>.

Saliento ter retirado essa ideia de um outro contexto sobre restrições aos direitos fundamentais, daí a transcrição em itálico, mas que considero plenamente aplicável ao direito de propriedade ao ser ponderado com o direito fundamental ao ambiente sadio e equilibrado.

E destruir a natureza, sob o pretexto de estar a usufruir de um bem jusfundamental (o exercício do direito de propriedade) em nada contribui para o desenvolvimento da personalidade de seu proprietário e de todas as demais pessoas, daí a implantação de restrições para salvaguardar um legítimo interesse maior quando conflitarem direitos fundamentais.

---

<sup>536</sup> NOVAIS, 2003, p. 311.

<sup>537</sup> FRANCISCUS, 2015, p. 45.

<sup>538</sup> NOVAIS, 2003, p. 383.

<sup>539</sup> Ibid., p. 312.

<sup>540</sup> Ibid., p. 412.

<sup>541</sup> Ibid., p. 416.

Ademais numa sociedade todos possuem a mesma dignidade e por isso reconhece-se cada um possuir com igual medida a liberdade legitimada no texto da Constituição. E essa liberdade já concebida está circunscrita a outros valores pertencentes à Constituição material da sociedade, até porque cada direito alicerça-se numa interdependência com todos os demais, igualmente integrantes do texto constitucional<sup>542</sup>.

Ressalta-se, todavia, não ser simples identificar ou impor essas restrições aos direitos fundamentais. Nem é descomplicado realizá-las. Sempre haverá submissão a juízos de avaliação de cada caso<sup>543</sup>. Não se pode perder de vista, nesta vasta seara de teorias, todavia, existir hoje urgência em restringir no Brasil o quase sempre hostil direito de propriedade em face de uma efetiva consecução dos fins imprescindíveis às atividades do Estado de Direito. Essas atividades estarão seriamente comprometidas se em poucas décadas não existirem mais florestas neste país, em destaques as Matas Atlântica e Amazônica.

E limitar direitos fundamentais para assegurar o bem-estar de todos (inclusive de quem agride o ambiente ou é indiferente a ele) numa sociedade democrática encontra respaldo no artigo 29, número 2, da Declaração Universal dos Direitos do Homem, com supedâneo no artigo 16, número 2, o qual determina apreciar e completar as disposições constitucionais e legais referentes aos direitos fundamentais em harmonia com a Declaração. E essa Declaração prescreve<sup>544</sup>:

Art. 29...2. Ninguém está sujeito senão às limitações estabelecidas pela lei com vista exclusivamente a promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros e a fim de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar numa sociedade democrática

*Data maxima venia* no que diz respeito às colocações contrárias a essa específica disposição dessa Declaração, e seja ela limites ou mesmo limites aos limites e ainda a depender de lei conformada aos parâmetros constitucionais internos, trata-se de vultoso dispositivo a realçar o fato de todos possuírem igual dignidade.

Isso de maneira alguma implica em esvaziar a abrangência dos direitos fundamentais em um Estado de Direito. Uma pretensão desfavorável ao direito fundamental de propriedade provocada pela necessidade imperiosa de salvaguardar

---

<sup>542</sup> NOVAIS, 2003, p. 439.

<sup>543</sup> Ibid., p. 455.

<sup>544</sup> NOVAIS, 2003, p. 521.



o ambiente justifica-se na evidente complexidade dos processos de destruição das florestas e por consequência da fauna.

Nessa imperiosa proteção ambiental, que redundaria em contenção do direito de propriedade, não há espaço para a malícia, fraude ou desvios de finalidade. O perigo da destruição ambiental no Brasil salta aos olhos. Isso não é um engodo. O ser humano, mesmo dotado de inteligência e sabedoria, não pode hoje viver sem restrições (a devastação do ambiente é prova disso), não obstante essas contenções impliquem em contrair esporadicamente seus direitos, ainda que fundamentais.

Esse mesmo ser humano não pode pertencer somente a este tempo e há vinte e um séculos – e isso ficou claro - deixou de ser um ser unidimensional. Os bens materiais até acarretam alguma satisfação, mas não traduzem a felicidade e se esse mesmo homem insistir em rebaixar suas leis morais deverá arcar com suas consequências. O ser deve sobrepor-se ao ter. A verdade deve ser dita, embora incomode, inquiete, ameace. Mas não se pode fugir a essa provocação<sup>545</sup>.

Os conceitos e noções de liberdade, prerrogativas, restrições, proporcionalidade, proibição do excesso e garantia do conteúdo essencial precisam urgentemente evoluir, desencarcerarem-se do espírito traumatizado do pós-guerra. Evoluir implica em sacrificar parte de seus direitos em nome da solidariedade. O eu evolui para o nós. Não é digno do homem qualquer espécie de desenvolvimento que não acate e favoreça os direitos humanos<sup>546</sup>. Salvaguardar o ambiente também é amparar os direitos humanos. De igual maneira não é possível divorciar da concepção de dignidade da pessoa humana o ambiente salvaguardado e livre de ameaças de destruição.

Essa concepção de evolução – do meu para o nosso - não implica em criar mais défices de consistência na ponderação de bens justfundamentais ou mesmo recusar conclusões importantes de um modelo de análise ou ainda criar parâmetro original de reflexão. É tão somente mais um elemento a ser objeto de exame quando da ponderação de direitos fundamentais. Essa elucubração define o espírito e a medida da supremacia de valores igualmente merecedores de proteção jurídica no caso específico<sup>547</sup>.

---

<sup>545</sup> LIED, 2012, p. 93.

<sup>546</sup> FRANCISCUS, 2015, p. 60.

<sup>547</sup> NOVAIS, 2003, p. 51.

O ambiente é um bem coletivo e o referido artigo 29, número 2, da Declaração Universal dos Direitos do Homem, acima transcrito, aplica-se como uma luva na era ecológica. O proprietário rural carrega o ônus de administrar para todos. Quem não age assim, responsabiliza-se por negar a existência aos outros<sup>548</sup>.

A questão é como limitar o direito fundamental de propriedade mesmo a ter como escopo proteger da devastação quase que incontrolada aquilo que é caro a todos: o ambiente, pois não existe hierarquização de bens constitucionais realizada pela Constituição. Como primeira observação, ao legislador cabe diferenciar entre exercício legítimo e abusivo do direito, a partir de uma observação acurada da norma constitucional de garantia do direito fundamental e da análise do fato em concreto<sup>549</sup>.

Na hipótese de não existir propriamente abusos no exercício do direito e sendo o caso de ponderação do exercício de direitos fundamentais, o princípio da concordância prática procura a situação mais próxima do equilíbrio, ao pretender a realização otimizada de todos os bens em confronto, desde que os direitos fundamentais sejam assimilados como princípios, sem a concepção de hierarquização de valores<sup>550</sup>.

Deve o legislador, outrossim, verificar as conjunturas e quais bens fundamentam a cedência do direito fundamental de propriedade e qual a grandeza dessa cedência<sup>551</sup>. Pode-se chamar essa análise de conteúdo material do bem em causa ou o peso relativo que cada um dos bens em choque apresenta<sup>552</sup>. Somente a ponderação possibilita concretizar as teorias, a propiciar ainda discernimento, equilíbrio e plausibilidade a uma decisão<sup>553</sup>. E na lei da ponderação quanto maior for o estágio de não efetuação de um princípio em razão da presença de um princípio opoente maior terá de ser a relevância deste último<sup>554</sup>.

Nem sempre se está a falar de destruição do ambiente ao ponderar-se direitos fundamentais. Cita-se o exemplo de ligações de áreas de reserva por meio de Corredores Ecológicos que estejam em perfeita harmonia com as determinações legais. Aqui o escopo não é recuperar tão somente, mas criar melhores e maiores condições da vida como um todo propagar-se de maneira mais eficiente em um bioma.

---

<sup>548</sup> FRANCISCUS, 2015, p. 61.

<sup>549</sup> NOVAIS, 2003, p. 507.

<sup>550</sup> Ibid., p. 561.

<sup>551</sup> Ibid., p. 581.

<sup>552</sup> Ibid., p. 620.

<sup>553</sup> Ibid., p. 663.

<sup>554</sup> Ibid., p. 692.

Ponderação para Barroso, nascida mais da necessidade, do que de uma escolha filosófica ou ideológica<sup>555</sup>, implica o uso de técnica de decisão jurídica para casos complexos com o escopo de encontrar resultado munido de racionalidade, quando o uso da subsunção mostrou-se insuficiente. E essa insuficiência resulta da existência de normas da mesma hierarquia a indicar soluções diversas. Ponderar é buscar o conteúdo e os limites de cada direito fundamental<sup>556</sup>.

Na ponderação os múltiplos elementos expostos serão abalizados em razão da sua relevância para a situação específica, basicamente por meio de três fases<sup>557</sup>. A lembrar não poderem essas técnicas debilitar ou suprimir os requisitos do Estado de Direito<sup>558</sup>.

Também deve ser levado em conta que restringir o direito de propriedade ou meramente cogitar-se de sua contenção não implica ação desnecessária ou desproporcionada, mas a imprescindibilidade de propiciar proteção correta a todo o conjunto de valores em confronto com a liberdade geral de ação<sup>559</sup> e por poder hoje a defesa do ambiente revestir-se – e já em caráter de urgência – de peso maior do que o direito de propriedade. Ponderar é antes de tudo sinal de que outros ângulos devem ser apreciados, não somente um.

Na primeira fase o aplicador da lei busca no sistema as normas apropriadas para a solução do caso e relata os eventuais choques entre elas<sup>560</sup>. Deve o intérprete ainda nessa primeira fase buscar nas normas as premissas maiores relativas ao evento e juntá-las no sentido da solução que apontam.

Na segunda sondam-se as situações concretas da ocorrência e suas relações com os elementos normativos. É nessa fase que os princípios de direito, ao comungarem com a circunstância, terão seus âmagos completados de sentido, a possibilitar maior entendimento sobre as normas e a dimensão de sua ingerência<sup>561</sup>. E essa ponderação não poderá de forma alguma violar princípios constitucionais, como da igualdade, razoabilidade, reserva de lei *et cetera*<sup>562</sup>.

---

<sup>555</sup> BARROSO, 2012, p. 359.

<sup>556</sup> NOVAIS, 2003, p. 313.

<sup>557</sup> BARROSO, 2012, p. 358.

<sup>558</sup> NOVAIS, 2003, p. 565.

<sup>559</sup> Ibid., p. 592.

<sup>560</sup> Ibid., p. 632.

<sup>561</sup> CAVALCANTI, 1966, p. 724.

<sup>562</sup> NOVAIS, 2003, p. 724.

Mas somente na terceira etapa dar-se-á a análise conjunta dos princípios e dos casos concretos, de forma a atribuir os vários pesos aos componentes em conflito. Após esse diagnóstico simultâneo será decidida com que força aplicar-se-ão as normas escolhidas, bem como seus resultados, excluindo-se as demais<sup>563</sup>. Dessa análise serão extraídos os proveitos/importunos da restrição quando relacionados com a situação alternativa, a que por ventura não levasse à não-restrição<sup>564</sup>. Ou seja, essas estruturas de ponderação implicam na aceitação e mensuração de diversos interesses na questão e a resposta do embate alcança-se pela acareação desses bens<sup>565</sup>.

Na Constituição Federal há elemento de valoração objetivo a possibilitar a ponderação ao prever o atendimento da função social pela propriedade

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes  
XXIII - a propriedade atenderá a sua função social<sup>566</sup>.

A função social é um valor, mas não atribui à propriedade um valor específico, mensurável, o que seria inconciliável com a ponderação de bens. A ponderação somente será possível se há equilíbrio de princípio entre os bens constitucionais<sup>567</sup>, sem qualquer concepção de jurídica esquematizada ou mecânica<sup>568</sup>.

Ressalta-se não ser a função social da propriedade um mandamento de preponderância entre os direitos fundamentais, mas tão somente um regime diferenciado de proteção adequado à variedade desse direito<sup>569</sup>, a ser utilizado ou como recomendação ou a depender do caso como bússola ou mesmo imperativo vinculante<sup>570</sup>. Não existe graduação a abranger os direitos fundamentais.

Também não se encontra na ponderação de bens resultado pré-determinado a solucionar o conflito de bens jusfundamentais, justamente por inexistirem medidas previamente estabelecidas para esses valores<sup>571</sup>. E ao surgir a dúvida na ponderação

---

<sup>563</sup> BARROSO, 2012, p. 359.

<sup>564</sup> Ibid., p. 701.

<sup>565</sup> NOVAIS, 2003, p. 671.

<sup>566</sup> BRASIL, 1988.

<sup>567</sup> NOVAIS, 2003, p. 699.

<sup>568</sup> Ibid., p. 706.

<sup>569</sup> Ibid., p. 704.

<sup>570</sup> NOVAIS, 2003, p. 706.

<sup>571</sup> Ibid., p. 703.

de bens deve prevalecer a leitura que sacrifique menos possível o direito fundamental, lhe dê maior guarita, aumente mais seu domínio, que aumente o seu deleite<sup>572</sup>.

Não obstante, esse entendimento se não for muito bem interpretado, particularmente nesta era ecológica, tende a aumentar a corrupção do ambiente. Numa reflexão sobre qual bem deve prevalecer quando a recuperação ambiental passa a ser urgente em face de o direito de propriedade, arvorado em pretensas responsabilidades e ladeado de garantias centenárias, falar em aumento de proteção, gozo, maior amplitude, somente acarreta o afastamento de soluções eficientes para os conflitos entre direitos fundamentais, a criar desequilíbrio entre os bens, meios e fins.

Ressalta-se deverem as restrições ao direito de propriedade em face da questão ambiental amoldarem-se ao máximo aos princípios da proibição do excesso, legitimidade, determinabilidade, igualdade, proporcionalidade, razoabilidade, indispensabilidade, proteção da confiança *etc*, para impedir desnecessárias agressões ao seu titular ou de outros afetados.

E proteção mais legítima das liberdades exige visão de conjunto. O ambiente somente poderá ser de forma eficaz salvaguardado quando o homem considerar seus direitos e sua liberdade em função do seu semelhante. Sem solidariedade, liberdade e direitos passam a ser discursos inócuos e por isso improdutivos.

O ambiente humano e o ambiente natural degeneram-se em sincronismo. A ruína ambiental somente poderá ser enfrentada quando cada um atentar para as razões da degradação humana e social, pois os resultados mais graves de todas as arremetidas contra o ambiente precipitam-se sobre as pessoas mais pobres<sup>573</sup>.

Por isso, a maior efetividade do direito de propriedade reforça-se após exaustivas ponderações, perscrutando-se a promoção da dignidade e da liberdade, mas não somente de um indivíduo ou de minorias, mas de todos. O homem da era ecológica não é mais o homem do pós-guerra. Todos devem utilizar sua liberdade, garantias e direitos, mas sem cair no erro de cada um buscar uma petrificada direção própria.

As novas autonomias do ser humano e os atuais encadeamentos entre as pessoas e o Estado exigem uma ruptura do pensamento do século XIX, por mais que

---

<sup>572</sup> Ibid., p. 708.

<sup>573</sup> FRANCISCUS, 2015, p. 33.

reconheça-se encontrar-se naquela época as principais raízes do pensamento ocidental sobre direitos fundamentais.

A postura mais correta na ponderação e valoração de direitos jusfundamentais é a que não se divorcia de um pano de fundo cada vez mais presente, o nós e o outro. O ambiente não é um fim em si mesmo, nem o direito de propriedade. A procura pela sua conservação daquele e as restrições a este, na realidade, implica em acolher as necessidades de cada ser humano.

Dessa forma anela-se maior realização do bem constitucional ambiental. Essa pretensão não encerra a ideia preconcebida de prevalência absoluta do bem ambiental, como acima dito, mas uma mudança de direção na concepção mais rígida de liberdade individual, circuncidada por inúmeras *regras de ónus de argumentação*<sup>574</sup>, pela qual essa alteração de rumo ressalta novos argumentos, novas medidas racionalmente deliberadas, outros fatores particulares a serem analisados que podem encaminhar para a afetação desvantajosa do direito fundamental de propriedade. E o que também justifica isso é o princípio da unidade da Constituição, efetivar todos os bens protegidos e juridicamente expressivos<sup>575</sup>.

#### 4.29 Espécies de restrições e alcance das restrições

Neste escrito interessa as restrições concernentes às colisões ou conflitos de interesses, podendo ser limitados por lei ou pela Constituição de 1988, seja por omissão desta ou como complementação, ou ainda alicerçada nos limites implícitos vigentes na Constituição Federal ou com supedâneo em previsão constitucional taxativa<sup>576</sup>.

A citar como exemplo para esta última a previsão de que a propriedade atenderá à sua função social (ou porque não dizer socioambiental, em conformidade com o inciso XXIII do artigo 5º, e artigo 186, ambos da Constituição Federal:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores). Trata-se de limites imanentes, pois de forma categórica foi

<sup>574</sup> NOVAIS, 2003, p. 712.

<sup>575</sup> Ibid., p. 721.

<sup>576</sup> Ibid., p. 255.

prevista no corpo da Constituição. A partir desse dispositivo o direito de propriedade experimental, como consequência, todas as limitações oriundas de decisões ministradas pelo legislador ordinário<sup>577</sup>.

Essa limitação constitucional (ou seja, previamente autorizada, mas sem necessariamente existir uma quantificação dessa delimitação) é balizamento proveniente da competência restritiva outorgada ao legislador ordinário. Essas alterações produzidas nesse contexto, por conseguinte, são restrições ao direito fundamental de propriedade, mesmo que não haja delimitação material feita pela Constituição. Ao legislador ordinário cabe impor os limites ao direito de propriedade no âmbito rural para possibilitar a implantação de Corredores Ecológicos. Direitos fundamentais somente são legítimos se puderem ser conformados com outros direitos fundamentais, dentro do contexto da Constituição, com outras grandezas também protegidas pela tutela jurídica<sup>578</sup>.

O fundamento para essa restrição deve residir, necessariamente, na Constituição Federal. A restrição implica identificar ou enunciar o conteúdo cabível do exercício da liberdade do direito, o que somente pode ser dito pelo Estado e, precedentemente, pelo legislador ao indagar os limites inerentes do direito fundamental<sup>579</sup>.

Para os proprietários rurais a limitação ao direito de propriedade como forma de preservar e recuperar o ambiente deve ser encarado como regra, nunca como exceção, uma limitação estatal a sensibilizar o bem jusfundamentalmente defendido. E o que sobra na esfera de resguardo desse direito fundamental em seguida à justa restrição é área de garantia efetiva. A partir desse núcleo qualquer outra restrição passa a ser inconstitucional, uma redução espúria do bem salvaguardado pelo direito fundamental<sup>580</sup>.

Restrição é ação (podendo ser por leis) ou lacuna do estado a abalar de forma desfavorável o conteúdo de um direito fundamental ou porque são diminuídas ou exauridas ou ainda obstaculizadas as possibilidades de obtenção dos bens por eles protegidos E isso reflete diretamente no seu titular, o qual pode ser privado do seu direito, ou ainda limitar ou impossibilitar a sua afluência ao bem defendido.

---

<sup>577</sup> BRASIL, 1988.

<sup>578</sup> NOVAIS, 2003, p. 272.

<sup>579</sup> Ibid., p. 321.

<sup>580</sup> NOVAIS, 2003, p. 304.

Na ponderação entre direito de propriedade e direito a um ambiente equilibrado o escopo nunca será impossibilitar o acesso ao bem, mas limitar o acesso ao bem protegido pelo direito fundamental de propriedade para assim assegurar o bom funcionamento dos ecossistemas, a evitar que um geossistema caia em estado crítico<sup>581</sup>.

As restrições aos bens protegidos pelos direitos fundamentais dividem-se em sentido estrito e sentido lato. Em sentido estrito dizem respeito à alteração da norma jusfundamental quanto ao seu conteúdo, podendo ser ela derogada ou ab-rogada. Nessas circunstâncias restringe-se o seu grau de proteção<sup>582</sup>. Não se confunde com intervenção restritiva em direito fundamental, a qual concerne com a titularidade do direito fundamental, a permanecer intacto o âmago do direito<sup>583</sup>.

As restrições em sentido lato dizem respeito à atuação do Estado de forma a enfraquecer as garantias de um bem jusfundamental<sup>584</sup>, sempre no sentido de derrogação de direitos para dar espaço a outros valores ou interesses e com supedâneo numa aprovação constitucional expressa ou implicitamente consentida<sup>585</sup>.

#### 4.30 Exemplo prático

Para por em prática essa função socioambiental, *verbi gratia*, criar-se-ia uma figura, o ITR – Imposto Territorial Rural progressivo, caso o proprietário notificado não possibilitasse a destinação adequada à sua propriedade.

O escopo é cada proprietário, a ter seu imóvel na Mata Atlântica, implantar um corredor ecológico ou até mais de um, para propiciar ligações entre as diversas reservas ambientais circunvizinhas. Todas numa determinada região estariam dessa forma interligadas. Não há sentido cada proprietário ter sua reserva legal sem comunicação com outras.

Caso esse dever fundamental não fosse atendido, a alíquota do ITR seria aumentada anualmente, no dobro do ano anterior e no máximo de 15% do valor venal, sob pena de transformar-se em um confisco, prática vedada pelo inciso IV do artigo 150 da Constituição Federal:

---

<sup>581</sup> FRANCISCUS, 2015, p. 27.

<sup>582</sup> NOVAIS, 2003, p. 194.

<sup>583</sup> Ibid., p. 194.

<sup>584</sup> Ibid., p. 192.

<sup>585</sup> Ibid., p. 195.



Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:  
IV - utilizar tributo com efeito de confisco<sup>586</sup>.

Poder-se-ia pensar em desapropriação se o proprietário notificado não consumasse a função socioambiental do imóvel. A indenização seria efetivada com títulos da dívida pública, sem incorporar perspectiva de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios. Nos dizeres de Carla Amado Gomes e Canotilho a desafetação da propriedade é ato administrativo lícito de suprema intervenção ambiental, a configurar dano singular no âmbito jurídico do expropriado, a ser ressarcido de forma justa, sem firmar vínculos limitantes a uns para beneficiar outros<sup>587</sup>.

O Código Civil Brasileiro de 2002 instituiu o cumprimento da função social (ambiental) da posse e da propriedade como cláusula geral, a aperfeiçoar os poderes decisórios do juiz, a fim de que seja sempre preponderante o interesse público sobre os particulares:

Art. 1.228 - O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

§ 1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas<sup>588</sup>.

A enaltecer a função social ambiental da posse e da propriedade o Código Civil, diminuiu os prazos para possibilitar a aquisição da propriedade em decorrência da posse prolongada no tempo, usucapião. Atualmente o prazo máximo é de 15 anos, no usucapião extraordinário.

No Código Civil de 1916 os prazos para usucapir eram maiores, a atingir até 20 anos. Não obstante a redução dos prazos, o novo Código Civil, no parágrafo único do artigo 1.238 e no parágrafo único do artigo 1.242, diminuiu-se ainda mais, caso o possuidor estabeleça sua moradia no imóvel ou nele realize obras e serviços de caráter produtivo:

---

<sup>586</sup> BRASIL, 1998.

<sup>587</sup> GOMES, 2007, p. 178.

<sup>588</sup> BRASIL, 2002.

Art. 1.238. Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis. Parágrafo único. O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se-á a dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo;

Art. 1.242. Adquire também a propriedade do imóvel aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por dez anos. Parágrafo único. Será de cinco anos o prazo previsto neste artigo se o imóvel houver sido adquirido, onerosamente, com base no registro constante do respectivo cartório, cancelada posteriormente, desde que os possuidores nele tiverem estabelecido a sua moradia, ou realizado investimentos de interesse social e econômico<sup>589</sup>.

Dessa forma, em proveito do possuidor que cumpriu com a função socioambiental da propriedade, será ela transferida, desde que satisfeitas as imposições prenunciadas pela norma, tais como: prazo, posse ininterrupta, pacífica, a decorrer na perda da propriedade pelo proprietário desinteressado que largou o imóvel ou não deu a ele a necessária atenção e disposição.

O prazo de aquisição do usucapião pode variar de 5, 10 ou 15 anos, a depender da espécie. O Código Civil de 2002 prevê o usucapião de bens imóveis nos artigos 1.238, 1.239, 1.240, 1.241, 1.242 e 1.243.

CC/2002: Artigo 1.238: Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis. Parágrafo único. O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se-á a dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo.

CC/2002: Artigo 1.239: Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

CC/2002: Artigo 1.240: Aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. § 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil. § 2º O direito previsto no parágrafo antecedente não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

CC/2002: Artigo 1.240-A: Aquele que exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou excompanheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou

---

<sup>589</sup> BRASIL, 2002.

rural. (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011) § 1º O direito previsto no caput não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez. § 2º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011)

CC/2002: Artigo 1.241: Poderá o possuidor requerer ao juiz seja declarada adquirida, mediante usucapião, a propriedade imóvel. Parágrafo único. A declaração obtida na forma deste artigo constituirá título hábil para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

CC/2002: Artigo 1.242: Adquire também a propriedade do imóvel aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por dez anos. Parágrafo único. Será de cinco anos o prazo previsto neste artigo se o imóvel houver sido adquirido, onerosamente, com base no registro constante do respectivo cartório, cancelada posteriormente, desde que os possuidores nele tiverem estabelecido a sua moradia, ou realizado investimentos de interesse social e econômico.

CC/2002: Artigo 1.243: O possuidor pode, para o fim de contar o tempo exigido pelos artigos antecedentes, acrescentar à sua posse a dos seus antecessores (art. 1.207), contanto que todas sejam contínuas, pacíficas e, nos casos do art. 1.242, com justo título e de boa-fé<sup>590</sup>.

O Código Civil 2002, de igual maneira revolucionou ao conceder a aquisição da propriedade como corolário da *posse-trabalho*, categoria de desapropriação judicial, caso em que relevante número de possuidores reivindicam a aquisição de vasta área possuída por mais de cinco anos, mas com a condição de estarem a efetuar obras e serviços avaliados pelo magistrado de interesse social e relevante pelo aspecto econômico. Nesse caso o juiz fixará a indenização a ser paga ao proprietário.

O Código Civil 2002, consolida a arrecadação dos imóveis urbanos e rurais abandonados, ou seja, os desocupados até mesmo por possuidores. O Código Civil prevê em seu artigo 1276 ser arrecadado o imóvel rural e em seguida transferido para a União após 3 anos, independentemente de seu local

Art. 1.276. O imóvel urbano que o proprietário abandonar, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, e que se não encontrar na posse de outrem, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, três anos depois, à propriedade do Município ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições. § 1º O imóvel situado na zona rural, abandonado nas mesmas circunstâncias, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, três anos depois, à propriedade da União, onde quer que ele se localize. § 2º Presumir-se-á de modo absoluto a intenção a que se refere este artigo, quando, cessados os atos de posse, deixar o proprietário de satisfazer os ônus fiscais<sup>591</sup>.

Fica claro estar o Código Civil 2002, a prestigiar a função socioambiental da propriedade, ao consolidar a perda da propriedade de imóvel abandonado, isto é, sem

---

<sup>590</sup> BRASIL, 2002.

<sup>591</sup> BRASIL, 2002.

posse, sem destinação econômica, a ser ele arrecadado no lapso de três anos, período curto, pelo Distrito Federal, municípios ou União.

Mas a legislação socioambiental no Brasil ainda não possui perfil ousado diante da gravidade da destruição das florestas e da não implantação de qualquer recurso que colabore com a recuperação da devastação.

Outra forma de implantar Corredores Ecológicos, agora em terras produtivas, é a introdução do rótulo verde ou ecológico como forma de referência e recomendação aos consumidores sobre produtos elaborados em propriedades direcionadas à diminuição dos impactos ambientais negativos. Estar-se-ia assim auferindo-se a qualidade ambiental de um produto, a incentivar sua produção de forma ecologicamente sustentável<sup>592</sup>.

---

<sup>592</sup> SILVA, 2002, p. 176-177.

## 5 CORREDORES ECOLÓGICOS

### 5.1 Ambiente

O sentido de ambiente para fins de proteção é extenso, a incorporar bens corporais e culturais com valor juridicamente protegido, como o ser humano, o ar, solo, fauna, flora, belezas naturais e artificiais, o patrimônio histórico, paisagístico, turístico, arqueológico e monumental. O “meio ambiente” humano é a reunião das conjunturas naturais, sociais e culturais em que vive o ser humano, aptas a agir em sua existência, para que seja possível ter vida digna e sadia qualidade de vida<sup>593</sup>.

Qualidade de vida, em conformidade com o previsto no artigo 225 da Constituição Federal 1988, é expressão imprecisa, não muito fácil de limitar<sup>594</sup>. Dá a entender o legislador constitucional tratar-se de situações a possibilitar o desenvolvimento pleno do ser humano e talvez até com uma perspectiva mais audaciosa, de estar a falar da vida como um todo, não somente da humana. De qualquer forma, está expressa a ideia de não serem infinitos os recursos ambientais, devendo o ambiente ser tutelado<sup>595</sup>.

A tutela do ambiente, todavia, sempre terá caráter antropocêntrico. Seu escopo, de forma indireta, é manter a continuidade física dos integrantes de uma comunidade desta e de futuras gerações<sup>596</sup>. Daí ser fundamental o direito do ambiente.

O fundamental Direito ao Ambiente é Direito do Homem. Por isso deve ser reconsiderado o papel do indivíduo dentro da comunidade, em razão da consciencialização dos cidadãos do modo participativo na salvaguarda da natureza. E dignidade da pessoa humana é alicerce dos direitos humanos, a reclamar adequação e aperfeiçoamento<sup>597</sup>. Daí não se poder mais ver a propriedade da mesma forma como encarada nos séculos XVIII, XIX, XX e mesmo no XXI.

Quando se fala de direito humanos pensa-se em primeiro lugar em um sentido de realização desses direitos pelo Estado, ou seja, investigar o papel do ente público

---

<sup>593</sup> SIRVINSKAS, 2013, p. 89.

<sup>594</sup> CANOTILHO; LEITE, 2008, p. 108.

<sup>595</sup> Ibid., p. 109.

<sup>596</sup> GOMES, 2010, p. 25.

<sup>597</sup> SILVA, 2002, p. 20-21

estatal para angariar o máximo de eficácia. Isso concretiza-se tanto pelo âmbito legislativo como numa ação executiva do Estado.

Ademais há a questão jurisdicional em uma dimensão estendida quando se está diante dos direitos de terceira geração, a reunir as iniciativas tanto do poder público (prática jurídica comprometida), e a comprometer todos os operadores jurídicos, e, principalmente, possibilitar cada vez mais o exercício do direito ao ambiente pelos cidadãos<sup>598</sup>. O valor essencial do ser humano (a somatória do entendimento do ser humano pelo aspecto biológico com os seus valores morais) não pode sofrer dicotomia, sob pena de transformá-lo em um objeto de direito<sup>599</sup>. Talvez seja o caso de alargar o sentido de sujeito moral, mas nunca reduzi-lo quando tratar-se de ser humano.

E antropocentrismo não implica numa visão puramente utilitarista. Não é exato resumir o antropocentrismo a uma mera visão unidimensional de utilidade. A natureza é protegida para atender, por um lado, as insuficiências do homem, é certo, mas como direito fundamental de terceira geração fala-se hoje de um antropocentrismo engrandecido, numa ótica de solidariedade intergeracional, como previsto até no artigo 66, 2, d, da Constituição Portuguesa<sup>600</sup>, sem necessidade de atribuir à natureza valor autoreferencial:

Artigo 66.º - (Ambiente e qualidade de vida) 1. Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender. 2. Incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo a iniciativas populares: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar o espaço territorial de forma a construir paisagens biologicamente equilibradas; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica. 3. O cidadão ameaçado ou lesado no direito previsto no n.º 1 pode pedir, nos termos da lei, a cessação das causas de violação e a respectiva indemnização. 4. O Estado deve promover a melhoria progressiva e acelerada da qualidade de vida de todos os portugueses.

A questão não é conceder à criação valores inerentes ou conferir-lhe uma ética antropocentrífuga<sup>601</sup>, mas de construir uma ética moral e numa gênese humana

<sup>598</sup> MORAIS; SANTIN, 2010, p. 435-436.

<sup>599</sup> RABENHORST, 2010, p. 33.

<sup>600</sup> GOMES, 2010, p. 22.

<sup>601</sup> RABENHORST, 2010, p. 36.

fraterna, voltada para o presente e futuro. Aqui está a dificuldade, fazer o homem olhar para os lados, além dos seus incontáveis direitos (o problema do homem moderno é, além disso, sua dificuldade em aceitar uma autoridade moral. Chega ao ridículo de transformar seus próprios objetivos em regra de moral<sup>602</sup>.

Busca-se na era ecológica a edificação de princípios ético-jurídicos para realização da dignidade humana e consequente concretização dos direitos dos indivíduos numa configuração histórica ambiental.

## 5.2 Mata Atlântica

A expressão Mata Atlântica é utilizada desde o descobrimento do Brasil, no final do século XV<sup>603</sup>.

Esta localizada na área dos trópicos, nas planícies de praticamente toda a costa brasileira e escarpas de montanhas. É a segunda maior floresta neotropical do planeta. Era uma abundante floresta, a mais antiga do Brasil, com cerca de 70.000.000 de anos<sup>604</sup>, que encantava os primeiros navegadores portugueses e recobria toda a costa litorânea do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul. Seu comprimento seria pouco superior a 3.000 quilômetros. Em quilômetros quadrados sua dimensão ultrapassava 1.300.000 ou 15% do território brasileiro. Hoje esse importante bioma está reduzido a 100.000 quilômetros quadrados<sup>605</sup>.

Possui alguma afinidade com a Floresta Amazônica e Matas de Planalto, com diversas espécies comuns a duas ou até três formações. Entrementes, cada uma das formações desenvolveram-se especiações em razão do clima, condições específicas do solo, a formar na Mata Atlântica hierarquia específica<sup>606</sup>.

O órgão competente para delimitar o bioma Mata Atlântica é o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entidade com prestígio científico e com a missão de demarcar o patrimônio nacional<sup>607</sup>. Sendo assim os institutos oficiais dos municípios e estados não poderão reduzir as delimitações desse bioma.

---

<sup>602</sup> HAFFERT, 2012. p. 123.

<sup>603</sup> MILARÉ, 2013, p. 1288.

<sup>604</sup> FRUEHAUF, 2000, p. 29.

<sup>605</sup> MILARÉ, 2013, p. 1288.

<sup>606</sup> LEITÃO FILHO, p. 41-46.

<sup>607</sup> Ibid., p. 41-46.

As florestas do bioma Mata Atlântica não apresentam formação homogênea. Há diversos ecossistemas ricos pela sua biodiversidade<sup>608</sup>. A temperatura, a frequência das chuvas, a proximidade com o Oceano Atlântico, a composição do solo e a altitude definem as variações da vegetação, os quais instauram os diversos ecossistemas existentes. Esses ecossistemas recebem designações como Floresta Ombrólia Densa, Floresta de Araucária ou Ombrólia Mista, Campos de Altitude, Manguezais e Restingas, encontrados na Serra do Mar e Geral, nas planícies costeiras e nos vales dos rios que descem do planalto. Curiosamente, na região norte do Estado de Santa Catarina verificam-se todos esses tipos de ecossistemas.

Não obstante a devastação, a Mata Atlântica apresenta alta taxa de biodiversidade, se comparadas a outras florestas do mundo. Apenas como exemplo cerca de metade dos anfíbios brasileiros encontra-se na Mata Atlântica. Na lista de animais em risco de extinção, 16 espécies de anfíbios foram catalogados e uma espécie de perereca já desapareceu. No que refere-se aos quelônios e jacarés, estão relacionados 36 espécies de jabutis e tartarugas (11% da fauna mundial) e seis de jacarés (25% das espécies conhecidas). Ao total são cadastrados mais de 700 espécies de répteis, o equivalente a 8% da fauna mundial de répteis e faz com que o Brasil ocupe o quinto posto com maior diversidade para essa classe animal. Chama a atenção ser endêmica um terço da fauna brasileira e a maior variedade de répteis é encontrada na Amazônia, na Mata Atlântica e no Cerrado. Vinte espécies de répteis encontram-se ameaçados de extinção<sup>609</sup>.

O bioma apresenta ainda árvores com até 60 metros de altura. A média de altura das árvores é de 20 a 30 metros. São elas berçários de bromélias, orquídeas, cipós e gavinhas. O piso da floresta é preservado pelas folhas e vegetais que precipitam-se das árvores e alimentam animais e insetos e sobremaneira para os fungos, os maiores responsáveis pelo processo de decomposição da floresta. Verificam-se ainda quantidade acentuada de vertebrados, dentre aves, anfíbios, répteis e mamíferos<sup>610</sup>.

A qualidade ambiental desses ecossistemas está acentuadamente comprometida pelas ações impactantes do ser humano, desenvolvidas há séculos.

---

<sup>608</sup> MILARÉ, 2013, p. 1288.

<sup>609</sup> MARTINS; SANO, 2009, p. 57.

<sup>610</sup> MILARÉ, 2013, p. 1208-1209.



Somente não é maior em razão de áreas inóspitas das regiões serranas, principalmente na região sudeste do Brasil<sup>611</sup>.

A Mata Atlântica já presenciou diversos ciclos que sinalaram o desenvolvimento da economia do Brasil, como a cana-de-açúcar, o ouro, o café e atualmente a agricultura mecanizada, bem como a industrialização e o comércio imobiliário. Essa acentuada passagem para o desenvolvimento importou na degradação expressiva desse conjunto de ecossistemas, a reduzir de forma temerária a cobertura florestal<sup>612</sup>. Também contribuiu sobremaneira para essa preocupante realidade a retirada de madeira para a construção civil, para a fabricação de móveis, lenha para carvão, formação de pastagens, queimadas, abertura de estradas de rodagem, ferrovias e extrativismo de produtos florestais não-madeiráveis.

O extrativismo é a maior ameaça ao Bioma Mata Atlântica. Iniciou-se com a exploração do pau-brasil e intensificou-se para outros tipos de madeira, ao palmito, ao xaxim e diversos outros recursos naturais. Os costumeiros incêndios florestais na época da seca, a mudança de áreas de mata por pasto, além da destruição da mata para a implantação de grandes plantações de trigo, soja e algodão prejudicam de forma alarmante a cobertura vegetal desse bioma<sup>613</sup>.

Para contrabalançar essa devastação dever-se-ia executar estratégia integrada de implementação de uma rede de paisagens sustentáveis pela Mata Atlântica, a seguir cinco linhas básicas: em primeiro lugar planejar as ações de conservação com supedâneo nas fronteiras naturais, ao invés de fazer isso por meio das divisas dos Estados ou Municípios. O segundo passo é a busca pela ampla cooperação entre agências governamentais e quaisquer outras entidades para criação de parcerias, a esboçar dessa maneira o perfil e a implementação de paisagens sustentáveis. O terceiro estágio é justamente o cerne deste trabalho, a implantação de grandes Corredores de Biodiversidade a abarcar extensas áreas protegidas. Em quarto lugar recuperar as florestas de galeria para possibilitar a ligação entre os fragmentos florestais como forma de possibilitar que os recursos hídricos e já comprometidos sejam mantidos na região. Por último efetivar redes de paisagens

---

<sup>611</sup> SILVA, 2007, p. 57.

<sup>612</sup> SILVA, 2013, p. 55.

<sup>613</sup> FRUEHAUF, 2000, p. 15.

sustentáveis com o escopo de aperfeiçoar as características biológicas, sociais e econômicas<sup>614</sup>.

A Mata Atlântica beneficia milhões de pessoas. Seu auxílio consiste basicamente em controlar o clima, umidade, temperatura, chuvas, garantir a fertilidade do solo e proteger as ribanceiras e penhascos. No meio urbano sua relevância é primordial. Cita-se como exemplo a Cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia.

O verde possui extrema importância nessa cidade que foi a primeira capital do Brasil, principalmente por existir área de floresta no seu perímetro. Fauna e flora ainda contrastam com a realidade urbana, responsável pela fragmentação das poucas áreas de Mata Atlântica, manguezais e restingas. As árvores são de grande e médio portes, a constituir floresta densa com muita sombra e umidade, além de contribuir para a beleza urbana<sup>615</sup>. Infelizmente essa cidade é a capital mais suja do país, o que, juntamente com a especulação imobiliária, compromete cada vez mais os ecossistemas existentes.

A capital baiana e entorno também abrigam indígenas e comunidades de caiçaras. Ressalta-se, entretanto, que os indígenas, durante toda a história do país e ainda hoje, muitas vezes contribuem para a devastação da floresta, vendendo ilegalmente madeira para as madeireiras clandestinas. Os índios, ao contrário do que se imagina, e até antes da colonização branca europeia, sempre tiveram o costume de devastar grandes áreas de floresta até para facilitar o cerco de animais durante a caça<sup>616</sup>.

### 5.3 Fragmentação

Não há novidade na afirmação de que o ser humano possui grande capacidade para alterar qualquer ambiente na face da Terra. É até difícil precisar há quantos séculos atividades de impacto ao ambiente estão sendo perpetradas em praticamente todos os continentes. As florestas são sempre as grandes vítimas. A madeira é útil para o carvão, para a fabricação de móveis, desmatam-se grandes áreas para a agricultura e pastagem. Floresta é combustível, é alimento para o progresso humano.

---

<sup>614</sup> TABARELLI et al., 2005, p. 137.

<sup>615</sup> SILVA, 2013, p. 54.

<sup>616</sup> NARLOCH, 2011, p. 26.

É imprescindível abrir estradas de rodagem e ferrovias. Realizam-se queimadas. Inundam-se áreas de floresta virgem para formação de represas para o acionamento de hidroelétricas. A natureza serve ao homem. É bíblico<sup>617</sup>. É fato. É imutável. Restam de Mata Atlântica, como já dito, 7 milhões de hectares de cobertura vegetal, de um total de 100 milhões de hectares, ou seja, 7,84% da cobertura de floresta original.

Todas essas atividades causam fragmentação da floresta. Novas bordas florestais são geradas, a abalar as florestas remanescentes. A fragmentação e os efeitos de borda vinculados a esta (aumento de seca, invasão de espécies, exposição ao vento) podem sensibilizar área florestal 150 vezes maior do que a área desflorestada. A fragmentação florestal desguarnece as florestas remanescentes a níveis cada vez mais acentuados de interferência ao longo das bordas. Isso pode ocasionar um colapso de biomassa e ao acréscimo da mortalidade das árvores até uma distância de 100 metros da borda. A infiltração da luz pelo pálio fragmentado e o aumento dos restos de lenha podem favorecer incêndios. Cada metro de borda de um fragmento é um potencial caminho para o fogo espalhar-se. Daí o aumento de incêndios florestais em regiões que começam a desenvolver-se, em razão de existirem mais bordas susceptíveis ao fogo<sup>618</sup>.

O que também contribui para incêndios nos trópicos é a alteração da cobertura do solo em grandes ecossistemas com grande capacidade de queima. Cita-se como exemplo as pastagens, pois capim costuma ser inflamável. A ligação entre esses ecossistemas também acentua as possibilidades de combustão. Antes das fragmentações as florestas eram mais úmidas e por isso isentas de incêndios. Hoje, com o desenvolvimento urbano, os remanescentes florestais estão cada vez mais fragmentados, daí as queimadas<sup>619</sup>.

Nesses 7,84% ainda encontra-se altíssima diversidade biológica, mal conhecida e ainda ameaçada, com acentuado número de endemismos. É uma das 18 regiões do planeta prioritárias para manutenção de plantas vasculares. Essas regiões englobam tão somente 0,5% da superfície firme do planeta, mas com um total de 20%

---

<sup>617</sup> BÍBLIA SAGRADA, Livro de Gênesis, 1: 10, p. 6.

<sup>618</sup> ZARIN et al., 2005, p. 393.

<sup>619</sup> Ibid., p. 394.

do número final de espécies endêmicas<sup>620</sup>. A Mata Atlântica sugere diferentes centros de endemismo, inclusive para as espécies de peixes e répteis<sup>621</sup>.

Esse bioma é invariavelmente tido como um das áreas de biodiversidade mais importantes do mundo. E por isso é uma das prioridades mundiais para preservação e prestação de serviços ecológicos como armazenamento de água, contenção de erosão e ciclagem de minerais. É um rico acervo biológico, cultural, ecológico do Brasil, mas ainda a ser destruído, mesmo protegido pela Constituição Federal<sup>622</sup>.

Considera-se área de prioridade de conservação biológica, como forma de contrabalançar os desaparecimentos de habitat, a acentuada fragmentação, os significativos índices de conversão de habitat natural e as agressões consumadas por exploração agrícola e extração florestal. A falta de preocupação com as florestas também decorre de uma deficitária regularização fundiária, pois se o posseiro não possui certeza de ser o dono da terra, não terá maiores preocupações com o ambiente<sup>623</sup>.

A fragmentação ocorreu de maneira diversa no bioma Mata Atlântica, como derrubada de florestas para formação de roças, retirada de lenha e madeira de lei, como para implantação da cultura da cana-de-açúcar, que marcou época no Brasil. A expansão da cultura do café nos estados do sudeste também contribuiu em demasia para a derrubada da mata. Com o declínio do plantio do café, as áreas antes destinadas a essa cultura cederam espaço para pastos.

A fragmentação de biodiversidade da Mata Atlântica não é fruto da maldade humana, como muitos ambientalistas costumam insinuar. A população humana cresce, bem como suas atividades, e derrubar matas passa a ser prioritário. E crescimento da ocupação humana implica em destruir habitats. Essas duas realidades andam de mãos dadas. Não havia como evitar isso no passado e assim, infelizmente, desperdiçou-se o potencial de muitas espécies animais e vegetais que desapareceram em patamares local, regional e global e jogou-se fora enorme patrimônio herdado de nossos ancestrais.

---

<sup>620</sup> TONHASCA, 2005, p. 139.

<sup>621</sup> Ibid., p. 140.

<sup>622</sup> Ibid.

<sup>623</sup> DITT, 2002, p. 29.

São incertos os apontamentos sobre a fauna da Mata Atlântica, mais difíceis do que a flora. O que realmente afeta a fauna desse bioma é a desintegração dos habitats naturais, que diminuíram as áreas de distribuição de grande parte das espécies. Hoje há muitas populações separadas e um grande número de endemismos de fauna e espécies em comum com a da Floresta Amazônica, bem como com outras regiões neotropicais, a visualizar assim extensos caminhos de migração. Ainda é um bioma rico em diversidade biológica e com um número não muito acentuado de espécies integralmente extintas. Todavia, as populações restantes estão a ser representadas por número reduzido de indivíduos<sup>624</sup>. É o preço que a civilização paga para manter-se.

Com tantas agressões, até necessárias, como já dito, mas irreversíveis, estuda-se hoje tornar transitável as populações entre as ilhas, como forma de reduzir os prejuízos à genética, tornando possível manter populações de espécies da fauna e flora nos fragmentos. A biotecnologia pode auxiliar para tal intento, por exemplo, com método *ex situ* para conservação de espécies arbóreas<sup>625</sup>. Essa nova ciência tem evidenciado quão inestimável é o potencial dos genomas encerrados nas inúmeras espécies selvagens da Mata Atlântica. A biotecnologia pode contribuir para adoção de meios mais objetivos de proteção da fauna e também por meio do reconhecimento de espécies vegetais de valor alimentar e medicinal, que outrora faziam parte da agricultura indígena, mas esquecidas em razão dos desmatamentos na Mata Atlântica. Dá-se como exemplo a araruta, fruto utilizado pelos Pataxós na alimentação infantil e hoje praticamente inexistente nesse bioma<sup>626</sup>.

Entretanto, como socorro imediato, a alternativa mais exequível para conter o avanço dos desflorestamentos e recuperar em parte o que já foi perdido é o corredor ecológico, além de preservar a fauna e flora nesses habitats, permite a sua recuperação, a também possibilitar a presença humana em harmonia com a conservação da biodiversidade.

Os fragmentos são como ilhas de florestas remanescentes, rodeadas por cidades, pastagens, plantações, grandes edificações, como hidroelétricas. Ilhas cada vez menores e mais distantes umas das outras. E quanto menor é o tamanho da

---

<sup>624</sup> ADAMS, 2000, p. 87.

<sup>625</sup> CORTESÃO, 1991, p. 148

<sup>626</sup> EMBRAPA, 2000, p. 99.

fragmentação, quanto maior estiver distante de outra área florestada, maior a dificuldade de reprodução das espécies.

A fragmentação pode gerar consequências mais ou menos incisivas. Seus efeitos serão mais fortes de acordo com alguns aspectos, como a paisagem envolvida, tipo de organismo exposto, e o envolvimento do homem na área fragmentada. A situação já desastrosa da Mata Atlântica tende a aumentar em razão da crescente fragmentação e da diminuição das dimensões desses fragmentos remanescentes. A fragmentação normalmente provoca o efeito de borda (ventos, incêndios florestais, alta iluminação, entrada de espécies invasoras, a sufocar os fragmentos, até alcançar o ponto de comprometer a diversidade e a heterogeneidade; a corrupção genética das espécies de fauna e de flora em razão da descontinuação do fluxo gênico (ausência dos corredores ecológicos), a perda da fauna responsável pela polinização de certas espécies da flora com incumbência de polinizar algumas espécies da flora característica do bioma, com o consequente desaparecimento dessas espécies florísticas. Um dos exemplos típicos e muito usados para expressar a preocupação com a extinção de animais na Mata Atlântica é a onça pintada, a ocupar o topo da cadeia alimentar desse bioma. O animal está em risco máximo de extinção, a existir hoje menos de duzentos e cinquenta animais na fase adulta na área de cobertura da Mata Atlântica brasileira. Isso significa a redução de 80% dos indivíduos num período de 15 anos. Se esse animal desaparecer, provocará grande mudança no equilíbrio ambiental, a começar pelo aumento significativo de animais herbívoros sem um predador natural, a comprometer até o próprio bioma. É fácil concluir ser importantíssimo recuperar e proteger as áreas remanescentes não apenas para a sobrevivência do bioma, para imprescindível para garantir um ambiente equilibrado, a dignidade humana de viver com qualidade de vida e a própria sobrevivência do ser humano. Para isso é preciso colocar em prática o que determina a Constituição Federal de 1988<sup>627</sup>.

A dissipação de diversidade em fragmentos ocorre basicamente de duas maneiras:

A primeira e mais fácil de perceber é a perda de espécies pela redução da área. As espécies que habitavam exclusivamente a extensão desflorestada não estarão presentes nas remanescentes. Em poucas décadas podem ser extintos, caso

---

<sup>627</sup> GAIO, 2014, p. 44.

nada seja feito para salvá-los, para assegurar sua conservação. São eles o miquilado-norte (*Brachyteles hypoxanthus*) e macaco-prego-do-peito-amarelo (*Cebus xanthosternus*), primatas a ocupar tão somente a Mata Atlântica; a saía-apunhalada (*Nemosiarourel*) e o bigodudo-baiano (*Merulaxis stresemanni*), duas aves, a primeira da Mata Atlântica da Bahia e a outra do Espírito Santo; a perereca (*Scinax alcatraz*) e a jararaca-de-alcatrazes (*Bothrops alcatraz*), as duas são endêmicas do arquipélago de Alcatrazes, no litoral do Estado de São Paulo; a borboleta *Eurytides iphitose* e a libélula *Mecistogaster pronoti*, também da Mata Atlântica<sup>628</sup>.

A segunda não é tão fácil de perceber e exige mais tempo para concretizar-se. As populações existentes em um certo fragmento não prosseguirão como tal ao longo do tempo, mesmo que o ambiente não seja mais afetado. Uma população diminuta, circunscrita a um fragmento isolado pode ficar sujeita aos efeitos nefastos da aleatoriedade genética e demográfica, ou seja, gerar filhotes do mesmo sexo<sup>629</sup>, o que, por óbvio, impossibilita a procriação.

Fragmentos diminutos também podem acarretar a morte de animais em razão da escassez de alimento, provocada, por exemplo, por uma forte seca durante um ou mais anos. No momento presente há a preocupação para precisar, delinear e prognosticar populações mínimas viáveis pela chamada biologia da conservação. Para tanto deve ser ponderado o tamanho mínimo populacional de uma espécie, a possibilitar sua sobrevivência em um período de tempo. Há critérios ligeiramente díspares para fixar a população mínima possível para uma área em um determinado lapso. A população mínima viável é fixada é a menor população isolada com viabilidade de continuar a existir por cem anos, não obstante as consequências da aleatoriedade demográfica (predação, competição e doenças), aleatoriedade genética (perda da variabilidade genética em razão da deriva genética, endocruzamentos, efeito do fundador) e desastres naturais (secas, queimadas e enchentes)<sup>630</sup>.

Em razão dessas aleatoriedades não é difícil concluir poder ser a Mata Atlântica destruída por completo nas próximas décadas.

<sup>628</sup> ALMANAQUE ABRIL SOCIOAMBIENTAL, 2008, p. 248

<sup>629</sup> NATUREZA E CONSERVAÇÃO, 2003, p. 63.

<sup>630</sup> MORSELLO, 2001, p. 84

## 5.4 Consequências e efeitos da fragmentação florestal

Dentro do cenário da conservação biológica, define-se fragmentação florestal como separação ou desligamento não natural de áreas extensas e naturais em fragmentos espacialmente desunidos, produzidos por ação antrópica ou naturais, a ocasionar a diminuição dos tipos de habitat e o fracionamento dos habitats remanescentes em unidades menores e isolados, a reduzir dessa maneira o fluxo de animais, pólen e sementes, e a fazer com essas partes contraiam condições ambientais diferenciadas.

Após a ocorrência da fragmentação os remanescentes florestais podem sofrer transformações em razão de inúmeros fatores. Citam-se a forma, o tamanho, a característica da vizinhança, o efeito da borda e a amplitude do isolamento<sup>631</sup>. Essas alterações modificam a sustentação da floresta, afetando a ação das interações entre as espécies da fauna e flora. A forma dos remanescentes florestais indigita a fração de suas áreas que estão sob o efeito da borda. Se o fragmento for arredondado, a borda interior é baixa, enquanto nos fragmentos alongados, com idêntica área, é alta<sup>632</sup>.

O efeito da borda é o resultado de dois ecossistemas confinantes, fendidos por uma transição abrupta (borda). Estão inseridos nos seus efeitos os ventos, a instabilidade na temperatura, penetração lateral de luz e diminuição da humidade<sup>633</sup>. Um bom exemplo são as matas naturais e pastagem plantada. Um quadro desse acarreta mudanças na comunidade vegetal, entre elas o encolhimento do arrolamento de árvores, como resultado de mudanças na chuva de sementes, dessecação de habitats em razão do aumento de temperatura e redução das taxas de umidade do ar, bem como modificações no déficit da pressão do vapor (VPD) e, como já dito acima, na proporção luminosa que altera-se entre a borda e o interior dos fragmentos florestais<sup>634</sup>.

Essas modificações acarretam transformações drásticas nas condições miniclimáticas e até alterações climáticas globais e regionais, a incluir consequências mais localizadas da caça e alteração de habitat sobre os polinizadores e os

---

<sup>631</sup> DITT, 2002, p. 39.

<sup>632</sup> Ibid., p. 40.

<sup>633</sup> Ibid., p. 40.

<sup>634</sup> Ibid., p. 39.



dispersores de sementes<sup>635</sup>, a provocar estragos nas árvores e plântulas adjacentes das bordas, bem como na diversidade das espécies a partir da borda. Também ocorre mortalidade de árvores adultas em razão da quebra do tronco ou desenraizamento na borda dos fragmentos. De igual maneira compromete o recrutamento de árvores em razão das modificações na chuva de sementes e ainda competição com lianas, plantas trepadeira e ruderais. Esses processos a atuar de forma conjugada podem provocar a extinção local e até regional de espécies de árvores<sup>636</sup>, a atrapalhar e até impossibilitar a conservação de populações da fauna ligadas a esses fragmentos.

Com o passar do tempo essas influências diminuem em razão do aparecimento de uma vegetação tampão nas cercanias do fragmento, a qual, inclusive, pode ser comercializada, a permitir a regeneração natural próximo ao fragmento, reduzindo a mortandade de árvores, bem como sua expansão, na hipótese de não mais ocorrerem ingerências externas<sup>637</sup>. O tipo de vegetação que expande-se nas cercanias dos fragmentos, a citar as agroflorestas, pastagem ou distintas monoculturas, definirá a capacidade de vedação oriunda dos fragmentos. Os sistemas agroflorestais, por exemplo, podem realizar papel de zonas tampão a proteger os fragmentos florestais ao criarem um ambiente limítrofe ao seu redor<sup>638</sup>.

A extensão do fragmento estabelecerá a quantidade e a composição das espécies que irão manter-se em seguida ao período de isolamento, a ocasionar a redução ou até perda das espécies sensíveis e crescimento das espécies generalistas e a contração da biodiversidade, tanto local como regional. A intensidade do efeito da borda pode ser medida em conformidade com os espaços atingidos no interior de um fragmento.

Fragmentos com dimensão inferior a 100 hectares e inseridos em matrizes dominadas por ações antrópicas podem apresentar erosão acentuada da biodiversidade (fauna e flora), ocasionando o fim de algumas espécies por perda do habitat. O contorno comporá a forma do fragmento. Quanto mais circular ou arredondado for, maior será a sua área interna, ou seja, a referência perímetro versus área é menor, em razão da menor exposição do fragmento (menor borda) e, por conseguinte, uma menor parte da floresta padecerá os danos do efeito de borda. As

---

<sup>635</sup> ZARIN, 2005, p. 392.

<sup>636</sup> AGOSTINHO; THOMAZ; GOMES, 2005, p. 184.

<sup>637</sup> Ibid., p. 184.

<sup>638</sup> DIEGUES; VIANNA, 1999, p. 45.

características das imediações do fragmento (uso e ocupação do solo) estabelece a matriz circundante. Essa matriz existente nas cercanias do fragmento normalmente atua como filtro seletivo aos deslocamentos das espécies através da paisagem<sup>639</sup>.

O tipo de vegetação preponderante na matriz estabelecerá a permeabilidade para os deslocamentos dos indivíduos. A fase de isolamento será estabelecida pela capacidade da fauna em usar a matriz como habitats alterados que cercam os fragmentos, reduzindo a vulnerabilidade em paisagens fragmentadas. Haverá sucesso ínfimo se as iniciativas de conservação focalizarem tão somente o fragmento florestal e desconsiderarem a matriz circundante, pois a conservação do fragmento e, por consequência, das espécies da flora e da fauna ligadas a ele, sujeita-se às relações estabelecidas entre o fragmento e a matriz circundante e não de um e outro isoladamente. A forma do fragmento possui importância capital nos estudos dos efeitos de borda, uma vez que os fragmentos mais cumpridos apresentarão núcleos menores e com grande probabilidade maior será a área influenciada pelo efeito da borda. Ao contrário, os fragmentos com formato esférico com maior probabilidade mostrar-se-ão com área menor influenciada pelos referidos efeitos e com uma maior área de núcleo. O espaço entre fragmentos é outro fator a reduzir as alternativas de dispersão e migração da fauna e da flora. A dispersão e recolonização nos fragmentos submetem-se à distância entre eles, aliado ao efeito barreira ocasionado pela matriz circundante antrópica. Soma-se a isso a densidade dos corredores, a aptidão de dispersão de cada espécie e a quantidade de dispersores possíveis, estipulando-se dessa maneira a permeabilidade do habitat para a migração de indivíduos<sup>640</sup>.

## 5.5 A fragmentação da flora e da fauna

O agente mantenedor mais significativo para os animais é a vegetação. Ingerências na vegetação geram efeitos na fauna, em razão da diminuição, aumento e modificações de abrigo e alimentos<sup>641</sup>. Um exemplo marcante dá-se com a interação entre plantas e animais frugívoros que espalham as sementes, as quais são alteradas com resultados desvantajosos para ambos<sup>642</sup>.

---

<sup>639</sup> DITT, 2002, p. 49.

<sup>640</sup> Ibid., p. 49.

<sup>641</sup> BENSUNSAN, 2005, p. 28.

<sup>642</sup> VON MATTER et al., 2010, p. 498.

A extinção de espécies de árvores vulneráveis à fragmentação possibilitará o desaparecimento nos níveis tróficos superiores ou o aniquilamento em cascata, a possibilitar desequilíbrio instabilidade na cadeia alimentar entre os seres vivos. As mudanças diversificam-se de acordo com a biologia da espécie. As chamadas espécies generalistas mostram-se mais ajustadas aos ambientes fragmentados. E são elas concebidas como tolerantes, pois tendem a resistir nos fragmentos da floresta, ao contrário das espécies especialistas, que diminuem e até desaparecem em razão das alterações e reduções dos habitats<sup>643</sup>.

Os corredores ecológicos apresentam importante papel de possibilitar vias de intercâmbio e acelerar e aumentar a deslocação de indivíduos que estão de uma forma ou outra isolados e em busca de espaços de habitat mais promissor para a sua sobrevivência. Os corredores permitem o acréscimo da área de habitat para a fauna e com isso os laços entre a fauna e o habitat. O bom êxito dos corredores ecológicos está intimamente ligado à sua envergadura, embora outros fatores, de igual maneira, sejam importantes, como a área, a estrutura da vegetação, o efeito da borda, as consequências da ação do homem, inseticidas, espécies invasoras e a dinâmica das populações do corredor<sup>644</sup>.

Uma maneira eficiente de reduzir as consequências da fragmentação, até independente do seu tamanho, é reunir os fragmentos. A longo prazo essa união possibilita a deslocação da fauna entre os fragmentos de habitat, aumenta o tamanho e as possibilidades de sobrevivência das populações de diferentes espécies, possibilitando também a recolonização com populações de espécies reduzidas. Essa técnica auxilia na ligação genética entre fragmentos com populações reduzidas<sup>645</sup>.

Ressalta-se que organismos normalmente deslocam-se em paisagens fragmentadas, mesmo na ausência de um corredor ecológico sem interrupções entre fragmentos de floresta. Esses arquipélagos não estão completamente isolados se não estiverem muito distantes. Se a distância entre eles não for significativa, sempre haverá os chamados caminhos das pedras, vias de acesso. Paisagens naturais degradadas possibilitam, em graus diversos, o intercâmbio de seres. Esta situação é verificada em espécies de grande porte, a usar a paisagem numa escala espacial

---

<sup>643</sup> CLAUDINO-SALES, 2003, p. 34-36.

<sup>644</sup> BRITO, 2006, P. 116.

<sup>645</sup> BRASIL, 1997.

muito ampla, e (ou) espécies cujos indivíduos efetuam com frequência movimentos de longa distância<sup>646</sup>.

Mesmo com a existência de dúvidas sobre o resultado positivo da ação dos corredores ecológicos sobre a biodiversidade; apesar das possíveis consequências negativas causadas pela facilitação da dispersão de enfermidades existe a convicção das vantagens que justificam a delimitação e planejamento de corredores ecológicos<sup>647</sup>.

A preocupação com a propagação de doenças por meio dos Corredores Ecológicos não está presente somente no Brasil. Em Portugal esse desassossego também existe, principalmente quanto à importância da preservação das florestas de pinheiros. Essas matas ocupam aproximadamente 35 % do território nacional, dos quais 23 % equivalem ao pinheiro bravo, a implicar em inquestionável valor socioeconômico. Para além da floresta portuguesa ser predominantemente formada por espécies de pinheiro indígenas (*P. pinaster*, *P. pinea* e *P. sylvestris*), sabe-se que os povoamentos de coníferas encerram biodiversidade significativa de animais, desde invertebrados a répteis, anfíbios, aves e mamíferos. É de suma importância adotar na criação de corredores ecológicos medidas fitossanitárias para possibilitar gestão sustentável da floresta assim como uma atuação mais eficaz no combate às doenças, tanto para conservar os pinhais como as espécies que dele sobrevivem<sup>648</sup>.

## 5.6 Fragmentos florestais e conectividade

As características das vizinhanças podem, de maneira negativa, influir a dinâmica e os processos de sucessão dos fragmentos florestais, em razão das práticas ou mesmo cultura local, como caça, pesca, queimadas, agricultura depredatória, extrativismo.

É corriqueiro no Brasil grandes áreas rurais serem destinadas à pastagem. Mas a vizinhança do tipo pastagem apresenta alguns benefícios quando usada na fixação de estratégias de restabelecimento da mata, pois oferecem menos resistência e obstáculos para a implementação de corredores ecológicos, mesmo quando o solo está há anos sendo usado ininterruptamente para a pecuária. Há como conciliar, por

---

<sup>646</sup> FERNANDEZ, 2008, p. 331.

<sup>647</sup> PEREIRA, 2010, p. 16.

<sup>648</sup> GONÇALVES, 2013, p. 3

meio da conscientização de pecuaristas, a produção de carne e a conservação do ambiente.

Para tanto é preciso informar o pecuarista quanto ao manejo inadequado das pastagens. São elas queimadas, normalmente na primavera, para propiciar brotação nova e macia para o gado. A longo prazo esse costume diminui significativamente a produtividade das pastagens, além de afrontar a legislação ambiental.

Conscientizar é incentivar novas maneiras de usar o pasto nativo sem o uso do fogo, como a adoção de cercas elétricas para a divisão de poteiros<sup>649</sup>. E a longo prazo essas cercas eletrificadas seriam substituídas por micro corredores ecológicos, os quais, de forma natural repartiriam os prados, além de contribuir para a diminuição de eventuais erosões por servirem de barreiras para o vento e água das chuvas.

Outra forma de implementação de corredores ecológicos é por meio das matas ciliares, vegetação que cresce às margens de um rio e ao longo delas<sup>650</sup>. As APP ao longo dos cursos d'água formam corredores de formação marginal. A importância desses corredores está no restabelecimento do fluxo genético e na preservação da biota local. Reconstituir o fluxo gênico implica em manejar de forma intensiva, principalmente no que tange à fauna, as subpopulações nelas existentes, como se tratasse de tão somente uma única população, de acordo com a definição de metapopulação<sup>651</sup>.

Essa conservação é otimizada se a mata ciliar estiver em uma unidade de conservação ou perto de fragmentos florestais. O que prejudica em demasia a recuperação de áreas degradadas é a ausência de investimento dos proprietários para a recuperação de pastagens degradadas. Para eles poderiam ser propostos termos de compromisso de compensação ambiental. Neles poder-se-ia mencionar a obrigação de adquirir áreas de interesse ambiental para futuras unidades de conservação, se forem preparados e instituídos projetos de regeneração ambiental, principalmente de mata ciliar, com o escopo de formar corredores entre os fragmentos já existentes<sup>652</sup>.

As áreas de preservação permanente das margens de cursos d'água e nascentes foram catalogadas e quantificadas em conformidade com o Código

---

<sup>649</sup> RICHTER, 1998, p. 23.

<sup>650</sup> ALMANAQUE BRASIL SOCIOAMBIENTAL, 2008, p. 537.

<sup>651</sup> CÂMARA, 1992, p. 106.

<sup>652</sup> MENDONÇA; BITENCOURT, 2004, p. 125.

Florestal Brasileiro e a Resolução CONAMA de número 303, de 2002. Essas extensões, uma vez agregadas às de preservação permanente, incorporam-se ao método de corredores ecológicos e, nessa nova feição de paisagem, a conexão dos fragmentos, além de somar as áreas florestadas, possibilita recuperar a mata ciliar e diminuir o grau de fragmentação, preservando-se assim o solo, bem como incrementando a biodiversidade, com o aumento do número de animais. Cita-se como exemplo, no oeste do Estado de Santa Catarina, sul do Brasil, o Rio Santa Cruz, o qual possui mata ciliar bem conservada e diversos corredores ecológicos a unir o rio a áreas de mata ao entorno do terreno amostral<sup>653</sup>.

Não obstante as pessoas estarem até razoavelmente bem informadas sobre a existência do bioma, sobre a biodiversidade e beleza, não há exatidão sobre sua relevância para a sobrevivência das cidades. As pessoas precisariam acreditar piamente dependerem as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte da Mata Atlântica para beber água e garantir chuvas na quantidade necessária para suas necessidades básicas<sup>654</sup>. O Bioma Mata Atlântica é muito mais complexo do que imagina-se e os Corredores Ecológicos precisam ser conhecidos das populações urbanas e rurais.

Na hipótese de considerar-se as APP de encosta, de topo de morro, e as de curso d'água, a conectividade do corredor chega a ser expressiva. A ligação dos fragmentos de mata nas APP, além de aumentar a área de cobertura vegetal no corredor, possibilita um maior encadeamento entre essas mesmas frações de mata. A APP em torno de morro é essencial na hipótese de Encosta Erosional como terrenos em relevo acentuado ondulado ou montanhoso a apresentar declividade superior a 30% com forma convexa ou plana, não exibindo agregação de material e passivo a perda de material estrutural dos solos, ocasionadas principalmente por força de erosão pluvial<sup>655</sup>.

O resultado é o aumento da dissipação da biodiversidade entre os fragmentos, a possibilitar o crescimento da população das espécies existentes. As áreas de vegetação florestal pouco alteradas tornam-se bancos de informação genéticas de biota nativa da região e podem ofertar material genético para assegurar o

---

<sup>653</sup> FAVRETTO; SANTOS, 2013, p. 105.

<sup>654</sup> ALMANAQUE BRASIL SOCIOAMBIENTAL, 2008, p. 159.

<sup>655</sup> FELIPE, 2006, p. 25.

repovoamento da fauna e maior reprodução da flora<sup>656</sup>. Essas metas formam corredores, os quais não somente repovoam as áreas deterioradas, conservando a biodiversidade, mas as interligam com outras já existentes.

Conectar fragmentos de um ecossistema original por meio de corredor ecológico possibilita minimizar os impactos da fragmentação das áreas naturais, sendo eles capazes de aumentar a biodiversidade<sup>657</sup>. De igual maneira é estratégia para a manutenção do fluxo gênico entre populações e da colonização de habitats por meio do estabelecimento de conectividades, interligando Unidades de Conservação, áreas protegidas e áreas de florestas<sup>658</sup>.

O conceito de fragmentação de habitat foi apresentado nos anos setenta, oriundo da Teoria do Equilíbrio da Biogeografia de Ilhas, idealizada em 1962 e 1963 por Preston e MacArthur & Wilson, respectivamente<sup>659</sup>. O isolamento pode ser avaliado pela distância dos fragmentos até um eventual corredor ou uma floresta contínua. As espécies estabelecidas em fragmentos isolados tornam-se dominantes, a reduzir a diversidade do habitat<sup>660</sup>. Por essa teoria, nos ambientes insulares, a variedade biológica seria deveras abalada pela imigração ou pela extinção. Com o aumento da distância entre as ilhas, as taxas de imigração se inclinariam para o zero, enquanto as taxas de extinção decresceriam, na proporção do aumento da área das ilhas. Alcança-se o equilíbrio da diversidade biológica no igualar das taxas de imigração e extinção, mas podendo produzir modificações na identidade de espécies presentes ao longo do tempo<sup>661</sup>.

Assim, a fragmentação dos ecossistemas da Mata Atlântica ocasionaria redução das áreas dos habitats, impactando de maneira prejudicial a extensão desses territórios e sua diversidade biológica. Por sua vez os isolamentos dos ecossistemas prejudicam o fluxo gênico entre os fragmentos, o que somente reduz a adaptabilidade e a densidade das espécies, principalmente aquelas mais expostas aos efeitos da fragmentação e, como consequência, o comprometimento da biodiversidade<sup>662</sup>.

---

<sup>656</sup> REVISTA DA AJURIS, 2005, p. 26.

<sup>657</sup> REINACH, 2010, p. 29.

<sup>658</sup> BRITO, 2006, p. 182.

<sup>659</sup> MORSELLO, 2001, p. 67.

<sup>660</sup> UNIVERSIDADE DE BRASILIA, 2003, p. 100.

<sup>661</sup> MORSELLO, 2001, p. 68.

<sup>662</sup> ARRUDA; SÁ, 2004, p. 74.

A teoria do equilíbrio tem inspirado de maneira significativa a biologia da conservação, o que somente coloca em relevo as unidades de conservação para estruturação dos corredores ecológicos.

Entre as maiores unidades de conservação da Mata Atlântica, embora não seja área de proteção integral a possibilitar o uso sustentado, a Área de Proteção Ambiental Duas Bocas - Mestre Álvaro, no Estado do Espírito Santo, é considerada um verdadeiro laboratório natural para o estudo, principalmente, de questões referentes à avifauna. Sua preservação é de grande importância. Os principais motivos são sua proximidade com a área metropolitana de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo grandes centros urbanos; por estar isolado de outros blocos florestais, o que por si só já provoca um cem número de consequências sobre a fauna; e a variedade de altitudes em um espaço relativamente reduzido. Esses fatores demonstram a relevância dessa área de preservação ambiental<sup>663</sup>. Nessa área da Mata Atlântica também foi denominado Mestre Alvaro o mais setentrional dos monadnocksda Costa do Espírito Santo. Trata-se de um maciço Gnássilco isolado, o qual, visto do oceano, para quem vem do norte, apresenta aspecto de um vulcão<sup>664</sup>.

Áreas como essa funcionam como unidade de conservação de proteção integral e podem auxiliar como oficina viva do ecossistema da Mata Atlântica, a possibilitar ainda realização de programas ecológicos, culturais, científicos e de ecoturismo. O maior desafio do corredor ecológico do Mestre Alvaro é conciliar o crescimento econômico de grandes áreas urbanas, no caso a Cidade de Vitória, estado do Espírito Santo, com a conservação ambiental, principalmente se for mencionado cursos d'água para abastecimento das cidades. Nunca é demais lembrar ser o ciclo hidrológico dominado pela cobertura vegetal, a influenciar de forma qualitativa e quantitativa o modelo pluviométrico e o percentual de infiltração do solo. Não se pode olvidar ainda, principalmente em áreas florestais, a compactação pelo uso de maquinário de colheita de troncos ou qualquer outro utilizado para a agricultura, os quais poderão alterar seriamente a eficiência de infiltração do solo e a hidrologia de bacias hidrográficas<sup>665</sup>.

Ressalta-se assim a importância das áreas de preservação permanente e corredores ecológicos para a perpetuação dos recursos naturais e defesa das funções

---

<sup>663</sup> PEIC, 2011.

<sup>664</sup> BORGES, 2003, p. 103.

<sup>665</sup> REVISTA ÁRVORE, 2003, P. 370.



desempenhadas por esses ecossistemas. A manutenção da vegetação das margens dos córregos e rios, bem como nas encostas dos morros, possibilita a conservação desses ambientes, agentes da sustentação da vida, abrigo do solo e da água. Ainda não se tem pleno conhecimento de como os corredores ecológicos beneficiam a biodiversidade. Seu principal escopo é possibilitar o curso de gênico de plantas e animais, não obstante essa particularidade dependa de cada espécie, a favorecer algumas e a prejudicar ou até mesmo a impossibilitar o fluxo de outras. Isso porque a ideia de corredor ecológico está incorporada às espécies de fauna, reportando-se sobremaneira como agente de dispersão de animais. Mas para alguns cientistas há malefícios na implantação de corredores. Por estar circunscrito a uma área, o animal passa a ser presa fácil. De igual maneira poderá ocorrer rápido alastramento de doenças, bem como disseminação do fogo, pragas, competição com espécies domésticas e ainda o aumento de bordas, a atrapalhar a vigilância quando da exposição das atividades antrópicas (caça e pesca)<sup>666</sup>.

Afora os riscos, e pelo tudo o que já foi visto, uma forma de minorar a degradação de fragmentos florestais e assegurar a proteção de espécies e ecossistemas dá-se por meio de áreas protegidas e corredores ecológicos, para impedir o isolamento dessas áreas de preservação. O que alicerça o funcionamento dos ecossistemas é a biodiversidade. É imprescindível desvelar com as mudanças atuais nos ecossistemas tropicais alteram a distribuição das espécies. Tal conhecimento somente contribui para a manutenção da sustentabilidade <sup>667</sup>, a possibilitar ao homem melhores condições para alimentação, acesso à água potável, lazer, saúde, bem-estar e proteção contra calamidades naturais.

Para implementar os corredores são necessários procedimentos que possibilitem fortalecer, expandir e atrelar áreas protegidas, facilitando o uso da terra, com atividades de baixo impacto, com um manejo florestal adequado e com sistemas agroflorestais. O objetivo é fazer dos Corredores significativas extensões de ecossistemas biologicamente prioritários para a manutenção e recuperação da biodiversidade da Mata Atlântica, mas sempre esse estudo de implantação submetido a todo um sistema de informações geográficas, georeferenciando a informação a ser

---

<sup>666</sup> MARTINS et al., 1998, p. 374.

<sup>667</sup> MOREIRA, 2008, p. 300.

buscada, como declividade, altitude, rede de drenagem, estradas e classes de uso do solo<sup>668</sup>.

### **5.7 União de fragmentos como instrumento de construção dos corredores ecológicos**

Os fragmentos unem-se de diversos modos. A mais exitosa é a que utiliza-se de espécies autóctones, por estarem mais adaptadas às condições climáticas do território, sendo mais resistentes a pragas, doenças e períodos longos de estiagem e chuva, se comparadas com as espécies introduzidas<sup>669</sup>.

Outro sistema a ser utilizado é o agroflorestal, a ter como alicerce a coalizão de espécies arbóreas com espécies herbáceas, como pasto e culturas anuais, e ainda com a fauna. Ganham-se dessa maneira proveitos das interações ecológicas e econômicas, a ter como exemplo o sistema silvopastoril de consorciação com o gado. No Brasil não é incomum povoamentos de eucalipto plantados nas circunvizinhanças das casas e ao longo das pastagens em muitas propriedades rurais da parte centro-sul do país<sup>670</sup>. E uma dessas formas de interação diz respeito à sazonalidade na germinação das plântulas (a consequência da germinação das sementes) e fixação dos indivíduos, o que depende não somente da estacionalidade climática, mas também da fenologia de dissipação dos propágulos (qualquer parte do vegetal capaz de multiplica-lo ou propaga-lo). A coalisção será mais exitosa na proporção que o recrutamento de plântulas responder à precipitação de chuva, a aumentar o seu número nos meses mais quentes e úmidos<sup>671</sup>.

Há inúmeros exemplos de sistemas agroflorestais, bem como o número das espécies usadas, desenhos e manejos, mas a biodiversidade abarcada nesses sistemas de produção é maior do que a existente nas monoculturas, estas voltadas na maioria das vezes tão somente para o lado econômico<sup>672</sup>. Essa combinação de proteção e recuperação de solos e fomento econômico são pontos decisivos não somente para a união dos fragmentos por meio de corredores ecológicos.

---

<sup>668</sup> MARTINS et al., 1998, p. 375.

<sup>669</sup> ROSAS, 2006.

<sup>670</sup> LIMA, 1996, p. 195.

<sup>671</sup> CANSI, 2007, p. 11-12.

<sup>672</sup> MONTOYA; MEDRADO, 1994, p. 281.

Outra tática é a utilização de plantações com espécies que usam médio ou mesmo baixo manejo com biocidas, como a silvicultura do eucalyptussp, de Hevea brasiliensis e outros, não sendo considerados barreiras para a fauna, pois possibilita a passagem de alguns grupos, o que fomenta a ligação entre os fragmentos<sup>673</sup>. Nessas áreas há predominância de aves insetívoras, seguidas de onívoras e granívoras, as quais preenchem o sub-bosque da floresta, o que somente ressalta o destaque do plantio de eucaliptos, onde a variedade vegetal é menor do que na floresta natural e maior que a pastagem<sup>674</sup>.

Como importante elemento de ampliação da vegetação têm-se as ilhas, menores porções de vegetação ou de árvores isoladas, em razão do abastecimento de sementes e por proporcionar, por regeneração espontânea, proteção e sustento para a fauna dispersora de propágulos, o que aumenta a área por processo de sucessão, como está a ocorrer na Ilha de Florianópolis, Estado de Santa Catarina<sup>675</sup>.

## **5.8 Implementação de corredores ecológicos na Mata Atlântica Brasileira**

A costa brasileira é ocupada em grande parte pela Mata Atlântica, cuja extensão abrange do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, alastrando-se ainda de forma significativa pela Argentina e Paraguai. Por ter grande biodiversidade é considerada área com preeminência distinta de conservação. Não obstante já tenham sido criados mecanismos para protegê-la, durante a história da ocupação deste país esse bioma sofreu veemente processo de devastação. E ainda o enfrenta, graças às incessantes atividades econômicas, aliadas à utilização indiscriminada dos recursos e o alargamento de fronteiras agrícolas.

O resultado é a fragmentação da floresta a criar situações graves em toda a sua extensão com um leque acentuado de utilização do solo. Dentre as opções para preservação e recuperação desse importante bioma mundial destacam-se as Unidades de Conservação e os Corredores Ecológicos. Estes demonstram acentuada eficácia para a ligação da paisagem, a proporcionar assim vantagens expressivas para a diversidade biológica.

---

<sup>673</sup> KAGEYAMA, 1980.

<sup>674</sup> DÁRIO; ALMEIDA, 1999, p. 99.

<sup>675</sup> CARUSO, 1990, p. 104.

Define-se fragmentação florestal como separação artificial de áreas extensas em fragmentos espacialmente desmembrados, a acarretar a diminuição das características dos habitats e a divisão dos habitats remanescentes em unidades menores e apartadas.

As Unidades de Conservação, mesmo consideradas um dos principais métodos de conservação, não impossibilitam a fragmentação da floresta e não asseguram o fluxo de genes e a deslocação da biota. Dessa maneira não estão asseguradas a manutenção das espécies, ecossistemas e habitats em um prazo mais significativo. Já a estrutura dos corredores ecológicos possibilita soluções mais rápidas e eficazes para as questões de biodiversidade pela fragmentação de habitats.

Nesse contexto Corredor Ecológico, no espírito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7 (MMA/2002), explica Corredor Ecológico

Como grandes áreas que contém ecossistemas florestais biologicamente prioritários para a conservação da biodiversidade da Amazônia e na Mata Atlântica, compostos por conjuntos de unidades de conservação, terras indígenas e áreas de interstício, de modo a prevenir ou reduzir a fragmentação das florestas existentes e permitir a conectividade entre áreas protegidas.

Para que os corredores ecológicos cumpram bem seu papel é preciso descobrir meio eficiente de conexão entre esses fragmentos, a indicar caminhos e manejos que possam facilitar a passagem da fauna e a integrar aspectos ambientais (presença de pastos sujos e plantio de mudas) e antrópicos, não esquecendo ainda a gerência de processos erosivos e a proteção de ambientes já debilitados, que implica em redução dos habitats de diversas populações e prejuízos para o solo, água e atmosfera, em conformidade com a definição de Corredor Ecológico fornecida pelo artigo 2º da Lei de número 9.985, de 2000

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção; II - conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres

vivos em geral; III - diversidade biológica: a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas; IV - recurso ambiental: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora; V - preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais; VI - proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais; VII - conservação in situ: conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características; VIII - manejo: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas; IX - uso indireto: aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais; X - uso direto: aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais; XI - uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável; XII - extrativismo: sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis; XIII - recuperação: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original; XIV - restauração: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original; XV - (VETADO); XVI - zoneamento: definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz; XVII - plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade; XVIII - zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade; e XIX - corredores ecológicos: porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais<sup>676</sup>.

O que esse artigo faz é aplicar ao rol das Unidades de Conservação a compor as categorias previstas no SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação<sup>677</sup>. Defender e conservar o ambiente é criar métodos administrativos harmoniosos de combate ao desmatamento. Um dos elementos a participar dessa empreitada são os

<sup>676</sup> BRASIL, 2000.

<sup>677</sup> ENGEL; WINCKLER, 2014, p. 211.

registros imobiliários. O SNUC, necessariamente, deve fiscalizar a documentação imobiliária, juntamente com a Polícia Federal.

Um sucinto exemplo é a conhecida operação conjunta ocorrida no ano de 1986, no Estado de São Paulo, a reunir equipes da Polícia Federal, do DPRN (Divisão de Proteção dos Recursos Naturais, posteriormente denominado DEPRN – Departamento de Proteção dos Recursos Naturais), e o Projeto PETAR – Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, remanescente da Mata Atlântica. O exame dos processos administrativos possibilitou indigitar fraudes na documentação imobiliária para obter autorizações nos órgãos competentes. Dentre elas, cita-se as descritivas cartográficas e mapas apresentados ilicitamente, que não possibilitam a identificação dos imóveis, a possibilitar assim a extração de recursos naturais em qualquer extensão territorial do Projeto PETAR.

A partir das primeiras denúncias foi estabelecida, como procedimento de ação, o exame detalhado de processos e documentos cartorários, nos pedidos de interessados nas áreas do parque e do seu entorno. Os dados foram cruzados, o que possibilitou a visão global das ilicitudes, a permitir a adoção de plano conjunto dos organismos acima discriminados. Os principais crimes eram a extração de madeira e outros recursos naturais, perpetrados com documentação imobiliária irregular.

Para praticar esses delitos os agentes utilizavam mapas, elaborados de forma precária, destituídos de maiores referências para a identificação dos imóveis; também usavam títulos de imóveis elaborados de forma irregular pela Prefeitura do Município de Iporanga; valiam-se de superposição com terras de terceiros e forjavam aumento da área do imóvel Córrego Arraial ou Trempe. Esses agentes, de igual maneira, impossibilitados de desmatar áreas do parque, vendiam lotes da reserva para pessoas com baixo poder aquisitivo, com o apoio de uma imobiliária da Cidade de São Paulo<sup>678</sup>.

Quanto à defesa da biodiversidade, o escopo é defender ecossistemas inteiros e não olvidar da salvaguarda dos recursos mineiros igualmente de forma macro. O escopo da Constituição Federal é o desenvolvimento sustentável, o que agasalha as imprescindibilidades da espécie humana e das outras espécies, sem impor quaisquer obstáculos para as gerações do futuro de ter acesso às suas necessidades elementares atendidas. O sistema normativo brasileiro buscou em outros ramos do conhecimento, a destacar a Biologia, uma visão abrangente de

---

<sup>678</sup> COSTA NETO, 2006, p. 161-163.

proteção do ambiente<sup>679</sup>. O Corredor Ecológico nessa realidade normativa passa a ser estratégia integradora na gestão de ecossistemas<sup>680</sup>.

A fragmentação das florestas brasileiras por ação antrópica implica na descontinuidade dos ecossistemas, a segregar os restantes naturais, a comprometer o curso gênico da biota e em decorrência a degradação genética e o fim das espécies a longo prazo. Restabelecer as conectividades entre os resquícios de vegetação natural possibilita tornar *mais permeáveis as paisagens*<sup>681</sup>.

Quem pensa em Corredor Ecológico mira desvelar o processo de recuperação de áreas florestadas por meio dos corredores ecológicos, mais especificamente na Mata Atlântica, já deveras fragmentada.

Trata-se de um dos biomas florestais mais devastados no mundo, a restar atualmente cerca de 7,84% de sua formação genuína, a possuir originalmente 1.300.000 quilômetros quadrados do território nacional. Esses 7,84% equivalem a 100.000 quilômetros quadrados<sup>682</sup>.

O que resta dessa vegetação muitas vezes resume-se a ilhas de floresta que não mais conseguem conservar populações diminutas e viáveis de espécies animais e vegetais. Compromete-se dessa forma suas sobrevivências a longo prazo. E para agravar essas espécies diversas vezes encontram-se isoladas e introduzidas em uma paisagem totalmente diferente da original.

Pelas definições e objetivos acima apontados a fragmentação da Mata Atlântica, além de embaraçar a conservação desse bioma e comprometer a preservação de sua biodiversidade, acarreta prejuízo para a água, solo, atmosfera, redução de habitats de inúmeras populações e a diminuição da dispersão dos organismos entre os remanescentes de vegetação.

Diversas espécies de fauna, com papel preponderante nos processos de dispersão e polinização, têm sua locomoção entre os fragmentos, a influenciar diretamente as comunidades vegetais sujeitas a esses vetores. Se o fluxo gênico não for preservado, implicará em comprometimento da estrutura genética das populações<sup>683</sup>.

---

<sup>679</sup> ENGEL; WINCKLER, 2014.

<sup>680</sup> BRITO, 2006, p. 156-218.

<sup>681</sup> ENGEL; WINCKLER, 2014.

<sup>682</sup> MACHADO, 2014, p. 926.

<sup>683</sup> BRITO, 2006, p. 160.

Frear essa destruição toda exige planejamento específico, estratégia promissora para a conservação e preservação da flora e fauna dessa região biologicamente rica e ainda ameaçada. O corredor ecológico, na realidade, é uma unidade de planejamento bioregional, composta por ecossistemas naturais. Por meio desse planejamento é possível efetuar a conectividade de suas espécies com áreas protegidas, o uso sustentável dos recursos naturais e a distribuição mais justa das riquezas<sup>684</sup>.

Um ponto de apoio do qual não se pode afastar para este estudo é a Lei de número 9.985, de 18 de julho de 2000, a tratar do SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, importante fator de contribuição para a manutenção da diversidade de espécies da fauna e flora, pois uniformiza as regras de proteção do ambiente em todo o território nacional<sup>685</sup>.

O SNUC é constituído por Unidades de Conservação. As unidades passaram a ser divididas em duas classes:

Unidades de Proteção Integral (Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parques Nacionais, Monumento Natural e Refúgio Silvestre), de uso indireto e restringem populações humanas. Seu maior objetivo é preservar a natureza, de acordo com a definição do parágrafo primeiro do artigo 7º da Lei de número 9.985, de 2000:

Art. 7º As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas: I - Unidades de Proteção Integral; II - Unidades de Uso Sustentável. § 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei. § 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais<sup>686</sup>.

E Unidades de Uso Sustentável (ou de Manejo Sustentável), de uso direto, a possibilitarem diversas atividades e presença humana em seus limites. Também se prestam a conservar os atributos naturais, a aceitar, entretanto, a exploração de parte de seus recursos. São exemplos as Áreas de Proteção Ambiental, Área de Relevante

---

<sup>684</sup> BRITO, 2006, p. 160.

<sup>685</sup> SUASSUNA, 2007, p. 51.

<sup>686</sup> BRASIL, 2000.



Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativa, Reserva de Fauna e Reserva Particular do Patrimônio Natural<sup>687</sup>.

A Unidade de Conservação é um espaço territorial com seus recursos naturais, a abarcar as águas territoriais, com aspectos naturais significativos, legalmente instituídos pelo Poder Público, com propósitos de conservação e limites delineados, sob regime especial de administração, com garantias específicas de proteção, conforme o inciso I do artigo 2º da Lei de número 9.985

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção<sup>688</sup>.

Mas a instituição de uma área com limitações de uso em torno das unidades de conservação no Brasil, ainda que aparentemente seja bom, não se garante de compreensão e objetividade aguardadas pelas leis. No caso concreto devem os gestores de unidades de conservação, em harmonia com os órgãos licenciadores, indagar quais as atividades devem ser sujeitadas a licenciamento ambiental, para que possam ser instaladas em um raio de dez quilômetros a partir do limite das unidades de conservação<sup>689</sup>.

Engrenagens importantes nesses sistemas de proteção são os Corredores Ecológicos e conhecê-los é primordial para compreender a conservação e renovação dos fragmentos e propor critérios de manutenção e regeneração de áreas através de componentes biológicos e espaciais, a produzir conhecimento técnico e científico.

Exemplo prático são os estudos a comprovar o aumento da variação das espécies em fragmentos conectados. Os Corredores possibilitaram a modificação do equilíbrio entre três significativos processos e interações a aprimorar a diversidade. Os Corredores Ecológicos incentivam o recrutamento intermanchas para elevar o ritmo da polinização e mudam o forrageamento através de predadores de sementes, a favorecer espécies que poderiam ser afastadas da competição. Está evidenciado aumentarem os Corredores o número de espécies de plantas nativas em populações

---

<sup>687</sup> SUASSUNA, 2007, p. 51.

<sup>688</sup> BRASIL, 2000.

<sup>689</sup> VITALLI, 2007, p. 93

de grande escala sob multiplicidade de aspectos ambientais distintos. É instrumento prático para conservar e restaurar a biodiversidade<sup>690</sup>.

### **5.9 Corredores ecológicos, ecologia de paisagem, mecanismos de conservação ambiental e a união de fragmentos naturais**

A ecologia de paisagem é a área da ecologia que enfatiza a integração entre padrões espaciais e as causas e consequências da heterogeneidade espacial ao longo de uma faixa de escalas espaciais e temporais<sup>691</sup>. É a combinação do enfoque espacial do geógrafo com a abordagem funcional do ecólogo. Trata-se do planejamento do uso de terras para fins ecológicos com adoção de resoluções<sup>692</sup>. Paisagens são áreas geográficas heterogêneas, a apresentar características resultantes de inúmeras interações de ecossistemas, desde sistemas aquáticos e terrestres preponderantemente naturais, como florestas, lagos, campos, vales, até ambientes urbanos e agrícolas. É um conjunto interativo de manchas, corredores e matrizes. Possibilita o estudo da fragmentação, isolamento e conectividade<sup>693</sup>.

A composição e a estrutura da paisagem podem mudar de forma radical com o passar do tempo. Dessa forma, para se arquitetar uma paisagem deve-se compreender as alterações processadas na ocupação e uso do solo. Para tanto existem técnicas de sobreposição de camadas de mapas geológicos, hidrológicos, topográficos e do uso e ocupação do solo<sup>694</sup>. Para os ecólogos da paisagem é deveras complicado antever a utilização da terra da forma apropriada para o desenvolvimento dos interesses econômicos. Mas é necessário, por meio de planejamento da paisagem, restringir o uso da terra ao essencial para o ser humano, com o escopo de limitar ao máximo agressões ao ambiente e estimular a recuperação de áreas degradadas, a possibilitar ainda a racionalização do uso do solo, do subsolo, água e ar, e assim aprimorar a biodiversidade e a qualidade de vida<sup>695</sup>.

---

<sup>690</sup> ENGEL; WINCKLER, 2014, p. 1288.

<sup>691</sup> MIRANDA, 1995, p. 55-56.

<sup>692</sup> COSTA, 2006, p. 62.

<sup>693</sup> Ibid., p. 63.

<sup>694</sup> HERZOG, 2013, p. 107.

<sup>695</sup> PAULA; BARBIERI, 1997, p. 212.

## 5.10 Conservação do sistema e suas estratégias

Entender as consequências da fragmentação da paisagem sobre a biodiversidade é imprescindível para conservar as florestas de forma exitosa. Para tanto, como forma de manter a biodiversidade na paisagem fragmentada, implantam-se áreas de conservação. Não há muito interesse, por conseguinte, em preservar áreas reduzidas e isoladas, mas sim grandes e próximas entre si, de preferência interligadas por corredores verdes<sup>696</sup>.

Para a conservação plena da floresta deve existir investimento em pesquisa, restauração de habitats, controle de doenças, manejo de populações e monitoramento de biotas. Devem-se combinar empreitadas econômicas, políticas, sociais e científicas. O manejo da paisagem possibilita interligar habitats em maior volume e em áreas bastantes fragmentadas, como ocorre na Mata Atlântica.

Como exemplo citam-se algumas táticas:

A criação de mosaicos – Os corredores ecológicos – na sua maioria – comporão mosaicos em áreas degradadas de forma acentuada. Nos mosaicos prioriza-se o uso do solo da maneira mais condizente com a realidade socioeconômica da região<sup>697</sup>. A ordem é proteger a diversidade biológica do que resta de floresta tropical.

A criação de unidades de conservação foi a resposta encontrada no final dos anos oitenta para a conservação da biodiversidade. São espaços a possibilitar a morada e a reprodução de outras espécies. São atenuantes para a conservação in situ, a fazer com que não decresça a biodiversidade nos ecossistemas, a impedir o processo acelerado de extinção de inúmeras espécies. Permanecemos com a visão do colonizador, vemos espaços vazios com olhos que se recusam a ver outros habitantes, além de si mesmos e tomam para si a tarefa da ocupação em espaços há muito ocupados pela mata, os bichos ou os índios<sup>698</sup>.

As áreas de preservação no Brasil funcionam de maneira duvidosa, pois não asseguram a preservação, por serem pífios a infra-estrutura, o manejo, fiscalização e recursos estatais. Ademais as unidades de conservação são porções parciais, a dificultar a variedade e viabilidade genética das espécies. No Brasil cerca de 2% da

---

<sup>696</sup> ARRUDA, 2004, p. 69-75.

<sup>697</sup> BRITO, 2006, p. 191-199.

<sup>698</sup> PAZ; FREITAS; SOUZA, 2006, p. 17.

Mata Atlântica estão a ser protegidos por unidades de conservação, o que é muito pouco perto do modelo de Bali, pelo qual fixaram-se 10% de áreas protegidas nos ecossistemas mundiais, em conformidade com o III Congresso Mundial de Parques e Áreas Protegidas, ocorrido no ano de 1982 em Bali<sup>699</sup>. Preocupa o fato de não existir plano de conservação para o resto desse vasto território

Diante desse quadro a gestão e o manejo integrados dos biomas (conjunto de ecossistemas que atuam em um determinado espaço) e ecossistemas (conjunto de elementos bióticos e abióticos interrelacionados) é de capital importância para a manutenção e conhecimento da biodiversidade. Por incrível que pareça, a biodiversidade do mundo nunca foi tão rica como hoje, mesmo diante da extinção e perigo de extinção de diversas espécies. O número de espécies nos atuais dias é muito maior do que no passado<sup>700</sup>.

Uma rede de áreas preservadas pode não ser capaz de conservar a biodiversidade e a representatividade da flora na região, principalmente se os fragmentos adicionais forem perdidos e as paisagens fragmentadas estiverem sem manejo. É essencial aplicar o manejo para minimizar o efeito da borda, em especial para os pequenos fragmentos. Esse efeito consiste no significativo contraste entre uma sobra de habitat natural e a matriz da paisagem ao redor modificada. Essa desigualdade provoca o aparecimento de uma faixa externa à reserva, sujeitada a conjunturas ambientais dessemelhantes àquelas existentes no interior do restante natural<sup>701</sup>.

Uma vez efetivados os corredores e as zonas de amortecimento, poderão ser alterados de forma substancial a função ecológica das áreas defendidas. Isso porque a zona de amortecimento é a cercania de uma unidade de conservação. Nela as atividades do ser humano estão submetidas a limitações pontuais com o escopo de reduzir os impactos negativos sobre a unidade. É fundamental normatizar o funcionamento das atividades nesses arredores das unidades para possibilitar a integridade de áreas protegidas. Em razão da diversidade de áreas defendidas é salutar especificar para cada unidade sua zona de amortecimento<sup>702</sup>.

---

<sup>699</sup> PAZ; FREITAS; SOUZA, 2006, p. 17.

<sup>700</sup> MARTINS, SANO, 2009, p. 28.

<sup>701</sup> MORSELLO, 2001, p. 88.

<sup>702</sup> BENSUNSAN, 2005, p. 59.

### 5.11 A legislação brasileira e a tutela dos corredores ecológicos

A Resolução do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente de número 9/ 1996, define Corredor Ecológico como área de cobertura vegetal existente entre remanescentes de vegetação primária ou em etapa média e adiantada de regeneração, hábil a possibilitar habitat ou servir de área de trânsito para a fauna encontrada nos remanescentes

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, alterada pela Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, regulamentadas pelo Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990, e Lei nº 8.746, de 09 de dezembro de 1993, considerando o disposto na Lei nº 8.470, de 19 de novembro de 1992, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, e Considerando o disposto no artigo 225 da Constituição Federal, em especial a definição de Mata Atlântica como Patrimônio Nacional; Considerando a necessidade de dinamizar a implementação do Decreto nº 750/93, referente à proteção da Mata Atlântica; Considerando a necessidade de se definir "corredores entre remanescentes" citado no artigo 7º do Decreto nº 750/93, assim como estabelecer parâmetros e procedimentos para a sua identificação e proteção, Resolve: Art. 1º Corredor entre remanescentes caracteriza-se como sendo faixa de cobertura vegetal existente entre remanescentes de vegetação primária em estágio médio e avançado de regeneração, capaz de propiciar habitat ou servir de área de trânsito para a fauna residente nos remanescentes. Parágrafo Único: Os corredores entre remanescentes constituem-se: a) pelas matas ciliares em toda sua extensão e pelas faixas marginais definidas por lei; b) pelas faixas de cobertura vegetal existentes nas quais seja possível a interligação de remanescentes, em especial, às unidades de conservação e áreas de preservação permanente.

A Resolução do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente de número 249/1999, prevê a formação de Corredores Ecológicos como estratégia para recuperação da Mata Atlântica e proteção dos remanescentes da diversidade biológica.

9. DIRETRIZES E LINHAS PROGRAMÁTICAS Para compatibilizar os objetivos da Política com o conjunto de instrumentos para sua implementação, foram estabelecidas as seguintes diretrizes: DIRETRIZ 1. PROTEÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA ASSOCIADA AOS ECOSISTEMAS DA MATA ATLÂNTICA Objetivo: Proteger todos os remanescentes da diversidade biológica contida na Mata Atlântica através da ampliação do sistema de unidades de conservação; integração dos instrumentos de gestão; criação de novas unidades de conservação, públicas e privadas; reforço das UC's já existentes; promoção da regularização fundiária e de novas possibilidades para o estabelecimento dos corredores ecológicos. Linhas Programáticas: 1.1. Consolidar um sistema integrado de UC's, fortalecendo os mecanismos de gestão, manejo e monitoramento das UC's públicas e privadas, em especial as de uso indireto, consolidando os mosaicos florestais, os corredores ecológicos e o sistema de reserva da

biosfera; 1.2. Estabelecer instrumentos de compensação que valorizem as áreas de manejo, reservas legais, UC's privadas e áreas de preservação permanente; 1.3. Promover a inserção das UC's nos planos de desenvolvimento regional dos estados e municípios; 1.4. Estabelecer o manejo adequado em áreas de comunidades tradicionais, buscando valorizar os conhecimentos sobre manejo e conservação dos remanescentes; 1.5. Promover a regularização fundiária das UC's, através da viabilização dos meios financeiros necessários a essa ação; 1.6. Estabelecer ações para reduzir a influência da expansão urbana sobre as UC's e entorno; 1.7. Ampliar a participação da comunidade na gestão das UC's; 1.8. Estabelecer instrumentos que regulem a utilização das áreas de entorno de UC's).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação explica corredor ecológico como faixas de ecossistemas naturais ou seminaturais, unindo unidades de conservação, a permitir entre elas o trânsito de genes e o deslocamento da biota, favorecendo ainda a dispersão das espécies e a recolonização de áreas destruídas, bem como a continuidade de populações que necessitam, para a sua continuação, áreas com dimensões maiores do que aquelas das unidades individuais (Lei nº 9.985/2000, artigo 2º).

Lei 9985/2000: Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção; II - conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral; III - diversidade biológica: a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas; IV - recurso ambiental: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora; V - preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais; VI - proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais; VII - conservação *in situ*: conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características; VIII - manejo: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas; IX - uso indireto: aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais; X - uso direto: aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais; XI - uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos

ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável; XII - extrativismo: sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis; XIII - recuperação: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original; XIV - restauração: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original; XV - (VETADO); XVI - zoneamento: definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz; XVII - plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade; XVIII - zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade; e XIX - corredores ecológicos: porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais<sup>703</sup>.

No que concerne às dimensões do corredor ecológico, deverá ser de antemão estipulado em 10% (dez por cento) do seu comprimento total. A largura mínima é de 100 metros. Nos entornos dos cursos d'água a largura mínima firmada será condizente às margens de proteção já determinadas pelo Código Florestal (Resolução CONAMA número 9, de 24 de outubro de 1996:

Art. 3º A largura dos corredores será fixada previamente em 10% (dez por cento) do seu comprimento total, sendo que a largura mínima será de 100 metros. Parágrafo Único - Quando em faixas marginais a largura mínima estabelecida se fará em ambas as margens do rio.

A Resolução CONAMA de número 10, de 1º de outubro de 1993, no seu artigo 6º, estabeleceu que as peculiaridades dos corredores ecológicos seriam fixadas pela Câmara Técnica Temporária da Mata Atlântica, dentro do lapso de 90 dias, o que não ocorreu

Art. 6º Para efeito desta Resolução, e tendo em vista o disposto nos artigos 5º e 7º do Decreto 750/93, são definidos:

III - Corredor entre Remanescentes - faixa de cobertura vegetal existente entre remanescentes de vegetação primária ou em estágio médio e avançado de regeneração, capaz de propiciar habitat ou servir de área de trânsito para

---

<sup>703</sup> BRASIL, 2000.

a fauna residente nos remanescentes, sendo que a largura do corredor e suas demais características, serão estudadas pela Câmara Técnica Temporária para Assuntos de Mata Atlântica e sua definição se dará no prazo de 90 (noventa) dias.

Para as Unidades de Conservação foram traçadas zonas de amortecimento e corredores ecológicos. Os limites para ambos são determinados pelo órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação.

O novo Código Florestal Brasileiro (Lei de número 12.651, de maio de 2012) especifica as áreas de preservação permanente, como mata ciliares, topos de morro, nascentes, encostas com declividade superior a 45°:

Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei: I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura; b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura; d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura; e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros; II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de: a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros; b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas; III - as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento; IV - as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros; V - as encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive; VI - as restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues; VII - os manguezais, em toda a sua extensão; VIII - as bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais; IX - no topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 25°, as áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura mínima da elevação sempre em relação à base, sendo esta definida pelo plano horizontal determinado por planície ou espelho d'água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota do ponto de sela mais próximo da elevação; X - as áreas em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação; XI - em veredas, a faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50 (cinquenta) metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado. § 1º Não será exigida Área de Preservação Permanente no entorno de reservatórios artificiais de água que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais<sup>704</sup>.

<sup>704</sup> BRASIL, 2012.



A Resolução CONAMA de número 9, de 1º de outubro de 1996, fixa parâmetros para identificar e defender os corredores ecológicos, como sua implantação em toda extensão de matas ciliares, para formação de faixas de cobertura vegetal, a ligar remanescentes florestais

Art. 1o Corredor entre remanescentes caracteriza-se como sendo faixa de cobertura vegetal existente entre remanescentes de vegetação primária em estágio médio e avançado de regeneração, capaz de propiciar habitat ou servir de área de trânsito para a fauna residente nos remanescentes. Parágrafo único. Os corredores entre remanescentes constituem-se: a) pelas matas ciliares em toda sua extensão e pelas faixas marginais definidas por lei; b) pelas faixas de cobertura vegetal existentes nas quais seja possível a interligação de remanescentes, em especial, às unidades de conservação e áreas de preservação permanente). A recomposição florísticas deverá ocupar-se de espécies autóctones.

Art. 2o Nas áreas que se prestem a tal finalidade onde sejam necessárias intervenções visando sua recomposição florística, esta deverá ser feita com espécies nativas regionais, definindo-se previamente se essas áreas serão de preservação ou de uso.

Não se pode perder de vista o uso econômico de áreas de preservação. Para tanto é preciso planejar a utilização da propriedade, a permitir melhor gestão dos recursos naturais e econômicos.

O novo Código Florestal Brasileiro, apesar das críticas, não deixa de ser instrumento relevante para o resgate e preservação da biodiversidade, principalmente se forem destacados os papéis das áreas de Reserva Legal e das Áreas de Preservação Permanente.

Os planos de manejo das unidades de conservação, necessariamente, devem abarcar os corredores ecológicos, inserindo valor econômico e social nas comunidades do entorno (parágrafo 1º do artigo 27 da Lei de número 9.985, de 2000:

Art. 27. As unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo. § 1º O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas). Eventual omissão acarretará perdas à fauna e flora<sup>705</sup>.

No parágrafo 2º do artigo 225 da Constituição Federal professa a ideia de responsabilizar o poder público pela preservação e recuperação dos processos ecológicos primordiais:

---

<sup>705</sup> BRASIL, 2000.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei), bem como o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, para que fique assegurada a defesa da flora e fauna, impossibilitando a prática de atos que coloquem em risco sua atividade ecológica e acarretem o aniquilamento de espécies

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas<sup>706</sup>.

Pelo Código Florestal toda área a abrigar espécies em extinção da fauna e flora será constituída como de preservação permanente (inciso II do artigo 3º da Lei 12.651, de 2012:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas<sup>707</sup>.

A Lei de número 11.428, de 2006, em seu artigo 7º, firma a proteção e uso do Bioma Mata Atlântica como forma de manutenção e recuperação da biodiversidade

Art. 7º A proteção e a utilização do Bioma Mata Atlântica far-se-ão dentro de condições que assegurem: I - a manutenção e a recuperação da biodiversidade, vegetação, fauna e regime hídrico do Bioma Mata Atlântica para as presentes e futuras gerações; II - o estímulo à pesquisa, à difusão de tecnologias de manejo sustentável da vegetação e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de recuperação e manutenção dos ecossistemas; III - o fomento de atividades públicas e privadas compatíveis com a manutenção do equilíbrio ecológico; IV - o disciplinamento da ocupação rural e urbana, de forma a harmonizar o crescimento econômico com a manutenção do equilíbrio ecológico<sup>708</sup>.

Proíbe-se o corte e supressão de vegetação primária ou nas etapas adiantada e média de recuperação em áreas que estejam abrigar indivíduos da fauna e flora ameaçados de extinção ou na hipótese de intervenção ou fracionamento a por em perigo a sobrevivência desses indivíduos (artigo 11 da Lei 11.428, de 2006):

---

<sup>706</sup> BRASIL, 1988.

<sup>707</sup> BRASIL, 2012.

<sup>708</sup> BRASIL, 2006.

Art. 11. O corte e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica ficam vedados quando: I - a vegetação: a) abrigar espécies da flora e da fauna silvestres ameaçadas de extinção, em território nacional ou em âmbito estadual, assim declaradas pela União ou pelos Estados, e a intervenção ou o parcelamento puserem em risco a sobrevivência dessas espécies; b) exercer a função de proteção de mananciais ou de prevenção e controle de erosão; c) formar corredores entre remanescentes de vegetação primária ou secundária em estágio avançado de regeneração; d) proteger o entorno das unidades de conservação; ou e) possuir excepcional valor paisagístico, reconhecido pelos órgãos executivos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; II - o proprietário ou posseiro não cumprir os dispositivos da legislação ambiental, em especial as exigências da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, no que respeita às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal. Parágrafo único. Verificada a ocorrência do previsto na alínea a do inciso I deste artigo, os órgãos competentes do Poder Executivo adotarão as medidas necessárias para proteger as espécies da flora e da fauna silvestres ameaçadas de extinção caso existam fatores que o exijam, ou fomentarão e apoiarão as ações e os proprietários de áreas que estejam mantendo ou sustentando a sobrevivência dessas espécies<sup>709</sup>.

Até como maneira de encorajar os proprietários rurais, cabe ao poder público incentivar a proteção e manutenção do Bioma Mata Atlântica, por meio do plantio e reflorestamento com espécies inerentes ao local, a destacar as disposições voluntárias desses proprietários de terra (artigo 10 da Lei de número 11.428, de 22 de dezembro de 2006), essa lei trata da utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica:

Art. 10. O poder público fomentará o enriquecimento ecológico da vegetação do Bioma Mata Atlântica, bem como o plantio e o reflorestamento com espécies nativas, em especial as iniciativas voluntárias de proprietários rurais. § 1º Nos casos em que o enriquecimento ecológico exigir a supressão de espécies nativas que gerem produtos ou subprodutos comercializáveis, será exigida a autorização do órgão estadual ou federal competente, mediante procedimento simplificado. § 2º Visando a controlar o efeito de borda nas áreas de entorno de fragmentos de vegetação nativa, o poder público fomentará o plantio de espécies florestais, nativas ou exóticas<sup>710</sup>.

No artigo 38 da supracitada lei privilegiam-se programas de manutenção e restabelecimento das áreas de preservação permanente, reservas legais, reserva particular do patrimônio natural (RPPN) e entorno de unidades de conservação:

Art. 38. Serão beneficiados com recursos do Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica os projetos que envolvam conservação de remanescentes de vegetação nativa, pesquisa científica ou áreas a serem restauradas, implementados em Municípios que possuam plano municipal de

<sup>709</sup> BRASIL, 2006.

<sup>710</sup> Ibid.

conservação e recuperação da Mata Atlântica, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.

§ 1º Terão prioridade de apoio os projetos destinados à conservação e recuperação das áreas de preservação permanente, reservas legais, reservas particulares do patrimônio natural e áreas do entorno de unidades de conservação). Cabe ao poder público estimular e respaldar iniciativas e os donos de áreas que estejam a conservar ou manter a sobrevivência das espécies prejudicadas no passado pela degradação ambiental

Art. 11. O corte e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica ficam vedados quando:

Parágrafo único. Verificada a ocorrência do previsto na alínea a do inciso I deste artigo, os órgãos competentes do Poder Executivo adotarão as medidas necessárias para proteger as espécies da flora e da fauna silvestres ameaçadas de extinção caso existam fatores que o exijam, ou fomentarão e apoiarão as ações e os proprietários de áreas que estejam mantendo ou sustentando a sobrevivência dessas espécies<sup>711</sup>.

Não é suficiente o Estado punir para assegurar o respeito às leis ambientais por parte de agricultores e pecuaristas. O principal obstáculo para esse necessário respeito são os aspectos educacional e cultural, sem mencionar as limitações técnicas. E tudo isso agrava-se quando o personagem é o pequeno produtor rural, além das limitações de educação e formação técnica, são possuidores ou proprietários de pequenas áreas de produção. Uma saída para essas limitações talvez esteja na agregação do componente arbóreo nos sistemas produtivos por meio dos SAFs – Sistemas Agroflorestais.

A soma da execução das áreas de proteção permanente com a averbação de reservas legais cria situação propícia para a continuidade das espécies prognosticadas de extinção, as quais serão agraciadas pelos corredores ecológicos e um significativo desenvolvimento nas áreas de floresta. Mas somente o que está a ser determinado pela legislação não garante a sustentabilidade por longo tempo. É preciso ainda fomentar iniciativas e distintas maneiras de cultivo, como o sistema agroflorestal, que possibilita a integração de fragmentos florestais de forma mais acentuada.

## **5.12 Parâmetros para a implantação dos corredores ecológicos**

A maior relevância de um corredor ecológico é permitir o trânsito e preservação de fauna e flora entre os fragmentos florestais. Por conseguinte, o

---

<sup>711</sup> BRASIL, 2006.

primeiro passo para a sua implementação é conhecer esses componentes para inteirar-se sobre suas capacidades e limitações.

E o modelo mais apropriado de corredor é o contínuo, pois acolhe o maior número de componentes da fauna, além de ser mais eficaz para reabilitação, não obstante mais dispendioso. Os corredores não contínuos, representado por ilhas de vegetação (*steppingstones*) ou ilhas de passagem da biodiversidade, encarna modelo menos dispendioso, embora com procedimento de recuperação mais demorado<sup>712</sup>. Essa técnica pode ser usada nos sistemas agroflorestais como na arborização de pastos.

O ideal nos corredores é utilizar plantas com produção contínua de sementes em grande quantidade, que sejam chamativas para a fauna, a possibilitar guarida e alimento (forrageamento), com grande capacidade de dissipação, como as de dispersão (anemocóricas e zoocóricas). Essas devem ser implementadas na paisagem a permitir a migração de espécies da flora e da fauna entre fragmentos de vegetação.

---

<sup>712</sup> LOUZADA, 2012, p. 242.

## 6 CONCLUSÃO

O homem vive em sociedade. Tal realidade, impõe ao mesmo a consciência de que o seu fazer e o seus direitos são por essência limitados. Sendo assim, não é possível discorrer ou defender a supremacia de nenhum direito. Eles existem e estão disponíveis a todos. Entretanto, o gozo e usufruto desses deve acontecer dentro de um cenário no qual também os deveres de todos e de cada um sejam desde sempre observados.

Desde o surgimento das primeiras civilizações o homem é chamado a viver em comunidade. Aliás, a Bíblia (gênesis 2/24) assegura: *“Por isso deixará o homem a seu pai e sua mãe, e se unirá a sua mulher: e serão dois numa carne”*. A partir de tais realidades temos por certo que nenhum homem é nem pode ser superior ao outro. Aliás, todos os homens de qualquer parte do mundo gozam de direito naturais tutelados com base apenas e tão somente na sua essência e composição humana. Esses direitos naturais são literalmente protegidos pelo Direito Internacional que trata de vigiar e salvaguardar os direitos da pessoa humana para além de qualquer Estado ou fronteira.

A vida em comunidade pressupõe e cobra a observância de preceitos que muitas vezes transcendem as normas pensadas pela sociedade e impostas pelo Estado. Ou seja, não basta a mera observância de normas. Impõe ao homem a entrega de um conjunto de comportamentos e condutas que em regra podem transcender a obediência normativa quando o que estiver em cheque for a melhor e a maior satisfação humana, social e com o meio no qual todos encontram-se inseridos.

Os protocolos dispostos pela ciência moderna já não são suficientes para orientar a vida em sociedade. Hoje, a física quântica e a teoria da complexidade nos convidam a ver o homem como uma parte do ambiente. Não como o seu dono ou como o seu Senhor.

Nossa pesquisa navegou na direção da construção de uma sociedade fraterna e solidária, menos tensa, menos egoísta. O estudou, trouxe por proposta uma reflexão sobre a necessidade de limitação do direito de propriedade como instrumento necessário a implantação dos corredores ecológicos na Mata Atlântica Brasileira.

Ressalte-se, sobremaneira, que a “limitação” materializar-se-á apenas na versão formal. Essa “limitação” formal apresenta-se por urgente para a implantação do mencionados corredores ecológicos na Mata Atlântica Brasileira. Visto que a

implantação desses corredores ecológicos representa-se como a única oportunidade que a sociedade e o Estado brasileiro têm para efetivamente romper com o paradigma da “ilimitação” dos recursos naturais e inaugurar um novo modelo de comportamento ambiental voltado a proteger o patrimônio natural.

Essa mudança de rota, é importante ressaltar, somente poderá ser operacionalizada se cada um dos cidadãos brasileiros e, portanto, todo o tecido social em comunhão com Estado entenderem que o mundo moderno já não pode ser regido apenas pelo modelo jurídico normativo. O homem moderno, qual seja, o homem que valoriza os bens e direitos assegurados tanto pela primeira, segunda e, sobretudo, os dispostos pela terceira dimensão não podem ser dissociados da vida diária e dos deveres que cada pessoa tem com o mundo e com o ambiente no qual se encontre inserido.

A ciência há muito já definiu que cada ser humano é único e assim sendo responde de modo diferente a diferentes estímulos, projetos e provocações. Ou seja, não é possível acreditar que todos os seres humanos responderão de modo igual a esse novo modelo ambiental proposto, talvez essa diversidade comportamental seja explicada pela perspectiva cultural, pela decadência do sistema educacional ou ainda pela incontestável fragilidade da educação intrafamiliar, a gerar indivíduos egoístas e por isso descompromissados com o ambiente.

Por certo, desde agora acredita-se não ser possível limitar o direito de propriedade e portanto implantar os corredores ecológicos na Mata Atlântica Brasileira sem que a sociedade e o Estado façam adesão a esta agenda propositiva. Todavia, partindo-se do princípio de que o homem é por natureza um ser racional e emocional é possível acreditar que ao Estado e a sociedade caberão a missão de definir os rumos a seres seguidos e perseguidos por todos. Ou seja, é necessário que o Estado positive tal limitação e chancela a obrigação da implantação dos corredores ecológicos na Mata Atlântica Brasileira. Tal imposição faz-se necessária por que estamos, indiscutivelmente diante de um bem e de um direito metaindividual. Por seu turno, acredita-se que a efetividade na implantação de tais corredores pode se dar de modo mais tranquilo exatamente por que o homem pode e deve compreender que este novo modelo de comportamento tende a lhe beneficiar sob todos os aspectos.

Os conhecimentos produzidos por meio desta pesquisa são suficientes para defender a tese de que o direito a propriedade não pode mais ser entendido como direito supremo. Ou seja, ele não pode ser justificado nem defendido apenas e não

somente pelo cumprimento da função social da propriedade. O cumprimento de tal preceito apresentar-se como basilar. O direito de propriedade preciso ser entendido sob outra dimensão, qual seja, a dimensão socioambiental, a dimensão humanitária e solidária da propriedade.

Registre-se que a proposta trazida a lume por esta pesquisa versa sobre a necessidade de limitação do direito de propriedade na perspectiva formal. Contudo, essa “limitação” é efetivamente ampliada na sua dimensão material e substancial. Ou seja, é positiva sob o ponto de vista pessoal, melhor ambiente, melhor qualidade de vida local, regional e geral. É positiva sob a ótica comercial, ambiente equilibrado gera melhor e maior produção e, portanto, maiores lucros e ganhos. É positiva sob o aspecto do respeito e do dever que todos devem ter para o ambiente no qual residem, ou seja, todos passam a garantir a vida em todas as suas modalidades e espécies, e é grandiosamente positiva para todos e para cada um dos seus praticamente, pois a partir de então um novo conceito de convivência passa a ser estabelecido tendo por base o respeito e a prática da solidariedade e da fraternidade em favor das vidas e da existência humana no planeta.

A implantação dos corredores ecológicos na Mata Atlântica Brasileira não viola nem limita o direito de propriedade assegurado pelo Ordenamento Pátrio. Ao contrário amplia-o. Ela apresenta-se, indiscutivelmente como alternativa de proteção e salvaguarda do ambiente saudável e equilibrado, direito também assegurado pela Constituição Federal de 1988.

Como única alternativa de proteção, conservação e recuperação do ambiente, selvagemmente atacado pela ação humana, esta deve ser pensada e defendida pela sociedade e pelo Estado Brasileiro como protocolo de urgência. Essa urgência, deve possuir por essência as tantas e tão graves realidades já materializadas pelas citadas ações. Ações essas que no todo tendem a comprometer e quem sabe inviabilizar e existência da vida e da existência humana em algumas regiões do planeta.

A efetividade dos corredores ecológicos na Mata Atlântica Brasileira não impõe nem cobra grandes investimentos ou atenção desmedida. Cobra indiscutivelmente a entrega da devida atenção a realidade e a necessidade de garantir o ambiente saudável e equilibrado. Registre-se, portanto, que o binômio propriedade e equilíbrio ambiental deve ser compreendido como partes de um mesmo fenômeno, qual seja, a propriedade encontra-se inserida no ambiente lato senso e o ambiente encontra-se contido na propriedade. Realidade que impõe aos atores envolvidos neste



cenário a responsabilidade por construir diálogos e projetos que tenham por matriz nem a propriedade como um todo nem o ambiente por completo, mas sim um cenário no qual a vida, a dignidade e a existência humana sejam possíveis e viáveis.

## REFERÊNCIAS

### LIVROS

ADAMS, Cristina. **Caiçaras na Mata Atlântica**: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental. São Paulo: Annablume, 2000.

ALEXANDRINO, José de Melo. **Direitos fundamentais**: introdução geral. 2. ed. Cascais: Princípia Editora Limitada, 2011.

ALMANAQUE BRASIL SOCIOAMBIENTAL. **Instituto socioambiental**. 2. ed. São Paulo, 2008.

ALVES, Eliseu; PASTORE, Affonso Celso. A política agrícola do Brasil e a hipótese da inovação induzida. In: **Informes de Conferências, Cursos y Reuniones**, Montevideo, n. 69, p. 129, 1975.

ANDRADE, José Carlos Vieira de. **Os direitos fundamentais na constituição portuguesa de 1976**. 2. ed. Coimbra: Editora Almedina, 2001.

AQUINO, Tomás de. **Suma teológica**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2015. v. 1.

ARRUDA, Moacir Bueno; SÁ, Luís Fernando S. Nogueira de. **Corredores ecológicos**: uma abordagem integradora de ecossistemas no Brasil, 2. ed. Brasília: IBAMA, 2004.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Teoria geral das obrigações e responsabilidade civil**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. **Referências para uma política ambiental de desenvolvimento humano para a promoção da biodiversidade**. Salvador (BA): CRA, 1998.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo**: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BENSUSAN, Nurit et al. **Alessandra, Biodiversidade?** Para comer, vestir ou passar no cabelo? São Paulo: Peirópolis, 2005.

BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BÍBLIA SAGRADA. **O velho e o novo testamento**, Traduzida pelo Padre Antonio Pereira de Figueiredo, da Edição aprovada em 1842 pela Rainha D. Maria II com a Consulta do Patriarcha Arcebispo Eleito de Lisboa, 1903.

BOFF, Leonardo. **Civilização planetária**: desafios à sociedade e ao cristianismo. São Paulo: Sextante, 2003.

BORGES, Clério José. **História da Serra**. 2. ed. Cidade da Serra (ES): Editora C. J. Borges, 2003.

BRANCA, Giuseppe. **Istituzioni di Diritto Privato, Dott. Cesare Zuffi**. 4. ed. Bologna: Editore, 1957.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Aspásia Camargo, a caminho da Agenda 21 Brasileira**. Brasília: Secretaria Executiva, 1997.

\_\_\_\_\_. **Primeiro relatório nacional para a conservação sobre diversidade biológica**. Brasília: Secretaria Executiva, 1998.

BRITO, Francisco de Assis. **Corredores ecológicos**: uma estratégia integradora na gestão de ecossistemas. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

CÂMARA, Ibsen de Gusmão. **Plano de ação para a mata atlântica**. São Paulo: Editora da Fundação SOS Mata Atlântica, 1992.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional ambiental português e da união europeia, In: CANOTILHO, J. J. Gomes; LEITE, José Rubens Morato (org). **Direito constitucional ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2007.

\_\_\_\_\_. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 5. ed. Coimbra: Editora Almedina, 2002.

\_\_\_\_\_. **Direito constitucional**. 6. ed. Coimbra: Editora Almedina, 1983.

\_\_\_\_\_; LEITE, José Rubens Morato. **Direito constitucional ambiental brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CARUSO, Mariléa Martins Leal. **O desmatamento da ilha de Santa Catarina de 1500 aos dias atuais**. 2. ed. Florianópolis Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 1990.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CAVALCANTI, Themistocles Brandão. **Princípios gerais de direito público**. 3. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1966.

CLAUDINO-SALES, Vanda. **Ecossistemas brasileiros**: manejo e conservação. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2003.

CORTESÃO, Judith. **Mata atlântica, povos da mata**: tradição e futuro, aspectos físicos da paisagem, o patrimônio florísticos, fauna, conservação da mata. Rio de Janeiro: Editora Index, 1991.

COSTA, Lúcia Maria Sá Antunes. **Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora Viana & Mosley, 2006.

COSTA, Reginaldo Brito da. **Fragmentação florestal e alternativas de desenvolvimento rural na região centro-oeste**. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, 2003.

DAIBERT, Jefferson. **Direito das coisas**. Forense: Rio de Janeiro: Forense, 1979.

DENZINGER, Heinrich; HÜNERMANN, Petrus. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral**. 40. ed. São Paulo: Loyola e Paulinas, 2007.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

DIAS, José Eduardo Figueiredo. **Direito constitucional e administrativo do ambiente**. Coimbra: Editora Almedina, 2002.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana; VIANA, Virgílio M. **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da mata atlântica**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB-USP, 1999. v. 1.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

DINO NETO, Nicolao; BELLO FILHO, Ney; DINO, Flávio. **Crimes e infrações administrativas ambientais**. 3. ed. Belo Horizonte: Livraria Del Rey Editora, 2011.

DITT, Eduardo Humberto. **Fragmentos florestais no pontal do Paranapanema**. São Paulo: Editoras Annablume, Ipê e IJEB, 2002.

EMBRAPA. **Relatório anual centro nacional de pesquisa de recursos genéticos e biotecnologia**. Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2000.

FARIAS, Paulo José Leite. **Competência federativa e proteção ambiental**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1999.

FAVRETTO, Mario Arthur; SANTOS, Emili Bortolon dos. **Estudos da fauna do oeste de Santa Catarina, microrregiões de Joaçaba e Chapecó**. Campos Novos: Edição dos Autores, 2013.

FELIPE, Julis Orácio. **Lei da mata atlântica**. Joinville: Clube de Autores Publicações Sociedade Anônima, 2006.

\_\_\_\_\_. **O código ambiental justo: a lei 14.675/09, código ambiental de Santa Catarina**. Joinville: Clube de Autores Publicações Sociedade Anônima, 2009.

FERRAJOLI, Luigi. **Por uma teoria dos direitos e dos bens fundamentais**. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2011.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

FRANCISCUS, Encíclica. ***Laudato Si***. São Paulo: Loyola, 2015.

GAIO, Alexandre. **Lei da mata atlântica comentada**. São Paulo: Edições Almedina, 2014.

GALINDO-LEAL, Carlos; CÂMARA, Eibsen de Gusmão. **Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas**. Belo Horizonte: Editores Carlos Galindo-Leal e Ibsen de Gusmão Câmara, Fundação SOS Mata Atlântica, Conservação Internacional, 2005.

GOMES, Carla Amado. **Direito ambiental: o ambiente como objeto e os objetos do direito do ambiente**. Curitiba: Juruá Editora, 2010.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao direito do ambiente**. Lisboa: Edição AAFDL, 2012.

HAFFERT, John M. **O milagre do sol**. São Paulo: Petrus Editora, 2012.

HERZOG, Cecília Polacow. **Cidades para todos (re)aprendendo a conviver com a natureza**. Rio de Janeiro: Mauad Editora/ INVERDE – Instituto de Pesquisa em Infraestrutura Verde e Ecologia Urbana, 2013.

KRIEGER, Maria da Graça et al. **Dicionário de direito ambiental: terminologia das leis do meio ambiente**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital Limitada, 2008. TEdição do Instituto Florestal, Secretaria do Meio Ambiente Governo do Estado de São Paulo, 1993.

KUBITSCHKE, Wilhelm, *Ager. Paulys Realencyclopädie der Classischen Altertumswissenschaft*, 1893, Stuttgart, citado por Esther Weightman, *Ager Publicus and the Land Question Under Augustus*, Madison: Editora University of Wisconsin-Madison, 1923.

LEITE, José Rubens Morato. **Dano ambiental do individual ao coletivo extrapatrimonial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

LIMA, Walter de Paula. **Impacto ambiental do eucalipto**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

MAC CRORIE, Benedita Ferreira da Silva. **A vinculação dos particulares aos direitos fundamentais**. Coimbra: Editora Almedina, 2005.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 22. ed. São Paulo: Malheiros Editora, 2014.

\_\_\_\_\_. **O município e o direito ambiental**. Rio de Janeiro: Forense, 1992. p. 189.

MARMELSTEIN, George. **Curso de direitos fundamentais**. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Márcio; SANO, Paulo Takeo. **Biodiversidade tropical**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa Omega, 2015. v. 1.

MAY, Peter. **Comércio internacional e meio ambiente**: o caso das agroindústrias brasileiras do café e do cacau, políticas agrícolas. Rio de Janeiro, 2011.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 36. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2010.

MELLO, Cláudio. **Kant e a dignidade da legislação**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo; Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MENDONÇA, Renata Ramos; BITENCOURT, Marisa Dantas. **Viabilidade de conservação dos remanescentes de cerrado no Estado de São Paulo**. São Paulo Editora Annablume, 2004.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2002.

MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MIRANDA, Evaristo Eduardo. **A ecologia**. São Paulo: Loyola, 1995.

MIRANDA, Jorge. A constituição e o direito do ambiente. **INA - Instituto Nacional de Administração**, p. 353-365. 1994.

MIRANDA, Pontes de. **Comentários à Constituição de 1967**. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

MIRRA, Álvaro Luiz Valery. **Participação, processo civil e defesa do meio ambiente**. São Paulo: Letras Jurídicas, 2011.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MORAES, Emanuel de. **A origem e as transformações do estado**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1998. v. 4.

MORAES, Maria Celina Bodin de. **Danos à pessoa humana**: uma leitura civil-constitucional dos danos morais. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

MORAIS, José Luis Bolzan de; SANTIN, Janaína Rigo. **Constituição e direitos humanos**: ou: só é possível dignidade na constituição! dignidade da pessoa humana, fundamentos e critérios interpretativos. São Paulo: Malheiros, 2010.

MOREIRA, Fátima Maria de Souza. **Biodiversidade do solo em ecossistemas brasileiros**. Lavras: Editora UFLA, 2008.

MORGAN, Henry Thomas. **A história da raça humana através da biografia**. 9. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1983.

MORSELLO, Carla. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. São Paulo: Editora Annablume, 2001.

MOTTA, Adilson. **Radiografia de uma Cidade Brasileira: e a sua? história e geografia (contribuindo para uma educação contextual)**. Bom Jardim, 2011.

NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto da história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Leya, 2011.

NATUREZA E CONSERVAÇÃO. Fundação o Boticário de Proteção à Natureza, ABECO, Curitiba, p. 63, 2003.

NOVAIS, Jorge Reis. **As restrições aos direitos fundamentais não expressamente autorizadas pela constituição**. Coimbra: Coimbra, 2003.

OTERO, Paulo. **Direito da vida, relatório sobre o programa conteúdos e métodos de ensino**. Coimbra: Editora Almedina, 2004.

\_\_\_\_\_. **Instituições políticas e constitucionais**. Coimbra: Almedina, 2007.

PAGANI, Elaine Adelina. **O direito de propriedade e o direito à moradia: um diálogo comparativo entre o direito de propriedade urbana imóvel e o direito à moradia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

PAULA, João Antonio de; BARBIERI, Alisson Flávio. **Biodiversidade, população e economia: uma região de mata atlântica**. Belo Horizonte: Editora UFMG/CEDEPLAR, 1997.

PAVAN-FRUEHAUF, Sandra. **Plantas medicinais de mata atlântica: manejo e amostragem**. São Paulo Editora Annablume, 2000.

PAZ, Ronilson José da; FREITAS, Getúlio Luís de; SOUZA, Elivan Arantes de. **Unidades de conservação no Brasil: história e legislação**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

PEREIRA, Osny Duarte. **Desnacionalização da Amazônia, instantâneos colhidos em viagem: um chamamento à consciência dos brasileiros**. São Paulo: Atualidades, 1954.

POSNER, Richard Anthony. **Para além do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

RABENHORST, Eduardo Ramalho. O valor da pessoa humana e o valor da natureza, dignidade da pessoa humana, fundamentos e critérios interpretativos, In: ALMEIDA FILHO, Agassiz de; MELGARÉ, Plínio. **Dignidade da pessoa humana fundamentos e critérios interpretativos**. São Paulo: Malheiros, 2010.

REINACH, Fernando. **A longa marcha dos grilos canibais e outras crônicas sobre a vida no planeta terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

RICHTER, Martha. **Conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável de São Francisco de Paulo**: um plano de ação preliminar. Porto Alegre EDIPUCRS, 1998.

ROBISON, John A. M. **Proofs of a Conspiracy Against All the Religions and Governments of Europe**. 4. Ed., London, 1798.

ROCHA, Olavo Acyr de Lima. **A desapropriação no direito agrário**. São Paulo: Atlas, 1993.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

\_\_\_\_\_; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito constitucional ambiental, constituição, direitos fundamentais e proteção do ambiente**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

\_\_\_\_\_; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

SENÔ, Mirela Andréa Alves Fischer; VALERI, Sérgio Valengo. **Manejo e recuperação florestal**: legislação, uso de água e sistemas agroflorestais. Jaboticabal: Editora FUNEP, 2003.

SILVA, Bruno Cardoso S. M. **Geografia de Salvador, a natureza e o meio ambiente**. Salvador: Editora Clube dos Autores, 2013.

SILVA, Danny Monteiro da. **Dano ambiental e sua reparação**. Curitiba: Editora Juruá, 2008.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

SILVA, Maria Beatriz Resende. **Parati**. Brasília: Senado Federal, 2007. p. 57.

SILVA, Vasco Pereira da. **Verde cor de direito**: lições de direito do ambiente. Coimbra: Livraria Almedina, 2002.

SIQUEIRA FILHO, José Alves; LEME, Elton Martinez Carvalho. **Fragmentos de mata atlântica do nordeste**: biodiversidade, conservação e suas bromélias. Rio de Janeiro: Editora Andrea Jakobsson Studio, 2006.



SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

STEFANINI, L. LIMA. **A propriedade no direito agrário**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978.

SUASSUNA, Dulce. **Um olhar sobre políticas ambientais projeto TAMAR**. Brasília: Thesaurus Editora, 2007.

TANAJURA, Grace Virgínia Ribeiro de Magalhães. **Função social da propriedade rural com destaque para a terra no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

TONHASCA, Athayde. **Ecologia e história natural da mata atlântica**. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2005.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008.

VON MATTER, Sandro et al. **Ornitologia e conservação, ciência aplicada, técnicas de pesquisa e levantamento**. Rio de Janeiro: Editora Technical Books, 2010.

WAINER, Ann Helen. Legislação ambiental brasileira e evolução histórica do direito ambiental. In: **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, n. 118, p. 198-199, 1993.

ZARIN, Daniel J. et al. **As florestas produtivas nos neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?**, São Paulo: Peirópolis, 2005.

### **JORNAIS E REVISTAS**

AGOSTINHO, Angelo A.; THOMAZ, Sidinei M.; GOMES, Luiz C. Pesquisa sobre fragmentação: aperfeiçoando políticas e diretrizes de manejo para a conservação da biodiversidade. In: **Revista Megadiversidade**, Belo Horizonte, p. 184, 2005.

BACHA, Carlos José Caetano. A evolução do desmatamento no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 115, 2009.

BACHA, Carlos José Caetano. **As políticas florestais estaduais: os casos de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná**. Piracicaba: ESALQ-LES, 1999.

BECKER, Anelise. O Desmatamento das florestas, o código florestal e o papel dos municípios. **Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 35, p. 141. 1995.

BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcelos. **Dano ambiental: prevenção, reparação e repressão**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcelos. Responsabilidade civil pelo dano ambiental. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 9, p. 12, 1998.

CAMBI, Eduardo. Normas gerais e a fixação da competência concorrente na federação brasileira. In: **Revista de Direito Processual Civil**, Curitiba, Editora Gênese, p. 249, 1996.

COELHO, Luiz Fernando. A competência concorrente em matéria ambiental. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, v. 19, n. 114, p. 70, 1992.

CUSTÓDIO, Helenita Barreiro. A questão constitucional: propriedade, ordem, economia e dano ambiental, artigo de 1993. In: **Revista Justitia**, São Paulo, v. 181-184, p. 271, 1998.

ENGEL, João Norvalino; WINCKLER Silvana. Corredores ecológicos no direito ambiental brasileiro: estudo de instrumentos legais e perspectivas para a integração de ecossistemas. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 73, p. 211, 2014.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Normas gerais e competência concorrente, uma exegese do artigo 24 da Constituição Federal. In: **Revista Trimestral de Direito Público**, Belo Horizonte, Editora Fórum, n. 7, p. 19, 1994.

GRAU, Eros. Princípios fundamentais de direito ambiental. **Revista de Direito Ambiental**. São Paulo, n. 2, 1997.

IOKOI, Zilda Marcia Gricoli. Questão agrária e meio ambiente: 500 anos de destruição. **Periódico Cultura Vozes, Ensaios e Impressões**, São Paulo, v. 88, n. 5, p. 13, 1992.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LEITÃO FILHO, Hermógenes de Freitas, Considerações sobre a florística de florestas tropicais e sub-tropicais do Brasil. In: **Revista Scientia Forestatis**, Piracicaba, n. 50 p. 41, 1996.

LOBO, Paulo Luiz Neto. Competência legislativa concorrente dos estados-membros na Constituição de 1988. In: **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 26, n. 101, p. 98, 1989.

LOUZADA, Franciane L. Rubini de Oliveira et al. Proposta de corredores ecológicos para interligação de parques estaduais utilizando geotecnologia. **Revista Geográfica Venezolana**, Espírito Santo, v. 53, n. 2, p. 242, 2012.

MAHAR, Dennis J. **Government Policies and Deforestation in Brazil's Amazon Region**. Washington: World Bank Publication, 1989.

MARTINS, Alan Kardec Elias et al. Uso de um sistema de informações geográficas para indicação de corredores ecológicos no município de viçosa. **Revista Árvore**, v. 22, n. 3, p. 374, jul./set. 1998.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Competência concorrente limitada, o problema da conceituação de normas gerais. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 25, n. 100, p. 150-161, 1988.

MUGGIATI, André. Asiáticos buscam o domínio da Amazônia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 set. 1996. p. 8.

REIS, A.; ZAMBONIN; R. M.; NAKAZONO, E. M. Recuperação de áreas florestais degradadas utilizando a sucessão e as interações planta-animal. In: **Cadernos da Biosfera**, São Paulo, v. 14, p. 42-44, 1999.

REVISTA ÁRVORE. Minas Gerais: Viçosa, 2003. p. 370.

REVISTA DA AJURIS. Porto Alegre: Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, 2005, p. 26.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Departamento de Geografia. Programa de Pós-graduação em geografia, espaço e geografia, Brasília, v. 6, 2003.

SARLET, Ingo Wolfgang. As dimensões da dignidade da pessoa humana: construindo uma compreensão jurídico-constitucional necessária e possível. In: **RDBC - Revista Brasileira de Direito Constitucional**, São Paulo, n. 9, p. 366, 2007.

\_\_\_\_\_. Os direitos fundamentais sociais na Constituição Federal de 1988. **Revista Diálogo Jurídico**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 15, 2001.

TABARELLI, Marcelo et al. Desafios e Oportunidades para a conservação da biodiversidade na mata atlântica brasileira. In: **Revista Megadiversidade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 134, 2005.

### **ANAIS**

AZEVEDO, Paulo Ubiratan Escorel de. Indenização em áreas de interesse ambiental: pressupostos e critérios. In: CONGRESSO DE DIREITO AMBIENTAL, 3., 1999. **Anais...**, São Paulo, 1999.

MONTOYA, Luciano Javier; MEDRADO, Moacir José Sales. Congresso brasileiro sobre sistemas Agroflorestais, 1; Encontro sobre sistemas agroflorestais nos países do Mercosul, 1., 1994, Porto Velho. **Anais...**Colombo: EMBRAPA-CNPQ, 1994. v. 2 p. 181-208. v. 2.

NABAIS, José Casalta. A face oculta dos direitos fundamentais: os deveres e os custos dos direitos, homenagem ao jurista e juiz constitucional professor doutor José Manuel Cardoso da Costa. In: ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE CONSTITUCIONALISTAS, 2., 2002. São Paulo. **Anais...**São Paulo: Universidade Mackenzie, 2002. p. 737.

NOBRE, Carlos A.; MASSAMBANI, Oswaldo; LIU, W. T., Variabilidade climática na região semi-árida do Brasil e monitoramento de Secas através de Satélite. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE IMPACTOS DE VARIAÇÕES CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM REGIÕES SEMI-ÁRIDAS, Fortaleza, 1992, p. 3.160.

PEIXOTO, Maria de Fátima Vieira; MIRANDA, Maria do Carmo Tavares. Tecnologia e trópico. In: SIMPÓSIO NACIONAL, 1., 1989, Recife. **Anais...** Recife, 1989.

### **TESES E DISSERTAÇÕES**

ARAGÃO, Alexandra. **A natureza não tem preço... mas devia**. 2011. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/17696/1/A%20natureza%20n%C3%A3o%20tem%20pre%C3%A7o%20Alexandra%20%20Arag%C3%A3o%2025%20de%20Outubro.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2015.

BERCOVICI, Gilberto. **Entre o estado total e o estado social**. 2003. 172 f. Tese (Livre-Docência) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/.../Gilberto\\_Bercovici\\_TeseLD.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/.../Gilberto_Bercovici_TeseLD.pdf)>. Acesso em: 5 set. 2015.

BRITO, Miguel Nogueira de. **A justificação da propriedade privada numa democracia constitucional**. 2007. Dissertação (Doutorado) - Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Universidade de Lisboa, Coimbra, 2007.

BURMANN, Marcia Sanz. **A concretização da privacidade do empregado no ambiente de trabalho**. 2011. 159f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <[www.teses.usp.br/.../Dissertação\\_Marcia\\_Burmann\\_Versao-Integral.PDF](http://www.teses.usp.br/.../Dissertação_Marcia_Burmann_Versao-Integral.PDF)>. Acesso em: 5 set. 2016.

CAMPOS, Iara Christina de. **Risco ambiental associado à espécies da flora deficiente de dados em Minas Gerais: novos argumentos para a conservação**. 2013. 66f. Dissertação (Pós-graduação em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-97XJ5J>>. Acesso em: 5 set. 2016.

CANSI, Marcela Mastella Fraga Agrizzi. **Regeneração natural de espécies arbóreas em fragmentos de mata atlântica na APA da bacia do Rio São João**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2007.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A invenção do sujeito ecológico: sentido e trajetórias no direito ambiental**. 2001. 354f. Dissertação (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3336/000291796.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2015.

COSTA NETO, Joaquim de Brito. **A questão fundiária nos parques e estações ecológicas do estado de São Paulo: origens e efeitos da indisciplina da documentação e do registro imobiliário**. 2006. 237f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2006%20Joaquim%20Brito.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2015.

DÁRIO, Fábio Rossano; ALMEIDA, Alvaro Fernando de. **Influência do corredor florestal sobre a avifauna da mata atlântica**. 1999. 172f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1999. Disponível em: <[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11142/tde-16022009-090354/pt-br.php](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11142/tde-16022009-090354/pt-br.php)>. Acesso em: 14 maio 2015.

FERREIRA, Rafael Fonseca. **O estado e o direito entre pós-modernidade e globalização: limites e possibilidades do direito fraterno na sociedade cosmopolita**. 2008. 151 f. Dissertação (Pós-Graduação das Ciências Jurídicas) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008. Disponível em: <[www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2427](http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2427)>. Acesso em: 5 out. 2016.

FLORES, Murilo Xavier. **Da solidariedade social ao individualismo: um estudo sobre o desenvolvimento do vale dos vinhedos na serra gaúcha**. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/89811/242483.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 5 set. 2015.

FRUEHAUF, Sandra Pavan. **Plantas medicinais de mata atlântica: manejo sustentado e amostragem**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GIANNINI, Massimo Severo. Ambienti: saggio sui di diversi suoi aspetti giuridice. In: **Rivista Trimestrale Di Diritto Pubblico**, Milano: Giuffrè Editore, 1973.

GOMES, Carla Amado. **Risco e modificação do acto autorizativo concretizador de deveres de proteção do ambiente**. 2007. Dissertação (Doutorado) - Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Universidade de Lisboa, Coimbra, 2007.

GONÇALVES, Elsa Verónica Pontes. **Avaliação da resistência de espécies de Pinus a Bursaphelenchus xylophilus pela análise de fitoquímicos**. 2013. 83f. Dissertação (Mestrado em Biologia da Conservação) - Faculdade de Ciências (FC), Universidade de Lisboa, 2013. Disponível em: <repositorio.ul.pt/browse?type=author&value=Gonçalves%2C+Elsa+Verónica+Pontes>. Acesso em: 10 jul. 2015.

KAGEYAMA, Paulo Yoshio. **Teste de progenies de meios-irmãos de uma população de Eucalyptus Grandis**. 1980. Tese (Doutorado) - ESALQ, Piracicaba, 1980.

LIED, Leandro Luiz. **O desafio da igreja para propor um mundo de paz**. 2012. 106f. Dissertação (Mestrado em Teologia) - PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5276/1/000438600-Texto%2bCompleto-0.pdf>. Acesso em: 5 set. 2015.

MAIA, Marieta Izabel Martins. **Direito fraterno: em busca de um novo paradigma jurídico**. 2010. 90f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídico-Filosóficas) - Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Portugal, 2010. Disponível em: <https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub\_geral.show\_file?pi\_gdoc\_id=35214>. Acesso em: 5 set. 2015.

MATA, Ana Maria. **A globalização e o novo paradigma civilizacional: a perspectiva de Leonardo Boff**. 2016. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus) – Escola de Ciências Sociais, Universidade de Évora, 2016. Disponível em: <dspace.ievora.pt/rdpc/handle/10174/17739?locale=pt>. Acesso em: 15 fev. 2016.

MENEZES, José Lima de. **Deveres fundamentais na constituição do Brasil: o tributo**. 2003. Dissertação (Mestre em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/.../arquivo5577\_1.pdf?>. Acesso em: 10 out. 2015.

MENEZES, Wagner. **A contribuição da América Latina para o direito internacional: o princípio da solidariedade**. 2007. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007.

MESQUITA, Carlos Alberto Bernardo. **A natureza como o maior patrimônio, desafios e perspectivas da conservação voluntária em áreas protegidas privadas no Brasil**. 2014. 191f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <www.rppnweb.com/site\_rppn/index.../sobre-rppn-publicacoes?>. Acesso em: 10 out. 2015.

MOURÃO, Elza Soares Batista. **Direito ambiental: instrumento para a efetivação da tutela jurídica do meio ambiente**. 2004. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2004.

NABAIS, José Casalta. **O dever fundamental de pagar impostos**: contributo para a compreensão constitucional do estado fiscal contemporâneo. 2012. Dissertação (Doutorado) - Faculdade de Ciências Jurídico-Políticas da Universidade de Lisboa, Universidade de Lisboa, Coimbra, 2007.

OLIVEIRA, Karla Auricélia Fernandes de. **A cidadania no estado de direito ambiental**: da proposta universalista ao reconhecimento das diferenças. 2012. 68f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) - Universidade do Amazonas, Manaus, 2012. Disponível em: <[www.pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/31-9.pdf](http://www.pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/31-9.pdf)>. Acesso em: 5 set. 2015.

RAMOS, Elisabeth Christmann. **Educação ambiental**: evolução histórica, implicações teóricas e sociais: uma avaliação crítica. 1996. 191f. Dissertação (Mestrado em Educação na área de Concentração de Educação e Trabalho) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/29517/D%20-%20ELISABETH%20CHRISTMANN%20RAMOS.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

RUSCHEL, Caroline Vieira. **Parceria ambiental**: o dever fundamental de proteção ambiental como pressuposto para concretização do estado de direito ambiental. 2007. 188f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103032/241393.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 6 out. 2015.

SANTOS, Armanda Vissotto dos. **Ecologia no antropoceno**: uma perspectiva objecto-orientada. 2014. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade de Lisboa, 2014. Disponível em: <[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/17777/2/ulfl175419\\_tm\\_1.2\\_folha\\_de\\_rosto.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/17777/2/ulfl175419_tm_1.2_folha_de_rosto.pdf)>. Acesso em: 1 out. 2015.

VITALLI, Patrícia de Luca. **Análise dos aspectos jurídicos correlatos à zona de amortecimento de unidades de conservação**: estudo de caso da Estação Ecológica de Assis (SP). 2007. 148f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Carlos 2007. Disponível em: <[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18139/tde.../Dissertação.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18139/tde.../Dissertação.pdf)>. Acesso em: 1 set. 2015.

### INTERNET

ARAGÃO, Alexandra. **A natureza não tem preço... mas devia**. 2011. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/17696/1/A%20natureza%20n%C3%A3o%20tem%20pre%C3%A7o%20Alexandra%20%20Arag%C3%A3o%2025%20de%20Outubro.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2015.

CAMPOS, Iara Christina de. **Risco ambiental associado à espécies da flora deficiente de dados em Minas Gerais**: novos argumentos para a conservação. 2013. 66f. Dissertação (Pós-graduação em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-97XJ5J>>. Acesso em: 5 set. 2016.

CMMAD – Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. [www.agenda21.org](http://www.agenda21.org). Disponível em: <[ourique.com/pt/go/caixa-de-sugestoes-opinioes](http://ourique.com/pt/go/caixa-de-sugestoes-opinioes)>. Acesso em: 5 out. 2015.

COMPARATO, Fábio Konder. **Direitos e deveres fundamentais em matéria de propriedade**. 2011. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/direitos-e-deveres-fundamentais-em-mat%C3%A9ria-de-propriedade>>. Acesso em: 9 jun. 2015.

COUGHLIN, Michael D. Using the merck: in bio agreement to clarify the convention on biological diversity. In: **Columbia Journal of Transnational Law**, v. 31, p. 1, 2008. Disponível em: <[www.ciesin.org/docs/008-129/008-129.html](http://www.ciesin.org/docs/008-129/008-129.html)>. Acesso em: 8 nov. 2015.

DECLARAÇÃO DO RIO SOBRE O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO, 1992: princípio 15. Disponível em: <[www.silex.com.br/leis/normas/declaracario.htm](http://www.silex.com.br/leis/normas/declaracario.htm)>. Acesso em: 10 nov. 2015.

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. Derecho agrario y desarrollo agrícola: estado actual y perspectiva em America Latina. In: **Estudio Legislativo**, n. 13, p. 23, 1976. Disponível em: <[www.nima.puc-rio.br/aprodab/artigos/vladimir\\_garcia\\_magalhães.pdf](http://www.nima.puc-rio.br/aprodab/artigos/vladimir_garcia_magalhães.pdf)>. Acesso em: 5 out. 2015.

FERNANDEZ, Fernando Antonio dos Santos et al. **Manejo das populações naturais nos fragmentos**. 2008. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/\\_arquivos/fragment1.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/fragment1.pdf)>. Acesso em: 1 jun. 2015.

GIEHL, Eduardo Luís Hettwer et al. Variações florísticas e relação com variáveis geográficas e climáticas em florestas ribeirinhas do sudeste da América do Sul. 2011. Disponível em: <<http://www.researchgate.net/publication/249342158>>. Acesso em: 11 out. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <[www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/censo2010/](http://www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/censo2010/)>. Acesso em: 7 set. 2015.

LAURANCE, Willian F. et al. The future of the Brazilian Amazon. In: **Science, New Series**, v. 291, n. 5503, 2001. Disponível em: <[www.jstor.org/stable/3657182](http://www.jstor.org/stable/3657182)>. Acesso em: 16 mar. 2015.



PEIC. **Mata Atlântica**: plano de estruturação e implantação do ecoturismo. 2011. Disponível em: <<http://peicmataatlantica.blogspot.com.br/2011/03/duas-bocas-mestre-alvaro.html>>. Acesso em: 8 out. 2015.

PEREIRA, Miguel Ângelo Silva. **Considerações sobre a fragmentação territorial e as redes de corredores ecológicos**. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/5492/5094>>. Acesso em: 8 out. 2015.

ROSAS, Catia. **Florestas autóctones: Importância de preservação e promoção**. In: CONFAGRI, 2006. Disponível em: <<http://www.confagri.pt/Ambiente/AreasTematicas/Pages/BiodFlorestAutoc.aspx>>. Acesso em: 2 out. 2015.